



# Revisitação | ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA O ALTO ALENTEJO 2030

**FICHA TÉCNICA**

Revisitação | Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo 2030

**Promotor**

Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo

**Coordenação**

Carlos Nogueiro – Primeiro Secretário Executivo

**Equipa Técnica**

Ana Garrido - Técnica Superior Planeamento

Fernando Biscainho – Consultor

## ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO .....	5
2	O PROCESSO DE REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL .....	9
2.1	As experiências Anteriores de Planeamento Estratégico .....	12
2.2	Os pressupostos de intervenção para o Alentejo 2030 .....	13
3	DIAGNÓSTICO TERRITORIAL .....	16
3.1	Posicionamento da Região Alto Alentejo .....	17
3.2	Evolução do território de intervenção .....	21
3.2.1	Acessibilidades sub-regionais.....	21
3.2.2	Demografia.....	26
3.2.3	Ensino e investigação.....	28
3.2.4	Respostas sociais e de saúde.....	32
3.2.5	Dinamismo empresarial e emprego .....	40
3.2.6	Turismo.....	44
3.2.7	Energia e ambiente.....	47
4	SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA EIDT 2014-2020 .....	52
4.1	Objetivos e prioridades da estratégia.....	53
4.2	Coerência e pertinência da estratégia .....	56
4.3	Análise SWOT.....	58
5	ALTO ALENTEJO 2030 .....	61
5.1	Instrumentos e Programas de Estratégia e de Ordenamento do Território .....	62
5.1.1	Objetivos europeus e orientações em matéria de investimento para Portugal 2021-2027.....	63
5.1.2	Objetivos da Política Nacional e orientações em matéria de investimento para Portugal 2030 .....	65
5.1.3	Orientações da Estratégia Regional para o Alentejo 2030 .....	69
5.1.4	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e Programação estratégica de desenvolvimento regional.....	71
5.1.5	Plano Regional de Ordenamento do Território e territorialização das políticas públicas.....	72

5.1.6 Estratégia Regional de Especialização Inteligente 2030 .....	73
5.1.7 Plano Recuperação e Resiliência.....	75
5.1.8 Plano Nacional Investimentos 2030 .....	77
5.1.9 Pressupostos da Estratégia para o Alto Alentejo 2030 .....	78
5.2 Visão e estratégia para o Alto Alentejo 2030.....	81
5.3 Eixos Estratégicos para o Alto Alentejo 2030.....	87
<b>6 FINANCIAMENTO E MODELO DE GOVERNAÇÃO .....</b>	<b>103</b>
6.1 Financiamento e Modelo de Governação.....	104
<b>7 PROJETOS ESTRUTURANTES.....</b>	<b>105</b>
7.1 Áreas de Desenvolvimento Estratégico.....	106
7.2 Projetos Estruturantes – Regionais.....	109
<b>8 AUSCULTAÇÃO DOS AGENTES ECONÓMICOS E SOCIAIS .....</b>	<b>199</b>
8.1 Auscultação dos agentes territoriais .....	200
8.2 Análise aos Inquéritos.....	202
8.3 Seminários Regionais Alentejo 2030: .....	205
<b>9 ANEXOS.....</b>	<b>207</b>
.....	207

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, INE, 2019.....	19
Figura 2 - Enquadramento da região do Alto Alentejo (NUTS III) Fonte: SPI, 2018 .....	21
Figura 3. Sistema de acessibilidade e conectividade internacional .....	23
Figura 4. Mapa da rede ferroviária de Portugal.....	24
Figura 5. Proporção de empresas, segundo CAE - rev.3, em 2010 e 2015 .....	42
Figura 6. Comércio internacional declarado de mercadorias (%), 2018.....	43
Figura 7. Desemprego registado, segundo o nível de escolaridade, em dezembro de 2011 e 2018.....	44
Figura 8. Principais indicadores de atividade turística por regiões NUTS II, em 2016 .....	45
Figura 9. Proporção do consumo de energia elétrica por município, segundo o tipo de consumo, 2015 (%).....	48
Figura 10. Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.) .....	50
Figura 11. Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg/hab.) .....	50
Figura 12 – Articulação da estratégia para o Alto Alentejo 2030 com os documentos estruturantes .....	62
Figura 13 – Fatores distintivos do Alto Alentejo .....	82
Figura 14 – Eixos Estratégicos para o Alto Alentejo 2030.....	84
Figura 15 - Articulação entre objetivos e estratégicos da EIDT 2014-2020 e a Revisitação 2021-2027 .....	85

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – População Residente por NUT III.....	17
Tabela 2 - Índice de Envelhecimento por NUT III .....	18
Tabela 3 – População Residente, 2011, 2020 e 2021 (dados provisórios) .....	27
Tabela 4 – Análise de indicadores populacionais .....	27
Tabela 5 – Análise a dados educativos.....	29
Tabela 6. Estabelecimentos de ensino não superior por localização geográfica e tipo de estabelecimento .....	30
Tabela 7. Rede de equipamentos de apoio social, em 2018 .....	33
Tabela 8. Respostas na área de apoio à infância e juventude.....	36
Tabela 9. Respostas na área de apoio à população adulta – idosos.....	37
Tabela 10. Respostas na área de apoio à população adulta – deficiência.....	38
Tabela 11. Indicadores de saúde, por município .....	39
Tabela 12. Indicadores de empresas, por município, em 2010 e 2016 .....	40
Tabela 13. Estabelecimentos e capacidade de alojamento por município, 2018 .....	45
Tabela 14. Indicadores das empresas do turismo (setores I e N do CAE-rev.3) do Alto Alentejo, em 2011 e 2016.....	47



# 1 Introdução



A elaboração da **Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo para o período 2021-2027**, no âmbito do Portugal 2030, vem na continuidade e como evolução do período de programação anterior, conforme os pressupostos das “Orientações para a Estruturação das Estratégias Sub-Regionais” emitidas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional e os documentos estratégicos definidos para a região e para o país no âmbito do Portugal 2030.

Tendo como ponto de partida o estado atual do território, e considerando que o percurso feito nos últimos 12 anos foi condicionado pelas dificuldades financeiras e pela crise que levou à necessidade de ajuda externa, situação de que só nos últimos tempos o país tinha começado a ultrapassar, inevitavelmente se constata que as estratégias e planos de desenvolvimento definidos para 2014-2020, não puderam ser concretizados como seria desejável, pelo que se assumem como ponto de partida a visitar, atualizar e adequar à realidade, tendo presente os resultados animadores e a significativa melhoria global da situação do país que se verificava até à pandemia.

Com efeito, decorrente desta nova e violenta crise de saúde pública, com os inerentes reflexos económicos e sociais que vão perdurar durante anos, somos obrigados a considerar que o nosso futuro de vida em sociedade deverá ter sempre em conta o imprevisível, obrigando-nos a refletir e perspetivar preventivamente e assegurar capacidade de resposta.

Com efeito, o eclodir da pandemia Covid 19 - que veio prejudicar de forma acentuada a recuperação que estava em curso e levando aos limites a capacidade de resposta dos serviços públicos de saúde e educação, entre outros – aconselha-nos a refletir e reequacionar prioridades e ações, devendo considerar:

- ✓ A necessidade de reorientar e reforçar os serviços públicos, a atividade económica e melhorar as condições de vida das pessoas;
- ✓ Que o turismo - tendo sido e continuando a ser um setor muito importante e fundamental para a economia e o emprego - aconselha a realidade que não seja encarado como o vetor determinante e quase único de desenvolvimento;
- ✓ A redefinição das atividades agrícola, pecuária e florestal, promovendo a diversificação e o aumento da produtividade de forma sustentável, com respeito pelo ambiente, condições laborais e repovoamento do território;
- ✓ A reindustrialização, como uma das prioridades assumidas pelas políticas de desenvolvimento local, regional e nacional, como forma de reduzir a excessiva dependência de outras áreas geográficas;
- ✓ Os produtos endógenos, como valorizadores da atividade económica local, aumento da capacidade reprodutiva de riqueza e redução da dependência externa;

- ✓ O incremento da economia circular como fator de sustentabilidade pelo reaproveitamento e valorização dos materiais e conservação dos recursos naturais.
- ✓ A melhoria das condições de trabalho, formação profissional, habitação, alimentação, saúde, higiene e hábitos de convivência, tendo presentes a igualdade de oportunidades e a redução das diferenças sociais;
- ✓ Encarar decisivamente as alterações climáticas com a adoção de medidas de mitigação dos seus efeitos, através da redução das emissões carbónicas, produção de energias alternativas, conservação da natureza e economia dos recursos, numa perspetiva de sustentabilidade e harmonia entre o Homem e o Ambiente.
- ✓ Considerar a "Transição Digital" como motor de desenvolvimento e reforço as competências de todos os organismos públicos no uso das tecnologias digitais e na flexibilização e simplificação dos processos de trabalho.
- ✓ Promover e incrementar os investimentos na saúde, tanto em equipamentos como em recursos humanos formados e especializados, tendo presente a necessidade de unidades de cuidados continuados e paliativos, em proximidade e qualidade de resposta.
- ✓ Garantir os apoios sociais necessários aos idosos, aos portadores de deficiências e incapacidades, combater a pobreza e a exclusão social, diretamente e através das instituições que prestam serviço e respostas sociais nas mais variadas áreas.
- ✓ Promover a igualdade de género, raça e religião, a erradicação da violência doméstica e social, numa perspetiva de dignidade e respeito pela individualidade de cada pessoa.
- ✓ Valorizar e reorientar o sistema educativo, incluindo os programas, as estratégias, as metodologias, os métodos e os equipamentos, numa perspetiva de conhecimento, autonomia e desenvolvimento de capacidades, privilegiando o regime presencial, mas sem descurar a necessidade do ensino à distância.
- ✓ O incremento da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) como forma de inovar, acrescentar valor e capacidade de resposta aos desafios que se colocam aos territórios, em parceria com as empresas e os serviços.

Não obstante a permanência de muitos dos objetivos que vêm do Portugal 2020 há desafios que hoje, assumidamente, têm de ser considerados e tratados com prioridade e importância crescente - a revitalização demográfica; a sustentabilidade territorial pela adaptação e mitigação dos impactos das alterações climáticas; a consolidação dos sistemas de inovação e competitividade; a coesão territorial pelo reforço dos Centros Urbanos Regionais e Complementares; a interconetividade territorial ao nível



das redes rodoferroviárias e das tecnologias de comunicação; as alterações climáticas, a neutralidade carbónica e a conservação dos recursos; a necessidade de melhores serviços públicos de educação, saúde e apoio social - são áreas de atuação que transitam do quadro anterior mas carecem de ser reforçadas tanto mais quanto a pandemia veio revelar, de forma tão dolorosa, serem necessidades inadiáveis e imprescindíveis.

É perante este cenário que a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, procede à revisitação da “Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo 2014-2020”, numa perspetiva de integração das orientações estratégicas nacionais e regionais do Portugal 2030, incluindo-se os objetivos, as medidas e os projetos estruturantes que foram definidos como essenciais ao desenvolvimento do território.

Foram ouvidos e considerados contributos dos municípios e das entidades representadas no Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, em reuniões presenciais e através de questionários que se anexam ao presente documento.



## **2 O processo de revisão da Estratégia de Desenvolvimento Territorial**



A Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo foi desafiada a visitar a **Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial** (EIDT), que através do **Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial** e do instrumento regulamentar de Investimento Territorial Integrado (ITI) que se afirmou como uma ferramenta de operacionalização de projetos em domínios estratégicos no quadro 2014-2020. A valorização dos recursos estratégicos do território, a sustentabilidade energética, a promoção de uma sociedade mais inclusiva ou a eficiência e a racionalização de serviços coletivos intermunicipais, assim como o incremento da parceria entre o poder local e outros agentes de desenvolvimento, foram os vetores considerados no âmbito do quadro referido.

No atual contexto de Revisitação da Estratégia 2014-2020, para além do documento de reflexão e preparação dos investimentos estruturantes para o Alto Alentejo denominado “Contrato para o Desenvolvimento”, que vinha a ser preparado no âmbito do Conselho Intermunicipal e do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI), desde há alguns anos, foram incorporadas as “Orientações para a Estruturação das Estratégias Sub-Regionais”, emanadas do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional, assim como as recomendações recebidas da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo relativamente à versão inicial (agosto de 2019) do presente documento estratégico, tendo em conta:

- ✓ O alinhamento e articulação com a Estratégia Regional Alentejo 2030, numa perspetiva de complementaridade na diversidade, de um território que corresponde a um terço da área de Portugal.
- ✓ A interligação entre os objetivos da Política de Coesão pós 2020 e o Portugal 2030.
- ✓ A inclusão da dimensão urbana, tendo presente o modelo territorial do PNPOP, considerando o papel dos centros urbanos e a mobilidade urbana sustentável, para a definição da estratégia.
- ✓ O reforço das competências municipais e intermunicipais na promoção da competitividade e na coesão territorial, tendo por objetivo a melhoria do nível de vida das populações.
- ✓ O respeito do alinhamento com as agendas temáticas da **Estratégia Nacional Portugal 2030** considerando os quatro eixos definidos e os cinco objetivos da **Política de Coesão pós 2020**.
- ✓ O “**Contrato de Desenvolvimento para o Alto Alentejo**” elaborado de forma participada ao longo dos últimos anos, apresentando-se os projetos estruturantes considerados essenciais, incluindo os que foram considerados no **Programa Nacional de Investimentos** (PNI) 2030 e no **Plano de Recuperação e Resiliência** (PRR).
- ✓ Considerando a manutenção dos cenários de financiamento existentes, na medida do possível, referenciam-se fontes de financiamento comunitárias e/ou nacionais (públicas ou privadas).

Ainda, e no sentido de garantir a total articulação do presente documento com as necessidades do território Alto Alentejo e das entidades que dele fazem parte, foram auscultados os agentes económicos e sociais representados no CEDI, quer em reuniões deste órgão, quer através de inquéritos realizados que tiveram participação e resposta da totalidade das entidades.

### **A reformulação da visão estratégica para o Alto Alentejo**

A abordagem integrada do desenvolvimento do território constitui um dos principais elementos de focagem das políticas públicas da Coesão, visando contribuir para concretizar objetivos e metas da estratégia europeia.

Esta perspetiva, por um lado, estabelece novos desafios (sobretudo, pela formulação, conteúdos e prioridades de financiamento) mas, por outro lado, permite dar continuidade e sequência ao exercício de planeamento estratégico territorial que o Alto Alentejo tem vindo a realizar em sucessivas gerações de programação do desenvolvimento.

Com a **Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo 2030**, a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) pretende estabelecer o quadro de intervenção estratégica e de programação do investimento no seu espaço territorial de intervenção, de preparação e de orientação do novo ciclo de programação de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento que se vão estender ao longo da próxima década do século XXI.

Este quadro estratégico, embora alinhado com as principais prioridades e objetivos da Política de Coesão, com os objetivos do Portugal 2030 e do Plano de Ação Regional - Alentejo 2030, como já foi referido, deverá assumir a continuidade da resposta aos desafios específicos que se colocam ao Alto Alentejo, partindo da análise ao quadro atual e corrigindo a estratégia onde seja necessário reorientar as políticas que melhor possam responder aos constrangimentos atuais e às condições periféricas que caracterizam o território. Com esta revisão, focada no horizonte 2030 pretende-se reforçar orientação temática nas necessidades existentes onde as condições de competitividade e atratividade do território estão presentes, assim como os constrangimentos e problemas mais significativos, como a queda demográfica e o despovoamento, as alterações climáticas, a escassez de massa crítica, investimento e investidores.

A estratégia, não obstante o lugar comum dos termos, terá de evoluir no sentido do aproveitamento das oportunidades e das potencialidades que existem tentando que a velha máxima de “fazer das fraquezas forças” seja uma realidade, fazendo das pessoas e de um território sustentável os grandes objetivos a prosseguir.

## 2.1 As experiências Anteriores de Planeamento Estratégico

### *O Programa Territorial de Desenvolvimento (2008-2013)*

A CIMAA dispõe de um importante património de experiência na contratualização de Subvenções Globais cujos instrumentos de suporte tiveram por base uma aturada preparação técnica de planeamento e programação em que se procurou assegurar um ajustamento dinâmico às prioridades estratégicas de desenvolvimento regional, tendo por referência as dimensões-problema e as necessidades de intervenção para o desenvolvimento do Alto Alentejo. Foi assim no QREN, através do “**Programa Territorial de Desenvolvimento do Norte Alentejano**” promovida pela então denominada Associação de Municípios do Norte Alentejano, documento que apresenta de forma sintética um processo de construção partilhada por autarcas e forças vivas da região, que resultaram numa visão estratégica para o território e nas intervenções a desenvolver no período 2008-2013. A partir desse documento foi possível, pela primeira vez, a contratualização de fundos regionais especificamente dirigidos aos municípios da NUT III do Alto Alentejo.

### *A Plataforma Alto Alentejo XXI e o Pacto de Desenvolvimento Territorial (2014-2020)*

Para o quadro comunitário em execução, a elaboração da **Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo 2014-2020** foi precedida de iniciativas promovidas pela Comunidade Intermunicipal e pelos seus parceiros institucionais regionais, sendo de salientar a realização de um ciclo de debates promovidos pela CIMAA em conjunto com o IPP e as organizações empresariais existentes no território, nomeadamente o Núcleo Empresarial da Região de Portalegre e a Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre, que constituíram a Plataforma Alto Alentejo XXI, cujas conclusões em muitos aspetos permanecem atuais.

Nos debates organizados no âmbito desta parceria, estiveram mobilizados os mais diversos intervenientes com responsabilidade e interesse no desenvolvimento do Alto Alentejo que analisaram a situação existente e refletiram uma visão prospetiva da sub-região para o ciclo de investimento 2014-2020, subordinados a um conjunto de temas na altura considerados como importantes para a definição das bases uma estratégia de desenvolvimento regional: Mobilidade e Transportes; Saúde Apoio Social, Segurança e Proteção Civil; Educação, Formação e Qualificação; Redes de Abastecimento de Água e de Águas Residuais, Resíduos Sólidos Urbanos; e Turismo.

## 2.2 Os pressupostos de intervenção para o Alentejo 2030

A evolução recente do território do Alto Alentejo continua marcada, em traços gerais, pelos pressupostos e condicionalismos referidos na Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo 2020, nomeadamente, o despovoamento e envelhecimento progressivos, a reduzida capacidade empregadora, que continua muito centrada nos serviços públicos da Administração Central, Regional e Local, níveis de desemprego ainda elevados e distanciados relativamente ao Alentejo e a Portugal, rácios económicos e competitivos abaixo das médias da região Alentejo e do país.

Uma análise mais aprofundada da situação atual pode ser verificada na “Avaliação Intercalar da Operacionalização dos Primeiros Resultados de Implementação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Alto Alentejo”, que já está disponível.

A **Estratégia de Desenvolvimento Territorial, Alto Alentejo 2030**, deve ser entendida como um instrumento de orientação estratégica e de alinhamento de prioridades de intervenção e de investimento, que parte da revisitação e atualização das necessidades do Alto Alentejo, baseada nos recursos e capacidades existentes, procurando encontrar soluções de maior racionalidade e coerência face às opções da Estratégia Regional Alentejo 2030.

Neste enquadramento, o Alto Alentejo propõe-se, igualmente, seguir as orientações de política comunitária e do Programa Nacional de Reformas (PNR), tendo presentes os desafios que se colocam à região contribuir para os Objetivos Específicos do *Alentejo 2030*, seguindo as atuais linhas de orientação, com as alterações que a evolução e análise prospetiva relativamente ao futuro impõem.

Assim, há linhas de atuação que devem ter a devida continuidade por estarem atuais e em consonância com as orientações e estratégias para a nova década, tendo presentes, entre outras:

- A valorização de recursos tradicionais do Alto Alentejo com potencial reconhecido, recursos que se inscrevem em opções da Estratégia de Especialização Regional (agroalimentar, património e cultura, energias renováveis e recursos minerais), ainda com destaque para a Cortiça/Sobreiro, no seu conjunto, para a dinamização da iniciativa empresarial com vista ao relançamento económico regional.
- O aproveitamento dos ativos do território no plano da mobilidade e logística empresarial, visando concretizar as mais valias decorrentes da capacidade instalada e da concretização dos investimentos no corredor ferroviário Sines/Elvas, (incluindo-se a Plataforma Logística), no aeródromo de Ponte de Sor, Linha do Leste e as ligações rodoviárias, existentes e a

desenvolver, que ligam o eixo atlântico português às plataformas logísticas de Elvas e do Sudoeste Ibérico, dos quais se espera também um maior contributo para uma estruturação e melhoria da competitividade do território e dinamização da economia regional.

- Uma maior e mais eficaz articulação de intervenções entre grupos de Municípios do Alto Alentejo com relações de contiguidade com as sub-regiões circundantes, nomeadamente, a Beira Baixa, Alentejo Central e Lezíria do Tejo e com as regiões fronteiriças, da Extremadura e Andaluzia Espanhola, potenciando e incrementando as relações existentes ao nível da Eurocidade (Badajoz/Elvas/Campo Maior) e da Triurbir (Cáceres/Castelo Branco/Portalegre/Plasencia).

Por outro lado, haverá novos pressupostos a considerar:

- A utilização das tecnologias e soluções inovadoras na otimização dos recursos nas mais variadas áreas de intervenção (agricultura, mobilidade, gestão das águas e resíduos, energia, deteção e prevenção de incêndios, entre outros);
- Aliado a este, a importância da rede de fibra ótica, indispensável à transição digital e ao teletrabalho que veio mostrar as suas mais valias para o território e para as empresas no contexto da pandemia.
- A concretização do Empreendimento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato - Barragem do Pisão, com todas as valências perspectivas que lhe estão associadas, no campo das alterações climáticas como reserva estratégica de água e de abastecimento público, produção de energia e neutralidade carbónica, novas culturas e produtos, introdução de técnicas de regadio de precisão, formação profissional e investigação, turismo e lazer.
- A necessidade de encontrar estratégias de adaptação e mitigação às alterações climáticas.
- O repovoamento territorial, proporcionando condições e perspectivas de vida para os jovens e para os residentes, considerando-se que os quatro eixos definidos no “Contrato de Desenvolvimento” elaborado pela CIMAA assumem importância fundamental:
  - Educação/Formação e Qualificação (ensino profissional e ensino superior)
  - Ambiente (parques naturais, geoparque e espelhos de água)
  - Turismo (cultura, património, gastronomia e vinhos)
  - Atividade económica (dinâmica empresarial geradora de emprego).
- A transferência de competências para os Municípios e as CIM, conforme previstas na Lei 50/2018, para que possam ser assumidas e concretizadas nos vários eixos estratégicos previstos.
- Partindo do modelo territorial do PNPT e do PROT, explicitar as linhas estratégicas de intervenção para a continuidade da regeneração urbana mediante a requalificação dos centros

urbanos e o seu papel primordial de catalisadores do desenvolvimento económico e social ao nível sub-regional e nas áreas de mais baixa densidade, fundamentais para a para a criação de condições de vida que contribuam para estancar o despovoamento e o êxodo dos jovens.

- Ter presente as lições que devem ser retiradas da pandemia Covid-19, como forma de adaptar o território às possíveis ocorrências e imprevistos numa dimensão global, com a necessidade de prevenir e responder, considerando a diversidade de áreas tão distintas como a saúde, a solidariedade social, a proteção civil, as alterações climáticas, a atividade económica.
- A urgência em definir um Plano de Revitalização do Alto Alentejo como instrumento impulsionador do desenvolvimento económico e social desta região, dotado de apoios e financiamento específicos.

Ainda como complemento aos pressupostos acima elencados, a **Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo** promoveu um inquérito online no sentido de recolher os contributos das múltiplas entidades da região, no âmbito de um processo participativo alargado, com o objetivo de reflexão e preparação dos documentos estratégicos da Região Alentejo para o próximo período de programação 2030.

O inquérito desenvolvido pela CIMAA foi enviado a cerca de **75 entidades** entre as quais os membros do CEDI, Municípios Associados e Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo. Deste universo, foi possível recolher 40 respostas ao inquérito o que representa um universo de **53% de respostas** recolhidas entre julho e agosto de 2019 por formulário on-line, cujas conclusões foram plasmadas naquilo que se pretende que seja a visão para o Alto Alentejo 2030.





## **3 Diagnóstico Territorial**



### 3.1 Posicionamento da Região Alto Alentejo

A sub-região **Alto Alentejo** urge da necessidade de construir uma estratégia sustentável, a partir das especificidades e recursos próprios, do que é genuíno e intrínseco e não do que é comum e suscetível de replicação noutras partes do País ou do mundo, intenção que implica, desde logo, a identificação clara e inequívoca das especificidades sub-regionais nos contextos regional, nacional e internacional, que podem contribuir para a sua afirmação competitiva em cada um destes contextos territoriais.

As tendências demográficas, pautadas pela repulsão e conseqüente envelhecimento da população constituem, um poderoso constrangimento a todo o processo de desenvolvimento económico e social, se não houver capacidade de as contrariar progressivamente e inverter esta tendência.

O primeiro indicador que nos parece relevante analisar é a variação da população residente por NUT III no Alentejo, em que o Alto Alentejo se destaca por ter perdido 17% da população entre 2001 e 2019. O Alto Alentejo é então a sub-região do Alentejo que mais perdeu população no período considerado, sendo seguido do Baixo Alentejo e Alentejo Central.

População Residente	2001	2019	VAR
<b>Alentejo Litoral</b>	99896	93390	-7%
<b>Baixo Alentejo</b>	134832	116445	-14%
<b>Lezíria do Tejo</b>	241174	237593	-1%
<b>Alto Alentejo</b>	126827	105009	-17%
<b>Alentejo Central</b>	173497	152582	-12%

Tabela 1 – População Residente por NUT III

Fonte: PORDATA (2001 e 2019)

Outro indicador relevante é o Índice de Envelhecimento. O Índice de envelhecimento é a relação existente entre o número de idosos e a população jovem numa certa região. É habitualmente expresso em número de residentes com 65 ou mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos, neste contexto, a análise ao indicador mostra o Alto Alentejo como a NUT III mais envelhecida, mas que apresenta a segunda menor variação no envelhecimento entre os valores para 2001 e 2019.

Territórios	2001	2019	VAR
<b>Portugal</b>	101,6	161,3	59%
<b>Alentejo</b>	161,9	204,6	26%
<b>Alentejo Litoral</b>	164,4	218	33%
<b>Baixo Alentejo</b>	175,1	191,6	9%
<b>Lezíria do Tejo</b>	138,9	186,7	34%
<b>Alto Alentejo</b>	194,1	239,6	23%
<b>Alentejo Central</b>	160,4	214,1	33%

Tabela 2 - Índice de Envelhecimento por NUT III

Fonte: PORDATA (2001 e 2019)

Numa breve análise a três indicadores estatísticos (população residente, densidade de empresas e Pib) ao nível da região Alentejo é possível elencar as seguintes conclusões:

- O Alto Alentejo é a 2ª sub-região com menos população residente (105479 habitantes);
- O Alto Alentejo é a 2ª sub-região com menor densidade de empresas;
- É a sub-região que representa apenas 0,8% do Pib nacional. A menor da região Alentejo.

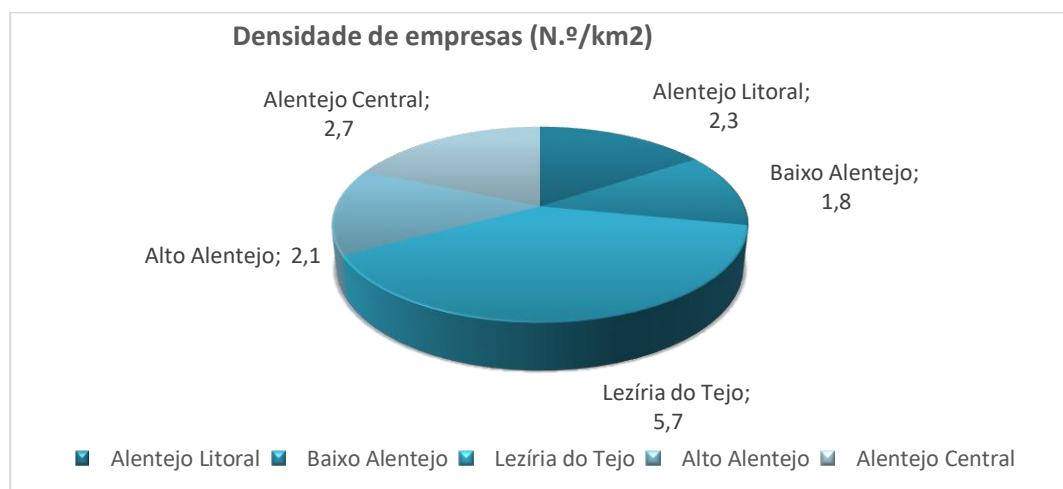


Gráfico 1 – Densidade de Empresas, NUT II Alentejo

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo (2018)

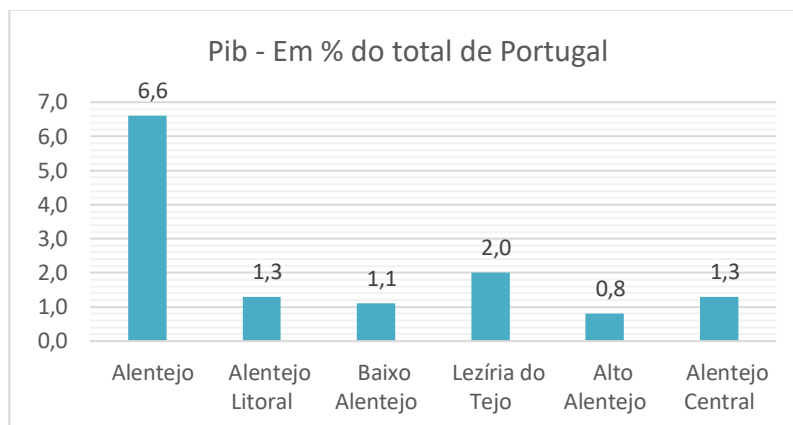


Gráfico 2 – Produto Interno Bruto, NUT II

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo (2018)

Outro indicador pertinente para analisar o posicionamento do Alto Alentejo (NUT III) na região Alentejo (NUT II) é o **Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR)**. Este indicador baseia-se num modelo concetual que privilegia uma visão multidimensional do desenvolvimento regional, estruturando-o em três dimensões: competitividade, coesão e qualidade ambiental.

### Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (Portugal=100), NUTS III, 2018

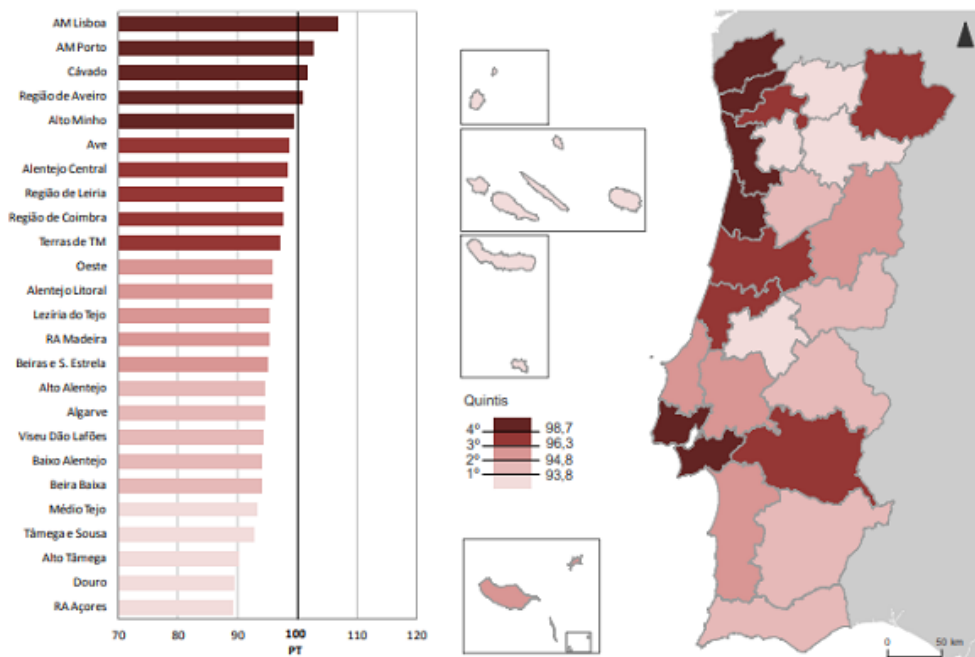


Figura 1 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, INE, 2019

Analisando a três dimensões que compõem o **Índice Sintético de Desenvolvimento Regional**, carece de analisar:

- ✓ A nível do Índice de Competitividade, a região Alto Alentejo é a 4ª NUT III nacional com menor índice de competitividade (ficando a apenas atrás do Douro, Beira Baixa e Alto Tâmega);
- ✓ Ao nível de Coesão, o Alto Alentejo encontra-se equiparado ao Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo, ficando na frente Évora.
- ✓ No que concerne ao Índice de Qualidade Ambiental, o Alto Alentejo destaca-se como uma das quatro regiões nacionais com melhor índice, sendo Terras de Trás dos Montes, Beira Baixa, RA Madeira e Alto Alentejo.

Observando o índice como um todo, a região Alto Alentejo encontra-se, a par com o Baixo Alentejo, com o índice de desenvolvimento regional mais baixo do Alentejo (NUT II).

Após analisar o posicionamento regional do Alentejo, a sua leitura revela a posição consensual, nomeadamente, em torno dos seguintes pressupostos/necessidades:

- A evolução da sub-região Alto Alentejo é marcada, em traços gerais, pelo despovoamento e envelhecimento progressivos, redução da capacidade empregadora, muito centrada nos serviços públicos de Administração Central, Regional e Local, elevados níveis de desemprego e distanciamento relativamente ao Alentejo e a Portugal, no que respeita aos rácios socioeconómicos e à capacidade competitiva, não obstante a melhoria substancial ao nível das condições de vida das populações e da coesão territorial.
- Reduzido impacto dos últimos ciclos de investimento, na resolução dos principais constrangimentos estruturais do desenvolvimento territorial, na alteração da situação periférica e no processo de convergência quer no espaço regional, quer a nível nacional.
- Necessidade de alterar o paradigma dos investimentos, orientando o próximo ciclo de investimento para objetivos de desenvolvimento económico e criação de emprego, que permitam tornar a base económica do Alto Alentejo mais qualificada e competitiva e retomar uma dinâmica de convergência com as outras sub-regiões do Alentejo e do País.
- Necessidade de concentrar esforços na atração de investimento privado, condição motora da qualificação do tecido empresarial e produtivo, do desenvolvimento económico e da criação de emprego, assumindo-se este último como o principal resultado a atingir.
- Necessidade de construir uma estratégia sustentável, a partir das especificidades e recursos do Alto Alentejo, do que é genuíno e intrínseco e não do que é comum e suscetível de replicação noutras partes do País ou do mundo, intenção que implica, desde logo, a identificação clara e

inequívoca das especificidades sub-regionais nos contextos regional, nacional e internacional, que podem contribuir para a sua afirmação competitiva em cada um destes contextos territoriais.

### 3.2 Evolução do território de intervenção

O território de intervenção da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) abrange uma área de 6.065 km<sup>2</sup> e coincide com a NUTS III Alto Alentejo, composta por quinze concelhos – Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre e Sousel.

#### 3.2.1 Acessibilidades sub-regionais

No plano das acessibilidades, o território é servido por uma rede rodoviária que permite as ligações intrarregionais e regionais, é atravessado pela linha ferroviária e dispõe ainda de infraestruturas aeronáuticas, que se descrevem de seguida, enquadradas também no diagnóstico do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) do Alentejo.

No que se refere ao sistema de acessibilidades e de conectividade internacional (Figura 3), o PROT - Alentejo descreve uma estrutura composta pela interação de três subsistemas: subsistema de infraestruturas terrestres (estabelecendo os principais corredores e eixos de acessibilidades terrestres e integrando as componentes rodoviárias e ferroviárias); subsistema de infraestruturas aeroportuárias (que abrangem a área do Alto Alentejo); e subsistema de infraestruturas portuárias (não aplicável à NUTS III Alto Alentejo).

O subsistema de infraestruturas terrestres é composto por ligações de nível nacional/europeu e de nível regional/sub-regional, na Figura 3, identificadas como corredores nacionais (a azul) e corredores regionais (a amarelo), respetivamente. No subsistema de nível nacional/europeu estão integrados os diversos corredores estabelecidos no PNPO (Programa Nacional de política de Ordenamento do Território) vocacionados para uma acessibilidade e conectividade nacional e internacional, sendo o território do Alto

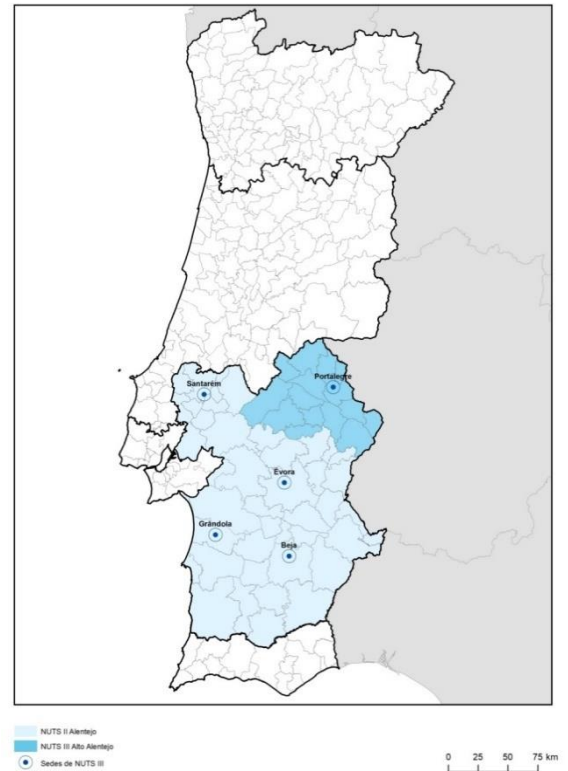


Figura 2 - Enquadramento da região do Alto Alentejo (NUTS III)  
Fonte: SPI, 2018

Alentejo abrangido pelos corredores norte Abrantes – Ponte de Sor – Portalegre, interior Castelo Branco – Portalegre – Évora – Beja – Algarve e Sines – Évora – Badajoz. No subsistema de nível regional/sub-regional, no respeitante à rodovia, foram definidos no PROT quatro subsistemas territoriais, com uma função complementar aos corredores nacionais/europeus e que garantem uma acessibilidade direta a todos os centros urbanos regionais e uma articulação entre todos os espaços fundamentais da base económica regional. O território do Alto Alentejo está integrado no subsistema territorial a norte do Corredor Central. Integram ainda este subsistema os eixos ferroviários de nível regional.

No respeitante às **infraestruturas rodoviárias**, os eixos de nível nacional que assumem uma importância vital na conectividade nacional e internacional do Alto Alentejo são: o eixo norte Abrantes – Ponte de Sor – Portalegre (IC13/IC9); os eixos longitudinais Castelo Branco – Portalegre – Évora – Beja – Ourique – Algarve (IP2) e Sines – Évora – Elvas – Badajoz (IC33). No que concerne aos eixos de nível regional/sub-regional, que permitem uma maior articulação com as regiões envolventes e reforçar a coesão e articulação territorial, o Alto Alentejo é atravessado por três eixos: Elvas -Monforte-Fronteira-Avis-Ponte de Sor (ER246 - 243 - 244), com ligação à Lezíria do Tejo e à AML (IC13), a Évora (EN251 e ER370) e, na faixa fronteiriça, a Espanha; Portalegre - Campo Maior (com ligação a Elvas) - Espanha; e Portalegre - fronteira com Espanha. Esta estruturação é justificada pela necessidade de melhorar a articulação dos centros urbanos do interior do Norte Alentejano e de reforçar as acessibilidades fronteiriças (Badajoz e Cáceres).

Considera-se ainda a necessidade de ligação à A23 - A6, como eixo absolutamente fundamental na estratégia de desenvolvimento da região Alto Alentejo.



Figura 3. Sistema de acessibilidade e de conectividade internacional

Fonte: CCDR Alentejo, PROT Alentejo, 2009

Ao nível da rede ferroviária, a Linha do Leste é o corredor que serve o Alto Alentejo e assegura a ligação Abrantes – Portalegre – Elvas e Espanha, através de Badajoz (Figura 4). Este troço tem ainda estações nos concelhos de Ponte de Sor, Crato e Arronches. O PROT Alentejo refere que a Linha do Leste “deverá assegurar um adequado grau de conectividade entre a plataforma logística de Elvas/Caia e a Região Centro e melhorar a coesão territorial do Norte alentejano, articulando eficazmente os seus principais centros



urbanos (Elvas, Portalegre e Ponte de Sor), e ligando-os também a Abrantes e a outros centros urbanos servidos pela Linha da Beira Baixa.”

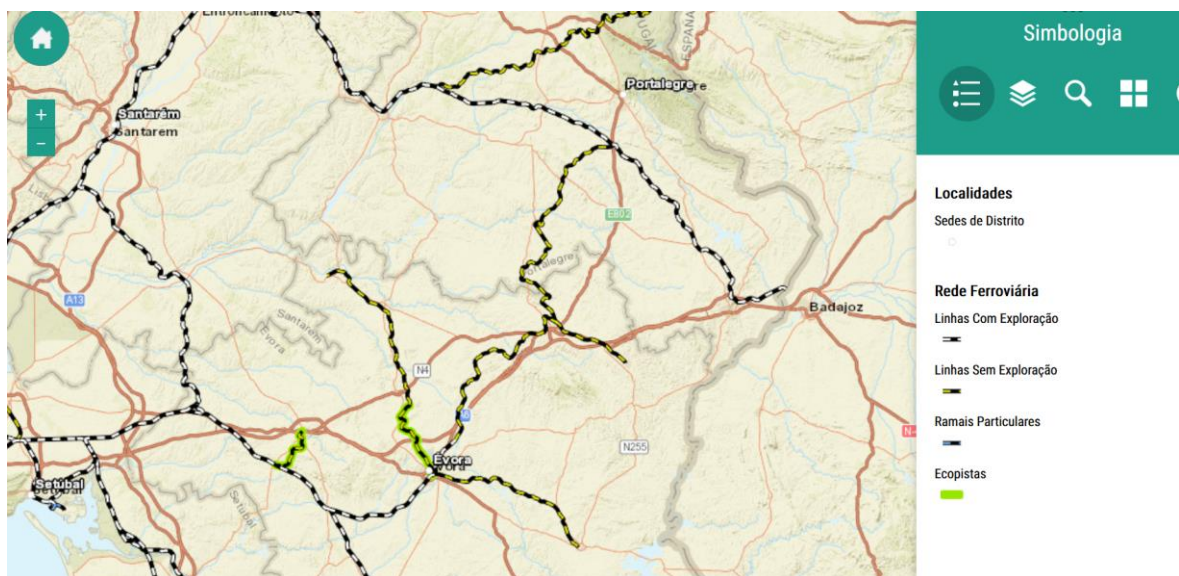


Figura 4. Mapa da rede ferroviária de Portugal

Fonte: Infraestruturas de Portugal

No que aos transportes aéreos diz respeito, no concelho de Ponte de Sor existe o Aeródromo Municipal e, embora fora da NUTS III Alto Alentejo, importa também assinalar a existência do aeródromo de Évora e o aeroporto de Beja, cuja articulação e relevância, a par com o crescente aumento de atividades (empresariais e formativas), fazem com que este setor da aeronáutica seja reconhecido como um fator de desenvolvimento da região.

O Aeródromo Municipal de Ponte de Sor, situado a sudoeste da cidade de Ponte de Sor, é uma infraestrutura de utilização pública, certificada pela Autoridade Nacional de Aviação Civil (ANAC), com condições de operação da pista (voos diurnos e noturnos), serviço de informação de voo de aeródromo, e infraestruturas técnicas (hangares) que potenciam a continuidade de investimentos na área aeronáutica. O aeródromo/*campus* aeronáutico é também uma infraestrutura de apoio a outras atividades aeronáuticas, nomeadamente, atividades da Escola de Pilotos GAir/L3, realização de formação no ramo aeronáutica/aeroespacial e atividades de parcerias estabelecidas com instituições do Ensino Superior (Universidades da Beira Interior, de Évora, Atlântica; Institutos Politécnicos de Portalegre, de Setúbal e de Castelo Branco; e Instituto Superior de Educação de Lisboa).

No âmbito do subsistema aeroportuário, o PROT-Alentejo, menciona que *“relativamente à rede de aeródromos, em consonância também com o planeamento sectorial, considera -se que as infraestruturas de Évora e Ponte de Sor, pelas suas características operacionais e valências envolvidas, respondem de forma adequada às solicitações atuais das respetivas áreas territoriais e, mediante os investimentos previstos, às solicitações expectáveis no horizonte do PROT.”*

**Contudo, as acessibilidades são ainda um domínio no qual se considera necessário fazer investimentos para potenciar uma melhor articulação da região quer interna quer externamente. No relatório “Contributo Regional do Alentejo para a Estratégia Nacional Portugal 2030<sup>1</sup>”, a CCDR Alentejo identificou como fator condicionante para o desenvolvimento da região a “mobilidade intrarregional reduzida afetada por sistemas de transportes públicos inadequados às necessidades dos fluxos económicos pendulares”.**

Fazemos este destaque cientes da importância das redes rodoferroviárias para a competitividade do Alto Alentejo, tendo presente que a União Europeia ao classificar as vias rodoviárias como prioridades negativas está a limitar e condicionar o desenvolvimento deste território onde as acessibilidades, nomeadamente as que estão consideradas no PNPOT e no PROT, são essenciais, como refere o Relatório acima referido ao definir como objetivos estratégicos e específicos para o Alentejo 2030:

*OE 4 - Mobilizar intensa, integrada e alargadamente recursos e ativos estratégicos de todo o território da Região*

- *Oe 4.7. Construção de ligações rodoviárias e de interfaces à Linha Ferroviária Sines-Elvas/Caia e de acesso à Plataforma Logística do Caia, geradores de sinergias indispensáveis*

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://goo.gl/rgtaYF>

*para a valorização económica das produções da envolvente do território da ferrovia e da Plataforma.*

*OE 5 - Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da Região simultaneamente como fator de competitividade e coesão territorial*

- o *Oe 5.3. Melhoria da conetividade interna, no sentido de reforçar a complementaridade entre centros urbanos e uma maior integração das cidades com os territórios envolventes.*

### 3.2.2 Demografia

Em 2020, de acordo com as estimativas da população do INE, o Alto Alentejo (NUTS III) registava um efetivo populacional de 103.171 habitantes (cerca de 15% da população do Alentejo – NUTS II; Tabela 2), o que correspondia a um decréscimo de 15 mil habitantes face ao ano de 2011. Para esta perda de população contribuíram transversalmente as dinâmicas de todos os concelhos da sub-região, mas mais significativamente os concelhos de Gavião, Nisa e Crato com perdas superiores a 19%; 17,5% e 14,1%, respetivamente.

Esta dinâmica resulta de taxas de crescimento natural<sup>2</sup> e de crescimento efetivo<sup>3</sup> negativas em todos os concelhos, com valores médios para a NUTS III Alto Alentejo “– 1,22‰” e “– 1,32‰”, respetivamente.

A taxa bruta de natalidade, em 2020, no Alto Alentejo, era de 7,1‰, um valor inferior à média nacional (8,2‰) enquanto a taxa bruta de mortalidade da NUT III se situava nos 19,3‰ (face a 12‰ em Portugal).

À escala municipal, Arronches, Gavião e Sousel, Marvão, Nisa, Fronteira, Crato, apresentam as taxas brutas de natalidade mais baixas da região, com 4,3;4,3; 4,3; 5; 5,8; 5,1; 5,5 ‰, conjugadas com elevadas taxas brutas de mortalidade (30,8‰ em Arronches, a mais elevada do Alto Alentejo e 29,2‰ em Gavião). Os valores de taxa bruta de natalidade mais elevada verificam-se nos concelhos de Campo Maior (10,3‰), Monforte (9,5‰), Elvas (7,7‰), Ponte de Sor (7,6‰) e Portalegre (7,4‰). Portalegre (8,7‰), Monforte (8,6‰), Ponte de Sor (8,0‰), Elvas (7,8‰), Campo Maior (7,7‰) e Alter do Chão (7,2‰).

A densidade populacional do Alto Alentejo apresenta valores muito baixos, comparativamente com outras escalas territoriais, tendo-se registado um decréscimo de 1,8 habitante/km<sup>2</sup> entre 2011 e 2020, ou seja de 18,8 habitantes/km<sup>2</sup> para 17 habitantes/km<sup>2</sup> (tabela 4). Apesar deste decréscimo destacam-se os concelhos de Portalegre, Elvas e Campo Maior, com densidades populacionais significativamente superiores à média sub-regional e regional (49; 32,1 e 31,5 habitantes/km<sup>2</sup>, respetivamente). Avis,

<sup>2</sup> Corresponde à relação entre taxas de natalidade e mortalidade.

<sup>3</sup> Estabelece a relação entre a taxa de crescimento natural e a taxa de crescimento migratório.

Monforte e Crato apresentam as densidades populacionais mais baixas do Alto Alentejo (6,9; 7 e 7,7 habitantes /km<sup>2</sup>).

Tabela 3 – População Residente, 2011, 2020 e 2021 (dados provisórios)

	População Residente (HM)			
	2011	2020	2021	VAR (hab.)
<b>Alto Alentejo</b>	118506	103171	104989	-13517
<b>Alter do Chão</b>	3562	3136	3046	-516
<b>Arronches</b>	3165	2762	2789	-376
<b>Avis</b>	4571	4194	3813	-758
<b>Campo Maior</b>	8456	7792	8045	-411
<b>Castelo de Vide</b>	3407	2889	3121	-286
<b>Crato</b>	3708	3058	3225	-483
<b>Elvas</b>	23078	20289	20753	-2325
<b>Fronteira</b>	3410	2933	2856	-554
<b>Gavião</b>	4132	3183	3398	-734
<b>Marvão</b>	3512	2938	3023	-489
<b>Monforte</b>	3329	2948	2990	-339
<b>Nisa</b>	7450	5959	5951	-1499
<b>Ponte de Sor</b>	16722	14845	15253	-1469
<b>Portalegre</b>	24930	21917	22368	-2562
<b>Sousel</b>	5074	4328	4358	-716

Fonte: INE, Censos 2011, Estimativa da População 2020 e resultados provisórios CENSOS 2021

Tabela 4 – Análise de indicadores populacionais

	Densidade populacional (N.º/km <sup>2</sup> )		Taxa de crescimento efetivo (%)		Taxa de crescimento natural (%)		Taxa bruta de natalidade (‰)		Taxa bruta de mortalidade (‰)		Índice de envelhecimento (‰)		Índice de dependência de idosos (‰)	
	2011	2020	2011	2020	2011	2020	2011	2020	2011	2020	2011	2020	2011	2020
<b>Portugal</b>	<b>114,3</b>	<b>111,7</b>	<b>- 0,29</b>	<b>0,02</b>	<b>- 0,06</b>	<b>-0,38</b>	<b>9,2</b>	<b>8,2</b>	<b>9,7</b>	<b>12</b>	<b>131,3</b>	<b>167</b>	<b>29,6</b>	<b>35</b>
<b>Alto Alentejo</b>	<b>18,8</b>	<b>17</b>	<b>- 0,89</b>	<b>-1,32</b>	<b>- 0,86</b>	<b>-1,22</b>	<b>7,5</b>	<b>7,1</b>	<b>16,1</b>	<b>19,3</b>	<b>216,5</b>	<b>242,4</b>	<b>45,9</b>	<b>44,8</b>
Alter do Chão	9,8	8,7	- 1,21	-0,92	- 1,21	-1,49	6,2	6,7	18,3	21,6	308,9	250,6	60,4	46,8
Arronches	9,7	8,8	- 2,42	-2,08	- 2,42	-2,65	2,3	4,3	26,5	30,8	320,1	331,4	59,4	45,8
Avis	7,5	6,9	- 1,03	-1,26	- 1,03	-1,59	7,0	5,9	17,4	21,8	271,6	304,6	53,0	49,1
Campo Maior	34,2	31,5	- 0,26	-1,05	- 0,26	-0,66	10,8	10,3	13,4	17	136,4	160,2	34,5	36,2
Castelo de Vide	12,7	10,9	- 1,32	-1,03	- 1,32	-1,17	6,2	6,9	19,4	18,6	325,7	316,4	58,3	49,6
Crato	9,2	7,7	- 2,17	-2,3	- 2,17	-2,33	6,5	5,5	28,2	28,8	370,0	353,1	65,5	58,7
Elvas	36,5	32,1	- 0,22	-1,17	- 0,20	-0,87	10,1	7,7	12,2	16,4	143,2	189,5	35,7	36,2
Fronteira	13,6	11,8	- 0,97	-1,39	- 0,97	-1,69	7,9	5,1	17,7	22	218,4	280,9	47,6	47,8
Gavião	13,8	10,8	- 1,80	-2,48	- 1,80	-2,48	4,1	4,3	22,1	29,2	473,7	422,5	81,4	61
Marvão	22,5	19	- 1,11	-2,25	- 1,11	-2,39	5,7	5	16,8	28,9	351,1	360,9	58,4	53,2
Monforte	7,9	7	- 0,63	-0,91	- 0,63	-0,95	8,4	9,5	14,7	18,9	199,8	179,3	50,7	39,2

Nisa	12,8	10,4	- 1,73	-1,7	- 1,73	-1,73	5,0	5,8	22,2	23,1	405,6	406,7	73,0	61,5
Ponte de Sor	19,8	17,7	- 0,86	-1	- 0,77	-0,84	6,9	7,6	14,6	16,1	205,7	239,5	41,9	43,7
Portalegre	55,5	49	- 0,70	-1,16	- 0,64	-0,92	7,4	7,4	13,8	16,6	180,8	225,1	37,1	45,4
Sousel	18,0	15,5	- 1,3	-1,92	- 1,3	-1,83	4,0	4,3	17,2	22,7	260,8	298,2	55,5	50,5

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2011 e Estimativas da População 2020

De um modo geral, os indicadores evidenciam a limitada capacidade de renovação demográfica e dinâmicas regressivas que se têm verificado nas últimas décadas de forma contínua, com implicações noutros domínios como a saúde, o apoio social e o emprego.

### 3.2.3 Ensino e investigação

A formação e qualificação do capital humano de uma região é um fator chave para fazer face aos desafios da economia e do mercado de trabalho, condicionando a capacidade de empreendedorismo e inovação.

O crescimento inteligente é uma das prioridades da estratégia “Europa 2020”, visando “desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação”, tendo a Comissão Europeia definido as seguintes metas: (1) reduzir para menos de 10% a taxa de abandono escolar e (2) aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem de pessoas entre os 30 e os 34 anos que concluíram estudos superiores. Estas orientações foram também incorporadas nas estratégias nacionais e regionais, como a da CIMAA, havendo investimentos integrados no PDCT que visam contribuir para o alcance destas metas, tendo sido contratualizadas prioridades de investimento relacionadas com este domínio.

No que diz respeito às taxas brutas de escolarização do ensino básico e secundário (exprimem a relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, independentemente da idade, e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo) verifica-se uma evolução positiva, com uma diminuição das taxas, entre 2011 e 2018. Este resultado poderá estar correlacionado com a diminuição da taxa de retenção e desistência no ensino básico (6,9% em 2018 face a 8,3% em 2011), em simultâneo com o aumento da taxa de transição/conclusão no ensino secundário, de 79,6% para 87,0% nos anos considerados.

Embora não existam dados referentes à taxa de escolaridade do nível de ensino da população residente com idade entre 30 e 34 anos por NUTS III ou concelhos, à escala da NUTS II Alentejo, em 2018, esta possui um valor de 27,1% face a 17,6% em 2011. Um outro indicador complementar é a taxa de escolarização no ensino superior na qual se verificou um aumento entre os anos de 2011 e 2018.

Conforme dados apresentados, é necessário desenvolver esforços para favorecer a convergência para a meta 2030 estabelecida, sendo ainda de referir que, conforme os dados estatísticos do último recenseamento geral da população (2011), a maioria da população residente no Alto Alentejo possuía qualificações ao nível do ensino básico (57,3% do total) e secundário (15,4%).

Importa também, neste contexto, verificar a rede de oferta formativa de ensino superior, tecnológico e profissional do território, um elemento essencial para o reforço da capacitação em áreas estratégicas específicas para a região. No que se refere a escolas de ensino básico e secundário, estes estabelecimentos estão presentes em todos os concelhos, num total de 119 estabelecimentos. Contudo, entre os anos letivos 2011/2012 e 2017/2018 verificou-se uma diminuição no número total de escolas, relacionada com o encerramento de escolas básicas (20 escolas) e profissionais (2).

Tabela 5 – Análise a dados educativos

	Taxa bruta de pré-escolarização		Taxa bruta de escolarização				Taxa de retenção e desistência no ensino básico		Taxa de transição/conclusão no ensino sec.		Taxa de escolarização no ensino superior (entre 18 e 22 anos)	
	2011/2012	2019/2020	Ensino básico		Ensino secundário		2011/2012	2017/2018	2011/2012	2017/2018	2011/2012	2017/2018
			2011/2012	2019/2020	2011/2012	2017/2018						
<b>Portugal</b>	<b>87,4</b>	97,1	<b>122,2</b>	<b>108,4</b>	<b>134,9</b>	<b>121,0</b>	<b>7,5</b>	<b>5,1</b>	<b>79,2</b>	<b>86,1</b>	<b>32,2</b>	<b>36,4</b>
<b>Alentejo</b>	<b>100,8</b>	105,6	<b>127,5</b>	<b>113,1</b>	<b>144,7</b>	<b>120,6</b>	<b>8,5</b>	<b>6,7</b>	<b>79,5</b>	<b>86,5</b>	<b>20,5</b>	<b>23,6</b>
<b>Alto Alentejo</b>	<b>116,7</b>	111,7	<b>135,5</b>	<b>117,7</b>	<b>148,1</b>	<b>127,9</b>	<b>8,3</b>	<b>6,9</b>	<b>79,6</b>	<b>87,0</b>	<b>20,9</b>	<b>23,8</b>
Alter do Chão	86,4	84,2	120,4	117,6	212,2	196,6	9,7	9,5	80,8	85,4	0,0	0,0
Arronches	116,9	122,2	109,7	155,9	11,2	9,5	0,4	//	//	85,7	0,0	0,0
Avis	106,0	84,5	106,9	107	125,0	31,8	14,4	14,6	89,9	94,1	0,0	0,0
Campo Maior	160,7	120,5	142,4	130,3	118,8	122,8	9,0	10,4	69,4	87,1	0,0	0,0
Castelo Vide	108,8	117,2	105,2	127,4	44,8	24,7	2,0	4,4	//	//	0,0	0,0
Crato	92,5	109,1	107,7	106,1	131,7	177,3	8,7	6,6	90,6	86,2	0,0	0,0
Elvas	150,0	126,7	127,9	130,1	136,9	119,5	7,0	8,4	76,3	91,2	10,1	17,4
Fronteira	93,5	105,5	163,3	95	303,7	32,4	13,5	6,6	87,1	//	0,0	0,0
Gavião	111,1	120,8	133,8	126,1	55,6	28,9	5,7	1,3	64,0	//	0,0	0,0
Marvão	89,2	102,4	111,4	92	13,2	//	8,5	6,0	//	//	0,0	0,0
Monforte	103,1	83,1	127,7	111,2	0,0	//	6,6	12,5	//	//	0,0	0,0
Nisa	107,3	97,4	112,5	96,2	174,3	74,5	10,8	8,5	77,2	70,8	0,0	0,0
Ponte de Sor	99,5	96,8	126,9	90,1	169,8	129,6	8,8	4,5	83,6	84,3	0,0	0,0
Portalegre	111,9	113,7	178,0	111,5	228,7	241,1	8,8	4,4	81,5	86,2	92,8	88,5
Sousel	106,6	112,4	136,7	117,2	27,7	72,6	5,7	6,7	//	100	0,0	0,0

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2011 e 2018; Estimativas da população 2020.

Importa também, neste contexto, verificar a rede de oferta formativa de ensino superior, tecnológico e profissional do território, um elemento essencial para o reforço da capacitação em áreas estratégicas específicas para a região.

No que se refere a escolas de ensino básico e secundário, estes estabelecimentos estão presentes em todos os concelhos, num total de 119 estabelecimentos. Contudo, entre os anos letivos 2011/2012 e 2016/2017 verificou-se uma diminuição no número total de escolas, relacionada com o encerramento de escolas básicas (20 escolas) e profissionais (2).

Tabela 6. Estabelecimentos de ensino não superior por localização geográfica e tipo de estabelecimento

	Total		Jardim-de-infância		Escola básica		Escola secundária		Escola básica e secundária		Escola profissional	
	2010/2011	2016/2017	2010/2011	2016/2017	2010/2011	2016/2017	2010/2011	2016/2017	2010/2011	2016/2017	2010/2011	2016/2017
<b>Portugal</b>	<b>11.017</b>	<b>8.584</b>	<b>4.401</b>	<b>3.054</b>	<b>5.673</b>	<b>4.549</b>	<b>348</b>	<b>335</b>	<b>319</b>	<b>371</b>	<b>266</b>	<b>261</b>
<b>Alentejo</b>	<b>897</b>	<b>760</b>	<b>317</b>	<b>262</b>	<b>506</b>	<b>424</b>	<b>31</b>	<b>32</b>	<b>18</b>	<b>21</b>	<b>25</b>	<b>21</b>
<b>Alto Alentejo</b>	<b>136</b>	<b>119</b>	<b>40</b>	<b>42</b>	<b>83</b>	<b>63</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>4</b>
Alter do Chão	4	3	1	-	1	1	-	-	1	1	1	1
Arronches	7	5	3	3	4	1	-	-	-	1		
Avis	9	8	2	2	6	5	-	-	-	-	1	1
Campo Maior	9	4	2	2	6	1	1	1	-	-	-	-
Castelo de Vide	4	4	1	2	3	2	-	-	-	-	-	-
Crato	5	3	2	1	2	1			-	-	1	1
Elvas	27	24	10	9	15	14	1	1	-	-	1	
Fronteira	3	3	1	1	2	2	-	-	-	-	-	-
Gavião	4	4	1	2	3	1	-	-	-	1	-	-
Marvão	2	2	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-
Monforte	8	8	3	3	5	5	-	-	-	-	-	-
Nisa	6	4	1	2	3	1	-	-	1	1	1	-
Ponte de Sor	16	16	4	5	11	10	1	1	-	-	-	-
Portalegre	25	24	7	8	15	13	2	2	-	-	1	1
Sousel	7	7	2	2	5	4			-	1	-	-

- Dado nulo ou não aplicável

Fonte: INE/Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2018

Também no número de alunos matriculados se verificou uma diminuição acentuada entre os anos letivos 2010/2011 e 2016/2017 (-16,1%), de 19.827 para 16.632 alunos matriculados na área de abrangência do Alto Alentejo. À escala municipal, apenas os concelhos de Campo Maior e Crato tiveram um aumento no número de alunos matriculados nos anos em análise, embora pouco significativo (respetivamente, mais 4 e 15 alunos, em 2016/2017 do que em 2010/2011). Esta diminuição pode ser justificada pela conjugação

de fatores como o encerramento de escolas, associado às dinâmicas demográficas (que são apresentadas com maior detalhe no ponto respetivo – 1.1.2.2.), com registo de diminuição dos grupos etários dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24.

Analisando a distribuição dos alunos matriculados no ensino não superior, por nível de ensino, no Alto Alentejo o ensino secundário e o 1º ciclo do ensino básico apresentam a maior proporção de alunos, com 25,1% e 23,4% do total, respetivamente.

A oferta formativa das escolas profissionais existentes no território do Alto Alentejo, demonstra uma preocupação com a formação de recursos humanos em áreas estratégicas para a sub-região como a agricultura e pecuária, turismo e apoio social.

No ensino superior, no Alto Alentejo destaca-se o Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) que integra a Escola Superior Agrária de Elvas (localizada neste concelho), a Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Escola Superior de Tecnologia e Gestão e Escola Superior de Saúde (situadas no concelho de Portalegre) e outras unidades que contribuem para a transferência de conhecimento, como a Coordenação Interdisciplinar, Investigação e Inovação (C3i) e a Incubadora de Base Tecnológica (BioBIP). Nas suas quatro Escolas, o IPP oferece vários cursos de licenciatura e mestrado, bem como Cursos Técnico Superiores Profissionais (TeSP), que refletem a preocupação com o desenvolvimento regional e a relação com a comunidade envolvente, que carecem de continuidade e incremento para que a região possa atingir níveis de conhecimento, investigação, inovação e transferência de tecnologia, consentâneos com as necessidades de desenvolvimento do território e contributo de nível supra regional.

Refira-se, pelo exemplo que constitui relativamente ao caminho a seguir, no âmbito da rede de apoio à investigação, desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia, a **BioBIP – Bioenergy and Business Incubator of Portalegre** como a principal referência na ligação entre o ensino superior e o tecido económico local. Esta é uma estrutura vocacionada para a incubação de empresas e/ou projetos, essencialmente de base tecnológica, relacionados com as áreas formativas do IPP ou com o aproveitamento dos recursos da região. Trata-se de uma infraestrutura inserida na dinâmica do Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo (PCTA). A *BioBIP – Bioenergy and Business Incubator of Portalegre* dispõe de três regimes de utilização: Incubação física, Incubação virtual e “Incubadora Services”.

Por sua vez, a **C3i** é a estrutura transversal às unidades orgânicas do IPP que reúne as áreas de competência científica e técnica desta instituição no domínio da investigação. Os investigadores da C3i desenvolvem, a partir das suas bases de especialização, projetos de investigação fundamental e aplicada, financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e por outras agências de financiamento públicas e privadas, nacionais e internacionais. A C3i engloba quatro núcleos de I&D: Bioenergia e



Materiais Sustentáveis; Núcleo de Computação, *Design e Marketing*; Núcleo de Ciências Sociais, Humanas e Saúde; Núcleo de Investigação em Agricultura Sustentável.

Complementarmente e com destaque na criação de um ecossistema regional empreendedor que promova a ligação entre a academia e o tecido empresarial e a comunidade, o IPP dispõe de um **Gabinete de apoio ao emprego e empreendedorismo**, uma estrutura que tem por missão fomentar e apoiar o espírito empreendedor, contribuindo para a empregabilidade e inserção profissional dos seus diplomados, através do estabelecimento de relações com o tecido empresarial, desenvolvimento de competências de empreendedorismo e promoção de programas de apoio à inserção a vida ativa, etc.

Para além da BioBIP, na Rede Nacional de Incubadoras e Aceleradoras<sup>4</sup> estão integradas algumas estruturas com sede no Alto Alentejo, nomeadamente, a **Incubadora Aeronáutica em Ponte de Sor** e os **Ninhos de Empresas de Elvas, Marvão, Monforte, Ponte de Sor e Portalegre** (associados ao Instituto de Emprego e Formação Profissional).

A curto prazo irá ainda integrar esta rede a **Incubadora de Empresas Não Tecnológicas de Portalegre**, projeto desenvolvido pelo Município de Portalegre em parceria com o Instituto Politécnico de Portalegre, e que tem por objeto incubar micro e pequenas empresas, na área das indústrias culturais e criativas, essencialmente nos domínios da cultura e do património cultural.

Ainda de destacar a existência do **Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia do INIAV enquanto** infraestrutura tecnológica. Este centro visa expandir o foco das atividades de investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação em áreas chave como a agricultura e agroindústria; gestão de recursos naturais e sanidade vegetal, no domínio da "Alimentação e Floresta", constante na EREI.

Todas as iniciativas indicadas constituem exemplos de um rumo que importa valorizar, continuar e desenvolver, como forma e garantia de desenvolvimento da região, só possível mediante a proximidade da formação, I&DC às empresas e resposta às aspirações dos residentes, com fixação e atratividade de jovens e captação de investimentos.

### 3.2.4 Respostas sociais e de saúde

As respostas sociais existentes num território são fundamentais para garantir a inclusão e qualidade de vida de todos os cidadãos e colmatar eventuais situações de carência e pobreza, sobretudo de grupos mais vulneráveis como a população idosa ou com deficiência e ainda as crianças e jovens. Já os

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://rni.pt/>

equipamentos e serviços de saúde devem garantir o acesso universal aos cuidados básicos e especializados, sendo para isso essencial que estejam estruturados em rede e articulados de modo a garantir a necessária equidade na distribuição e conseqüente acesso aos recursos/serviços.

O envelhecimento da população, fenómeno registado à escala nacional, apresenta uma expressão muito significativa no Alto Alentejo (analisado no capítulo respetivo – 1.1.2.) o que revela a necessidade de ser assegurada uma crescente capacidade de resposta a patologias e necessidades específicas dos grupos etários mais idosos. Por outro lado, no domínio da infância e juventude, importa também garantir o apoio às famílias através de respostas que promovam o desenvolvimento pessoal e social da criança e que permitam a continuidade/inserção dos pais/cuidadores no mercado de trabalho, elementos essenciais para a retenção e atração de população para os territórios do interior.

A rede de equipamentos de apoio social no Alto Alentejo abrange todos os concelhos, existindo 217 equipamentos com valências focadas na infância/juventude e na população adulta com deficiência e idosa, sendo que diversos equipamentos/instituições prestam apoio a vários grupos. Os concelhos de Portalegre e Elvas concentram o maior número de equipamentos. Para além destes concelhos, apenas em Arronches, Marvão e Ponte de Sor existem equipamentos que prestam apoio à população adulta com deficiência.

Tabela 7. Rede de equipamentos de apoio social, em 2018

	Total de equipamentos	Equipamentos por área de intervenção		
		Infância e juventude	População adulta – com deficiência	População adulta – Idosos
<b>Alto Alentejo</b>	<b>217</b>	<b>97</b>	<b>12</b>	<b>117</b>
Alter do Chão	8	2	0	6
Arronches	10	3	3	4
Avis	12	4	0	9
Campo Maior	7	3	0	4
Castelo de Vide	8	2	0	6
Crato	9	1	0	8
Elvas	35	22	1	16
Fronteira	8	3	0	5
Gavião	9	4	0	5
Marvão	8	1	1	6
Monforte	9	4	0	5
Nisa	12	4	0	10
Ponte de Sor	21	8	1	12
Portalegre	46	27	6	14
Sousel	15	9	0	7

Fonte: ISS - Gabinete de Estratégia e Planeamento, Carta Social, 2018 (disponível em: <http://www.cartasocial.pt/index.php>)

Fazendo uma análise por tipologia de equipamentos de apoio à infância e juventude (Tabela 8) existe um conjunto de respostas integradas de cuidados e apoio social para crianças e jovens (97 equipamentos) sendo as mais presentes a creche e jardim-de-infância.

As **creches** e o **pré-escolar** concentram o maior número de utentes, com 1.392 crianças a frequentar a creche e 1.922 na educação pré-escolar, o que representa uma taxa de ocupação de 75,5% e 80,8%, respetivamente. À escala dos concelhos, verifica-se que apenas em Avis o número de utentes da creche atinge a capacidade total do equipamento (30); enquanto nos estabelecimentos de educação pré-escolar essa situação ocorre em Castelo de Vide, Crato (cada um com apenas um equipamento, com 25 e 33 crianças, respetivamente) e Monforte (num total de três equipamentos com esta valência, com 84 utentes).

Os **centros de atividades de tempos livres**<sup>5</sup> apresentam a taxa de ocupação mais baixa (61,1%), com 712 utentes, estando presentes em mais de metade dos concelhos.

No que se refere a **centros de acolhimento temporário**<sup>6</sup> existem dois equipamentos no Alto Alentejo, um em Arronches e outro em Elvas, com capacidade total para 42 crianças e/ou jovens e com uma ocupação de 73,8%. Os **lares de infância e juventude**<sup>7</sup> estão presentes nos concelhos de Arronches (um equipamento com 24 utentes e ocupação total) e Portalegre (dois equipamentos, com um total de 52 utentes e capacidade para 70).

Por fim, a **intervenção precoce na infância**<sup>8</sup> está presente nos concelhos de Campo Maior (50 utentes), Elvas (68 utentes), Ponte de Sor (100 utentes) e Portalegre (97 utentes), com uma taxa de ocupação global de 96,9%.

Em todas as valências existe ainda capacidade de resposta para um aumento da procura, uma situação que, em algumas das tipologias, reflete a baixa proporção que o grupo etário das crianças e jovens apresenta no conjunto da população (grupo dos 0 aos 14 anos representa 11,8%), em contraste com o que ocorre no grupo etário dos idosos (com 65 anos ou mais, que corresponde a 27% do total) e cujas respostas sociais serão analisadas de seguida.

---

<sup>5</sup> Resposta social que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiactividades.

<sup>6</sup> Resposta social destinada a crianças e jovens até aos 18 anos em situação de perigo, a quem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou o Tribunal tenha aplicado uma medida de promoção e proteção, com o objetivo específico de assegurar alojamento temporário, entre outros.

<sup>7</sup> Resposta social com os mesmos destinatários dos Centros de Acolhimento temporário, mas com o objetivo específico de assegurar alojamento.

<sup>8</sup> Resposta social que visa garantir condições de desenvolvimento das crianças com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitem o crescimento pessoal e social e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso de desenvolvimento.

Visando dar apoio aos grupos etários mais idosos (relembra-se o índice de envelhecimento de 216,5% registado no território da CIMAA), nos concelhos que integram a NUTS III Alto Alentejo existe um conjunto de 117 equipamentos sociais com valências para o grupo etário com 65 anos ou mais anos, com respostas que passam pelo serviço domiciliário, estrutura residencial, centros de convívio e centros de dia, refeitório/cantina social e centro de acolhimento temporário.

Todos os concelhos dispõem de **serviços de apoio domiciliário** (que abrangem 1.465 utentes), **estrutura residencial para idosos** (com 3.303 utentes, o que corresponde a 95,1% da capacidade total) e **centro de dia** (nos quais participam 933 utentes, 50,6% da capacidade total para este tipo de valência).

Os **centros de convívio**<sup>9</sup> servem 1.147 utentes e estão presentes em 9 concelhos. Quanto a **refeitório/cantina social** existe apenas um equipamento que presta este tipo de resposta social, no concelho de Gavião, (com 3 utentes e capacidade para 15), bem como um **centro de acolhimento temporário**, atualmente com uma taxa de ocupação máxima (18 utentes), no concelho de Portalegre.

No respeitante ao **apoio à população adulta com deficiência** existem 12 equipamentos com valências como centro de atividades ocupacionais, lar residencial, residência autónoma, centro de acolhimento parental e apoio domiciliário (Tabela 10).

Os **centros de atividades ocupacionais**<sup>10</sup> são a resposta com o maior número de utentes – 231 (88,5% da capacidade total que corresponde a 261 utentes), seguida do **lar residencial**, com um total de 117 utentes, próximo da capacidade total (120 utentes). As **residências autónomas** e **centro de apoio familiar** encontram-se com 100% de ocupação, enquanto o serviço de apoio domiciliário presta cuidados a 20 utentes, metade da sua capacidade máxima.

---

<sup>9</sup> Resposta social de apoio a atividades sociais, recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas, residentes numa determinada comunidade.

<sup>10</sup> Resposta social destinada a promover atividades para jovens e adultos, a partir dos 16 anos, com deficiência grave, tendo com o objetivos criar condições que visem a valorização pessoal e a integração social de pessoas com deficiência e assegurar a prestação de cuidados e serviços adequados às necessidades e expectativas dos utilizadores, entre outros.

Tabela 8. Respostas na área de apoio à infância e juventude

	Creche			Estabelecimento de educação pré-escolar			Centro de acolhimento temporário			Lar de Infância e juventude			Centro de atividades de tempos livres			Intervenção precoce		
	Eq.	Capacidade	Utentes	Eq.	Capacidade	Utentes	Eq.	Capacidade	Utentes	Eq.	Capacidade	Utentes	Eq.	Capacidade	Utentes	Eq.	Capacidade	Utentes
<b>Alto Alentejo</b>	<b>43</b>	<b>1.843</b>	<b>1.392</b>	<b>65</b>	<b>2.378</b>	<b>1.922</b>	<b>2</b>	<b>42</b>	<b>31</b>	<b>3</b>	<b>94</b>	<b>76</b>	<b>23</b>	<b>1.166</b>	<b>712</b>	<b>4</b>	<b>325</b>	<b>315</b>
Alter do Chão	1	35	24	1	7	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arronches	1	45	40	2	50	30	1	20	18	1	24	24	0	0	0	0	0	0
Avis	1	30	30	2	64	52	0	0	0	0	0	0	1	59	56	0	0	0
Campo Maior	2	144	102	2	125	120	0	0	0	0	0	0	2	245	199	1	50	50
Castelo de Vide	2	75	53	1	25	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crato	1	50	39	1	33	33	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Elvas	12	440	360	15	706	586	1	22	13	0	0	0	5	208	82	1	75	68
Fronteira	2	70	34	1	25	6	0	0	0	0	0	0	1	25	18	0	0	0
Gavião	1	35	14	4	94	60	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Marvão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	42	28	0	0	0
Monforte	1	30	20	3	84	84	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nisa	2	73	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	95	43	0	0	0
Ponte de Sor	4	187	149	8	248	217	0	0	0	0	0	0	3	137	21	1	100	100
Portalegre	10	514	410	20	780	617	0	0	0	2	70	52	6	280	210	1	100	97
Sousel	3	115	62	5	137	88	0	0	0	0	0	0	2	75	55	0	0	0

Fonte: ISS - Gabinete de Estratégia e Planeamento, Carta Social, 2018 (disponível em: <http://www.cartasocial.pt/index.php>)

Tabela 9. Respostas na área de apoio à população adulta – idosos

	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos e Residência)			Centro de convívio			Centro de dia			Refeitório/Cantina Social			Centro de Acolhimento Temporário		
	Eq.	Capacidade	Utentes	Eq.	Capacidade	Utentes	Eq.	Capacidade	Utentes	Eq.	Capacidade	Utentes	Eq.	Capacidade	Utentes	Eq.	Capacidade	Utentes
<b>Alto Alentejo</b>	<b>70</b>	<b>2.486</b>	<b>1.465</b>	<b>78</b>	<b>3.476</b>	<b>3.306</b>	<b>19</b>	<b>3.476</b>	<b>3.306</b>	<b>65</b>	<b>1.611</b>	<b>1.147</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>18</b>	<b>18</b>
Alter do Chão	3	117	54	5	211	171	1	211	171	3	50	37	0	0	0	0	0	0
Arronches	2	44	26	4	156	156	0	156	156	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Avis	5	265	122	4	154	151	5	154	151	6	510	461	0	0	0	0	0	0
Campo Maior	2	67	36	2	69	69	0	69	69	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Castelo de Vide	2	72	38	6	231	224	0	231	224	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Crato	5	135	106	6	224	216	0	224	216	5	0	0	0	0	0	0	0	0
Elvas	8	267	206	11	437	426	3	437	426	10	434	342	0	0	0	0	0	0
Fronteira	2	86	53	2	118	112	3	118	112	3	113	84	0	0	0	0	0	0
Gavião	3	172	63	4	241	237	0	241	237	4	0	0	1	15	3	0	0	0
Marvão	3	86	62	4	189	189	1	189	189	4	25	17	0	0	0	0	0	0
Monforte	4	111	63	3	106	106	1	106	106	2	32	20	0	0	0	0	0	0
Nisa	8	312	174	6	317	298	1	317	298	9	20	15	0	0	0	0	0	0
Ponte de Sor	9	432	262	7	413	395	0	413	395	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Portalegre	10	235	139	9	440	392	1	440	392	8	277	40	0	0	0	1	18	18
Sousel	4	85	61	5	170	164	3	170	164	4	150	131	0	0	0	0	0	0

Fonte: ISS - Gabinete de Estratégia e Planeamento, Carta Social, 2018 (disponível em: <http://www.cartasocial.pt/index.php>)

Tabela 10. Respostas na área de apoio à população adulta – deficiência

	Centro de atividades ocupacionais (deficiência)			Lar residencial (deficiência)			Residência autónoma (deficiência)			Centro de Apoio Familiar Aconselhamento Parental			Serviço de Apoio Domiciliário (Deficiência)		
	Eq.	Capacidade	Utentes	Eq.	Capacidade	Utentes	Eq.	Capacidade	Utentes	Eq.	Capacidade	Utentes	Eq.	Capacidade	Utentes
<b>Alto Alentejo</b>	<b>6</b>	<b>261</b>	<b>231</b>	<b>30</b>	<b>120</b>	<b>117</b>	<b>3</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>1</b>	<b>40</b>	<b>20</b>
Alter do Chão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arronches	1	30	27	1	25	24	1	5	5	0	0	0	0	0	0
Avis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Campo Maior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Castelo de Vide	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crato	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Elvas	1	85	61	1	12	12	1	10	10	0	0	0	0	0	0
Fronteira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gavião	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Marvão	1	18	17	24	24	23	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monforte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nisa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ponte de Sor	1	50	50	1	18	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Portalegre	2	78	76	3	41	41	0	0	0	1	60	60	1	40	20
Sousel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: ISS - Gabinete de Estratégia e Planeamento, Carta Social, 2018 (disponível em: <http://www.cartasocial.pt/index.php>)

No contexto da saúde, importa ainda analisar alguns indicadores referentes a este domínio, nomeadamente os equipamentos disponíveis e profissionais de saúde que atuam neste território.

A Administração Regional de Saúde do Alentejo é o serviço desconcentrado do Ministério da Saúde que tem como âmbito de atuação a região do Alentejo e a sua atividade visa coordenar as ofertas e otimizar os recursos disponíveis para prestar os cuidados de saúde necessários à comunidade. Os hospitais públicos existentes no Alto Alentejo localizam-se nos concelhos de Elvas (Hospital Santa Luzia de Elvas) e Portalegre (Hospital Dr. José Maria Grande), existindo ainda um hospital privado em Monforte. Nos hospitais públicos, em 2010, realizaram-se 77.145 consultas, valor que, em 2016, aumentou para 102.714, e que é acompanhado por um ligeiro aumento no número de médicos por 1.000 habitantes, de 3,1 para 3,5. Este último valor é significativamente inferior à média nacional de 4,9 médicos por 1.000 habitantes, em 2016).

Quanto aos centros de saúde e extensões que integram o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) de São Mamede – Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano (área de abrangência da NUTS III Alto Alentejo), em todos os concelhos existe esta tipologia de equipamentos, sendo, no entanto, de destacar a redução de 20 extensões dos centros de saúde, entre 2011 e 2018.

No que diz respeito a profissionais de saúde e de apoio, no ACES de São Mamente trabalham 73 médicos, 161 enfermeiros, 18 médicos internos e 90 secretários clínicos<sup>11</sup>, que prestam cuidados a 115.119 utentes inscritos (dados de 2018).

Tabela 11. Indicadores de saúde, por município

	Enfermeiros/ 1.000 habitantes		Médicos/1.000 habitantes		Hospitais		Centros de saúde		Extensões dos centros de saúde	
	2011	2016	2011	2016	2010	2015	2011	2018	2011	2018
<b>Portugal</b>	<b>6,1</b>	<b>6,7</b>	<b>4,1</b>	<b>4,9</b>	<b>229</b>	<b>225</b>	<b>388</b>	<b>-</b>	<b>1.199</b>	<b>-</b>
<b>Alentejo</b>	<b>5,1</b>	<b>6,1</b>	<b>2,2</b>	<b>2,8</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>59</b>	<b>56</b>	<b>238</b>	<b>189</b>
<b>Alto Alentejo</b>	<b>6,7</b>	<b>7,7</b>	<b>3,1</b>	<b>3,5</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>66</b>	<b>46</b>
Alter do Chão	2,8	4,3	1,4	1,2	0	0	1	1	3	3
Arronches	3,3	9,1	2,3	2,4	0	0	1	1	2	2
Avis	2,2	1,8	0,9	0,7	0	0	1	1	4	4
Campo Maior	3,9	3,2	6,4	6,5	0	0	1	1	1	0
Castelo Vide	4,1	4,6	2,4	2,6	0	0	1	1	1	1
Crato	4,4	4,8	0,5	0,9	0	0	1	1	4	4
Elvas	7,2	7,6	4,8	6,0	1	1	1	1	7	4
Fronteira	3,0	2,9	1,2	1,6	0	0	1	1	3	3
Gavião	2,7	4,5	0,5	0,6	0	0	1	1	5	3
Marvão	1,4	2,8	2,0	2,2	0	0	1	1	7	4
Monforte	4,5	6,9	1,5	1,6	1	1	1	1	3	3
Nisa	3,0	3,9	1,4	1,9	0	0	1	1	5	5
Ponte de Sor	3,3	3,9	1,7	1,9	0	0	2	3	6	5
Portalegre	15,8	18,1	4,5	4,8	1	1	1	1	11	2
Sousel	2,2	3,3	1,2	1,1	0	0	1	1	3	3

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2011 e 2016/ ARS Alentejo, 2018

<sup>11</sup> Informação disponível em: <https://goo.gl/Li9dvV>



### 3.2.5 Dinamismo empresarial e emprego

A análise ao tecido económico e emprego tem como objetivo caracterizar o perfil e composição da economia sub-regional e local, nomeadamente os padrões e setores preponderantes no Alto Alentejo e concelhos que o integram, bem como as mudanças registadas nos últimos anos.

O Alto Alentejo, em 2015, apresentava uma densidade de 1,9 empresas/km<sup>2</sup>, uma média significativamente inferior à nacional (12,6 empresas/km<sup>2</sup>) e regional (2,5 empresas/km<sup>2</sup> na NUTS II Alentejo). À escala dos concelhos que integram a sub-região, Portalegre, Elvas e Campo Maior destacam-se com uma densidade de empresas superior (5,8; 3,6 e 3,0 empresas/km<sup>2</sup> respetivamente). Tal como ocorre a outras escalas, a maioria, cerca de 98%, das empresas do Alto Alentejo tem menos de 10 pessoas ao serviço, sendo o valor médio de 2,3. Neste contexto territorial, destacava-se o concelho de Campo Maior com indicadores de “pessoal ao serviço por empresa” e “volume de negócios por empresa” muito superiores aos registados a nível regional e nacional.

Tabela 12. Indicadores de empresas, por município, em 2010 e 2016

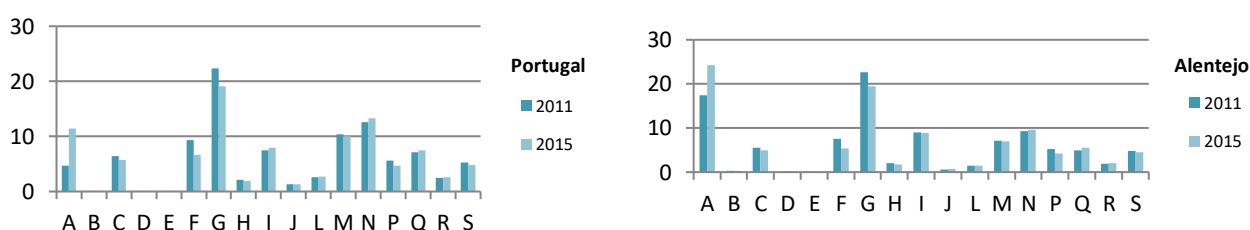
	Densidade de empresas		Proporção de empresas individuais		Proporção de empresas com < 10 pessoas ao serviço		Pessoal ao serviço por empresa		Volume de negócios por empresa	
	Nº/km <sup>2</sup>		%				Nº		Milhares de €	
	2010	2017	2010	2017	2010	2017	2010	2017	2010	2017
<b>Portugal</b>	<b>12,4</b>	<b>13,5</b>	<b>68,5</b>	<b>68,2</b>	<b>95,8</b>	<b>96,3</b>	<b>3,4</b>	<b>3,1</b>	<b>311,5</b>	<b>298,1</b>
<b>Alentejo</b>	<b>2,6</b>	<b>2,7</b>	<b>73,0</b>	<b>71,37</b>	<b>96,9</b>	<b>97,2</b>	<b>2,5</b>	<b>2,4</b>	<b>185,5</b>	<b>201,1</b>
<b>Alto Alentejo</b>	<b>1,8</b>	<b>2,1</b>	<b>73,12</b>	<b>72,8</b>	<b>97,2</b>	<b>97,5</b>	<b>2,4</b>	<b>2,3</b>	<b>155,7</b>	<b>165,7</b>
Alter do Chão	0,9	1,0	78,7	74,59	97,9	98,6	2,3	1,6	117,6	124,4
Arronches	0,9	1,0	77,7	77,17	97,0	98,1	2,0	1,7	86,8	61,2
Avis	0,7	0,7	72,2	69,46	98,1	94,9	2,1	3,0	103,5	198,9
Campo Maior	2,9	3,1	73,9	72,81	95,5	96,8	4,9	5,5	502,2	588,6
Castelo de Vide	1,2	1,4	78,5	77,19	99,1	99,5	1,5	1,4	61,6	47,6
Crato	1,0	1,0	78,5	77,75	98,2	98,8	1,7	1,7	69,1	97,9
Elvas	3,9	4,0	67,4	66,17	96,8	96,8	2,2	2,5	126,8	133,8
Fronteira	1,5	1,8	69,0	70,34	98,1	98,7	2,1	1,8	96,4	98,5
Gavião	1,0	1,1	70,1	71,34	97,7	98,4	2,0	1,6	90,1	74,5
Marvão	2,1	2,9	75,8	77,58	98,8	99,1	1,7	1,5	57,7	34,2
Monforte	0,6	0,7	73,6	73,50	97,4	97,5	2,1	2,1	158,5	147,1
Nisa	1,2	1,3	80,8	80,91	98,3	98,7	1,8	1,7	76,9	66,6
Ponte de Sor	1,9	2,0	77,9	77,51	97,0	97,4	2,1	2,3	129,0	181,7
Portalegre	5,8	6,3	73,6	74,35	97,0	97,7	2,9	2,2	204,3	179,2
Sousel	2,1	2,1	72,1	68,33	96,2	96,0	2,2	2,2	141,6	169,5

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2011 e 2018

Fazendo uma análise ao número de empresas por CAE<sup>12</sup>, verifica-se que, do total de 11.820 empresas existentes no Alto Alentejo, mais de um quarto, 26,8%, dizem respeito ao setor **A – Agricultura** e 18,9% ao setor **G - Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos**, em alinhamento com o que ocorre à escala regional, em que estes setores também são os que mais se destacam, com 24,2% e 19,4%, respetivamente (Figura 5). Ainda de destacar que o setor I - Alojamento, restauração e similares também tem, no Alto Alentejo, uma representatividade superior à registada nas outras escalas territoriais analisadas. Verifica-se, assim, como principal singularidade na estrutura produtiva, a preponderância do setor primário quando comparado com o cenário existente à escala nacional, onde representa apenas 11,5% das empresas e o peso do alojamento/restauração no total de empresas da sub-região.

Destaca-se ainda, nestes dois setores mais expressivos do ponto de vista do quantitativo empresarial, que o percurso entre 2010 e 2016, foi inverso, ou seja, o setor da Agricultura teve um crescimento significativo, passando de 16,9% para 26,8% do total de empresas, enquanto o do Comércio registou uma retração, passando de 23% para 18,6%. Esta tendência de crescimento da proporção de empresas do setor primário também se verifica à escala regional e nacional.

À escala local, destaca-se, em 2015, a proporção de empresas do setor A - Agricultura nos concelhos de Arronches (41,6%), Marvão (39,5%) e Sousel (39,5%). No setor G, Ponte de Sor (22,6%), Gavião (20,7%), Nisa (20,6%), Sousel (20,4%) e Elvas (16,6%) apresentam uma proporção de empresas superior à média do Alto Alentejo.



<sup>12</sup> A – Agricultura; B – Indústrias Extrativas; C- Indústrias Transformadoras; D – Eletricidade, Gás, Vapor, Água quente e fria, e ar frio; E - Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F – Construção; G – Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; H – Transportes e armazenagem; I – Alojamento, restauração e similares; J – Atividades de informação e comunicação; K – Atividades financeiras e de seguros; L – Atividades imobiliárias; M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio; O – Administração pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; P – Educação; Q – Atividades de saúde humana e apoio social; R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; S – Outras atividades de serviços

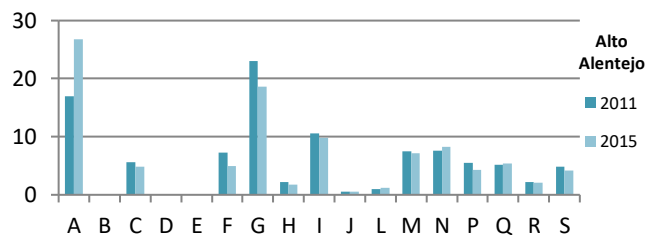


Figura 5. Proporção de empresas, segundo CAE - rev.3, em 2010 e 2015

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2011 e 2016

O tecido empresarial do Alto Alentejo, em 2015, emprega 26.665 pessoas (menos 1.215 que em 2010; uma variação de 4,4%), a maioria afetas ao setor G – Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (24,8%) e A – Agricultura (20,5%). À semelhança do registado no quantitativo empresarial, os postos de trabalho também evoluíram inversamente nestes dois setores mais expressivos. Entre 2010 e 2015, o pessoal ao serviço das empresas do setor primário teve um acréscimo de 35,2% enquanto o do setor G apresenta um decréscimo de cerca de 10%. Para além destes dois setores destacam-se, em 2015, os setores C (Indústria transformadora) e o I (Alojamento, restauração e similares) como maiores empregadores.

No respeitante ao volume de negócios, em 2015, as empresas do Alto Alentejo geraram 1.878.570 milhares de euros, correspondente a um Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 408.128 milhares de euros. Em termos comparativos, entre 2010 e 2015, verificou-se um acréscimo de 4,5% no volume de negócios das empresas da sub-região, um valor significativamente superior ao da escala regional (0,4% na NUTS II Alentejo) e contrário à tendência nacional que registou um decréscimo de 7% no mesmo período. Contudo, no que se refere ao VAB das empresas, entre 2010 e 2015, verifica-se um decréscimo de 13% (menos 61.247 milhares de euros), significativamente superior à diminuição que ocorreu a nível regional (-6,3%) e nacional (-8,7%).

O setor B – Indústrias extrativas apresenta o maior crescimento (246,2%, que corresponde a 510.706 milhares de euros em 2015, face a 900 milhares de euros em 2010), seguido do setor A – Agricultura (43%, referente a 182.537 milhares de euros em 2015, face a 127.675 milhares de euros em 2010) e R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (32,7%, 5.993 milhares de euros em 2015 e 4.516 milhares de euros em 2010). Ainda com evolução positiva, embora menos significativa, o setor S – Outras atividades de serviços.

Analisando o volume de negócios por setor, o Comércio (G) gera 46,1% do volume de negócios do Alto Alentejo (866.601 milhares de euros, em 2015), seguido da Agricultura (A) que representa 9,7% do total, cuja preponderância já se verificava em 2010, período no qual também é notória a elevada proporção do volume de negócios das Indústrias transformadoras (C)<sup>13</sup> que representava 17,7% do total. São também os setores G e A que apresentam um maior peso no VAB das empresas do Alto Alentejo, 33,7% (137.664 milhares de euros) e 9,5% (408.128 milhares de euros) do total, respetivamente.

Também interessante numa análise da dinâmica económica, é a verificação da relevância do comércio externo na economia regional, medida pelo grau de abertura da economia (relação entre a soma das exportações e importações e o valor acrescentado bruto) e pela intensidade exportadora (relação entre o valor das exportações e da produção). A análise reportada ao ano de 2016, mostra um valor relativamente reduzido neste indicador de internacionalização, com apenas 33% no Alto Alentejo, face a 42% à escala regional (NUTS II Alentejo) e 60% a nível nacional, valor sustentado numa baixa intensidade exportadora (17,8%).

O comércio internacional do território representa 275.033 milhares de euros em exportações (cerca de 9% do total da NUTS III Alentejo) e 228.668 milhares de euros em importações (10,3% do total do Alentejo). Comparativamente aos valores registados em 2010, as exportações apresentam um acréscimo de 100.670 milhares de euros e as importações um aumento de 38.449 milhares de euros. No que se refere ao destino e à origem das trocas comerciais, a maioria (92,6%) das exportações do Alto Alentejo são intra-UE, uma dinâmica verificada também ao nível das importações (84,4%), transversal a outros contextos territoriais (regional ou nacional) (Figura 6).

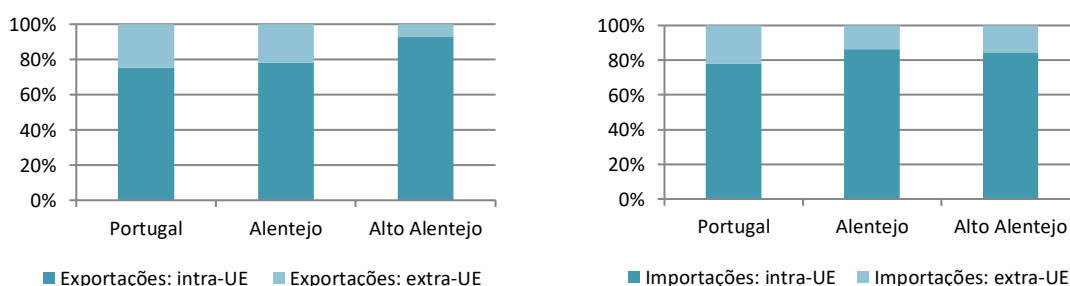


Figura 6. Comércio internacional declarado de mercadorias (%), 2018

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2011 e 2018

<sup>13</sup> O Anuário Estatístico da Região Alentejo 2016 não apresenta dados referentes a este setor, não sendo possível aferir a evolução entre 2010 e 2015.

Por fim, ainda associado ao dinamismo empresarial, são analisados os dados relativos ao desemprego no território, no sentido de verificar a existência de padrões de evolução deste indicador e as características da população desempregada.

No Alto Alentejo, em 2011, encontravam-se registadas no IEFP 6.530 pessoas desempregadas, o que corresponde a 25,3% da população desempregada do Alentejo (NUTS II). Quase um quarto destes desempregados (24,2%) tem escolaridade ao nível do ensino secundário e cerca de 22% do 3º ciclo do ensino básico. À escala dos concelhos evidenciam-se algumas diferenças neste padrão, como no concelho de Monforte, onde o grupo preponderante de população desempregada (30,7%) tem um nível de escolaridade inferior ao 1º ciclo do ensino básico; enquanto em Nisa 25,7% da população desempregada tem o 1º ciclo de ensino básico e em Campo Maior, Fronteira e Monforte a proporção de desempregados com escolaridade ao nível do 3º ciclo do ensino básico é mais elevada (30%; 29,6% e 21,1%, respetivamente). Já em dezembro de 2017 verificava-se um cenário substancialmente mais positivo, com o número de desempregados registados no IEFP a diminuir para 4.649 pessoas. No que se refere à escolaridade da população desempregada, o cenário é semelhante ao período anteriormente analisado, com a preponderância do grupo com qualificações ao nível do ensino secundário (Figura 7). Tal como em 2011, em Monforte o peso da população desempregada sem qualquer nível de escolaridade completo é superior (36%), verificando-se situação semelhante nos concelhos de Avis e Campo Maior (cerca de 25%).

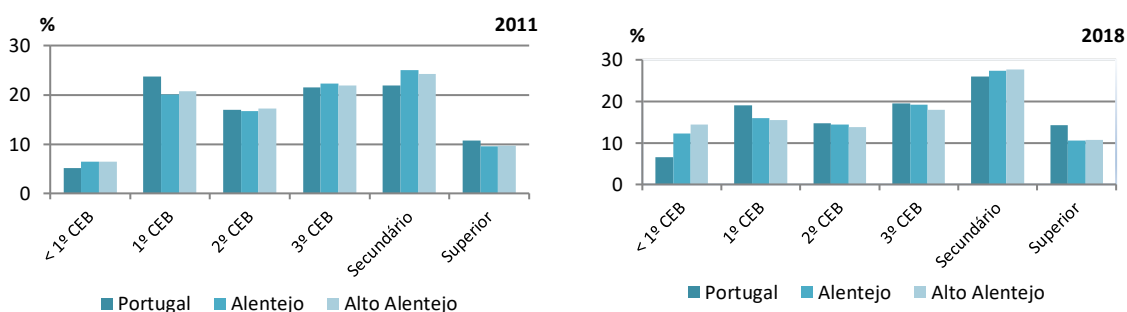


Figura 7. Desemprego registado, segundo o nível de escolaridade, em dezembro de 2011 e 2018

Fonte: IEFP - Direção de Serviços de Estudos, Planeamento e Controlo de gestão, "Desemprego registado por concelho - Estatísticas Mensais" (2011 e 2017)

### 3.2.6 Turismo

O Turismo é uma atividade estratégica para o desenvolvimento económico e social do país e das regiões, pelo efeito multiplicador e diversificação económica que proporciona, emprego, rendimento, bem como pelo reconhecimento externo que desencadeia. De acordo com o Turismo de Portugal, a região do Alentejo (NUTS II) é uma das que apresentou, um crescimento mais significativo (11%), em 2016, sendo um importante fator de desenvolvimento regional.

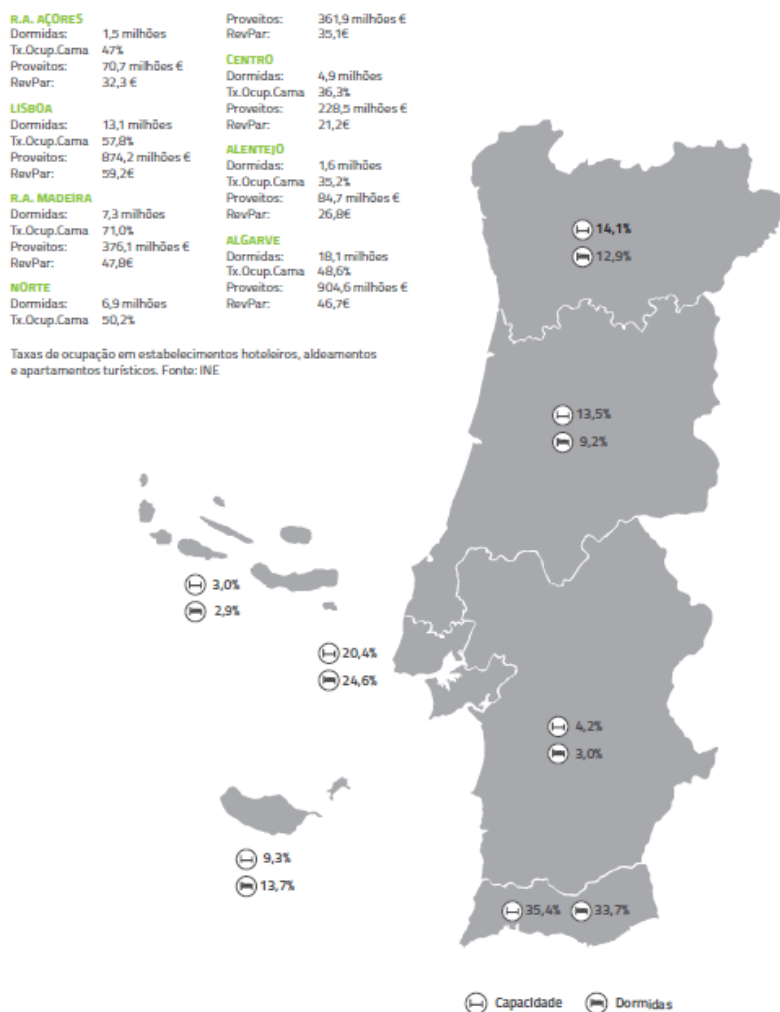


Figura 8. Principais indicadores de atividade turística por regiões NUTS II, em 2016

Fonte: Turismo de Portugal, Estratégia Turismo 2027, 2017

Fazendo uma análise à escala do Alto Alentejo (NUTS III) é possível verificar o crescimento deste setor, entre 2011 e 2016, quer no que diz respeito ao número de estabelecimentos como à capacidade de alojamento. Em 2016 existiam 107 estabelecimentos de alojamento (21,4% do total da NUTS II Alentejo), um aumento de 224,2% em relação a 2011; aos quais corresponde uma capacidade de alojamento de 4.274 camas, 88% superior aos valores de 2011, período no qual estavam disponíveis 2.274 camas (Tabela 13).

A maioria dos estabelecimentos (62,6%) do território correspondia às tipologias Turismo em Espaço Rural (TER) e Turismo de Habitação, cuja capacidade de alojamento conjunta correspondia a 35,4% do total (1.515 camas), enquanto a hotelaria representava 46,7% das camas disponíveis no Alto Alentejo (NUTS III).

Tabela 13. Estabelecimentos e capacidade de alojamento por município, 2018

	Estabelecimentos				Capacidade de alojamento			
	Total	Hotelaria	Alojamento local	TER e Turismo de habitação	Total	Hotelaria	Alojamento local	TER e Turismo de habitação
	Nº	%			Nº	%		
<b>Portugal</b>	<b>6 868</b>	<b>27%</b>	<b>38%</b>	<b>21%</b>	<b>380.818</b>	<b>76%</b>	<b>18%</b>	<b>6%</b>
<b>Alentejo</b>	<b>625</b>	<b>21%</b>	<b>23%</b>	<b>50%</b>	<b>23 852</b>	<b>56%</b>	<b>19%</b>	<b>25%</b>
<b>Alto Alentejo</b>	<b>107</b>	<b>22%</b>	<b>14%</b>	<b>58%</b>	<b>8 853</b>	<b>24%</b>	<b>6%</b>	<b>14%</b>
Alter do Chão	5	40%	20%	40%	121	...	...	...
Arronches	3	33%	0%	67%	76	...	...	...
Avis	5	17%	40%	33%	144	...	41%	...
Campo Maior	3	25%	33%	50%	125	...	...	...
Castelo de Vide	14	29%	0%	64%	585	68%	...	...
Crato	5	17%	0%	67%	136	...	...	...
Elvas	20	37%	25%	42%	943	67%	11%	22%
Fronteira	2	0%	0%	75%	66	...	...	...
Gavião	3	0%	0%	75%	118	...	...	...
Marvão	21	17%	5%	83%	415	35%	...	65%
Monforte	2	0%	0%	100%	62	...	...	...
Nisa	3	20%	33%	40%	192	...	...	...
Ponte de Sor	4	29%	25%	29%	480	...	15%	...
Portalegre	14	16%	14%	58%	412	31%	27%	42%
Sousel	3	0%	33%	50%	61	...	...	...

...: dados confidenciais

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2016

Relativamente à capacidade de alojamento por 1.000 habitantes e aos hóspedes por habitante, verifica-se uma diferença significativa entre 2011 e 2016. Enquanto no primeiro ano considerado, a capacidade de alojamento era de 19,3, em 2016 o valor passou para 39,1. Por sua vez, o número de hóspedes por habitante passou de 1,1 para 1,6 pessoas.

Também no contexto turístico é relevante a avaliação da importância dos mercados externos. Neste âmbito verificou-se um **aumento na proporção de hóspedes de países estrangeiros** de 18,1%, em 2011, para 23,3% em 2016, com estadias médias que passaram de 1,6 para 1,7 noites (2011 e 2016, respetivamente).

No que se refere ao número total de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico em 2017, este indicador assumia o valor de 346.116 no Alto Alentejo (cerca de 14% do total da região). Em 2016, o conjunto destas divisões do CAE-rev.3 totalizavam 1.185 empresas, com 2.344 pessoas ao serviço, valores que constituem decréscimos de cerca de 6% em relação aos valores de 2011. Também, em termos de volume de negócios e VAB das empresas destes setores, se verificam perdas, respetivamente, de 6% e 18%.

Tabela 14. Indicadores das empresas do turismo (setores I e N do CAE-rev.3) do Alto Alentejo, em 2011 e 2016

	Ano	Empresas (Nº)	Pessoal ao serviço (Nº)	Volume de negócios (€)	VAB (€)
Alojamento	2011	126	443	9.575.442	5.482.028
	2016	177	...	...	...
Restauração e similares	2011	1.116	2.011	64.430.618	27.651.221
	2016	991	...	...	...
Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas	2011	14	31	794.124	-50.107
	2016	17	20	758.895	57.899
<b>Total</b>	<b>2011</b>	<b>1.256</b>	<b>2.485</b>	<b>74.800.184</b>	<b>33.083.142</b>
	<b>2016</b>	<b>1.185</b>	<b>2.344</b>	<b>70.317.961</b>	<b>27.213.598</b>

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2018

Em conclusão, podemos afirmar que o Turismo no Alto Alentejo se assume como um setor da atividade económica com uma margem de progressão muito importante que pode, e deve ser considerada prioritária no âmbito do Portugal 2030.

### 3.2.7 Energia e ambiente

As alterações climáticas e energia são preocupações da estratégia "Europa 2020" no âmbito do crescimento sustentável, tendo sido estabelecidas as metas de: (1) reduzir em 20% as emissões de gases com efeito de estufa em relação aos níveis de 1990; (2) aumentar para 20% a parte da energia proveniente de fontes renováveis; e (3) aumentar em 20% a eficiência energética.



Este quadro de referência foi tido em consideração nos compromissos assumidos por Portugal, no Acordo Parceria 2014-2020 (mas também em documentos setoriais como o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética) e, em escalas inferiores, pelas Comunidades Intermunicipais no âmbito das respetivas EIDT e PDCT, nos quais incorporaram projetos/investimentos visando a eficiência energética e a gestão inteligente da energia em diversos setores como o doméstico ou as infraestruturas públicas. Neste contexto, analisa-se, de seguida, o cenário existente no Alto Alentejo.

Em 2015, o consumo de energia no Alto Alentejo foi de 442.744.063 kWh (9,5% do total do consumo na NUTS II Alentejo). Nesse ano, o principal tipo de consumo correspondeu ao doméstico (31,3%), seguido do industrial (24,4%, 107.854.997 kWh) e, no respeitante à iluminação interior de edifícios do Estado e à iluminação das vias públicas, foram consumidos 7,2% e 5,7% do total do consumo energético da sub-região (Figura 9).

Em comparação com o cenário de 2010, verificou-se um decréscimo global de cerca de 7% do consumo assente, sobretudo, numa redução muito significativa no setor doméstico e na iluminação interior de edifícios do Estado. No primeiro, passou-se de um consumo de 172.705.187 kWh, em 2010, para 137.607.967 kWh, em 2015, o que se traduz numa redução de 20,3%; e no segundo caso registou-se uma diminuição de 43.339.918 kWh, em 2010, para 31.753.903 kWh, em 2015, correspondente a 26,7%.

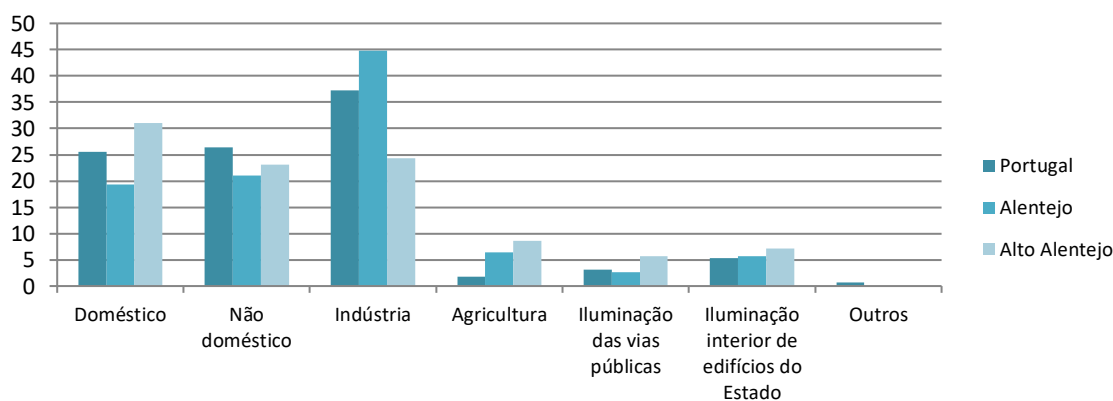


Figura 9. Proporção do consumo de energia elétrica por município, segundo o tipo de consumo, 2015 (%)

Fonte: INE/Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG).

Neste contexto, de acordo com as orientações da União Europeia no âmbito do Anexo D e dos **objetivos estratégicos** definidos, nomeadamente:

- Objetivo estratégico nº1 – Através da promoção do investimento público e privado nas vertentes de investigação e inovação que melhorem as cadeias de valor acrescentado através do

desenvolvimento dos produtos endógenos e da transição para uma economia neutra em emissões de carbono, entre outras.

- Objetivo estratégico nº 2 – Considerando que se propõe a adaptação às alterações climáticas, mediante a gestão e utilização sustentável dos recursos hídricos, a produção de energias limpas, prevenindo e garantindo as condições de vida e sustentabilidade do território para as pessoas, para os ecossistemas e para a biodiversidade.

- Objetivo estratégico nº5 - Mediante a promoção do desenvolvimento sustentável a partir de um investimento estruturante ambientalmente integrado, capaz de contribuir significativamente para o desenvolvimento económico e social da região que é das mais pobres, carentes, e envelhecidas de Portugal, mediante o reforço e aproveitamento do potencial endógeno existente num território de interior e baixa densidade, que deve ser considerado como prioridade a considerar.

Considerando que o **Plano Nacional de Energia (PNE)** assume o compromisso de atingir metas e objetivos só possíveis de alcançar mediante um esforço nacional conjugado, salientando:

- A redução de emissões de GEE de 85 a 90% até 2050, sendo que a década de 20-30 é essencial para este desígnio com menos 45 % a 55% de emissões;
- O acréscimo da produção de energias renováveis de 47% até 2030;
- Necessidade de descarbonizar a economia;
- O reforço da aposta nas energias renováveis para reduzir a dependência energética;
- A promoção de uma agricultura sustentável que potencie o sequestro de Carbono.

- Que nas linhas de atuação do PNE se destaca, entre outras, a necessidade de acelerar a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis de energia com enfoque no solar, os municípios do Alto Alentejo têm apostado na concretização do Empreendimento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato que inclui a produção de energia elétrica a partir de duas centrais fotovoltaicas previstas, com a capacidade para garantir a sustentabilidade energética de todo o Alto Alentejo, mediante:

- A produção de energia que se situa nos 152 MW, com um contributo de produção de energia elétrica na ordem dos 25GWh/ano, sem emissão de GEE;
- A redução de 150.000 Toneladas/ano de CO<sub>2</sub>.

Neste capítulo de “Energia e Ambiente” a Barragem do Pisão assume-se como um investimento estratégico e estruturante absolutamente necessário para todos os municípios do Alto Alentejo, conforme é reconhecido na Estratégia Regional do Alentejo, na Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo 2020, e nos documentos estratégicos regionais em preparação.

De não descuidar, aliado ao acima exposto, que os resíduos são também uma fonte de emissão de gases com efeitos de estufa, importa apresentar uma breve panorâmica sobre este domínio do ambiente com impacto nas alterações climáticas. Neste, a evolução no Alto Alentejo demonstra que ainda é necessário implementar estratégias para uma melhor gestão, uma vez que, em 2016, foram recolhidos 535 kg de resíduos por habitante, um valor 1,3% superior ao de 2011 e contrário à tendência nacional e regional que apresentaram reduções.

Do total de resíduos recolhidos, apenas 75 kg/habitante correspondem a resíduos recolhidos seletivamente (14%), verificando-se também uma diminuição de 26,6% em relação a 2011 (102 kg/habitante) e, igualmente, num sentido oposto ao que ocorre à escala nacional e regional que aumentaram 9,9% e 12,1% os resíduos recolhidos seletivamente por habitante.

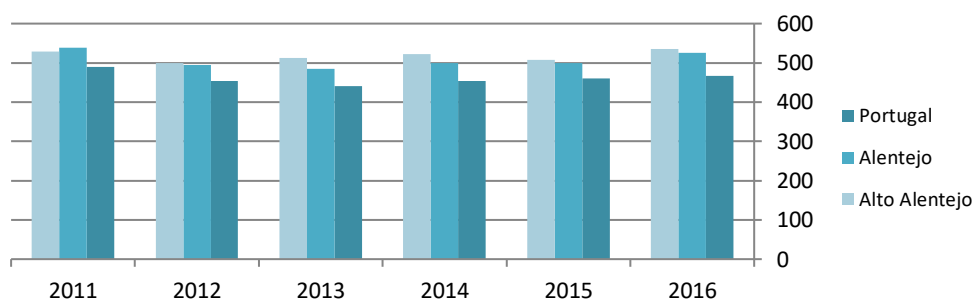


Figura 10. Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.)

Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos (2018)

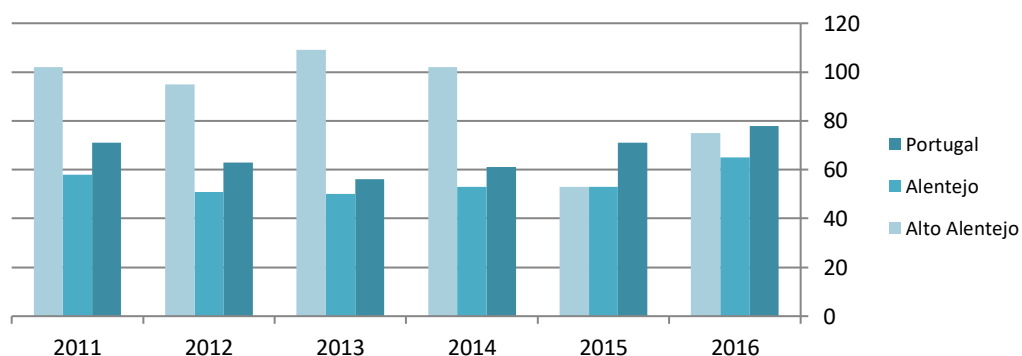


Figura 11. Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg/hab.)

Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos (2018)

Como referido anteriormente, a adaptação às alterações climáticas é uma prioridade da UE no quadro da estratégia Europa 2020, implicando atuações diferenciadas face às realidades dos Estados-Membro, de acordo com as suas prioridades específicas em matéria de riscos e resiliência. Portugal, no âmbito do PO SEUR, assume o objetivo temático de reforçar as capacidades nacionais de adaptação às alterações climáticas, tendo em consideração a multiplicidade de riscos que afetam o território nacional. Estes riscos podem ser potenciados ou acelerados por estas

alterações climáticas, e neles se cruzam fatores naturais e antropogénicos como, por exemplo, a erosão costeira ou os incêndios florestais.

Por outro lado, e no que respeita ao **Abastecimento de Água e saneamento de Águas Residuais**, como forma de otimização dos meios com redução de custos e melhoria dos serviços, dez dos quinze municípios do Alto Alentejo, têm em curso um processo de agregação da gestão das águas em baixa mediante a constituição de uma Empresa Intermunicipal, que a prazo se pretende possa vir a promover a adesão de maior número de municípios, para além de poder incorporar no seu objeto a recolha de resíduos sólidos urbanos.



## **4 Síntese da Avaliação da EIDT 2014- 2020**

## Síntese da Avaliação da EIDT 2014-2020

No contexto da revisitação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo desenvolvida em 2014, no sentido de atualizar a mesma com as atuais prioridades europeias e nacionais, torna-se necessário analisar de forma macro a sua implementação. Não obstante de a mesma ainda se encontrar em curso, é fundamental analisar de forma sintética quais foram as principais forças e fraquezas da Estratégia ainda em vigor.

### 4.1 Objetivos e prioridades da estratégia

Os objetivos e vocação do ITI do alto Alentejo foram em grande medida determinados pelos seguintes fatores:

- : Quadro de intervenção deste instrumento, definido pelas Prioridades da Europa 2020 consideradas como contratualizáveis nos termos do Acordo de Parceria e pelas opções da CIMAA no que respeita às Prioridades de Investimento de contratualização facultativa em função da sua relevância estratégica para a sub-região;
- : Coerência e alinhamento com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo (EIDT AA), na medida em que o ITI constitui um importante instrumento para a implementação desta Estratégia, dentro das limitações decorrentes do seu quadro de intervenção.

No que se refere à vocação específica do ITI no quadro das prioridades Europa 2020 e respetivos objetivos temáticos, este encontrava-se vocacionado para as Prioridades do crescimento inclusivo e do crescimento sustentável, através da contratualização das seguintes PI:

- : 9a (PI9.7) – Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais;
- : 10a (PI 10.5) – Desenvolvimento das Infraestruturas educativas e formativas;
- : 8a (PI 8.8) – Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e de apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
- : 8iii (PI 8.3) – Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
- : 9i (PI 9.1) – Inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e de participação ativa e da empregabilidade;
- : 10i (PI 10.1) – Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade;

- : 4c (PI 4.3) – Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas;
- : 5ii (PI 5.2) – Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;
- : 6c (PI6.3) – Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.

Para além destas, e evidenciando a orientação para a modernização e eficiência dos serviços da administração local, numa perspetiva de redução de custos e aproximação dos serviços às empresas e à população, e para um acréscimo da competitividade do setor primário, foram também contratualizadas as seguintes PI, estabelecidas como facultativas aquando da elaboração do PDCT:

- : 2c (PI 2.3) – Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha;
- : Ação 3.4.3. do FEADER – Drenagem e estruturação fundiária.

Em termos da vocação específica da ITI e respetivos objetivos no quadro da Estratégia de Desenvolvimento Integrado Territorial do Alto Alentejo, foi definido que, no âmbito do seu quadro de intervenção, este instrumento deveria concorrer para responder aos principais desafios que a sub-região enfrentava, principalmente no plano económico e social, entre os quais se destacavam a necessidade de dinamizar a base económica e criar emprego, de reforçar a atratividade da sub-região e de responder a desafios específicos como o envelhecimento demográfico e a promoção do sucesso educativo.

A vocação específica do ITI foi também determinada pela necessidade de ultrapassar lógicas mais convencionais de iniciativa municipal/individual evitando assim ações atomizadas em favor da dinamização de redes e de iniciativas com uma escala territorial e âmbito de intervenção mais alargados e com maior impacto sub-regional. Com base nesta premissa foram contratualizadas PI definidas como facultativas no Convite nº 03/2015.

Face ao exposto, PDCT do Alto Alentejo foi estruturado em torno de três eixos de Intervenção aos quais está associado um conjunto alargado de objetivos e medidas<sup>14</sup>:

---

<sup>14</sup> De acordo com o Documento do PDCT disponível na página de internet da CIMAA

Tabela 12. Eixos, Objetivos e Medidas do PDCT Alto Alentejo

<b>EIXO ESTRATÉGICO 1. QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO</b>	
<b>OE. 1.1. Reforço das condições de atratividade e competitividade territorial e da economia sub-regional</b>	
Medida 1.1.1. Valorizar o património natural e histórico-cultural numa perspetiva de afirmação da identidade e especificidades sub-regionais e de reforço da atração turística	
Principais resultados esperados: conservação e proteção do património com maior relevância e capacidade de atração turística, a melhoria das condições de acolhimento e visitação, bem como o acréscimo da visibilidade externa e da atratividade turística.	
Medida 1.1.2. Promover a eficiência energética	
Principais resultados esperados: redução de consumos bem como o acréscimo do uso de energias renováveis nas infraestruturas da administração local, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e económica, através da redução de custos energéticos.	
Medida 1.1.3. Promover a utilização das TIC na administração local	
Principais resultados esperados: melhoria da acessibilidade da população e empresas aos serviços da administração local, a comunicação e conectividade inter e intrarregional, aspetos particularmente importantes num território de baixa densidade como é o Alto Alentejo, e ainda a redução de tempos de espera e de custos de contexto na prestação de serviços.	
Medida 1.1.4. Aumentar a capacidade de resposta da sub-região a sinistros ou catástrofes	
Principais resultados esperados: cobertura de todo o território com Planos Municipais de Emergência e Proteção Civil coerentes entre si, identificar e implementar medidas de melhoria da gestão e da eficácia das intervenções em situações de grande sinistro ou catástrofe, acrescentando a capacidade de resposta contra os principais riscos. Em particular, importa promover a proteção de áreas com elevado valor ambiental e económico como o Parque Natural da Serra de S. Mamede e os montados, reduzindo o risco de incêndio.	
Medida 1.1.5. Promover a infraestruturização coletiva de terrenos agrícolas	
Principais resultados esperados: melhoria da acessibilidade e das condições de produção nas explorações agrícolas, nas unidades agropecuárias e agroindustriais, atividades com relevância estratégica na economia sub-regional, acrescentando assim a sua competitividade.	
<b>OE. 1.2. Reforço e qualificação dos serviços coletivos de proximidade, promovendo respostas adequadas aos desafios sociodemográficos da sub-região e às necessidades locais</b>	
Medida 1.2.1. Qualificar o parque escolar	
Principais resultados esperados: melhoria das condições de ensino, através do acréscimo dos níveis de conforto, habitabilidade e segurança nas escolas e do reforço de equipamentos tecnológicos e de serviços de apoio como bibliotecas, refeitórios, etc., fundamentais para promover o desenvolvimento educativo. Esta Medida deverá contribuir especificamente para a remoção de fibrocimento dando cumprimento à Resolução da Assembleia da República n.º 24/2003, de 2 de abril, e à Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro.	
Medida 1.2.2. Diversificar e qualificar as respostas sociais e de saúde	
Principais resultados esperados: qualificação e diversificação das respostas sociais e de saúde, reforçando os cuidados de proximidade, adaptando os serviços às necessidades atuais e acrescentando os níveis de cobertura, em coerência com o Mapeamento efetuado.	
<b>EIXO ESTRATÉGICO 2. INOVAÇÃO E FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS</b>	
<b>OE. 2.1. Promoção da inclusão ativa dos grupos mais vulneráveis</b>	
Medida 2.1.1. Capacitar grupos vulneráveis	
Principais resultados esperados: reforço de competências pessoais, sociais e profissionais visando a integração ativa e a empregabilidade de desempregados e outros indivíduos em situação de maior vulnerabilidade, a redução dos riscos e níveis de pobreza e de exclusão social e a promoção do envelhecimento ativo. Esta Medida pretende ainda estimular a constituição de parcerias de forma a maximizar os resultados esperados.	



Medida 2.1.2. Promover o desenvolvimento educativo e o sucesso escolar no ensino básico e secundário
Principais resultados esperados: redução do abandono escolar e do absentismo e a melhoria dos níveis de sucesso educativo, através de intervenções específicas, projetos, metodologias e instrumentos inovadores ou outras iniciativas adequadas aos contextos territoriais específicos e a alunos com necessidades educativas especiais. Importa também reduzir as assimetrias intrarregionais no que respeita aos principais indicadores de educação.
<b>EIXO ESTRATÉGICO 3. ATRATIVIDADE DE INVESTIMENTO E REESTRUTURAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS</b>
<b>OE. 3.1. Promoção do dinamismo empresarial e do emprego</b>
Medida 3.1.1. Apoiar o empreendedorismo e a criação de emprego
Principais resultados esperados: criação de iniciativas empreendedoras através do apoio ao autoemprego e a dinamização de parcerias alargadas, envolvendo os principais agentes de apoio ao desenvolvimento económico, que criem condições de suporte a todo o ciclo de vida de uma nova empresa e negócio social tirando partido das estruturas, outros recursos e know-how existentes.
Medida 3.1.2. Apoiar a qualificação do tecido empresarial
Principais resultados esperados: criação e manutenção de emprego através da modernização do tecido empresarial existente e do apoio à criação de novas iniciativas empresariais, em particular, nos setores tradicionais e emergentes que favoreçam o aproveitamento dos recursos endógenos e a economia sub-regional. Pretende-se ainda reforçar a capacidade e as condições de acolhimento de iniciativas empresariais de pequena dimensão.

## 4.2 Coerência e pertinência da estratégia

Face ao panorama descrito no capítulo 3 que retrata pormenorizadamente o território, a sua situação demográfica e o ponto de situação dos restantes domínios de desenvolvimento afetos às prioridades de investimento contratualizadas no âmbito do PDCT, identificando evoluções ocorridas no território desde a aprovação do Pacto, **importa reiterar que os principais desafios do Alto Alentejo que suportaram a estratégia definida se mantêm coerentes e pertinentes face ao panorama atual do território.**

Ressalva-se a importância de envidar esforços para (i) inverter o processo de despovoamento e de declínio demográfico e económico do território e (ii) impulsionar uma trajetória de convergência económica e social, quer a nível regional, quer a nível nacional, que permita ultrapassar os constrangimentos decorrentes da situação periférica do território do Alto Alentejo.

É premente intervir em **áreas que se apresentam mais fragilizadas/ameaçadas designadamente:**

- : **Demografia:** dar resposta aos constrangimentos resultantes do envelhecimento demográfico, da baixa taxa de natalidade, da elevada taxa de mortalidade, dos elevados índices de envelhecimento e de dependência de idosos e minimizar o processo de despovoamento e de contraste urbano/rural que se tem agravado;

- : **Dinamismo empresarial e emprego:** alterar o paradigma da estrutura empresarial presente no território maioritariamente de dimensão micro e impulsionar a capacidade exportadora da sub-região;
  - : **Turismo:** Consolidar a atratividade e as experiências turísticas disponibilizadas pelos agentes do território, de modo a estimular as pernoitas e, conseqüentemente, o aumento das receitas nas unidades de alojamento, restauração e animação turística.
  - : **Ensino e investigação:** impulsionar a qualificação e o acesso ao ensino superior da população, envidando esforços no sentido de impulsionar a escolarização no ensino superior;
  - : **Respostas sociais e de saúde:** incrementar as soluções (serviços e equipamentos) disponíveis no território, que se encontram com taxas de ocupação elevadas, designadamente as respeitantes à população adulta idosa e com deficiência e colmatar a rede insuficiente de equipamentos e profissionais de saúde que atuam no território e que se encontram mais agregados aos centros, promovendo uma descentralização e uma oferta mais integradora e de proximidade;
  - : **Ambiente e energia:** contrariar a evolução de (i) crescimento da produção de resíduos por habitante e de redução da recolha seletiva de resíduo, e de (ii) elevado consumo energético em todos os setores.
- Agricultura e Floresta:** promover e valorizar a agricultura e a floresta como fator de diferenciação na gestão do território e no desenvolvimento económico.

### 4.3 Análise SWOT

Sintetizando a análise quantitativa e qualitativa apresentada os domínios estratégicos relacionados com as PI contratualizadas, apresentam-se na tabela seguinte, para cada, as forças/oportunidades e áreas de melhoria/ameaças.

Tabela 13. Síntese do diagnóstico nas áreas estratégicas das PI do PDCT

	Forças/oportunidades	Áreas de melhoria/ameaças
Acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Infraestruturas e equipamentos aeroportuários de Ponte de Sor, com valências de formação e acolhimento empresarial nas áreas da Aeronáutica, Espaço, Defesa e Proteção Civil</li> <li>• Posicionamento geográfico da sub-região com proximidade à Área Metropolitana de Lisboa e atravessada pelo eixo Lisboa-Madrid</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fragilidade dos sistemas de mobilidade intrarregional (urbano-rural)</li> </ul>
Demografia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Estratégia 2020 da UE definiu o Crescimento Inclusivo como um dos seus principais pilares, visando a promoção da coesão económica, social e territorial e demonstrando uma forte preocupação com a inclusão social e o envelhecimento ativo e saudável da população europeia</li> <li>• Aposta do Governo Português na Economia Social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Variação populacional negativa, entre 2011 e 2016 (7,6%), no Alto Alentejo</li> <li>• Agravamento do processo de despovoamento e do contraste urbano/rural</li> <li>• Envelhecimento demográfico, baixa taxa de natalidade e elevada taxa de mortalidade</li> <li>• Índices elevados de envelhecimento e de dependência de idosos</li> </ul>
Ensino e Investigação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evolução positiva das taxas brutas de escolarização do ensino básico e secundário</li> <li>• Diminuição da taxa de retenção e desistência no ensino básico</li> <li>• Aumento da taxa de transição/conclusão no ensino secundário</li> <li>• Articulação entre a oferta formativa das escolas profissionais do território do Alto Alentejo e as áreas estratégicas para a sub-região, nomeadamente a agricultura, a pecuária, o turismo e o apoio social</li> <li>• Rede de apoio à investigação, desenvolvimento, inovação e tecnologia com cobertura geral do território</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retrocesso na taxa de escolarização no ensino superior</li> </ul>
Respostas Sociais e de saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta variada de equipamentos com valências focadas na infância/juventude com cobertura geral do território</li> <li>• Cobertura satisfatória de respostas sociais, de serviços e de equipamentos direcionados para a população adulta com deficiência e idosa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxas de ocupação elevadas dos serviços e dos equipamentos direcionados para a população adulta com deficiência e idosa</li> <li>• Limitações da oferta das infraestruturas para resposta à população idosa no Alto Alentejo</li> <li>• Rede insuficiente de equipamentos e profissionais de saúde que atuam no</li> </ul>

		território (3,5 médicos por 1.000 habitantes), com a presença de centros urbanos agregadores de equipamentos e profissionais
Dinamismo Empresarial e emprego	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tendência acentuada de crescimento da proporção de empresas do setor primário</li> <li>• Evolução favorável do volume de negócios das empresas, que apresenta um valor superior ao registado na região</li> <li>• Elevada empregabilidade da economia social e da atividade agrícola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrutura empresarial de dimensão micro</li> <li>• Baixa capacidade exportadora da sub-região quando comparada com a registada na região e no país</li> </ul>
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento significativo do turismo na sub-região</li> <li>• Expansão da oferta hoteleira, com aumento do número de estabelecimentos e da capacidade de alojamento</li> <li>• Aumento na proporção de hóspedes de países estrangeiros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzido número de empresas locais de animação turística, que respondam, por um lado, às necessidades do mercado externo e interno e, por outro lado, contribuam para o aumento de receitas no setor;</li> <li>• Sazonalidade e os baixos vencimentos dos profissionais que trabalham na restauração e alojamento.</li> <li>• Elevada exportação de recursos humanos formados nas escolas locais para outros pontos do país, em especial para a faixa litoral.</li> </ul>
Ambiente e energia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decréscimo global do consumo de energia no Alto Alentejo, por via da redução no setor doméstico e na iluminação interior de edifícios do Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consumo energético por município da sub-região superior ao registado na região e no país nos setores doméstico, agrícola, iluminação de vias públicas e edifícios públicos</li> <li>• Tendência de crescimento da produção de resíduos por habitante e de redução da recolha seletiva de resíduos, o que contraria a evolução regional e nacional</li> <li>• Cobertura insatisfatória de Planos Municipais de Emergência e Proteção Civil</li> </ul>

Desta forma, os elementos mais relevantes a destacar na implementação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo 2014-2020, são:

- A fraca articulação, durante a execução, entre a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial com aquilo que foram os instrumentos DLBC, PEDU, PARU, PAICD e PAMUS;
- Forte articulação entre as Autoridades de Gestão dos diversos PO, as demais estruturas de apoio técnico e secretariados executivos das Comunidades Intermunicipais;
- Aproximação dos centros de decisão ao território, da capacitação institucional e da monitorização de resultados;

- Não foram alcançados os resultados e objetivos traçados em diversas áreas, nomeadamente na economia e demografia.

## **5 Alto Alentejo 2030**

## 5.1 Instrumentos e Programas de Estratégia e de Ordenamento do Território

As Estratégias de Desenvolvimento Territorial surgem como uma referência para assegurar a coerência estratégica de outras intervenções de cariz local em territórios urbanos, rurais, ou nos espaços de articulação entre ambos. Neste sentido, foi solicitado à Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo que, após consulta dos documentos estratégicos já existentes para 2030, procedesse a uma revisitação daquilo que foi a Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação para o Alto Alentejo 2014-2020 no sentido de reaproximar a estratégia das atuais declinações do Portugal 2030.

O processo de construção da Estratégia para o Alto Alentejo 2030 tem como base os documentos estratégicos europeus, nacionais e regionais no sentido de enquadrar ir ao encontro com aquilo que se pretende para o Alto Alentejo conforme as preocupações e estratégias, regionais, nacionais e europeias.

Neste sentido foram considerados para a elaboração da estratégia, a Estratégia Europa 2030, as agendas temáticas do Portugal 2030, a Estratégia Regional Alentejo 2030, o Plano de Recuperação e Resiliência 2021-2026, o Programa Nacional de Investimentos 2030, a Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo 2030.

Como documentos de gestão territorial foram considerados o PNPOT e o PROT, que serão abordados na convergência de cada um deles com a estratégia nos próximos pontos.



Figura 12 – Articulação da estratégia para o Alto Alentejo 2030 com os documentos estruturantes

## 5.1.1 Objetivos europeus e orientações em matéria de investimento para Portugal 2021-2027

Os domínios prioritários de investimento, que resultam das orientações em matéria de investimento no âmbito do financiamento da política de coesão para Portugal no período 2021-2027 (anexo D do documento COM (2019) 150 final - Semestre Europeu de 2019), são:

Objetivo estratégico	Dimensões temáticas	Orientações em matéria de investimento (Anexo D)
<b>Uma Europa mais inteligente</b>	Investigação, transferência de tecnologia e inovação nas empresas Mobilização de recursos humanos qualificados Competências e serviços digitais Competências nos domínios de especialização inteligente e empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>melhorar as capacidades de investigação e inovação, bem como a adoção de tecnologias avançada</b> (investimento público e privado na investigação e inovação, colaboração entre a investigação pública e privada e o apoio à transferência de tecnologias nalguns domínios de especialização identificados, mobilidade de recursos humanos qualificados)</li> <li>• <b>tirar proveito das vantagens da digitalização e promover a inclusão digital</b> (aquisição e o desenvolvimento de competências digitais, integração das tecnologias digitais nas empresas nomeadamente polos de inovação digital; alargar o leque dos serviços digitais, com destaque para as regiões rurais, remotas e ultraperiféricas e para grupos vulneráveis)</li> <li>• <b>reforçar o crescimento e a competitividade das pequenas e médias empresas</b> (expandir as atividades, criar postos de trabalho, aceder à esfera internacional e promover uma transformação industrial neutra em termos climáticos, fomentar o ecossistema empresarial, facilitar o acesso ao crédito e a mobilização de capitais próprios, bem como sensibilização para oportunidades de financiamento e serviços empresariais avançados para PME)</li> <li>• <b>desenvolver competências nos domínios da especialização inteligente</b>, da transição industrial e do empreendedorismo (formação e a requalificação em domínios de especialização inteligente, bem como em domínios emergentes)</li> </ul>
<b>Uma Europa mais verde e hipocarbónica</b>	Alterações climáticas Prevenção de riscos Economia circular Energias renováveis e eficiência energética Gestão de recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>promover medidas de eficiência energética e as energias renováveis</b> (edifícios públicos, para habitação e PME, transição para as energias renováveis, maior percentagem de energias renováveis no sistema energético)</li> <li>• <b>promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a capacidade de resistência às catástrofes</b> (medidas transeitoriais de prevenção e adaptação, reforçar a capacidade de gestão e de resposta)</li> <li>• <b>promover a gestão sustentável dos recursos hídricos</b> (Promover utilização eficiente dos recursos hídricos recolha e o tratamento de águas residuais reabilitação da massa de água, promover o armazenamento e a purificação)</li> <li>• <b>promover a transição para a economia circular</b> (reduzir a deposição em aterro; desenvolver uma recuperação separada dos resíduos, instalações de reciclagem e tratamento, desenvolvimento das capacidades, sensibilização).</li> </ul>
<b>Uma Europa mais conectada</b>	Redes de transportes e transportes inteligentes Digitalização e soluções inovadoras para cidades inteligentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>desenvolver uma mobilidade sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura e intermodal</b> (rede transeuropeia de transportes, infraestruturas portuárias, digitalização sistemas de transportes, corredores ferroviários)</li> <li>• <b>promover uma mobilidade urbana multimodal sustentável</b> (meios de transporte sustentáveis e acessíveis, transporte público hipocarbónico, Investimentos que reduzam externalidades negativas dos transportes, sistema de transportes inteligente, digitalização e soluções inovadoras)</li> </ul>
<b>Uma Europa mais social</b>	Mercado de trabalho Ensino e a formação profissional Conciliação entre vida profissional e familiar: serviços de apoio à infância	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>melhorar o acesso aos postos de trabalho por parte de todos</b> os candidatos a emprego, bem como para modernizar as instituições e os serviços de apoio ao mercado de trabalho (medidas ativas e preventivas no mercado de trabalho,</li> </ul>



	<p>Inclusão ativa e proteção social Saúde e envelhecimento ativo Comunidades marginalizadas, de migrantes e grupos desfavorecidos;</p>	<p>subvenções de recrutamento, melhorar a capacidade dos serviços públicos de emprego)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>promover a igualdade de acesso e uma melhor conciliação entre vida profissional e familiar</b> (acolhimento de crianças e extraescolar)</li> <li>• <b>melhorar os sistemas de educação e formação, promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação e aprendizagem dos adultos</b>, e ainda para promover a aprendizagem ao longo da vida de todos os cidadãos (prevenir o abandono escolar precoce; investir no ensino escolar, melhorar a qualidade do ensino para pessoas com deficiência, promover ensino e formação profissionais, modernizar os setores da educação e da formação e melhorar as competências básicas da população adulta, nomeadamente as competências digitais)</li> <li>• <b>promover o acesso equitativo e atempado a cuidados de saúde</b> de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis, nomeadamente a cuidados de longa duração, bem como políticas para promover o envelhecimento ativo e saudável (competências dos profissionais da saúde e dos cuidados de longa duração, estratégias nacionais com vista ao envelhecimento ativo; infraestruturas nos setores da saúde, da assistência social e dos cuidados de longa duração, cuidados integrados)</li> <li>• <b>promover a inclusão ativa e combater a privação material</b>; reforçar o acesso equitativo e atempado a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis e modernizar os sistemas de proteção social (apoiar pessoas desfavorecidas e com deficiência através da prestação de serviços integrados e personalizados, integração social das crianças em risco de pobreza e exclusão social, combater a pobreza no trabalho, promover ambientes de trabalho inclusivos, integração socioeconómica das comunidades marginalizadas, dos migrantes e dos grupos desfavorecidos, fornecimento de alimentos e a assistência aos mais carenciados)</li> </ul>
<p><b>Uma Europa mais próxima dos cidadãos</b></p>	<p>Sistemas urbanos e áreas funcionais fragilizadas e em transformação Problemáticas das zonas rurais e de baixa densidade demográfica: acesso aos serviços básicos, inovação e valorização do potencial endógeno, atração de investimento Relação das cidades com os hinterland rurais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado das zonas urbanas</b> (bairros desfavorecidos e em zonas desfavorecidas ou desindustrializadas)</li> <li>• <b>Promover, a nível local, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado das zonas interiores e rurais de baixa densidade</b> demográfica (estratégias territoriais integradas e sustentáveis, melhoria do acesso aos serviços básicos, soluções inovadoras para reforçar o potencial endógeno dessas zonas e favorecer a atratividade sustentável dos territórios, incentivar ações comuns com regiões limítrofes)</li> </ul>

Fonte: Anexo I.1. Objetivos europeus e orientações em matéria de investimento para Portugal 2021-2027 (Anexo D do Relatório do Semestre Europeu – Portugal; 2019)

A Visão para o Alto Alentejo 2030 assim como os seus objetivos e eixos estratégicos tiveram por base as orientações europeias – Europa 2030 – enquanto documento estratégico âncora para a definição do futuro. Paralelamente foram considerados os outros documentos estratégicos a nível nacional como o Portugal 2030 – Estratégia Nacional para a Política de Coesão e o Alentejo 2030.

## 5.1.2 Objetivos da Política Nacional e orientações em matéria de investimento para Portugal 2030

Desde o início da elaboração da presente revisitação que os documentos produzidos ao nível das orientações das políticas nacionais foram sofrendo evoluções, encontrando-se agora estabilizados. Nesse sentido, as orientações aqui vertidas relativamente à Estratégia Portugal 2030 beneficia da “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030” desenvolvida pelo Professor Doutor António Costa Silva por solicitação do Governo português e ainda alinhada, no contexto europeu, com a nova Agenda Estratégica da União Europeia (EU) para o período de 2019 a 2024, adotada pelo Conselho Europeu em 20 de junho de 2019, complementada com o Plano de Recuperação da Europa, apresentado pela Comissão Europeia a 27 de maio de 2020 e aprovado pelo Conselho Europeu em julho, que visa preparar o futuro e criar as condições de crescimento após a crise desencadeada pela doença COVID-19, e no contexto internacional, com a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, aprovada na Cimeira da Organização das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015 e em vigor desde 2016.

A resposta aos bloqueios, aos novos desafios e aos impactos da pandemia global exige assim um novo ciclo de políticas estruturais, com uma ambição renovada, que promova a dupla transição – climática e digital – e, ao mesmo tempo, reforce a resiliência, a coesão e a competitividade da nossa economia, sociedade e território, e responda ao desafio demográfico, visando garantir a transformação estrutural necessária e a convergência dos níveis de vida dos cidadãos portugueses com os níveis médios verificados na União Europeia.

É nesse contexto que a Estratégia Portugal 2030 é vista com quadro de orientação geral para a definição e implementação das políticas públicas estruturais na próxima década.

### **AGENDAS TEMÁTICAS PORTUGAL 2030**

#### **A. As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;**

- **Sustentabilidade demográfica**

As intervenções desenvolvidas no quadro deste domínio estratégico visam **atenuar o declínio populacional e os efeitos do envelhecimento da população, promovendo a recuperação da natalidade e o aumento do saldo migratório**, para assegurar a sustentabilidade demográfica e os recursos necessários ao crescimento da economia.

- **Promoção da inclusão e luta contra a exclusão**

Este domínio estratégico visa **promover uma sociedade coesa e mitigar os riscos de exclusão.**

- **Resiliência do Sistema de Saúde**

As intervenções desenvolvidas no quadro deste domínio estratégico visam, a montante, promover a prevenção de doenças e de estilos de vida saudáveis, e a jusante, melhorar a resposta do SNS às necessidades dos cidadãos (aumentando a qualidade da prestação de serviços e a abrangência da provisão de serviços), mas também torná-lo mais resiliente, conjugando respostas urgentes com o normal funcionamento do sistema, capaz de se adaptar às mudanças estruturais (e.g. envelhecimento da população) e, em simultâneo, resistir às pressões conjunturais (e.g. atual situação vivida com a pandemia).

- **Garantia de habitação condigna e acessível**

É por isso necessário promover intervenções que garantam uma habitação condigna e acessível, no quadro de uma nova geração de políticas de habitação, nomeadamente, promover uma nova oferta de habitação pública (habitação social e habitação a custos acessíveis); e reabilitar o parque público de habitação existente.

- **Combate às desigualdades e à discriminação**

Este domínio tem por objetivo **promover uma redução sustentada das desigualdades, o combate a todas as formas de discriminação e a concretização de uma igualdade substantiva na economia e sociedade portuguesas.**

## **B. Digitalização, Inovação e Qualificações como Motores do Desenvolvimento;**

- **Promoção da sociedade do conhecimento**

Neste domínio as intervenções visam **o reforço da capacidade de produção e transferência de conhecimento e a valorização social do papel do conhecimento enquanto fator de desenvolvimento económico, de soberania e autonomia geoestratégica.**

- **Digitalização e inovação empresarial**

As intervenções neste domínio estratégico têm por objetivo **incentivar a digitalização, inovação e o investimento empresarial**, sobretudo de natureza qualificada e estruturante, e apostar no aumento das qualificações do capital humano, incluindo na gestão das empresas, como forma de **promover a mudança do perfil de especialização produtiva para atividades intensivas**

**em conhecimento e com mais valor acrescentado**, sobretudo em setores expostos à concorrência internacional, bem como **o reforço da autonomia e soberania produtiva europeia**.

- **Qualificações dos recursos humanos**

As intervenções neste domínio serão centradas no **reforço das qualificações e das competências dos portugueses, contribuindo para a sua empregabilidade e para assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações e as bases de conhecimento necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social que se pretende promover**.

- **Qualificação das instituições**

As intervenções neste domínio estratégico **visam promover a modernização, capacitação e digitalização da administração pública e a simplificação administrativa com vista a reduzir os custos de contexto**, contribuindo para a melhoria do ambiente de negócios.

### C. Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos

- **Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética**

Este domínio **tem por objetivo promover uma importante redução de emissões para cumprir o compromisso assumido por Portugal de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para o Acordo de Paris**.

- **Tornar a economia circular**

Este domínio estratégico visa **promover a transformação de um modelo económico linear para um modelo económico circular**, o que implica uma abordagem sistémica, que considere, por um lado, a circularidade de materiais técnicos – associados ao processamento de matérias primas não renováveis e produtos – e, por outro, a circularidade de materiais biológicos – associados aos ciclos de nutrientes, presentes em efluentes com materiais biológicos, sólidos ou líquidos.

- **Reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais**

Este domínio tem por objetivo **proteger os cidadãos de pressões e riscos ambientais com impacto na saúde e na qualidade de vida e simultaneamente valorizar os ativos ambientais**.

- **Agricultura e florestas sustentáveis**

As intervenções neste domínio visam **potenciar o papel do setor da agricultura e das florestas, bem como do mundo rural no seu todo, na sustentabilidade e valorização dos recursos, na fixação das populações e no combate à desertificação.**

- **Economia do Mar sustentável**

A agenda, neste domínio, tem por objetivo assegurar a sustentabilidade ambiental dos recursos marinhos.

#### **D. Um País Competitivo Externamente e Coeso Internamente**

- **Competitividade das redes urbanas**

Este domínio tem por objetivo central **potenciar o papel das cidades e as zonas urbanas enquanto fatores de competitividade nacional.**

- **Competitividade e coesão na baixa densidade**

As intervenções neste domínio visam **promover a competitividade e coesão dos territórios da baixa densidade.**

- **Projeção da faixa atlântica**

As intervenções no quadro deste domínio **visam explorar a profundidade atlântica do litoral nacional potenciada pelas regiões insulares para a projeção da economia portuguesa na economia global**, promovendo a competitividade externa portuguesa

- **Inserção territorial mercado ibérico**

Este domínio visa a **aposta na centralidade ibérica dos territórios transfronteiriços com a identificação de projetos específicos, capazes de alavancar um novo paradigma na relação transfronteiriça e de favorecer a coesão territorial destes espaços.**

Alinhando as indicações Europeias, com as orientações da Política Nacional e os Desafios previstos para o Alentejo 2030, é possível resumir a informação e os respetivos enquadramentos na seguinte tabela:

Orientações de Política (COM)	Orientações de Política (PNR)	Desafios Alentejo_2030
<b>OP1. Uma Europa mais Inteligente</b>	<b>AT2. Digitalização, Inovação e Qualificações como Motores do Desenvolvimento;</b>	<b>DR2. Reforço da Ação Coletiva Regional</b>
		<b>DR6. Consolidação do Sistema Regional de Inovação</b> e ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo
		<b>DR3. Alargamento da Base Territorial da Competitividade</b> , combinando os recursos e ativos estratégicos em processos integrados de valorização económica
<b>OP2. Uma Europa mais verde e Hipo carbónica</b>	<b>AT4. Um País Competitivo Externamente e Coeso Internamente</b>	<b>DR4. Sustentabilidade Territorial</b> pela adaptação e pela mitigação dos impactos/riscos das alterações climáticas
<b>OP3. Uma Europa mais conectada</b>	<b>AT3. Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos</b>	<b>DR5. Reforço do Sistema Urbano Regional</b> e da sua (inter)conectividade na estruturação sustentável e eficiente do território
<b>OP4. Uma Europa mais Social</b>	<b>AT1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade</b>	<b>DR1. Revitalização Demográfica</b> pela competitividade territorial no acesso e qualidade no emprego e pela excelência dos serviços de suporte

Em anexo ao presente documento encontra-se a correlação entre cada uma das prioridades, europeias, nacionais e regionais com aquilo que se pretende para o Alto Alentejo 2030.

### 5.1.3 Orientações da Estratégia Regional para o Alentejo 2030

A Estratégia Alentejo 2030, no enunciado de Desafios e Objetivos Estratégicos, estabelece um quadro de referência abrangente e de interação dinâmica para integrar os resultados dos processos de revisitação do PAR Alentejo 2020, das EIDT sub-regionais e da EREI cujos Domínios temáticos devem refletir a robustez de recursos de I&DT, competências avançadas e capacidade empreendedora do Alentejo, argumentos habilitantes para participar em redes de valorização de conhecimento e processos de qualificação da base económica.

Enquanto desafios estratégicos: (i) Demografia e excelência dos serviços de suporte; (ii) Sustentabilidade territorial e dos seus recursos; (iii) Especialização inteligente e competências; (iv) Valorização económica dos recursos e ativos regionais; e (v) Qualificação dos subsistemas territoriais. A resposta integrada e gradual a estes Desafios deverá contribuir para uma Visão, no horizonte 2030, de *um território com capital simbólico e identidade distintivos, dotado de amenidades, de recursos naturais e produtivos, de conhecimento e competências, aberto para o mundo e capaz de se afirmar como espaço de referência para investir, trabalhar, viver e visitar.*

Resumidamente a Estratégia Alentejo 2030 assenta nos seguintes Objetivos Estratégicos (OE):

**OE 1.** Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada investimento e emprego, pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família.

**OE 2.** Promover modelos de afetação de recursos e de investimento para dinamizar a transição energética, a económica circular, as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e o uso eficiente da água.

**OE 3.** Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a Região combinando a consolidação do Sistema Regional de Inovação com a capacidade de formação de competências.

**OE 4.** Mobilizar de modo intenso, integrado e alargado recursos e ativos estratégicos de todo o território para afirmar a competitividade do Alentejo na economia mundial.

**OE 5.** Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da Região, fator de competitividade e de coesão territorial.

**OE 6.** Reforçar as condições de Governação e de Ação Coletiva.

Paralelamente foram analisados, e tidos em consideração e articulação, os Planos de Ação com a identificação elencados na Estratégia Regional 2030, em que se considera que as prioridades territoriais de intervenção deverão estabelecer uma aproximação entre planeamento e programação:

- ✓ **Plano de Ação 1** - Provisão e Acesso a Serviços de Interesse Geral (SIG)
- ✓ **Plano de Ação 2** - Sustentabilidade Territorial, Património natural e Ação Climática
- ✓ **Plano de Ação 3** - Conhecimento e Inovação
- ✓ **Plano de Ação 4** - Infraestruturas económicas e de suporte logístico e Empreendedorismo
- ✓ **Plano de Ação 5** - Qualificação, Emprego e Inclusão
- ✓ **Plano de Ação 6** - Cooperação territorial
- ✓ **Plano de Ação 7** - Governança e Capacitação
- ✓ **Plano de Ação 8** - Água.

### 5.1.4 Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e Programação estratégica de desenvolvimento regional

No que concerne ao Ordenamento do território e à programação estratégica de desenvolvimento regional é importante destacar dois pontos:

- O atual Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) encontra-se revisto e aprovado desde meados de 2019;
- O processo de transferência de competências para os Municípios e para as CIM's, desencadeado pela publicação da Lei nº 50/2018 e de diplomas como o DL nº 102/2018 que aborda responsabilidades em matéria de planeamento de investimentos públicos e de captação de investimentos produtivos empresariais.

Por um lado, o PNPOT que estabelece um conjunto de opções estratégicas da organização do território nacional, constitui o quadro de referência dos planos e programas territoriais e a sede da coordenação da expressão espacial das diferentes políticas sectoriais. É desta forma, um instrumento efetivo de desenvolvimento e coesão territorial.

Ao analisar o Modelo Territorial do PNPOT com os cinco grandes sistemas (natural, social, económico, urbano e de conectividade), com a identificação dos territórios sob pressão verificamos que é o reflexo das mudanças críticas atuais e de um compromisso coletivo de coerência e capacitação em que se acautela, através da estruturação dos subsistemas territoriais, que as áreas de baixa densidade não são territórios abandonados.

*“Promover o PNPOT como referencial estratégico de territorialização das políticas públicas e da programação de investimentos territoriais financiados por programas nacionais e comunitários”.*

Os desafios estratégicos regionais identificados:

- **Domínio Social:** *Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica; Promover uma política de habitação integrada; Melhorar os cuidados de saúde e reduzir as desigualdades de acesso; Valorizar o património e as práticas culturais, criativas e artísticas; e Promover a digitalização, a interoperabilidade e a acessibilidade aos serviços públicos e de interesse geral.*
- **Domínio Natural:** *Gerir o recurso água num clima em mudança; Prevenir riscos e adaptar o território à mudança climática; Valorizar o Litoral e aumentar a sua resiliência; Qualificar o ambiente urbano e o espaço público.*
- **Domínio Económico:** *Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural; Afirmar os ativos estratégicos turísticos nacionais; Valorizar os ativos territoriais patrimoniais;*



*Promover a economia do Mar; Desenvolver ecossistemas de inovação de base territorial; Reforçar a internacionalização e a atração de investimento externo; Organizar o território para a economia circular; e Promover a competitividade da silvicultura.*

Considera-se que as estruturas territoriais e o sistema urbano sub-regional, enquanto matriz territorial para a prestação de serviços à população e para a aposta na atratividade, conforme preconiza o PNROT, cujo desenvolvimento e qualificação reforçará a condições de coesão e sustentabilidade, em particular no contexto de territórios de baixa densidade como caso do Alto Alentejo, onde persistem bolsas de atividade económica e de emprego estruturantes da economia deste território.

Estes domínios acima elencados são os referenciais estratégicos de programação para os demais documentos estratégicos elaborados e em elaboração nomeadamente: Programa Operacional Regional, Programa Operacional de Cooperação Territorial, Planos de Ação das EIDT das sub-regiões NUT III e outras integradas em abordagens territoriais.

Na Estratégia definida para o Alto Alentejo 2030 foi definido um objetivo específico relacionado com as estruturas territoriais e o sistema urbano sub-regional, enquanto pilar territorial para a prestação de serviços à população e para a aposta na atratividade, conforme preconiza o PNROT, cujo desenvolvimento e qualificação reforçará a condições de coesão e sustentabilidade, em particular no contexto de territórios de baixa densidade.

### **5.1.5 Plano Regional de Ordenamento do Território e territorialização das políticas públicas**

O Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) é um instrumento macro de ordenamento do território que abrange as cinco sub-regiões que integram a NUT II do Alentejo estão abrangidas pelo PROT Alentejo (Alto Alentejo, Alentejo Central, Litoral Alentejano e Baixo Alentejo).

O PROT Alentejo (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº53/2010, de 2 de agosto), no Capítulo II - Opções Estratégicas de Base Territorial, estabelece quatro Eixos Estratégicos:

- I – Integração Territorial e Abertura ao Exterior;
- II - Conservação e Valorização do Ambiente e do Património Natural;
- III - Diversificação e Qualificação da Base Económica Regional;
- IV - Afirmação do Policentrismo e do Desenvolvimento Rural.

É necessário promover a territorialização das políticas públicas, no sentido de promover o sucesso do planeamento e programação estratégica. Para tal, torna-se necessário conjugar as opções

territoriais do PNPT e o modelo territorial do PROT no sentido de promover os seguintes alinhamentos<sup>15</sup>:

- *Transformação estrutural da economia regional;*
- *Estruturação do sistema urbano;*
- *Ordenamento e regulamentação do espaço rural;*
- *Fortalecimento da coesão territorial;*
- *Estruturação das acessibilidades;*
- *Valorização dos subsistemas territoriais;*
- *Qualificação e aprofundamento das políticas de cooperação transfronteiriça;*
- *Descentralização das decisões públicas;*

### 5.1.6 Estratégia Regional de Especialização Inteligente 2030

*A EREI revisitada, assume um racional de conceção que procura combinar uma base de partida de ativos permanentes (naturais - solo, água e biodiversidade - e adquiridos - património cultural e natural) e de ativos emergentes resultantes do amadurecimento gradual dos processos produtivos e tecnológicos de base empresarial e da dotação de recursos materiais proporcionada por um ciclo prolongado de investimento público (infraestruturas tecnológicas, redes de incubadoras, espaços de acolhimento empresarial, redes de suporte à valorização de mercado, ...).*<sup>16</sup>

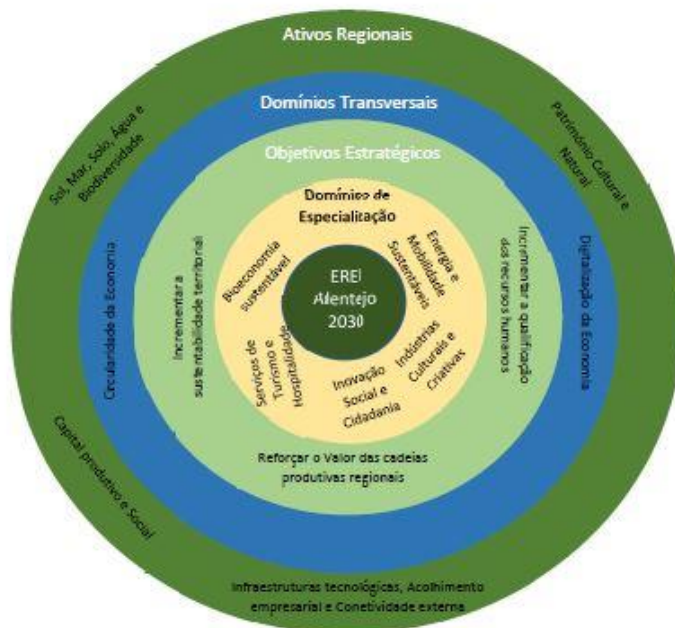
Enquanto objetivos estratégicos da EREI 2030, alinhados com a Estratégia Regional do Alentejo, destacam-se:

- *Energia e Mobilidade Sustentáveis*
- *Indústrias Culturais e Criativas*
- *Inovação Social e Cidadania*
- *Serviços de Turismo e Hospitalidade*
- *Bioeconomia sustentável*

<sup>15</sup> Página 68 do draft preliminar da Estratégia Regional – Alentejo 2030 “Desafiar o Futuro”

<sup>16</sup> Página 51 do Estratégia Regional Alentejo 2030 “Desafiar o Futuro”

Racional de Escolhas da EREI Alentejo 2030



Fonte: Estratégia Regional Alentejo 2030 – versão final

As Estratégias de Especialização Inteligente, seja a nacional como a regional, enfrentam um conjunto de desafios sociais nomeadamente: o declínio demográfico, com enfraquecimento de energias dos territórios; a necessidade de atrair e fixar investimento e recursos humanos qualificados; e a necessidade de construir respostas proactivas às incidências no território das Alterações Climáticas e aos desenvolvimentos da Economia Circular na Região.

A presente Estratégia de Desenvolvimento Territorial para o Alto Alentejo, teve na sua definição, aquilo que são os racionais de escolhas da EREI para o Alentejo 2030 e, com particular, para aquilo que são processos de reforço das cadeias de valor de recursos endógenos e a estruturação dos respetivos ecossistemas de inovação. Estes domínios afiguram-se como críticos uma relação positiva e mais ambiciosa do Alto Alentejo como o desenvolvimento económico e a criação de emprego.

### Matriz de relação Ativos/Objetivos Estratégicos da EREI Alentejo 2030/Domínios temáticos

Ativos Regionais	Objetivos Estratégicos da EREI Alentejo 2030	Domínios de Especialização
<i>Solo, Mar, Água e Biodiversidade</i>	<p>Incrementar a sustentabilidade territorial</p> <p>Reforçar o Valor das cadeias produtivas regionais</p> <p>Incrementar a qualificação dos recursos humanos</p>	<b>Bio economia sustentável</b>
<i>Património Cultural e Natural</i>		<b>Serviços de Turismo e Hospitalidade</b>
<i>Capital produtivo e Social</i>		<b>Energia e Mobilidade sustentáveis</b>
<i>Infraestruturas tecnológicas, Acolhimento empresarial e Conetividade externa</i>		<b>Indústrias Culturais e Criativas</b>

Fonte: Estratégia Regional Alentejo 2030 "Desafiar o Futuro"

De acordo com o anteriormente exposto e analisando em conjunto as opções territoriais do PNPOT, da EREI e do Modelo territorial do PROT, nesta que é a Estratégia de Desenvolvimento Territorial para o Alto Alentejo 2030, salientam-se os seguintes alinhamentos estratégicos prospetivos:

- ✓ Ordenamento e regulamentação do espaço rural devido à suscetibilidade à desertificação de todo o território regional;
- ✓ Necessidade de fortalecimento da coesão territorial devido à perda populacional;
- ✓ Organização dos serviços de interesse geral e apoio à valorização agrícola e agroflorestal;
- ✓ Estruturação das acessibilidades rodoviárias e ferroviárias;
- ✓ Atração de indústrias criativas, da economia social e da saúde.

#### 5.1.7 Plano Recuperação e Resiliência

O **Plano de Recuperação e Resiliência** (PRR) é um programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, que vai implementar um conjunto de reformas e de investimentos que permitirão ao país retomar o crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.

Está organizado em três dimensões estruturantes que se distribuem por 20 componentes: **Resiliência** (Saúde, Habitação, Respostas Sociais, Cultura, Capitalização e Inovação Empresarial,

Qualificações e Competências, Infraestruturas, Florestas e Gestão Hídrica); **Transição Climática** (Mar, Descarbonização da Indústria, Bioeconomia Sustentável, Eficiência Energética dos Edifícios, Hidrogénio e Renováveis, Mobilidade Sustentável); **Transição Digital** (Empresas, Qualidade das Finanças Públicas, Justiça Económica e Ambiente de Negócios, Administração Pública mais eficiente e Escola Digital).

O PRR totaliza 16.644 milhões de euros, sendo 13.944 milhões em subvenções e 2.700 milhões em empréstimos.

Na **Dimensão Resiliência**, estão previstos para o Alto Alentejo:

Componente 7 – Infraestruturas: Reforçar a resiliência e a coesão territorial, aumentar a competitividade do tecido produtivo e contribuir para a redução dos custos de contexto

- Ligações Transfronteiriças - *Ponte Internacional sobre o Rio Sever*;
- Áreas de Acolhimento Empresarial – Acessibilidades Rodoviárias - *Melhoria das acessibilidades à Zona Industrial Campo Maior; Rotunda na EN 246 acesso à Zona Industrial de Portalegre*.

Componente 9 - Gestão Hídrica

- *Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato*, com uma dotação de 120M€;

Este investimento, cuja execução é da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMA), prevê a criação de uma reserva estratégica de água que constituirá uma alternativa de abastecimento público e permitirá o estabelecimento de novas áreas de regadio, respondendo de forma integrada a situações de seca extrema e reduzindo a probabilidade de ocorrência de cheias. Criará um meio privilegiado (espelho de água) para a instalação de um grande número de painéis fotovoltaicos flutuantes de forma a possibilitar a reconfiguração da produção energética na região, pela sua característica de articulação entre as energias hídrica e fotoelétrica, permitindo acomodar uma central fotovoltaica que, para uma potência instalada correspondente a 75 MW, permitiria satisfazer mais de 60% das atuais necessidades energéticas da região e reduzir mais de 80.000 t/ano de emissões de dióxido de carbono, para além de uma diversificação da atividade agrícola e uma evolução qualitativa da atividade económica, particularmente nos setores da agroindústria e do turismo. O projeto prevê que o perímetro de rega seja dividido em lotes de 100 hectares, como incentivo para a realocação de pessoas nesta zona do país altamente desertificada, ao mesmo tempo que introduz um sistema de eficiência hídrica. O empreendimento situa-se na bacia hidrográfica do Tejo, em zona próxima do limite da bacia hidrográfica do Guadiana, e incluirá as seguintes componentes:

- Barragem do Pisão;
- Mini-hídrica;
- Central solar fotovoltaica;

- Infraestruturas dos blocos de rega.

Estes investimentos incluídos no PRR afetam positivamente todo o Alto Alentejo, com particular destaque para a Barragem do Pisão, cuja responsabilidade de execução é da CIMAA, e que será o maior investimento de sempre realizado no território.

Para além dos investimentos referidos destacamos na execução do PRR vão existir procedimentos de candidaturas que podem ser apresentadas pelos Municípios, Serviços do Estado e Empresas, nas várias dimensões e componentes do PRR, constituindo oportunidades de investimento importantes, algumas em áreas de grande necessidade, como é o caso da habitação, setor fundamental na revitalização dos centros históricos.

### 5.1.8 Plano Nacional Investimentos 2030

O **Programa Nacional de Investimentos 2030** (PNI 2030) materializa os investimentos estruturantes de promoção pública ou de promoção privada enquadrados em políticas públicas no horizonte temporal da próxima década, de 2021 a 2030. Trata-se de um programa multissetorial e que tem por base a articulação com outros instrumentos estratégicos e de planeamento.

Trata-se de um instrumento fundamental no planeamento da aplicação dos próximos dois quadros de fundos europeus, definindo um conjunto de investimentos em equipamentos e Infraestruturas nas áreas de Transportes, Ambiente, Energia e Regadio para a década de 2021 a 2030.

*Coesão, Competitividade e Inovação e Sustentabilidade e Ação Climática*, são os três desígnios estratégicos deste novo ciclo de investimentos. *Coesão* porque é importante reforçar a conectividade dos territórios, e da atividade económica, valorizando o capital natural; *Competitividade e Inovação*, desde logo aumentando e melhorando as condições infraestruturais do território; *Sustentabilidade e Ação Climática*, promovendo a descarbonização da economia e a transição energética.

O PNI 2030 inclui 85 programas e projetos em diferentes áreas: - *Transportes e Mobilidade* - 21600 milhões de Euros de investimentos, sendo a ferrovia a área com maior volume; *Ambiente* - 7400 milhões de Euros; *Energia* - 13000 milhões de Euros; *Regadio* - 750 milhões de Euros.

Na sua globalidade, o PNI 2030 tem projetos que permitem mobilizar até 12 mil milhões de Euros de fundos europeus na próxima década, incluindo fundos estruturais dos quadros financeiros 2021-27 e 2028-34, do Mecanismo Interligar

Resumindo, o PNI 2030 inclui os principais investimentos em infraestruturas e equipamentos a realizar nas 4 áreas temáticas referidas: *Transportes e Mobilidade, Ambiente, Energia e Regadio*.

Para o território do Alto Alentejo estão identificados alguns projetos, que constam das fichas de investimento anexas à Estratégia, nomeadamente:

## **TRANSPORTES E MOBILIDADE**

### Ferrovias

- ✓ Corredor Internacional Sul (2ª Fase)
- ✓ Programa de Sinalização e implementação do ERTMS/ETCS + GSM-R - Linha do Leste
- ✓ Eletrificação da linha do Leste, incluindo acesso ferroviário a Portalegre, mediante estudo de viabilidade e pertinência.

### Rodovia

- ✓ IP2. Nó da Penha (Portalegre)
- ✓ IC9, A23 – Ponte de Sor, Abrantes, incluindo nova Ponte sobre o Rio Tejo entre Constância e Abrantes;
- ✓ IC13, Ponte de Sor – Alter do Chão – Portalegre.

Para além dos projetos referidos no Plano Nacional de Investimentos, há enquadramento para outros projetos estruturantes para o Alto Alentejo, implícita ou expressamente identificados na estratégia, que são da maior importância e necessidade para o território e que poderemos inserir nas restantes áreas temáticas:

AMBIENTE - Ciclo Urbano da Água, Gestão de Resíduos e transição para a economia circular, Gestão de Recursos Hídricos, Conservação da Natureza e Biodiversidade, Florestas ...;

ENERGIA - Transição energética e reforço da produção de energias renováveis, eficiência energética...;

REGADIO - Aumento da área regada.

### **5.1.9 Pressupostos da Estratégia para o Alto Alentejo 2030**

Com a elaboração da **Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo 2020-2030**, tendo como ponto de partida a revisitação da estratégia 2014-2020, pretende-se estabelecer um quadro de intervenção e de programação do investimento, no âmbito do Alentejo 2030.

Este quadro estratégico, alinhado com as principais prioridades e objetivos da Política de Coesão, com os objetivos do Portugal 2030 e do Plano de Ação Regional - Alentejo 2030, pretende constituir uma resposta aos desafios específicos que se colocam ao Alto Alentejo, contribuindo para corrigir os constrangimentos e as condições periféricas que caracterizam esta sub-região, o que justifica e reforça a necessidade da sua focagem em projetos estruturantes que permitam alavancar o desenvolvimento do território, conforme as fichas de projeto que se anexam em capítulo próprio.

### ***Processo de trabalho e pressupostos de intervenção***

A **Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de ação para o Alto Alentejo 2030**, tem em conta as diversas participações e contributos da CIMAA - validados pelos seus quinze municípios associados e pelos seus parceiros institucionais regionais presentes no Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Integrado (CEDI) - para o Programa Nacional de Coesão Territorial, no âmbito da Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UNVI), para o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), para o Programa Nacional de Investimentos (PNI-2030) e para o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF-ALT), para além da consonância com o Programa Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA) e para o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Nesta fase de auscultação direta de parceiros, a CIMAA promoveu a recolha de contributos dos municípios e dos agentes económicos e sociais que integram o CEDI conforme se explicita detalhadamente no capítulo seguinte deste documento.

As respostas recebidas permitiram priorizar os domínios da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI), os Eixos Estratégicos de Intervenção e as Agendas Temáticas para o Portugal 2030, assim como os desafios e a identificação dos projetos estruturantes para o Alto Alentejo.

Foi neste contexto de conhecimento do território e de articulação entre os instrumentos e programas de estratégia e ordenamento, que se definiram os setores de atividade económica com maior relevância para o Alto Alentejo e se apresentam os projetos com carácter estruturante e as áreas de investimento a privilegiar, que refletem a visão consensual dos principais intervenientes, nomeadamente, em torno dos seguintes pressupostos/necessidades:

- Evolução recente do território sub-regional marcada, em traços gerais: pelo despovoamento e envelhecimento progressivos; redução da capacidade empregadora



muito centrada nos Serviços Públicos da Administração Central, Regional e Local; e levados níveis de distanciamento relativamente ao Alentejo e a Portugal (no que respeita aos rácios socioeconómicos e à capacidade competitiva, não obstante a melhoria substancial ao nível das condições de vida das populações e da coesão territorial).

- Reduzido impacto dos últimos ciclos de investimento na resolução dos principais estrangulamentos estruturais do desenvolvimento territorial, na alteração da situação periférica e no processo de convergência tanto no espaço regional, como no espaço nacional.
- Necessidade de alterar o paradigma dos investimentos, orientando-os para objetivos de desenvolvimento económico e criação de emprego, que permitam tornar a base económica do Alto Alentejo mais qualificada e competitiva e assumir uma dinâmica de convergência com as outras sub-regiões do Alentejo e do País.
- Concentrar esforços na atração de investimento privado - condição motora da qualificação do tecido empresarial e produtivo, do desenvolvimento económico e da criação de emprego - assumindo-se o emprego e o repovoamento como os principais resultados a atingir.
- Construir uma estratégia sustentável, a partir das especificidades e recursos do Alto Alentejo, do que é genuíno e intrínseco, e não do que é comum e suscetível de replicação noutras partes do País ou do mundo, intenção que implica, desde logo, a identificação clara e inequívoca das especificidades sub-regionais nos contextos regional, nacional e internacional, que podem contribuir para a sua afirmação competitiva em cada um destes contextos territoriais.
- Considerar as ilações decorrentes das situações de emergência nos mais variados setores da vida em sociedade - sejam as alterações climáticas, as epidemias, as catástrofes naturais como os incêndios ou inundações - consideradas ao nível local ou a um nível geral, implicando medidas de prevenção e de atuação que permitam minorar as possibilidades de ocorrência ou os seus efeitos, mediante ações e projetos adequados e integrados em estratégias locais, nacionais ou europeias.

Para os projetos estruturantes indispensáveis para dotar o território de condições de competitividade comparativamente a outras regiões do país, (mesmo relativamente às outras regiões do interior) para além de outros investimentos mais localizados, mas igualmente importantes para o desenvolvimento económico e social, para a criação de emprego e para o combate ao despovoamento, foi considerado:

- i. O preenchimento de lacunas ainda existentes nas infraestruturas e equipamentos que contribuam para competitividade e a coesão territorial;
- ii. Os recursos existentes no Alto Alentejo, nomeadamente, o património natural, histórico e cultural; a pecuária e a agricultura associadas ao agroalimentar; as energias renováveis, os recursos minerais e florestais;
- iii. As alterações climáticas e outras ocorrências possíveis na saúde, economia, catástrofes naturais, para que seja possível tornar o território mais resiliente e capaz de responder aos desafios inerentes às realidades esperadas ou imprevistas;
- iv. A necessidade de ampliar e promover a base económica e empresarial, alicerçada numa requalificação produtiva e na melhoria da capacidade competitiva que permita ao Alto Alentejo aproximar-se dos índices de desenvolvimento das outras regiões;
- v. Apostar na educação, formação e qualificação, focada nas necessidades do território e das empresas, potenciando o investimento e a criação de riqueza que permita fixar os jovens e a atrair novos residentes.
- vi. Garantir o apoio sociais a pessoas idosas, portadores de deficiências e incapacidades, combater à pobreza e a exclusão social, diretamente ou através das instituições de solidariedade social.
- vii. Promover a segurança, a igualdade e a erradicação da violência, numa perspetiva de dignidade e respeito pela pessoa humana.

É neste contexto que a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo inclui na Revisitação da Estratégia de Desenvolvimento um conjunto de projetos estruturantes que visam promover o desenvolvimento do território, valorizar e dignificar as pessoas.

## 5.2 Visão e estratégia para o Alto Alentejo 2030

A abordagem integrada do desenvolvimento dos territórios constitui um dos principais elementos de focagem da territorialização das políticas públicas da Coesão, visando contribuir para concretizar objetivos e metas da Estratégia Europa 2030. Esta perspetiva, por um lado, estabelece novos desafios (sobretudo, pela formulação, conteúdos e prioridades de financiamento) mas, por outro lado, permite dar uma nova e orientada sequência a um exercício de planeamento estratégico territorial que o Alto Alentejo tem vindo a realizar em sucessivas gerações de programação do desenvolvimento.

Com a revisitação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo 2030, a CIMAA pretende estabelecer o quadro de intervenção estratégica e de programação do investimento no

seu espaço territorial de intervenção, dando assim um importante impulso ao processo de preparação de um novo ciclo de programação de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

Este quadro estratégico, embora alinhado com as principais prioridades e objetivos da Política de Coesão, com os objetivos do Portugal 2030 e do Plano de Ação Regional - Alentejo 2030, deverá constituir uma resposta aos desafios específicos que se colocam ao Alto Alentejo, contribuindo para corrigir os constrangimentos atuais e as condições periféricas que caracterizam a sub-região, o que justifica e reforça a necessidade da sua focagem temática.

Assim, formulação da Visão para o **Alto Alentejo 2030** é o resultado da associação entre as lições da experiência do passado e os novos desafios ditados pela política de coesão europeia, pelo enquadramento conjuntural atual e pelas novas dinâmicas impostas do mundo global, interdependente e competitivo.



Figura 13 – Fatores distintivos do Alto Alentejo

Neste enquadramento, o Alto Alentejo posiciona-se como:

- (i) Um território que dispõe de Recursos Naturais de carácter produtivo (paisagem, energia, agroalimentar, produtos de qualidade...) e Recursos identitários (património natural, material e imaterial, paisagem, usos e costumes, gentes,...);
- (ii) Um território que promove o funcionamento em rede de empresas e centros do saber e tecnologia para construir uma trajetória de inovação e de acolhimento e atração de empresas; trata-se de posicionar estratégica e operacionalmente um território amigo da economia e das empresas e que dispõe de quadros e instituições qualificadas para apoiar o desenvolvimento empresarial nas suas múltiplas dimensões.

Assim, a definição da visão **Alto Alentejo 2030** teve então por base os seguintes pressupostos:

- ✓ É necessário preencher lacunas ainda existentes nas infraestruturas e equipamentos que contribuam para competitividade e a coesão territorial, tirando partido da localização geográfica central na Península Ibérica.
- ✓ É essencial promover e ampliar a base económica e empresarial, alicerçada numa requalificação produtiva e na melhoria da capacidade competitiva que permita ao Alto Alentejo aproximar-se dos índices de desenvolvimento das outras regiões.
- ✓ É preciso apostar na educação, formação e qualificação, focada nas necessidades do território e na atratividade de novos estudantes/residentes que fixem população e permitam a criação de riqueza.

É neste contexto que mantemos a visão que temos para o território Alto Alentejo para 2030 atualizando apenas o caminho para atingir o objetivo pretendido:

O Alto Alentejo é um **território com vocação turística** onde é possível aprender e vivenciar coisas novas e emocionantes num ambiente calmo e sereno, onde é possível apreciar valores naturais únicos, um **território onde se circula com mobilidade e que oferece condições para trabalhar e viver.**

Um território que está **sintonizado com o futuro** e traça um caminho com confiança nos seus valores, é um **território que pode ambicionar a ser uma região que atrai pessoas e empresas.**

Em torno daquilo que é a visão para o Alto Alentejo 2030, foram definidos seis Eixos Estratégicos, alinhados com a política de coesão e diretrizes europeias, nacionais e regionais.



Figura 14 – Eixos Estratégicos para o Alto Alentejo 2030


Apesar de mantermos a visão daquilo que pretendemos que o território seja em 2030, o caminho para esse fim é na presente revistação adaptado àquilo que são hoje as orientações europeias, nacionais e regionais. Assim, a presente Estratégia de Desenvolvimento Territorial não é uma fratura com a Estratégia de Desenvolvimento Territorial 2014-2020, tal como é possível verificar através do esquema abaixo, mas uma atualização daquilo que se pensou para a região em 2014 com a devida atualização face aos acontecimentos dos últimos anos e com aquilo que hoje se pretende para o futuro do Alto Alentejo.




Esta relação, abaixo demonstrada, não corresponde a uma sobreposição ou simples atualização da designação, mas sim a uma alteração estrutural de conceito em que o alinhamento é visível.


		EIDT 2014-2020				
		A. Qualificação do Território	B. Inovação e Formação de Competências	C. Atratividade de Investimento e Reestruturação de Atividades económicas	D. Desenvolvimento Local (Territórios de Baixa Densidade/Zonas de fronteira)	E. Governação estratégica em rede
Revisitação EDT 2021-2027	Eixo Estratégico 1 - Governação Estratégica e Eficiência do Território na ótica das Smart Cities	● ● ○	● ● ○	● ○ ○	● ● ●	● ● ●
	Eixo Estratégico 2 - Educação, Formação e Qualificação	● ● ○	● ● ●	● ● ○	● ○ ○	● ○ ○
	Eixo Estratégico 3 - Atratividade de Investimento e Desenvolvimento Competitivo de Atividades Económicas	● ○ ○	● ● ○	● ● ●	● ● ○	● ● ○
	Eixo Estratégico 4 - Sustentabilidade e Valorização dos Recursos Endógenos	● ● ○	● ○ ○	● ● ●	● ● ○	● ● ○
	Eixo Estratégico 5 - Qualificação do Território	● ● ●	● ○ ○	● ○ ○	● ● ○	● ○ ○
	Eixo Estratégico 6 - Atratividade e Repovoamento do Território	● ○ ○	● ● ○	● ● ○	● ● ○	● ● ○

Figura 15 - Articulação entre objetivos e estratégicos da EIDT 2014-2020 e a Revisitação 2021-2027

Assim, em alinhamento e atualização com aquilo que foi a Estratégia 2014-2020 e com os objetivos da política europeia e os desafios para o Alentejo 2030, definiu-se um conjunto de Eixos Estratégicos e respetivos Objetivos Estratégicos para o Alto Alentejo 2030, resumidos na tabela abaixo:

Alto Alentejo 2030 Eixos Estratégicos		Alto Alentejo 2030 Vetores Estratégicos	Alto Alentejo 2030 Objetivos Específicos
 <p><b>Eixo Estratégico 1</b> - Governação Estratégica e Eficiência do Território na ótica das <i>Smart Cities</i></p>	VE 1.1 – Modernização Administrativa, Transição Digital e Smart Cities	OE 1.1.1 - Estruturar mecanismos de coordenação estratégica e operacional OE 1.1.2 – Promover a Modernização Administrativa e acelerar a transição digital OE 1.1.3 – Dotar todo o território de comunicações, redes digitais e acesso à internet	
	VE 1.2 – Promover a eficiência da administração pública para a prossecução das novas competências	OE 1.2.1 - Capacitar as entidades para a prossecução das novas competências, no âmbito da descentralização e transferência de competências para os Municípios e para a Comunidade Intermunicipal. OE 1.2.2 – Promover a eficiência e desburocratização da administração pública numa ótica de prestação de serviços às populações, instituições e empresas.	
	VE 1.3 – Cooperação e Desenvolvimento Transfronteiriço	OE 1.3.1 – Dinamizar e concretizar a Eurocidade Elvas/Campo Maior-Badajoz e outras redes de cooperação transfronteiriça OE 1.3.2 – Promover a cooperação entre Cidades e territórios da Raia, em projetos e ações conjuntas de resposta às necessidades comuns e de desenvolvimento integrado e sustentável.	
 <p><b>Eixo Estratégico 2</b> - Educação, Formação e Qualificação</p>	VE 2.1 – Reforçar o Capital Humano	OE 2.1.1 - Inovação na rede de educação e formação OE 2.1.2 - Reconversão Profissional	
	VE 2.2 – Promover o Emprego e a Empregabilidade	OE 2.2.1 - <i>Match</i> entre as ofertas e procura OE 2.2.2 – Promover o Conhecimento, Investigação e Inovação, em articulação entre as IES e as empresas, numa perspetiva de capacitação, competitividade e promoção do desenvolvimento da região.	

	<b>Eixo Estratégico 3</b> - Atratividade de Investimento e Desenvolvimento Competitivo de Atividades Económicas	VE 3.1 – Consolidação das vantagens competitivas	OE 3.1.1 - Dinamizar a criação de um <i>cluster</i> agroalimentar que contemple a variedade de produtos com denominação de origem controlada. OE 3.1.2 - Intensificar os processos de valorização e divulgação do património natural, produtivo, cultural e artístico do Alto Alentejo. OE 3.1.3 - Promoção do dinamismo empresarial e criação de emprego
		VE 3.2 – Captação de Investimento	OE 3.2.1 - Estimular o desenvolvimento de empresas e produtores de produções endógenas numa lógica de fileira. OE 3.2.2 - Estimular a competitividade e os mecanismos de apoio às empresas. OE 3.2.3 - Potenciar o desenvolvimento do sector turístico
	<b>Eixo Estratégico 4</b> - Sustentabilidade e Valorização dos Recursos Endógenos	VE 4.1 – Valorização e proteção ambiental aliado à transição energética	OE 4.1.1 - Potenciar a Adaptação às Alterações Climáticas e Gestão de Riscos OE 4.1.2 - Promover a Eficiência energética e Energias Renováveis OE 4.1.3 - Estimular a Gestão sustentável da água e dos resíduos OE 4.1.4 - Promover o crescimento da Economia circular OE 4.1.5 - Promover a Biodiversidade, infraestruturas verdes e redução a poluição
		VE 4.2 – Transição Digital aplicada à eficiência no uso dos recursos	OE 4.2.1 - Dinamizar a utilização da tecnologia na otimização e gestão de recursos nas cidades (iluminação pública, mobilidade urbana, gestão de resíduos sólidos) OE 4.2.2 - Promover a gestão eficiente de consumos urbanos de água, pela gestão inteligente das infraestruturas de abastecimento OE 4.2.3 - Utilização da inteligência artificial na agricultura de precisão para gestão otimizada e em tempo real da água OE 4.2.4 - Dinamizar o desenvolvimento e implementação de soluções de deteção inteligente de fogos no território OE 4.2.5- Promover o acesso e análise de <i>big data</i> e o desenvolvimento da inteligência artificial na monitorização ambiental
	<b>Eixo Estratégico 5</b> - Qualificação e Atratividade do Território	VE 5.1 – Qualificação Urbana e posicionamento dos centros urbanos	OE 5.1.1 - Eliminar lacunas de conectividade intrarregional e na relação com o exterior OE 5.1.2 - Requalificação e valorização dos principais centros urbanos do Alto Alentejo OE 5.1.3 - Fomentar soluções inovadoras e inteligentes que promovam a integração modal OE 5.1.4 - Promover a requalificação de infraestruturas de rede e de equipamentos de proximidade. OE 5.1.5 – Qualificar os Centros Urbanos, numa perspetiva estratégica de polos de atratividade e desenvolvimento sustentável da região. OE 5.1.6 – Capacitar e dotar os Centros Urbanos de condições para a prestação de serviços de interesse geral (SIG) e de proximidade.
		VE 5.2 – Atratividade e competitividade territorial	OE 5.2.1 - Melhorar a capacidade de resposta dos serviços de proteção civil

			<p>OE 5.2.2 - Salvaguardar e valorizar o património cultural e natural</p> <p>OE 5.2.3 – Criação de condições vantajosas para a fixação de empresas e de ecossistema favorável ao seu funcionamento</p>
	<p><b>Eixo Estratégico 6</b> - Atratividade e Repovoamento do Território</p>	<p>VE 6.1 – Assegurar o bem-estar dos cidadãos e promoção da inclusão social</p>	<p>OE 6.1.1 - Melhoria aos cuidados de saúde, através do desenvolvimento de infraestruturas, incluindo cuidados de saúde primários e políticas de atração e fixação de profissionais de saúde</p> <p>OE 6.1.2 - Aumento da integração social de comunidades marginalizadas, migrantes e grupos desfavorecidos</p> <p>OE 6.1.3 - Adequar e reforçar as respostas sociais às necessidades existentes incluindo cuidados continuados e unidades de convalescença</p>
		<p>VE 6.2 – Qualidade Territorial como motor de atração ao repovoamento</p>	<p>OE 6.2.1 - Melhoria dos serviços de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida</p> <p>OE 6.2.2 - Criação de Postos de trabalho mediante o desenvolvimento económico da região e incentivos à fixação das populações.</p> <p>OE 6.2.3 – Garantir a mobilidade das populações das zonas rurais mais remotas aos centros urbanos como forma de proporcionar condições de vida, fixar e atrair residentes.</p>

### 5.3 Eixos Estratégicos para o Alto Alentejo 2030



#### **Eixo Estratégico 1 | Governação Estratégica e Eficiência do Território na ótica das *Smart Cities***

As regiões são mais sustentáveis se forem conectadas e otimizadas graças à utilização da tecnologia. O recurso à tecnologia, entre outras consequências, representa a única solução para conter e reduzir as alarmantes repercussões ambientais e socioeconómicas que as grandes concentrações da população nas cidades provocarão nas regiões, nos países e no planeta.

O presente eixo, pretende que o Alto Alentejo possa atenuar lacunas de conectividade e de *comunicação a nível intrarregional e inter-regional recorrendo à utilização inteligente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)*, em torno de projetos-piloto que permitam aumentar a interação das empresas e dos cidadãos com o exterior, proporcionando o surgimento de novos serviços e negócios e uma maior abertura do Alto Alentejo ao mundo. Paralelamente pretende-se dotar e capacitar as entidades publicas para a prossecução das novas competências decorrentes do processo de descentralização através da promoção da sua eficiência e eficácia.

É neste eixo que se pretende dar resposta à Transição Digital enquanto pilar da governação e gestão territorial, devendo então apostar-se na modernização administrativa perspetivando uma



maior competitividade e eficiência do Alto Alentejo promovendo a maior adaptação aos desafios e enquanto indutor de novas parcerias potenciadores de crescimento económico e de práticas de inovação nos processos da gestão territorial.

De não descuidar ainda, que se enquadra neste eixo, enquanto vetor para uma melhor e mais eficiente governança, a necessidade de promover a cooperação e desenvolvimento transfronteiriço em regiões de fronteira com o Alto Alentejo tirando o maior partido das vantagens competitivas dos territórios da raia.

## Vetor Estratégico 1.1 – Modernização Administrativa, Transição Digital e Smart Cities

### Objetivo Específico 1.1.1 | Estruturar mecanismos de coordenação estratégica e operacional

#### Descrição

No objetivo específico, pretende-se promover uma **governança em rede** através da promoção de mecanismo de **coordenação estratégica e operacional** que integrem preocupações para um desenvolvimento inteligente e sustentável nos diferentes níveis: competitividade, inovação, inclusão social, transformação digital e sustentabilidade ambiental).

Ainda objetivo, promover uma **gestão articulada dos fundos** disponibilizados no âmbito dos programas nacionais e regionais que contemple as necessidades do território ao nível municipal e supramunicipal, considerando a Estratégia de Desenvolvimento e os projetos e áreas estruturantes considerados essenciais.

### Objetivo Específico 1.1.2 | Promover a Modernização administrativa e acelerar a transição digital

#### Descrição

Este objetivo específico pretende o desenvolvimento das **competências digitais da administração pública** nas várias dimensões críticas do desenvolvimento territorial, da inclusão à competitividade, é considerado chave para o sucesso da estratégia. Aliado, pretende-se incluir uma abordagem integrada à digitalização, num reconhecimento claro que a **Economia Digital** é uma força do crescimento económico e da competitividade das economias e a qual se reforçará no horizonte da próxima década.

Enquadra-se ainda a necessidade de capacitação dos atores locais assegurando uma maior eficácia e eficiência dos recursos assim como práticas de inovação nos processos da gestão territorial.

### Objetivo Específico 1.1.3 | Dotar todo o território de comunicações, redes digitais e acesso à internet

#### Descrição

Pretende-se dotar a totalidade do território do Alto Alentejo de redes de comunicação móvel e outras TIC através do **alargamento da cobertura das comunicações** e da conectividade digital com acessibilidade generalizada a fontes de dados no **sentido de captar residentes através dos novos modelos de trabalho** à distância baseados nas redes de comunicação.

## Vetor Estratégico 1.2 – Promover a eficiência da administração pública para a prossecução das novas competências

**Objetivo Específico 1.2.1** | Capacitar as entidades para a prossecução das novas competências, no âmbito da descentralização e transferência de competências para os Municípios e para a Comunidade Intermunicipal

### Descrição

Este objetivo específico pretende **capacitar os atores** (inovação, digital, inclusão, ...) assim como assegurar a articulação com as diferentes escalas e a transversalidade das intervenções. É então objetivo promover a **eficiência na mobilização de instrumentos disponíveis e uma participação alargada**, não deixando de considerar os intensos desafios do processo de transferência de competências – da administração central para a administração local e entidades intermunicipais.

**Objetivo Específico 1.2.2** | Promover a eficiência e desburocratização da administração pública numa ótica de prestação de serviços às populações, instituições e empresas

### Descrição

No presente objetivo pretende-se promover a **utilização das tecnologias e sistemas de gestão inteligente** nas mais variadas áreas de serviços, como forma de alcançar a sustentabilidade através da eficácia e eficiência das ações, com **redução de custos e poupança de meios** quer para as entidades públicas quer para as instituições e empresas que precisem de interagir com os serviços públicos.

## Vetor Estratégico 1.3 – Cooperação e Desenvolvimento Transfronteiriço

**Objetivo Específico 1.3.1** | Dinamizar e concretizar a Eurocidade Elvas/Campo Maior-Badajoz e outras redes de cooperação transfronteiriça

### Descrição

É preciso **aprofundar e efetivar a cooperação transfronteiriça**, nomeadamente através da Eurocidade Elvas/Campo Maior – Badajoz, que constitui o maior aglomerado populacional localizado entre Lisboa e Madrid, com todas as **potencialidades** que esse fator implica em termos de massa crítica e oportunidades de desenvolvimento da atividade económica, cultura, educação, I&DT. Importante também o **incremento da divulgação de toda a região transfronteiriça**, em volta das potencialidades comuns existentes, como por exemplo as cidades património de Elvas, Cáceres, Mérida, Évora, da Triurbir (Cáceres/Castelo Branco/Portalegre/Plasência), da Rede de Fortalezas Abaluartadas da Raia, (candidatas a património mundial) entre outras.

**Objetivo Específico 1.3.2** | Promover a cooperação entre Cidades e territórios da Raia, em projetos e ações conjuntas de resposta às necessidades comuns e de desenvolvimento integrado e sustentável

### Descrição

É objetivo promover a cooperação entre as entidades raianas através da **reflexão conjunta sobre temas estruturantes** que sejam comuns às regiões como por exemplo a questão social, ambiental, a mobilidade, economia entre outros. Incentivando a participação alargada e de cooperação interempresarial é possível **potenciar sinergias entre os diversos atores**, seja pela identificação de áreas críticas e de oportunidades, seja pela definição de ações, ou pela discussão alargada sobre opções de financiamento.



## Eixo Estratégico 2 | Educação, Formação e Qualificação

A educação e a qualificação profissional ao longo da vida constituem-se como um dos principais desafios que se colocam à competitividade e à coesão territorial. As empresas localizadas no território Alto Alentejo detêm características próprias e necessidades particulares do ponto de vista formativo. Sublinha-se a necessidade de adequar a oferta de formação às necessidades do mercado de trabalho, processo cuja eficácia fica ainda aquém do desejável, não obstante a existência de uma rede de escolas técnico profissionais de qualidade.

Em particular, constata-se a necessidade de investir em duas áreas fundamentais: a educação e a qualificação de recursos – enquanto domínios essenciais associados ao desenvolvimento económico, social e profissional, permitindo à região promover a existência de recursos humanos habilitados a garantir as necessidades das empresas locais.

A interdependência entre os objetivos acima elencados mostram-se fundamentais: a melhoria da educação contribui para o aumento do emprego e para a redução da pobreza, em que uma economia mais baseada em I&D, promove a eficácia na aplicação de recursos, torna a região mais competitiva e gera mais postos de trabalho. Por outro lado, e relacionado com outros eixos estratégicos, o investimento em tecnologias mais limpas contribui para o combate às alterações climáticas e cria novas oportunidades para o comércio e para o emprego.

Pretende-se então a articulação da oferta com as prioridades definidas em sede das EREI e de projetos operacionais (empregadores) já no terreno, oscilando as tipologias formativas (Inicial e/ou Contínua) em função as exigências de Qualificação Inicial; Aperfeiçoamento; Reconversão; Reciclagem e da maturidade dos projetos que perspetivam ou sustentam a empregabilidade no território.

### Vetor Estratégico 2.1 – Reforçar o Capital Humano

#### Objetivo Específico 2.1.1 | Inovação na rede de educação e formação

##### Descrição

Mediante a perceção das **tendências regionais** de desenvolvimento é possível ter uma perspetiva de como reestruturar a oferta no território e essa reestruturação deverá ser realizada pelas entidades formadoras em cooperação com os diversos atores regionais. A **coordenação da oferta formativa** deve ser feita com o contributo das Instituições de Ensino Superior (IES) para a transferência de competências e a aposta na inovação, geralmente associadas a este grau de ensino e, desta forma, agregar valor à capacidade instalada e à competitividade do território – incluindo a atração de investimento direto estrangeiro (IDE) - num quadro de cooperação transversal, nomeadamente no **desenho das necessidades de competências e da oferta de formação resultante**.

**Objetivo Específico 2.1.2 | Reconversão Profissional**Descrição

A política de Formação Profissional deverá privilegiar um modelo de **articulação entre a formação inicial e a formação contínua** (tal qual são definidas em sede de legislação em vigor). Contemplando e apostando na População Ativa do território, num contexto de despovoamento e envelhecimento, importará incluir nas respostas de formação profissional e nos levantamentos e mapeamentos para o matching oferta/procura uma **abordagem multivariada: Re-Qualificação; Aperfeiçoamento; Reconversão; Reciclagem.**

A consciência de que a lógica da procura de formação se desenvolve a montante – os empregadores (e não a jusante, pelos formandos)- que pretendem contratar competências e qualificações, implicará a criação de um mercado territorial de competências, pelo que os levantamentos e mapeamentos para o matching aludido devem ser organizados numa Rede de Cooperação Territorial, transversal aos diversos stakeholders sectoriais, contribuindo para :

- Identificar e promover as competências técnicas e profissionais tendo em vista o reforço da qualificação do capital humano;
- Operacionalizar instrumentos de política pública orientados para a formação profissional e a criação e manutenção de emprego;

Conceber e implementar iniciativas sub-regionais em domínios específicos das modalidades de qualificação profissional inseridas no mercado de emprego.

**Vetor Estratégico 2.2 – Promover o Emprego e a Empregabilidade****Objetivo Específico 2.2.1 | Match entre as ofertas e procuras**Descrição

É entendimento regional que é necessário **alinhar a qualificação dos jovens** com as atuais especializações económicas. Atualmente é fundamental dar ênfase às competências digitais assim como promover a integração profissional dos jovens formados sejam ele de que nível formativo (superior, secundário ou pós-secundário). Se essa qualificação estiver alinhada com aquilo que são as ofertas de emprego regionais, irá promover-se a empregabilidade e a fixação dos jovens no território Alto Alentejo. Paralelamente considera-se estruturante divulgar a **qualidade e eficiência das ofertas educativas e formativas de dupla certificação** de nível secundário e pós-secundário não superior, de forma a garantir o seu alinhamento com as necessidades reais do tecido produtivo, no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ).

**Objetivo Específico 2.2.2 | Promover o Conhecimento, Investigação e Inovação, em articulação entre as IES e as empresas, numa perspetiva de capacitação, competitividade e promoção do desenvolvimento da região**

Descrição

Sendo esta uma região com baixa intensidade em I&DT e Inovação torna-se necessário e fulcral o **reforço do potencial tecnológico e científico.**

Pretende-se apostar numa lógica de **rede articulada entre o ensino superior, comunidade científica e empresarial**, permitirá estruturação de um conjunto de projetos no âmbito das áreas de especialização económica regional, com acentuado alinhamento estratégico com a Estratégia Regional de Especialização Inteligente 2030, de cuja trajetória de execução se esperará resultados importantes para utilização futura pelo tecido produtivo regional estimulando a indispensável inovação.



## Eixo Estratégico 3 | Atratividade de Investimento e Desenvolvimento Competitivo de Atividades Económicas

O Alto Alentejo por si só, com o tecido económico e empresarial que possui não tem capacidade para gerar o desenvolvimento económico que necessita para ultrapassar o despovoamento e garantir a viabilidade do território em termos sociais, económicos e demográficos. Necessita por isso de criar condições que capacitem o território para atrair empresas e empresários com capacidade económica e potencial.

O Eixo Estratégico 3 prevê o funcionamento em rede destas estruturas, com qualificação dos espaços e organização de serviços (de consultoria geral e técnica especializada, de apoio à relação com o mercado, etc.), contribuindo para aproveitar oportunidades económicas e de negócio, nomeadamente, em torno da valorização de recursos endógenos e de atividades emergentes, com limitadas barreiras à entrada e fortemente mobilizadoras de competências e talentos, e com impacto social, nomeadamente na qualificação e integração de pessoas mais desfavorecidas (emprego de longa duração, pessoas com deficiência, pobreza crónica, etc.) cuja atração (a par de fluxos de investimento inovador) é indispensável para a valorização do território do Alto Alentejo.

### Vetor Estratégico 3.1 – Consolidação das vantagens competitivas

**Objetivo Específico 3.1.1** | Dinamizar a criação de um cluster agroalimentar que contemple a variedade de produtos com denominação de origem controlada

Descrição

É preciso retomar a **valorização dos produtos classificados**, que depois da fase inicial de reconhecimento não tiveram ainda o aproveitamento dessa marca distintiva. É preciso **promover a integração** de produtores, empresas, instituições, centros de saber e inovação, que sejam o suporte para novas iniciativas e negócios que efetivamente possam transformar os **produtos num fator de criação de riqueza e emprego**. Considera-se fundamente congregar parcerias para alcançar escalas comerciais.

**Objetivo Específico 3.1.2** | Intensificar os processos de valorização e divulgação do património natural, produtivo, cultural e artístico do Alto Alentejo.

Descrição

Construir a sustentabilidade de um território de **excelência ambiental** articulando estreitamente a **conservação da natureza, a valorização dos patrimónios e o desenvolvimento turístico** e promovendo e comunicando de forma sistemática e profissional, no plano nacional e internacional, a imagem global, distintiva e singular da região, nos mercados internos e externos, tirando partido de elementos diferenciadores como o Património classificado – Elvas, Património da Humanidade, o Geopark Naturtejo, os Parques Naturais, os Monumentos Nacionais e outros - suscetíveis de **valorizar a economia do Alto Alentejo**.

**Objetivo Específico 3.1.3 | Promoção do dinamismo empresarial e criação de emprego**Descrição

Prevê-se no objetivo estratégico **consolidar e qualificar as áreas de acolhimento empresarial e ninhos de empresas** assim como promover a criação condições de atração e fixação de investimento através de estratégias de reforço de atratividade empresarial e **promoção do empreendedorismo**. Pretende-se **robustecer a capacidade de produção de conhecimento e tecnologia através do desenvolvimento de ecossistemas de inovação** como a criação de centros de excelência de inovação e investigação em sede de especialização produtiva.

**Vetor Estratégico 3.2 – Captação de Investimento****Objetivo Específico 3.2.1 | Estimular o desenvolvimento de empresas e produtores de produções endógenas numa lógica de fileira**Descrição

O presente objetivo prende-se com a necessidade de **promover** o conjunto de **produtos endógenos e classificados**, que são característica e bandeira do Alto Alentejo sejam vistos como uma oportunidade de desenvolvimento económico no mercado agroalimentar, dando-lhe escala e aumento da produção, com políticas organizadas de marketing e promoção, promovendo a comercialização e distribuição, numa perspetiva de fixação da cadeia de valor no território.

**Objetivo Específico 3.2.2 | Estimular a competitividade e os mecanismos de apoio às empresas**Descrição

Pretende-se promover a **criação de medidas para captação de investimento** e de atração de novas empresas que poderão passar pelo **reforço da inovação**, por exemplo, através de iniciativas que promovam as infraestruturas e centros de I&D e tecnologia, mas também pela promoção de recursos humanos **especializados e qualificados** como fatores de atração de investimentos. Paralelamente, é intenção desenvolver medidas específicas de apoio às empresas que se fixem no território Alto Alentejo, criando assim **vantagens competitivas como por exemplo a criação de um Fundo de Investimento Regional**, atuando em articulação com um Plano de Revitalização do Alto Alentejo.

**Objetivo Específico 3.2.3 | Potenciar o desenvolvimento do sector turístico**Descrição

Promover o reconhecimento do **potencial do património histórico, arquitetónico, religioso e natural** da região e da necessidade de esse mesmo património se configurar na clarificação dos produtos turísticos. Configura o conjunto de intervenções dirigidas à **melhoria da atratividade da região** através da valorização económica do património identitário e dos elementos de projeção da região com potencial para atração de visitantes e turistas. Inclui os projetos de **valorização de produtos, gastronomia e vinhos**, de dinamização do património histórico - o megalítico e o romano, os castelos e as fortalezas, as igrejas e os conventos, a arqueologia industrial, os museus e a arquitetura de todas as épocas, assim como o património natural, como o Parque Natural da Serra de São Mamede, Tejo Internacional, e espelhos de água; e o património imaterial - festas, feiras e tradições, festivais contemporâneos, artes e exposições.



## Eixo Estratégico 4 | Sustentabilidade e Valorização dos Recursos Endógenos

A definição deste eixo estratégico considera que a valorização dos recursos naturais, patrimoniais, agrícolas e setores baseados em tecnologia podem fomentar a valorização e proteção desses mesmos ativos através do impulsionamento de dinâmicas turísticas e económicas.

Pretende-se que as intervenções na gestão dos recursos endógenos sejam encaradas não como uma limitação ou uma punição por comportamentos, mas sim, considerando a riqueza dos recursos próprios - ambiente, paisagem, cultura e património natural ou edificado, gastronomia e vinhos, produtos, agricultura, floresta e pecuária, energia e recursos hídricos - como uma oportunidade de dinamização da atividade económica dos territórios, mesmo os eminentemente rurais. É objetivo promover a criação e fixação de empresas fornecedoras de equipamentos e serviços qualificados no domínio da produção e distribuição de energias renováveis, gestão dos sistemas de tratamento de resíduos e afluentes com recursos às TIC, proteção dos espaços florestais, turismo de natureza e em espaço rural e preservação, restauro, animação e promoção turística do património construído.

Pretende-se com a designação deste eixo, criar condições para um menor consumo de recursos naturais e energéticos, em nome da sustentabilidade dos usos, mas também gerar novas oportunidades de emprego e de criação de riqueza e contribuir para a competitividade da economia regional através da diminuição da fatura energética das empresas, das entidades públicas, do terceiro setor e das famílias. Incluem-se, o ordenamento e a proteção dos recursos naturais e patrimoniais, numa lógica de salvaguarda dos recursos, nomeadamente de proteção contra os incêndios e promoção da economia circular.

O Objetivo da sustentabilidade e valorização dos recursos é fundamental para o Alto Alentejo, onde o Empreendimento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato – Barragem do Pisão assume papel primordial e insubstituível, para a concretização dos 5 objetivos específicos enunciados neste Eixo de Intervenção.

## Vetor Estratégico 4.1 – Valorização e proteção ambiental aliado à transição energética

### Objetivo Específico 4.1.1 | Potenciar a Adaptação às Alterações Climáticas e Gestão de Riscos

#### Descrição

Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas é fundamental como base das políticas de adaptação, assentes no aprofundamento contínuo do conhecimento e da monitorização de medidas delineadas ao nível municipal e intermunicipal, alinhadas com as políticas regionais e nacionais. Este objetivo abrange múltiplos domínios, tendo em consideração a **necessidade de aumentar a resiliência climática** da sociedade e do território e a diminuição das vulnerabilidades, incrementando o conhecimento sobre este processo e **promovendo a capacitação das empresas, instituições e pessoas**. É neste contexto que se enquadra o Plano Intermunicipal de Adaptação as Alterações Climáticas no Alto Alentejo (PIAACAA) e o seu plano de ação para os diferentes setores económicos, onde o papel da Barragem do Pisão surge como fator decisivo.

### Objetivo Específico 4.1.2 | Promover a Eficiência energética e Energias Renováveis

#### Descrição

As energias renováveis caracterizam-se por terem um impacto ambiental nulo na emissão de gases que provocam o efeito de estufa. Inevitavelmente, se se mantiver o modelo de consumo atual, os recursos não renováveis deixarão de estar disponíveis num futuro próximo, quer seja pela extinção das suas reservas, quer seja porque a sua extração deixará de ser economicamente rentável a médio prazo. Neste sentido torna-se necessária a **promoção do recurso às energias renováveis, aliada a uma melhor eficiência energética**. O objetivo é tornar o Alto Alentejo numa **região tendencialmente autossustentável que contribua positivamente para a neutralidade carbónica em Portugal**. Também aqui o papel da Barragem do Pisão é determinante para a produção de energias renováveis, fotovoltaica e hídrica, numa perspetiva de sustentabilidade do território e contributo para as metas do Plano Nacional de Energia e Clima – PNEC 2030.

### Objetivo Específico 4.1.3 | Estimular a Gestão sustentável da água e dos resíduos

#### Descrição

O desenvolvimento sustentável implica a adoção de medidas de gestão sustentável dos resíduos e da água. A água é um recurso renovável que assim se pode manter desde que a sua **utilização ocorra de um modo racional** e balizada por planos de ação claros, eficazes e efetivamente aplicados.

A gestão de resíduos contribui para o **desenvolvimento sustentável** aumentando a vida útil de aterros sanitários, reduzindo a sua quantidade e encaminhando-os de forma ambientalmente correta. Pretende-se uma gestão que viabiliza as ações de triagem dos resíduos recicláveis e reutilizáveis, contribuindo assim para a redução dos níveis de poluição ambiental. É preciso **reduzir a utilização dos recursos naturais através da economia de energia e de matérias-primas**, ações que contribuem decisivamente para o desenvolvimento sustentável.

### Objetivo Específico 4.1.4 | Promover o crescimento da Economia circular

#### Descrição

O presente objetivo específico visa promover um modelo económico circular, o que implica uma abordagem sistémica, que considere, por um lado, a circularidade de materiais técnicos – associados ao processamento de matérias primas não renováveis e produtos – e, por outro, a circularidade de materiais biológicos –associados aos ciclos de nutrientes, presentes em efluentes com materiais biológicos, sólidos ou líquidos.

**referência na sustentabilidade ambiental, à escala nacional e internacional**, onde a **economia de baixo carbono e circular** contribuem para o crescimento económico e para a valorização dos recursos regionais enquanto catalisadores da coesão territorial.

### Objetivo Específico 4.1.5 | Promover a Biodiversidade, infraestruturas verdes e redução a poluição



Descrição

Neste objetivo considera-se que são necessárias ações que permitam **conservar a riqueza da biodiversidade e as paisagens naturalizadas que caracterizam o Alto Alentejo**, recursos únicos e inigualáveis pela diversidade e harmonia que representam assumindo-se como uma autêntica reserva e garantia de espécies animais e vegetais, num contexto de paisagem humanizada. O Alto Alentejo é um território com um **saldo carbónico muito positivo que é preciso conservar e aumentar**, podendo reduzir ainda mais os fatores e riscos de poluição existentes no território.

**Vetor Estratégico 4. 2 – Transição Digital aplicada à eficiência no uso dos recursos****Objetivo Específico 4.2.1 |** Dinamizar a utilização da tecnologia na otimização e gestão de recursos nas cidadesDescrição

Pretende o Alto Alentejo promover a transição digital, tornando-se uma **smart region**. Nesse âmbito, é objetivo recorrer a **soluções tecnológicas**, adaptadas às especificidades do território, para garantir uma melhor eficiência ao nível da gestão do território enquanto cidade, nomeadamente aplicado à iluminação pública como instalação de equipamentos LED e equipamentos de monitorização dos consumos; mobilidade urbana e promoção dos veículos elétricos; gestão dos resíduos sólidos, com recursos a tecnologias, entre outros. O recurso a tecnologia para **gestão integrada dos sistemas promove a otimização dos recursos** tornando-se uma região mais próxima dos seus cidadãos, com maior envolvimento da comunidade e cujo tempo de resposta aos desafios do dia-a-dia é minimizado por via de soluções rápidas e práticas.

**Objetivo Específico 4.2.2 |** Promover a gestão eficiente de consumos urbanos de água, pela gestão inteligente das infraestruturas de abastecimentoDescrição

O presente objetivo específico articula-se diretamente com o anterior na medida em que se pretende **implementar mecanismos tecnológicos de monitorização e gestão do consumo de água**. A água é um bem escasso que é preciso poupar e tem custos tanto mais elevados quanto menor a densidade populacional e a extensão do território, pelo que é necessário implementar formas de gestão conjunta e concretizar meios inteligentes de controlo dos consumos e de redução das perdas, para além de assegurar reservas estratégicas necessárias em períodos de seca, e assegurar a interligação entre os sistemas.

**Objetivo Específico 4.2.3 |** Utilização da inteligência artificial na agricultura de precisão para gestão otimizada e em tempo real da águaDescrição

Considerando a existência de importantes áreas de regadio, para além das novas áreas a implementar, como o Abrilongo ou o futuro Pisão, é fundamental como **medida de sustentabilidade** e garantia de disponibilidade do recurso hídrico, particularmente num quadro de **escassez decorrente das alterações climáticas**, corrigir os sistemas existentes e introduzir **novos sistemas de gestão inteligente e de precisão**. Esta é mais uma medida que o Alto Alentejo considera fundamental naquilo que se designa smart cities.

**Objetivo Específico 4.2.4 |** Dinamizar o desenvolvimento e implementação de soluções de deteção inteligente de fogos no territórioDescrição

O Alto Alentejo enquanto território dotado de **paisagem e biodiversidade** de riqueza inigualável - que vai das planícies de montado às serras, com as áreas classificadas da Rede Natura, do Tejo Internacional e do Parque Natural da Serra de S. Mamede - precisa de **sistemas inteligentes de deteção de incêndios e de apoio ao combate**, como já existem noutras partes do país, que permitam uma intervenção precoce e eficaz, capaz de atenuar os efeitos dos incêndios e maximizar a eficácia

das estratégias de extinção. É neste contexto que se enquadra o presente eixo, aliado a sistemas de videovigilância do território como forma de deteção inteligente dos fogos e apoio ao combate, que otimizem os tempos de resposta e a eficácia da atuação.

**Objetivo Específico 4.2.5 | Promover o acesso e análise de big data e o desenvolvimento da inteligência artificial na monitorização ambiental**

Descrição

O conceito de Big Data, enquanto forma de obter e cruzar dados e informações o mais rapidamente possível relativamente à exigência dos consumidores de produtos e **conhecimento das alterações e necessidades** dos mercados, assume importância como forma de melhoria da competitividade e sucesso das empresas e das instituições, potenciando e antecipando a oferta à procura, o mesmo se aplica na monitorização ambiental como forma de preparar e adequar a resposta às alterações do clima e outros fatores da natureza. Neste sentido, é objetivo do Alto Alentejo apostar naquilo que se designa por **Big Data aplicado ao meio ambiente** tirando mais valias desta **ferramenta de monitorização e desenvolvimento sustentável**.



## Eixo Estratégico 5 | Qualificação do Território

Este Eixo Estratégico enquadra o incentivo à criação de âncoras de desenvolvimentos nos principais centros urbanos do Alto Alentejo. Os objetivos específicos foram pensados para preencher lacunas ainda existentes nos domínios de infraestruturização material, ao nível dos centros urbanos, em intervenções que respondam a necessidades objetivas de reforço da competitividade e da coesão territorial. Neste sentido, os objetivos específicos do eixo Qualificação do Território pretendem dar resposta ao desenvolvimento necessário e à qualificação que reforçará a condições de coesão e sustentabilidade, em particular no contexto de territórios de baixa densidade:

- i. O sistema de mobilidade e transportes, designadamente o transporte coletivo e as soluções de transporte a pedido, enquadrados por um Plano de Mobilidade Sustentável revisitado e atualizado;
- ii. Os serviços coletivos, passando por assegurar o acesso aos serviços básicos e implementar modelos inovadores de prestação de serviços às populações, a par da qualificação da rede de equipamentos (ensino, apoio à infância, saúde, cultura etc.);
- iii. A conectividade digital, melhorando as condições infraestruturais e de serviço no território sub-regional;
- iv. A habitação, impondo a dinamização e o reequilíbrio do mercado com estratégias favoráveis ao arrendamento e à diversificação das tipologias disponíveis;

- v. As infraestruturas ambientais e de proteção civil assegurando os serviços à população e, simultaneamente, requalificando e otimizando os sistemas tornando-os mais eficientes;

### Vetor Estratégico 5.1 – Qualificação Urbana e posicionamento dos centros urbanos

<p><b>Objetivo Específico 5.1.1</b>   Eliminar lacunas de conectividade intrarregional e na relação com o exterior</p>
<p><u>Descrição</u></p> <p>Este objetivo sinaliza um conjunto de intervenções em matéria de <b>melhoria das acessibilidades</b> tanto a nível municipal, como numa área de influência mais vasta que visam atenuar a situação de encravamento externo a que o Alto Alentejo está sujeito. Parte destas intervenções correspondem à <b>necessidade de assegurar uma eficaz conectividade regional</b> na relação com o Alentejo Central e o Ribatejo (e por extensão com a Área Metropolitana de Lisboa), mas também na relação com a Beira Baixa e a Extremadura de Espanha. São sistematizados investimentos de maior envergadura no domínio do transporte ferroviário (requalificação e reabilitação) e de ampliação da base infraestrutural do Aeródromo de Ponte de Sor visando potenciar os investimentos realizados no passado e como forma de tornar o território atrativo e competitivo para o investimento privado e fluxos de visitantes. Também, a ligação A23 - A6 é absolutamente fundamental na estratégia de desenvolvimento da região do Alto Alentejo, para além de outras vias rodoviárias. Relativamente à ferrovia importa dotar o conjunto do território de condições para tirar partido da Linha Sines / Caia, mediante a requalificação e eletrificação da Linha do Leste, incluindo a deslocalização da Estação de Portalegre para junto da cidade, sem esquecer a reativação do Ramal de Cáceres.</p>
<p><b>Objetivo Específico 5.1.2</b>   Requalificação e valorização dos principais centros urbanos do Alto Alentejo</p>
<p><u>Descrição</u></p> <p>É objetivo, <b>qualificar âncoras de desenvolvimento nos principais centros urbanos</b> do Alto Alentejo, como via para aumentar os fluxos de visitação e também de atração demográfica. Estas âncoras deverão constituir referências patrimoniais, económicas, culturais ou artísticas diferenciadas que sejam suficientemente fortes na sua imagem identitária para despertarem interesse emocional e atração subsequente, devidamente enquadradas em Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que apostem <b>na revitalização das cidades e dos espaços públicos e na regeneração física económica e social</b>, e Planos de Ação para a Regeneração Urbana (PARU) para os Centros Urbanos Complementares.</p>
<p><b>Objetivo Específico 5.1.3</b>   Fomentar soluções inovadoras e inteligentes que promovam a integração modal</p>
<p><u>Descrição</u></p> <p>É necessário articular meios e processos e implementar sistemas que promovam o uso de meios e formas de transporte coletivo e individual que garantam a <b>mobilidade local e entre concelhos</b>, particularmente no que respeita às necessidades básicas das populações, incluindo as mais idosas e isoladas que necessitam de aceder aos serviços básicos de saúde, administrativos, e compras de bens. Torna-se necessário, <b>otimizar o transporte público de passageiros</b> no entanto, garantir por via de <b>transporte flexível</b>, a resposta às necessidades básicas da população ao nível da mobilidade.</p>
<p><b>Objetivo Específico 5.1.4</b>   Promover a requalificação de infraestruturas de rede e de equipamentos de proximidade</p>
<p><u>Descrição</u></p> <p>Promover a <b>requalificação de infraestruturas de rede e equipamentos de proximidade</b> que permitam <b>melhorar a mobilidade territorial</b> de molde a favorecer uma densificação de fluxos de passageiros e mercadorias a nível intrarregional, contribuindo para quebrar o isolamento do Alto Alentejo face ao exterior.</p>

**Objetivo Específico 5.1.5** | Qualificar os Centros Urbanos, numa perspetiva estratégica de polos de atratividade e desenvolvimento sustentável da região

Descrição

Pretende-se tornar os principais centros urbanos do Alto Alentejo em **âncoras de desenvolvimento**, como via para **aumentar os fluxos de visitação e também de atração demográfica**. Estas âncoras deverão constituir referências patrimoniais, económicas, culturais ou artísticas diferenciadas que sejam suficientemente fortes na sua imagem identitária para despertarem interesse emocional e atração subsequente.

**Objetivo Específico 5.1.6** | Capacitar e dotar os Centros Urbanos de condições para a prestação de serviços de interesse geral (SIG) e de proximidade

Descrição

Em articulação com a qualificação dos centros urbanos, e com a Estratégia para o Alentejo 2030, pretende-se apoiar **políticas dirigidas aos serviços de interesse geral** enquanto políticas de desenvolvimento local e regional. Os serviços de interesse geral incluem, nomeadamente, a saúde, a educação, a ação social, a habitação, a cultura e o lazer e o desporto devendo a sua programação obedecer a princípios de equidade territorial e de crescimento inclusivo e integrado, no enquadramento de uma das 15 **opções estratégicas de base territorial do PNPOT**.

## Vetor Estratégico 5.2 – Atratividade e competitividade territorial

**Objetivo Específico 5.2.1** | Melhorar a capacidade de resposta dos serviços de proteção civil

Descrição

O presente objetivo visa a **promoção do investimento** ao nível da capacidade de resposta dos agentes de proteção civil nas mais diferentes áreas: videovigilância do território, equipamentos de proteção individual, equipamentos e viaturas de socorro, sobretudo no que respeita aos incêndios e saúde, considerando as carências verificadas a este nível.

**Objetivo Específico 5.2.2** | Salvaguardar e valorizar o património cultural e natural

Descrição

Pretende-se promover a **qualificação dos recursos de património natural e cultural** dos territórios do Alto Alentejo, criando condições para a **recuperação de valores naturais e de paisagem cultural** e de equipamentos indispensável para a valorização económica e fruição dos mesmos, assente também em instrumentos de gestão desses recursos e do território. Considera-se ainda importante promover a limpeza de matos e outros espaços rurais, incentivando a plantação de espécies autóctones.

**Objetivo Específico 5.2.3 – Criação de condições vantajosas para a fixação de empresas e de ecossistema favorável ao seu funcionamento**

Descrição

O presente objetivo específico prevê a criação de vantagens competitivas às empresas que se fixem no interior e para cá se mantenham. É objetivo que as empresas tenham vantagens competitivas por exemplo no acesso aos fundos comunitários, taxas de impostos mais reduzidas e outros incentivos fiscais para territórios de interior.

Devem perpetua-se medidas que possam de forma independente apoiar as micro e pequenas empresas quer na realização de investimentos de expansão, modernização e criação destas, e apoios à contratação de novos postos de trabalho.



## Eixo Estratégico 6 | Atratividade e Repovoamento do Território

Este objetivo foca-se na resposta a questões específicas da população, pressupondo a possibilidade de dar oportunidades a todos, atender aos que necessitam ou corrigir assimetrias bem como promover à atração de pessoas para o Alto Alentejo.

Pretende-se dar resposta às necessidades ou problemas de alguns segmentos ou da generalidade da população não resulta apenas daquele imperativo político-social. Este intento tem também uma dimensão estratégica muito relevante, na medida em que a conjugação de políticas de coesão social, que são genericamente intangíveis-imateriais, com políticas de qualificação e infraestruturação territorial, de natureza mais física-material, gera um efeito de valor acrescentado e dá eficácia-eficiência a essas políticas.

### Vetor Estratégico 6.1 – Assegurar o bem-estar dos cidadãos e promoção da inclusão social

**Objetivo Específico 6.1.1** | Melhoria aos cuidados de saúde, através do desenvolvimento de infraestruturas, incluindo cuidados de saúde primários e políticas de atração e fixação de profissionais de saúde

#### Descrição

No presente objetivo específico pretende-se **promover o acesso equitativo e atempado a cuidados de saúde de qualidade e sustentáveis, como a cuidados de longa duração, bem como políticas para promover o envelhecimento ativo e saudável**. Paralelamente pretende-se apostar na oferta integrada de infraestruturas, serviços e produtos dos setores da Economia Social, pela consolidação da rede de equipamentos, seja pelo desenvolvimento de soluções capazes de responder a necessidades específicas (cuidados paliativos/continuados) e da população com demências (saúde mental) que exige um apoio específico.

**Objetivo Específico 6.1.2** | Aumento da integração social de comunidades marginalizadas, migrantes e grupos desfavorecidos

#### Descrição

Promover a resposta às necessidades ou problemas das comunidades marginalizadas ou mais desfavorecidas, como comunidades ou minorias étnicas, migrantes, deslocados e famílias disfuncionais, através um conjunto de **linhas de intervenção, ao nível de programas de combate ao abandono e insucesso escolar, promoção da cultura, incentivos à natalidade e parentalidade responsável, assistência social e saúde domiciliária**, entre outros domínios. Ainda neste objetivo, promover intervenções no domínio da qualificação e melhoria do acesso aos serviços ao nível do ensino e do apoio à infância, da mobilidade e conectividade, da saúde, etc.

Neste objetivo específico pretende-se também contribuir para a **Educação para a Igualdade de Género** enquanto questão relacionada com direitos humanos que deve envolver igualmente homens e mulheres. A Igualdade de Género é também condição para o indicador de desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas.

**Objetivo Específico 6.1.3** | Adequar e reforçar as respostas sociais às necessidades existentes incluindo cuidados continuados e unidades de convalescença

Descrição

É preciso **apoiar e incentivar as organizações da economia social** a criarem respostas inovadoras que promovam as respostas sociais adequadas à região e sejam capazes de garantir a **sustentabilidade do setor**, em articulação com o turismo sénior e de saúde, preferencialmente conjugados com políticas de **requalificação de habitação** nos aglomerados urbanos de pequena e média dimensão.

Neste contexto, considera-se a necessidade de **promover a habitação** impulsionada por **Estratégias Locais de Habitação Social** e de custos controlados como instrumento de atratividade e repovoamento do território.

Ainda, o desenvolvimento de respostas específicas não existentes no território, como o caso da saúde mental.

## Vetor Estratégico 6. 2 – Qualidade Territorial como motor de atração ao repovoamento

**Objetivo Específico 6.2.1** | Melhoria dos serviços de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida

Descrição

Devem ser consideradas operações de **promoção do sucesso educativo e redução do abandono escolar**, através de novas metodologias e soluções, em articulação com as orientações definidas pelo Ministério da Educação, tendo ainda presente que subsistem casos de necessidade de **requalificação de escolas e de reapetrechamento de equipamentos**.

O contexto pandémico veio demonstrar ainda mais a necessidade de modernização das escolas, do ensino e do processo de aprendizagem.

**Objetivo Específico 6.2.2** | Criação de Postos de trabalho mediante o desenvolvimento económico da região e incentivos à fixação das populações

Descrição

Pretende-se desenvolver o presente objetivo mediante a **instalação de novas empresas** e o desenvolvimento das existentes perante as exigências e necessidades de reindustrializar o território, potenciar o aproveitamento dos produtos endógenos que possuem larga margem de produção e rentabilidade, procurando-se sempre a **fixação do valor acrescentado na região** e a melhoria das condições de vida dos produtores e dos trabalhadores. Aliar ainda a **promoção da criação do próprio emprego e do empreendedorismo social**, por via de apoios à incubação vocacionados para estes públicos e realidades, e à criação de mecanismos de financiamento e programas de capacitação.

**Objetivo Específico 6.2.3** | Garantir a mobilidade das populações das zonas rurais mais remotas aos centros urbanos como forma de proporcionar condições de vida, fixar e atrair residentes

Descrição

Neste objetivo, prevê-se o reforço dos sistemas de mobilidade territorial entre os diferentes territórios, nomeadamente fomentar o transporte público. Para tal, garantir **ofertas de transportes públicos coletivos** mais eficientes, atrativos e ambientalmente sustentáveis, com especial incidência em zonas urbanas, sem descurar funções flexíveis e adaptadas aos territórios de baixa densidade. Ainda, **promover a descarbonização** do setor de transportes, através da aquisição de material

circulante e do incentivo à introdução de energias limpas no setor dos transportes assim como promover a melhoria do planeamento da mobilidade, para contribuir para as **estratégias de baixo carbono** e para o ordenamento do território e desenvolver ferramentas de monitorização.



## **6 Financiamento e Modelo de Governança**





## 6.1 Financiamento e Modelo de Governação

A Estratégia de Desenvolvimento Territorial para o Alto Alentejo 2030 pretende mobilizar instrumentos de diversa natureza, através de diferentes fontes possíveis de financiamento como por exemplo:

- 1) Fundos Europeus
- 2) Fundos adicionais como o pacote do Next Generation EU, principalmente do Instrumento Recuperação e Resiliência (que financiará o PRR), do REACT e do Fundo de Transição Justa;
- 3) Orçamento de Estado e outros fundos como o Fundo Ambiental;
- 4) Empréstimos de instituições financeiras;
- 5) Fontes de financiamento do setor privado.

A monitorização e avaliação da Estratégia para o Alto Alentejo 2030 irá beneficiar daquilo que será o modelo de governação que irá advir da regulamentação comunitária para os instrumentos de execução 2021-2027 e do PRR. Desta forma, é também objetivo do modelo de governação, citando a Estratégia Nacional 2030, assumir *“como principais princípios orientadores, a simplificação, orientação para resultados, transparência e prestação de contas, subsidiariedade e responsabilização, segregação das funções de gestão e prevenção de conflitos de interesse, e sinergias entre fontes de financiamento nacionais e comunitárias.”*

À semelhança do que sucedeu na Estratégia de Desenvolvimento Territorial 2014-2020, a monitorização da presente estratégia será por análise mensal no Conselho Intermunicipal da CIMAA e semestralmente pelo Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, órgão consultivo da CIMAA nos termos do artigo 98.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

The image features a teal background with a white central band. At the top and bottom of the teal areas, there are decorative geometric patterns consisting of overlapping squares and triangles, creating a 3D effect. The central white band contains the text '7 Projetos Estruturantes' in a bold, dark teal font.

## **7 Projetos Estruturantes**

## 7.1 Áreas de Desenvolvimento Estratégico

Considerando os ativos estratégicos existentes no Alto Alentejo, as áreas e temáticas indicadas são consideradas prioritárias para o desenvolvimento da Região.

- ✓ **Requalificação e valorização património natural, histórico e cultural**, numa perspetiva de integração e aproveitamento cultural e turístico do património material e imaterial existente no Alto Alentejo, considerando a possibilidade de roteiros temáticos;
- ✓ **Promoção turística**, incluindo apoio às empresas de promoção turística e envolvimento de empresas agroalimentares para potenciar a visitação através da promoção de novas experiências que combinem a paisagem e o património com os gostos e os sabores;
- ✓ **Valorização e desenvolvimento do Instituto Politécnico de Portalegre**, numa perspetiva de formação, qualificação e investigação, com ligação às empresas, universidades e centros de investigação, para resposta às necessidades da região e do país;
- ✓ **Produção de energias alternativas**, para aproveitamento das condições naturais existentes ou a criar, nos domínios do solar, biomassa e hídrico;
- ✓ **Desenvolvimento da agricultura e pecuária**, numa perspetiva de otimização e inovação das atividades tradicionais e da introdução de novas culturas e produções, com ligação às agroindústrias, distribuição e comercialização dos produtos.
- ✓ **Localização de novas empresas, incluindo indústria transformadora**, geradoras de investimento e postos de trabalho, considerando a tradição industrial ainda existente no Alto Alentejo. Num país e numa Europa particularmente dependentes da importação de bens e produtos manufaturados produzidos no exterior, nomeadamente na Ásia, há a necessidade de reindustrializar e garantir uma maior autonomia nacional e europeia, como ficou demonstrado com o eclodir da pandemia Covid 19. Assumem aqui particular importância as potencialidades industriais emergentes a partir do Aeródromo de Ponte de Sor e das unidades industriais com maior capacidade produtiva e exportadora como a Delta, Selenis/Evertis, da Plataforma Logística e Empresarial do Caia, entre outras.
- ✓ **Agroindústrias e comercialização de produtos**, particularmente no que respeita à transformação de produtos endógenos (incluindo os produtos classificados em que o Alto Alentejo ainda é a região com o maior e mais diversificado conjunto de produtos classificados pela União Europeia) incluindo-se a promoção, embalamento e distribuição, numa perspetiva de fixação da cadeia de valor.
- ✓ **A Indústria corticeira** como setor de especialização industrial a privilegiar, considerando que o Alentejo em geral constitui a área geográfica de produção de cortiça de alta

qualidade e que é de todo o interesse para a Região e para o país concentrar no território a cadeia de valor onde se inclui a transformação, marketing e comercialização dos produtos acabados, com a correspondente fixação de mais valias e a criação de toda uma rede de serviços acessórios inerentes ao funcionamento da atividade.

- ✓ **As Termas**, cujas qualidades medicinais e de repouso e lazer são sobejamente reconhecidas, para o aproveitamento das instalações modelares existentes (mas que carecem de programas de divulgação, diversificação e adaptação da oferta) tornando-as num produto para a saúde e o bem-estar, indicado para todas as idades e condições sociais.
- ✓ **Economia Social e Vida Sénior no Alto Alentejo**, numa perspetiva de serviço social indispensável à população idosa existente no território, como região dotada de condições naturais de excelência para a instalação de unidades de cuidados continuados e paliativos.
- ✓ **Turismo Sénior e de Saúde**, aproveitando as amenidades da Região, as condições de excelência paisagística, ambiental, cultural e patrimonial, as unidades termais existentes, a gastronomia e a dieta mediterrânica, como uma oferta diferenciadora e atrativa para o público sénior de outras regiões do país e da Europa.
- ✓ **Cooperação Transfronteiriça**, no sentido de aprofundar a cooperação transfronteiriça através das Eurocidades e outras associações existentes, tendo presente que a Extremadura Espanhola com a proximidade de Badajoz e de Cáceres conta com cerca de 1 Milhão de habitantes, com todas as potencialidades inerentes em termos de visitantes, capacidade económica, cultura, educação, I&DT.
- ✓ **A Saúde no Alto Alentejo**, para uma melhoria efetiva dos cuidados de saúde a prestar aos residentes e aos visitantes, impondo-se a melhoria da assistência com as especialidades e capacidade de resposta às necessidades existentes.
- ✓ **Redes de Águas**, com apoio às entidades gestoras existentes com vista à garantia de sustentabilidade, eficiência e qualidade dos serviços, numa região que pela extensão territorial e baixa densidade populacional os serviços assumem custos que devem ser contidos em níveis suportáveis para os residentes e para a economia.
- ✓ **Regeneração Urbana**, através dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) para os Centros Urbanos Estruturantes, que apostem na revitalização das cidades e dos espaços públicos, incluindo ações de regeneração física dos bairros sociais e de espaços e instalações abandonados e com medidas de apoio socioeconómico às populações mais carenciadas. Os Planos de Ação para a Regeneração Urbana (PARU) destinados aos Centros Urbanos Complementares, são indispensáveis como catalisadores

do povoamento dos territórios e manutenção das atividades económicas que garantam a sustentabilidade e o equilíbrio indispensáveis e necessários às condições e qualidade de vida nos territórios de mais baixa densidade populacional.

- ✓ **A mitigação dos efeitos das alterações climáticas**, a partir do Plano Intermunicipal para as Alterações Climáticas, que identifica e promove um conjunto de possíveis ações e projetos fundamentais para que o Alto Alentejo seja considerado um território sustentável, capitalizar créditos de carbono, e ser considerado um território atrativo para viver, investir e trabalhar.
- ✓ **Capacitação para as novas competências**, como resposta ao cumprimento da Lei 50/2018 de 16 de agosto que determina a descentralização de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, abrangendo áreas tão diversificadas como a Educação, Saúde, Ação Social, Proteção Civil, Cultura, Habitação, Cadastro Rústico e Gestão Florestal. Considerando que independentemente do calendário previsto será exigido aos municípios um esforço de organização acrescido e continuado, com implicações financeiras e necessidade de reforço dos quadros técnicos habilitados para as novas competências, importa tomar medidas e desenvolver ações que possibilitem e habilitem implementar, monitorizar e avaliar a concretização desta nova realidade, preparar respostas e soluções adequadas às necessidades verificadas.
- ✓ **Marketing e programação de Eventos** - A multiplicidade de iniciativas de âmbito cultural, desportivo, científico e tecnológico, económico, festividades religiosas, usos e costumes tradicionais, que se realizam ao longo do ano promovidos pelas autarquias e outras entidades, na sua maior parte são organizadas e calendarizadas sem uma articulação no tempo e no espaço, sem uma programação em rede e sem ações de divulgação conjugadas e concretizadas mediante um marketing concebido numa perspetiva de rentabilidade e eficácia que promova todo o território. Importa, por isso fazer uma programação anual de eventos, conjunta e articulada, assim como o marketing promocional necessário à região, indispensável para a promoção da visitação e aumento dos tempos de permanência no território. Importa, por isso fazer uma programação anual de eventos, conjunta e articulada, assim como o marketing promocional necessário à região, indispensável para a promoção da visitação e aumento dos tempos de permanência no território.

## 7.2 Projetos Estruturantes – Regionais

No seguimento das áreas de desenvolvimento estratégico elencadas no ponto anterior através da identificação dos ativos estratégicos existentes no Alto Alentejo, foram definidos e sintetizados nas fichas apresentadas em seguida, um conjunto de projetos considerados estruturantes para o desenvolvimento inseridos nos Eixos, Vetores e Objetivos da Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo inseridos nos Eixos, Vetores e Objetivos da Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo.

EIXOS 3 e 5		Vetores Estratégicos 3.1 Consolidação das vantagens competitivas; 3.2 Captação de investimento; 5.1 Qualificação urbana e posicionamento dos centros urbanos	
<b>Objetivos Estratégicos</b>			
OE 3.1.3 Promoção do dinamismo empresarial e criação de emprego; OE 3.2.2 Estimular a competitividade; OE 5.1.1 Eliminar lacunas de conectividade intrarregional e na relação com o exterior; OE 5.1.2 Valorização dos principais Centros Urbanos do AA; OE 5.1.4 Promover a requalificação de infraestruturas de rede; OE 5.1.5 Qualificar os CU, numa perspetiva estratégica de polos de atratividade e desenvolvimento.			
<b>Acessibilidades rodoviárias de suporte à atividade económica e competitividade do território</b>		<b>Código</b> AAE35P001	<b>AA</b>
<b>Descrição</b>		<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
<p>As acessibilidades rodoviárias são decisivas para a atividade económica, e chave para tornar a região mais competitiva, mais atrativa, mais conectada e mais resiliente. É indispensável a concretização de alguns projetos estruturantes para o Alto Alentejo, de modo que seja possível tirar partido da uma posição geográfica central no contexto nacional e ibérico.</p> <p>Ao contrário de se poder classificar como um território periférico e de interior, o Alto Alentejo é o centro de uma vasta região, nomeadamente a Beira Baixa, o Ribatejo e o Alentejo Central, para além das regiões espanholas da Extremadura e Andaluzia. É crescente o trânsito de transporte pesado de mercadorias, de toda a Beira Interior e do Médio Tejo para Espanha que circula pelo IP2, EN 18, EN246 e EN 371 em direção à Fronteira do Retiro. É fundamental a ligação de Ponte de Sor à A23, assim como a Lisboa e à Plataforma Logística do Caia tendo presente o notável crescimento da atividade económica em função do aeródromo.</p> <p>As vias rodoviárias que se indicam como estruturantes para o território, vão para além da área de influência do Alto Alentejo do ponto de vista estratégico e na perspetiva do desenvolvimento económico da região e do país, tendo como objetivo o reforço da coesão territorial e o aproveitamento da Linha Férrea Internacional de Sines para a Europa, como ligações indispensáveis para o desenvolvimento e suporte da atividade económica das regiões atrás indicadas.</p> <p>- <b>EN371</b> – na sequência da requalificação da EN246 entre Portalegre e Arronches, urge concretizar a melhoria da ligação de Arronches para Plataforma Logística do Caia e a linha férrea Sines/Europa, para os transportes de mercadorias da área industrial de Portalegre e de todo o norte do distrito, da Beira interior e do Médio Tejo que beneficiariam muito com esta facilidade de acesso.</p> <p>- <b>IP2 (ligação A6/A23, incluindo as variantes a Fortios e Portalegre)</b> - Este itinerário desenvolve-se entre a A23 e a A6 e deveria unir Portalegre aproximando a Castelo Branco e ligar longitudinalmente todo o interior do país em autoestrada. Presentemente, não está construído o IP2 entre Alpalhão e a capital do distrito, nem a variante a Fortios nem o ramo da atual variante a Portalegre, para a circulação do transporte de mercadorias para a zona industrial da Vargem e para os concelhos de Castelo de Vide, Marvão e Espanha, pela Fronteira dos Galegos, para além de um ramo que possa ligar à EN 246 a sul da ZI.</p>		<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2020-2030</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>Em definição</b>

Esta Ligação A6/A23, em perfil de auto estrada é indispensável para o desenvolvimento do Alto Alentejo, devendo ser equacionadas as alternativas possíveis para o traçado que melhor possa servir o conjunto do território.

- **IC13** – Eixo transversal de ligação do Alto Alentejo a Lisboa e a Espanha como percurso mais curto e prático entre Lisboa e Madrid (dando continuidade ao troço existente entre Portalegre e Alter do Chão) por Alcochete, Ponte de Sor e Couço. Deve incluir a ligação Portalegre/ Fronteira de Marvão. É um eixo fundamental para o desenvolvimento do Alto Alentejo e para a valorização do Aeródromo de Ponte de Sor. A prioridade imediata desta via será o troço Ponte de Sor/Alter do Chão.
- **IC9 /A23** – Ligação de Ponte de Sor a Abrantes, incluindo uma nova ponte sobre o rio Tejo em Constância.
- **Eixo de Ligação Abrantes/Estremoz** – prolongamento do IC9 passando por Ponte de Sor, Avis e Sousel
- **Ligações Transfronteiriças** - Ponte Internacional sobre o Rio Sever;
- **Acessibilidades Rodoviárias de acesso a Zonas Industriais** - Melhoria das acessibilidades à Zona Industrial Campo Maior e Rotunda na EN 246 acesso à Zona Industrial de Portalegre.

**Complementaridade com outros projetos** – As acessibilidades são indispensáveis para o desenvolvimento das Áreas de Localização Empresarial nos vários concelhos incluindo as Zonas Industriais de Portalegre, o Aeródromo e áreas industriais de Ponte de Sor; a Plataforma Logística do Caia, e a Linha Férrea de Sines/Caia (Elvas), promovendo e valorizando todas as áreas de localização empresarial de todos os concelhos e empresas localizadas e a localizar.

**Objetivos gerais:**

- Promover a atratividade do território para o investimento e desenvolvimento competitivo das atividades económicas;
- Qualificar o território e estimular a competitividade;
- Eliminar lacunas de conectividade intrarregional e na relação com o exterior e valorizar os principais centros urbanos do Alto Alentejo;
- Promover a atratividade e o repovoamento do território;

**Promotor:** Infraestruturas de Portugal, SA

**Potenciais Parceiros:** Municípios / CIMAA

**Maturidade:**

- Na Infraestruturas de Portugal existem estudos prévios para a ligação entre a A6 e a A23;
- Para o IC13 existirão estudos preliminares e projeto para o troço Ponte de Sor/Alter;
- Na Direção de Estradas de Portalegre, em 2003 foi feito o projeto de Execução da EN371;
- O IC9, Ponte de Sor/Abrantes, que está incluído no PNI, tem projeto;

Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p><b>Estratégia Regional</b> – 2.3 Desafios regionais e Modelo territorial - Estruturação das acessibilidades rodo e ferroviárias, nas diferentes sub-regiões, alargando os seus efeitos de conectividade ao conjunto da Região. Objetivo Estratégico 5- Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da Região, fator de competitividade e coesão territorial. Obj. Específicos 5.1 e 5.2.; Planos de Ação 1 e 4.</p> <p><b>EREI Alentejo 2030</b> – Objetivo estratégico “Incrementar a sustentabilidade territorial”</p>	<p>Na <b>Dimensão Resiliência</b>, estão previstos para o Alto Alentejo, componente 7, a Ponte sobre o rio Sever e a melhoria dos acessos às Zonas Industriais de campo Maior e Portalegre</p>	<p>As acessibilidades rodoviárias de suporte à atividade económica enquadram-se no <b>PNPOT, PROT, PNI2030, PNR e Programa de Valorização do Interior</b>.</p>





EIXO 4		Vetor Estratégico 4.1 Valorização e proteção ambiental	
<b>Objetivos Estratégicos</b>			
OE 4.1.1 Potenciar a adaptação às alterações climáticas e gestão de riscos			
OE 4.1.3 – Estimular a gestão sustentável da água e dos resíduos			
<b>Adução de Água do Rio Guadiana para a Barragem do Caia</b>		<b>Código</b> <b>AAE4P002</b>	<b>AA</b>
<b>Descrição</b>		<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
<p>Alterações Climáticas, Reservas de Água e Gestão Recursos Hídricos, são três aspetos indissociáveis.</p> <p>As alterações climáticas constituem atualmente uma das maiores ameaças ambientais globais, com repercussões sociais e económicas para todo o planeta e humanidade.</p> <p>Os recursos hídricos, nomeadamente nas componentes de gestão da procura, do fornecimento e riscos infraestruturais, são uma das áreas mais vulneráveis às alterações climáticas.</p> <p>De facto, os recursos hídricos são uma questão preocupante, considerando o impacto das alterações climáticas nas Reservas de Água, nomeadamente da Albufeira do Caia, que garante o abastecimento para consumo humano e para regadio no concelho de Elvas e limítrofes.</p> <p>Considera-se essencial desenvolver uma solução que abasteça a Albufeira do Caia, nomeadamente através de uma possível adução que possibilite a ligação do Guadiana à Albufeira do Caia, permitindo o aproveitamento de Água.</p>		<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2027</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>25.000.000,00</b> €
<p><b>Objetivos gerais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Potenciar a adaptação às alterações climáticas;</li> <li>- Promover a sustentabilidade económica da gestão da água;</li> <li>- Garantir o volume de água necessário para o abastecimento público e o regadio.</li> </ul>			
<p><b>Complementaridade com outros projetos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhoria das Condições de Segurança da Barragem do Caia, promovido pela ABCAia e financiado pelo PDR 2020</li> </ul>			
<b>Promotor:</b> Ministérios do Ambiente e da Agricultura			
<b>Potenciais Parceiros:</b> Associação de Beneficiários do Caia			
<b>Maturidade:</b> Em preparação/conceção			
<b>Articulação Alentejo 2030</b>	<b>Articulação Plano Recuperação e Resiliência</b>	<b>Outros Documentos Estratégicos</b>	
<p><b>Desafios Regionais e Visão Estratégica</b> - Sustentabilidade territorial e valorização do capital natural, no quadro das alterações climáticas</p> <p><b>Objetivo Estratégico 2</b> – Promover modelos de afetação de recursos e de investimento para dinamizar a transição energética, a economia circular, as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e o uso</p>	<p>Tem relação e articulação com a Dimensão Resiliência do PRR, na Componente 9, em complementaridade com a Barragem do Pisão</p>	<p><b>PENSAARP 2030</b> - Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais;</p> <p><b>PROT</b> - OEBT II.4 —Gestão integrada dos recursos hídricos, e uma política de uso eficiente da água</p> <p><b>PNPOT</b> – Medida 1.1 - Gerir o recurso água num clima em mudança; PNI 2030,</p>	

eficiente da água. <b>Objetivo Específico 2.2-</b> Reforço das reservas e da capacidade de gestão da água (abastecimento público e mitigação dos efeitos das alterações climáticas) <b>EREI</b> - Incrementar a sustentabilidade territorial		Áreas temáticas do Ambiente e do Regadio.	
--	--	---	--

<b>EIXOS</b> <b>3;4;6</b>	<b>Vetores Estratégicos</b> 3.1 Consolidação das vantagens competitivas; 3.2 Captação de Investimento; 4.1 Valorização e proteção ambiental aliado à transição energética; 4.2 Transição digital aplicada à eficiência no uso dos recursos; 6.2 Qualidade Territorial como motor de atração e repovoamento
------------------------------	--

**Objetivos Estratégicos**

OE 3.1.1 Dinamizar a criação de um cluster agroalimentar que contemple e variedade de produtos com denominação de origem controlada;  
 OE 3.1.3 Promoção do dinamismo empresarial e criação de emprego;  
 OE 3.2.1 Estimular o desenvolvimento de empresas e produtores de produções endógenas numa lógica de fileira; OE 3.2.3 potenciar o desenvolvimento do setor turístico;  
 OE 4.1.1 Potenciar a Adaptação às Alterações Climáticas e Gestão de Riscos;  
 OE 4.1.2 Promover a eficiência energética e energias renováveis;  
 OE 4.1.3 Estimular a gestão sustentável da água;  
 OE 4.2.2 Promover a gestão eficiente de consumos urbanos de água pela gestão inteligente das infraestruturas de abastecimento;  
 OE 4.2.3 Utilização da inteligência artificial na agricultura de precisão para a gestão otimizada e em tempo real da água;  
 OE 6.2.2 Criação de postos de trabalho mediante o desenvolvimento económico da região e incentivos à fixação de população.

<b>Empreendimento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (Barragem do Pisão)</b>	<b>Código</b> <b>AAE346P003</b>	<b>AA</b>
<b>Descrição</b>  <b>O Empreendimento Hidráulico de Fins Múltiplos do “Crato-Pisão”,</b> com uma capacidade de armazenamento de 119 milhões de m3 de água, é um investimento que desde os anos 50 tem sido sucessivamente adiado. Face às alterações climáticas e ao contexto socioeconómico e demográfico é considerado como o investimento prioritário para o Alto Alentejo como reserva estratégica de água e garantia do abastecimento público aos oito concelhos atualmente abastecidos pelo subsistema de Póvoa e Meadas, assim como oportunidade de revitalização da agricultura atividades agroindustriais, entre muitas outras.  Com efeito, para além da vertente estratégica de reserva e abastecimento público de água, a Barragem do Pisão vem proporcionar o regadio até 10.000 hectares das melhores terras nos concelhos de Crato, Alter do Chão, Fronteira Avis e eventualmente Sousel, fundamentais para a transformação da agricultura regional, representando para o Alto Alentejo, na respetiva proporção, um desenvolvimento idêntico ao que tem sido promovido pelo Alqueva na respetiva área de abrangência.  No âmbito turístico, este espelho de água, situado no centro do território, vem proporcionar um acréscimo de condições e tempo de permanência a partir do aumento e diversificação da oferta num território caraterizado pela riqueza monumental e ambiental.  Por outro lado, os estudos mais recentes apontam para a viabilidade económica de uma mini-hídrica associada ao empreendimento, o que lhe confere também importância e sustentabilidade em produção energética.  A execução de uma central solar fotovoltaico associado ao Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato, fazendo parcialmente uso da superfície a ocupar pela albufeira para instalação do parque solar, tem por objetivo garantir o	<b>Prioridade da Operação:</b> <b>★★★★★</b>	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
	<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2026</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>120.000.000,00€</b>

autoconsumo de energia associados às estações de bombagem do sistema de rega e eventuais outros consumos na região e a venda de energia à rede elétrica nacional.

De acordo com os estudos preliminares realizados, a viabilização económica do aproveitamento hidroagrícola do Crato exigirá a criação de um parque solar de cerca de 150 MW de potência total, tendo-se considerado:

Primeira fase, com capacidade de 75 MW, a ser implantada em terra.

Segunda fase, com capacidade de 75 MW, flutuante na albufeira do Pisão.

A produção fotovoltaica prevista representa um contributo importante para a redução das emissões carbónicas, para o autoabastecimento em energia elétrica do Alto Alentejo, em conformidade com os objetivos e metas do Plano Nacional de Energia e Clima.

Como reserva estratégica de água para consumo humano, o aproveitamento do Pisão garantirá a segurança do abastecimento de água potável às populações da região, prevendo-se uma reserva permanente de 8,0 hm<sup>3</sup> de água bruta destinada unicamente a esse fim (nível mínimo de exploração para rega acima do nível mínimo de exploração da albufeira). Tal implica que a reserva disponível corresponde a 2,4 anos de armazenagem do consumo total de água de abastecimento público da região.

Para maior e mais completo detalhe sobre a descrição e justificação do Empreendimento, sugere-se a consulta do Relatório de 5 de junho de 2019, do Grupo de Trabalho constituído pelo Despacho Interministerial nº 3939/2019 de 09/04/2019, de "Avaliação da Viabilidade Técnico-Financeira da Barragem do Pisão".

**O empreendimento assume-se como:**

- a) Alternativa que garante a resiliência do abastecimento público às populações da região e a resposta às necessidades do regadio;
- b) Armazenamento de água, essencial no quadro das alterações climáticas;
- c) Reserva estratégica de água, com capacidade e garantia do abastecimento à totalidade do Alto Alentejo mesmo em períodos de seca prolongada;
- d) Incremento de produção de energia por fontes renováveis;
- e) Recurso com potencial de aproveitamento turístico, através da diversificação da oferta num território caracterizado pela riqueza ambiental, patrimonial e cultural;
- f) Reforço do subsistema do Caia que abastece Arronches, Elvas, Campo Maior e Monforte;
- g) Reserva de água para a transferência de espécies em risco pela degradação do meio de origem;
- h) Contributo para o reforço da investigação científica e da qualificação profissional no âmbito do ensino superior na região, nas áreas temáticas que virão a ser potenciadas por este empreendimento;
- i) Possibilidade de introdução de novas culturas mediterrânicas e novas formas de conduzir as tradicionais, aplicando as técnicas da rega de precisão, bem como a criação de novas agroindústrias a partir das produções agrícolas e pecuárias.

**Objetivos gerais:**

- Potenciar a capacidade do território para a mitigação das alterações climáticas;
- Constituir uma reserva estratégica de água para o Alto Alentejo;

- Garantir o volume de água necessário para o abastecimento público e o regadio.
- Incrementar a produção energética por fontes renováveis e a sustentabilidade ambiental;
- Proteger o património natural e as espécies endógenas;
- Promover o desenvolvimento económico e o emprego;
- Promover o turismo;
- Enfrentar o despovoamento e potenciar o crescimento demográfico;
- Desenvolver a investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico;
- Introduzir novas culturas e melhorar a produtividade;
- Desenvolver e aplicar técnicas de rega de precisão.

**Promotor:** Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo

**Potenciais Parceiros:** Municípios associados da CIMAA; Ministérios da Agricultura e do Ambiente; CCDRA; Grupo Águas de Portugal; IPP e outras IES; Associações Empresariais e de Agricultores

**Maturidade:** Estudos e projetos em elaboração

Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p><b>Desafios Regionais e Visão Estratégica</b> - Sustentabilidade territorial e valorização do capital natural, no quadro das alterações climáticas</p> <p><b>Objetivos Estratégicos: 2</b> – Promover modelos de afetação de recursos e de investimento para dinamizar a transição energética, a economia circular, as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e o uso eficiente da água; <b>4</b> – Mobilizar de modo intenso, integrado e alargado recursos e ativos estratégicos para afirmar a competitividade do Alentejo na economia mundial - <b>Objetivos Específicos 2.2</b>- Reforço das reservas e da capacidade de gestão da água (abastecimento público e mitigação dos efeitos das alterações climáticas); <b>2.3</b> – Produção e uso de fontes sustentáveis de energia, incorporando conhecimento e inovação na transição energética; <b>4.3</b> - Captação de investimento orientada para os setores regionais emergentes, no enquadramento da EREI Alentejo 2030.</p> <p><b>EREI</b> - Incrementar a sustentabilidade territorial e reforçar o Valor das cadeias produtivas regionais</p>	<p>A Barragem do Pisão está incluída no PRR, na dimensão Resiliência – Componente 9 – Gestão Hídrica, com uma dotação de 120M€, em que o beneficiário é a CIMAA.</p>	<p>O Empreendimento tem enquadramento no <b>PNPOT; PROT Alentejo; Plano Nacional de Energia e Clima, 2030; Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2020/2030);</b> Agendas Temáticas de Investigação e Inovação (que contempla os domínios da Especialização Regional); PDR e Estratégia para o Regadio Público 2014/2020; Programa Nacional de Regadios 2022; PNI 2030; PRR 2021/2026; Programa de Valorização do Interior, Eixo 2, Um território + competitivo. PRR 2021/2026, na Dimensão RESILIÊNCIA – Componente 9 – Gestão Hídrica, com uma dotação de 120M€</p>

<b>EIXOS 2; 5 e 6</b>	<b>Vetores Estratégicos</b> 2.1 Reforçar o Capital Humano; 5.1 Qualificação Urbana e posicionamento dos centros urbanos; 6.2 Qualidade Territorial como motor de atração ao repovoamento.				
<b>Objetivos Específicos</b> OE 2.1.1 Inovação na rede de educação e formação; OE 5.1.2 Requalificação e Valorização dos principais centros urbanos do AA; OE 5.1.5 qualificar os Centros Urbanos numa perspetiva estratégica de Polos de atratividade e desenvolvimento sustentável da região; 6.2.1 Melhoria dos serviços de qualidade na Educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida; Criação de postos de trabalho mediante o Desenvolvimento económico da região e incentivos à fixação das populações.					
<b>Escola de Formação da Guarda Nacional Republicana</b>	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="1070 568 1289 667"><b>Código</b> AAE25P004</td> <td data-bbox="1289 568 1471 667"><b>AA</b></td> </tr> </table>	<b>Código</b> AAE25P004	<b>AA</b>		
<b>Código</b> AAE25P004	<b>AA</b>				
<b>Descrição</b> O Centro de Formação de Praças da GNR encontra-se a funcionar em Portalegre, há cerca de vinte anos, em instalações adaptadas e provisórias situadas no Convento de São Bernardo, havendo um compromisso do Governo de proceder à sua deslocalização para a Área de Acolhimento Empresarial de Portalegre. Desta forma, o Município de Portalegre procedeu já à elaboração do projeto de execução referente à expansão da sua AAE, tendo em vista proceder à infraestruturização dos respetivos terrenos para posterior cedência ao Ministério da Administração Interna, intervenção candidatada ao Aviso ALT20-53-2020-64. A concretização deste projeto, para além do papel incontestável que o mesmo advoga na componente formativa dos futuros militares, apresenta-se como elemento dinamizador da economia local e gerador de riqueza, quer pela criação de postos de trabalho, diretos e indiretos, quer pelo aumento dos fluxos de cidadãos que se deslocam e fixam na capital de distrito, contribuindo para o reforço da sua posição enquanto centro urbano regional do sistema urbano nacional. Este investimento é absolutamente vital para que o interior do país obtenha uma maior sustentabilidade, contribuindo para atenuar os impactos negativos da desertificação e do envelhecimento da população do concelho de Portalegre e da região do Alto Alentejo.	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="1070 667 1257 813"> <b>Prioridade da Operação:</b>                      ★★★★★                 </td> <td data-bbox="1257 667 1471 813"> <b>Área de Influência:</b>                      Nacional                 </td> </tr> <tr> <td data-bbox="1070 813 1257 958"> <b>Horizonte Temporal:</b>                      2021-2027                 </td> <td data-bbox="1257 813 1471 958"> <b>Custo Estimado:</b>                      Em estudo                 </td> </tr> </table>	<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> Nacional	<b>Horizonte Temporal:</b> 2021-2027	<b>Custo Estimado:</b> Em estudo
<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> Nacional				
<b>Horizonte Temporal:</b> 2021-2027	<b>Custo Estimado:</b> Em estudo				
<b>Objetivos gerais:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Valorizar Portalegre como Centro Urbano Estruturante;</li> <li>- Promover a região dotando-a de serviços e infraestruturas de nível nacional,</li> <li>- Dinamização económica e criação de emprego;</li> <li>- Contributo para a fixação da população, especialmente jovens;</li> <li>- Divulgação da região, potenciando o turismo com visitaçao e estadia.</li> </ul>					
<b>Complementaridade com outros projetos estruturantes</b>					
<b>Promotor:</b> Ministério da Administração Interna					
<b>Potenciais Parceiros:</b> Município de Portalegre					
<b>Maturidade:</b> Em estudo, com a participação do MAI					

Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p>O Projeto está em consonância com os <b>Desafios Estratégicos Regionais</b>, numa perspetiva de Revitalização Demográfica e de Reforço do Sistema Urbano Regional, dentro dos Objetivos Estratégicos 1, 3 e 5 e os Objetivos Específicos 1.1; 3.2 e 5.2. Tem enquadramento no Plano de Ação 1. Provisão e acesso a serviços de interesse geral (SIG).</p> <p>Na <b>EREI</b>, está integrado nos objetivos Estratégicos: Incrementar a sustentabilidade territorial e Incrementar a qualificação dos recursos humanos</p>	<p>-----</p>	<p><b>PNPOT e PROT Alentejo. Programa Nacional para a Coesão Territorial</b>, Eixo 1 – Um Território Interior + Coeso, Medida 1.33 - Centro de Formação de Portalegre/Escola da Guarda Nacional Republicana; PVI ; <b>PNCT e PNR.</b></p>



EIXO 3   Vetores Estratégicos 3.1 consolidação das vantagens competitivas e 3.2 Captação de investimento		
<b>Objetivos Específicos</b>		
OE 3.1.2 Intensificar a valorização e divulgação do património;		
OE 3.1.3 promoção do dinamismo Empresarial e criação de emprego;		
OE 3.2.3 Potenciar o desenvolvimento do setor turístico		
<b>O Cavalo e a Coudelaria de Alter do Chão</b>		<b>Código</b> <b>AAE3P005</b>
		<b>AA</b>
<b>Descrição</b>		<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★
O projeto pretende:		<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
- A Criação de infraestruturas de apoio à Coudelaria: Centro de Interpretação e receção; museu; biblioteca; enoteca, entre outros);		<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2025</b>
- A Promoção da imagem da Coudelaria – Marca Alter Real;		<b>Custo Estimado:</b> <b>A definir</b>
- A Integração nos roteiros turísticos;		
- Criação de condições de suporte para a organização de atividades de animação lúdica e eventos desportivos de nível nacional e internacional.		
O território Alto Alentejo, possui condições ímpares para a exploração do turismo equestre, (passeios, circuitos, raides, tirando partido da riqueza paisagística patrimonial, cultural e gastronómica que nos caracterizam) que tem procura crescente de públicos estrangeiros com poder económico elevado.		
<b>Complementaridade com outros projetos</b>		
Criação do Centro Interpretativo do Cavalo Alter Real na Vila de Alter do Chão.		
<b>Objetivos gerais:</b>		
- Promover o turismo;		
- Desenvolver a economia local e regional e criar emprego		
- Fixar e atrair população		
<b>Promotor:</b> Município de Alter do Chão		
<b>Potenciais Parceiros:</b> Município de Alter do Chão /Companhia das Lezírias (Coudelaria de Alter)		
<b>Maturidade:</b> ideia de projeto		
<b>Articulação Alentejo 2030</b>	<b>Articulação Plano Recuperação e Resiliência</b>	<b>Outros Documentos Estratégicos</b>
Articula com os <b>Desafios Regionais</b> e Visão Estratégica do Alentejo 2030; Objetivo Estratégico 4; Obj. Específico 4.3. EREI Alentejo 2030, no Objetivo estratégico “Incrementar a sustentabilidade territorial”, domínio de especialização de serviços de turismo e hospitalidade.	-----	O projeto tem enquadramento no <b>PNPOT</b> e no <b>PROT</b> . Está de acordo com os objetivos e ações do Plano de Valorização do Interior e está especificamente referido no Programa Nacional para a Coesão Territorial no Eixo 2 – Um território interior + competitivo, na ficha 2.8 – Turismo equestre.

**EIXO 3** Vetores Estratégico 3.1 Consolidação das vantagens competitivas e 3.2 Captação de investimento**Objetivos Específicos**

OE 3.1.2 –Intensificar os processos de valorização e divulgação do património cultural do Alto Alentejo

OE 3.2.3 – Potenciar o desenvolvimento do setor turístico

<b><i>Ammaia, Centro Português para a Descoberta da Cultura Romana</i></b>	<b>Código</b> <b>AAE3P006</b>	<b>AA</b>
<p><b>Descrição</b></p> <p>A implementação do Centro Português para a descoberta da Cultura Romana na cidade romana de Ammaia visa valorizar um património arqueológico com características excecionais que o colocam num patamar superior no âmbito dos vestígios existentes da antiga Lusitânia Romana</p> <p>Para alcançar estes objetivos a Fundação Ammaia adotou uma abordagem arquitetural em que, o todo que é o projeto, foi dividido em segmentos que se unem através dos inputs que são incluídos na “descoberta”: os monumentos existentes, as estruturas arqueológicas descobertas nas novas escavações, a sobreposição das ruínas, os elementos de exceção patrimonial e a sua transformação em produto turístico.</p> <p>O Centro Português para Descoberta da Cultura Romana foi enquadrado no documento estratégico “Mostrar o invisível – Tornar real o imaginário”, formalizado para o Parque arqueológico da antiga cidade romana de Ammaia, e corresponde à primeira fase da criação dessa unidade centrada sobre o turismo histórico-arqueológico. O projeto leva em linha de conta que trabalhar o património com vista à sua valorização turística tem especificidades próprias. A abordagem seguida no projeto, ao contrário do que é usual, em que o património é colocado no centro da iniciativa, centra-se nos turistas e visitantes e nas determinantes do seu processo de escolha do destino turístico. Esta forma de abordar a valorização considera o património como fator de desenvolvimento e atratividade da região ao mesmo tempo que coloca os turistas e visitantes como elemento central em todo o processo de valorização.</p> <p>As ruínas da cidade romana de Ammaia são consideradas o maior conjunto urbanístico, de origem romana e épocas subsequentes em Portugal. O que existe nos nossos dias no Parque arqueológico, após inúmeras delapidações e chegou até aos nossos dias, é ainda um conjunto arqueológico e arquitetónico impar: que seduz turistas e visitantes de todas as nacionalidades, pelo mistério que envolve a criação e o declínio da urbe romana até ao seu completo abandono; para além disso consiste num projeto inovador onde os investigadores se sentem desafiados pelo quase total desconhecimento sobre a cidade e em particular a ausência de referências escritas a uma urbe com a dimensão da cidade romana de Ammaia que investigações recentes mostraram a real dimensão territorial e funcional. Alusão direta aos resultados obtidos no âmbito do projeto Radio-Past apoiado recentemente pela EU/Marie Curie Actions, através da Universidade de Évora. Projeto científico este que permitiu obter a radiografia detalhada das estruturas arquitetónicas enterradas da cidade de Ammaia. Esta abordagem permitiu reconstruir o mapa urbano de muralhas, ruas e casas, e visualizar como seria esta cidade romana à sua época.</p> <p>O projeto em curso assenta na implementação uma nova abordagem na visita às ruínas/vestígios da cidade romana, transformando o valor patrimonial num ativo económico, conferindo-lhe enquanto destino turístico uma maior</p>	<b>Prioridade da Operação:</b> <b>★★★★★</b>	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
	<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2027</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>1.141.541 €</b>

importância que irá melhorar o desempenho turístico da Ammaia reforçando em simultâneo a atividade arqueológica e científica da região.

**Complementaridade com outros projetos**

O Ammaia, CPDCR tem ainda a capacidade de enquadrar projetos culturais já em curso, tais como o FIMM, bem como outros que se enquadrem nas estratégias municipais no âmbito da CIMAA e na relação cultural já em curso com espaços culturais de importante relevância existentes na Extremadura espanhola, nomeadamente o Museu Nacional de Arte Romana de Mérida.

Não deve ser descurada a localização privilegiada da Ammaia em pleno coração do Parque Natural da Serra de São Mamede, um parque natural extremamente humanizado em que o património cultural e natural se fundem em perfeição, conferindo-lhe características únicas no panorama nacional.

Esta operação terá um forte impacto nos sectores específicos do Património e do Turismo Cultural, permitindo criar condições favoráveis ao desenvolvimento e incremento de outros sectores nomeadamente comércio e hotelaria, possibilitando a criação de emprego. *In fine*, pode-se afirmar que esta operação terá um impacto positivo a nível económico e social, dado que ao reforçar a atratividade do espaço, possibilitará um aumento do número de visitantes, que poderá levar a um aumento da sua permanência e consequentemente a um aumento do consumo de bens e serviços por parte destes e, portanto, da economia local.

**Objetivos gerais:**

- Transformar as ruínas da Ammaia num destino turístico de excelência no Alentejo, aumentando a performance turística criando valor através do património cultural.
- Criar um centro científico de excelência na área do património;
- Dar visibilidade ao património romano existente na região;
- Reforçar os laços culturais e patrimoniais transfronteiriços;
- Tornar sustentável o património existente;
- Desenvolver economicamente a região;
- Criar emprego;
- Contribuir para a fixação da população.

**Promotor:** Fundação Cidade de Ammaia,

**Potenciais Parceiros:** Câmara Municipal de Marvão, CIMAA, Direção Regional de Cultura do Alentejo, DGPC.

**Maturidade:** O projeto está em implementação com o apoio do Alentejo 2020, devendo considerar-se a execução de novas fases

Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p><b>Estratégia Regional</b> – Articulado com os Desafios Estratégicos Regionais – Alargamento da Base Territorial da Competitividade, combinando os recursos e ativos estratégicos em processos integrados de valorização económica; Obj. Estratégicos 1 e 5; Obj. Específico 4.3, 5.1 e 5.2.</p>	<p>-----</p>	<p>PNPOT – PROT; PVI (Programa de Valorização do interior); PNR (Programa Nacional de Reformas)</p>

<p><b>EREI</b> – Ativo Regional do Património Cultural, insere-se no objetivo estratégico de "Incrementar a sustentabilidade territorial", Domínio do Turismo</p>			
---	--	--	--

<b>EIXOS 3 e 5</b>	<b>Vetores Estratégicos</b> 3.1 Consolidação das vantagens competitivas; 3.2 Captação de investimento; 5.1 Qualificação urbana e posicionamento dos centros urbanos
--------------------	---

**Objetivos Estratégicos**

- OE 3.1.3 Promoção do dinamismo empresarial e criação de emprego;
- OE 3.2.2 Estimular a competitividade;
- OE 5.1.1 Eliminar lacunas de conectividade intrarregional e na relação com o exterior;
- OE 5.1.2 Valorização dos principais Centros Urbanos do AA;
- OE 5.1.4 Promover a requalificação de infraestruturas de rede;
- OE 5.1.5 Qualificar os CU, numa perspetiva estratégica de polos de atratividade e desenvolvimento.

**Requalificação das Linhas Ferroviárias de suporte da atividade económica (mercadorias e passageiros)**

<b>Código</b> <b>AAE35P007</b>		<b>AA</b>
<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Supra Regional</b>	
<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2030</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>S/ informação</b>	

**Descrição:** A rede ferroviária do Alto Alentejo pode assumir papel fundamental na consolidação da rede nacional, especialmente no que respeita ao transporte de mercadorias, e contribuir decisivamente para um território Alto Alentejo mais competitivo, atrativo para os investidores e instalação de novas empresas, que possam criar empregos e fixar população. A construção da Linha Sines/Caia para transporte de mercadorias do Porto de Sines para a Europa, é uma oportunidade de desenvolvimento para a região, que precisa de acessibilidades rodoferroviárias que permitam o acesso das mercadorias de todo o Alto Alentejo e dos territórios vizinhos da Beira Baixa e do Médio Tejo para a Plataforma Logística de Elvas.

O transporte ferroviário é decisivo para a atividade económica, tornando a região mais competitiva, mais atrativa, mais conectada e mais resiliente, mediante a concretização de alguns projetos estruturantes para o Alto Alentejo tirando partido da posição geográfica central no contexto nacional e ibérico.

**Linhas Ferroviárias a considerar:**

**- Requalificação e eletrificação da Linha do Leste** - É uma linha presentemente subaproveitada e que é fundamental para mercadorias que podem ser transportadas do Entroncamento e das áreas industriais de Ponte de Sor, cujas áreas industriais têm grande potencial de desenvolvimento, assim como dos outros concelhos que atravessa, incluindo Portalegre, com destino ao Caia, e daí por via terrestre para toda a Europa, ou daí para Sines para seguirem por via marítima para todos o mundo.

Por outro lado, a Linha do Leste é a linha ferroviária mais direta para o transporte de passageiros entre Lisboa e Madrid, a partir do Entroncamento, passado por Abrantes, Ponte de Sor, Portalegre e Elvas, seguindo em território espanhol por Badajoz e Mérida. A linha carece de ser requalificada e eletrificada em toda a sua extensão, para que possa integrar o **Corredor Sudoeste Ibérico** previsto no acordo feito entre Portugal e Espanha em 2003 na Cimeira Ibérica da Figueira da Foz. Para que sirva plenamente os interesses do Alto Alentejo é necessário ser complementada com a deslocalização da estação de Portalegre para a cidade,

- **Deslocalização da Estação de Portalegre para junto da cidade (Zona Industrial)** - A realocação da Estação (que está a 12 Km da cidade!!) para junto da Zona Industrial de Portalegre, é um fator decisivo de desenvolvimento para a capital de distrito poder reassumir a posição de polo industrial de relevo na região Alentejo e colocar todo o distrito na rota das ligações de passageiros para o centro da Península Ibérica e da Rede Ferroviária Transeuropeia. A deslocalização da estação para junto da cidade promoveria um incremento da utilização do comboio para o transporte de passageiros e de mercadorias de, e para, Lisboa, Norte de Portugal, Espanha e Europa, em substituição dos transportes por via rodoviária com as vantagens inerentes em termos de mobilidade, economia e sustentabilidade ambiental. Proporcionava à capital de distrito e à região condições de competitividade capazes de impulsionar o desenvolvimento económico de todo o Alto Alentejo, com reflexos importantes para estancar o despovoamento do território, o retorno de naturais e atrair novos residentes.

- **Reativação do Ramal de Cáceres** enquanto eixo essencial que pode facilitar e potenciar o fluxo de mercadorias e passageiros entre Lisboa e Madrid, para além das enormes potencialidades turísticas resultantes dos locais por onde passa.

**Objetivos gerais:**

- Promover a atratividade do território para o investimento e desenvolvimento competitivo das atividades económicas;
- Qualificar o território e estimular a competitividade;
- Eliminar lacunas de conetividade intrarregional e na relação com o exterior e valorizar os principais centros urbanos do Alto Alentejo;
- Promover a atratividade e o repovoamento do território;
- Incentivar a fixação das populações, mediante a criação de emprego e melhoria das condições de vida.

**Promotor:** Infraestruturas de Portugal

**Potenciais Parceiros:** Municípios e empresas

**Maturidade:** Estudos promovidos pela Infraestruturas de Portugal

Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p><b>Estratégia Regional</b> – 2.3 Desafios regionais e Modelo territorial - Estruturação das acessibilidades rodo e ferroviárias, nas diferentes sub-regiões, alargando os seus efeitos de conetividade ao conjunto da Região. Objetivo Estratégico 5- Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da Região , fator de competitividade e coesão territorial. Obj. Específicos 5.1 e 5.2.; Planos de Ação 1 e 4.</p> <p><b>EREI Alentejo 2030</b> – Objetivo estratégico "Incrementar a sustentabilidade territorial"</p>	<p>-----</p>	<p>As acessibilidades ferroviárias de suporte à atividade económica e transporte de passageiros, têm enquadramento no <b>PNPOT e PROT Alentejo</b>.</p> <p><b>PNI2030</b> - TRANSPORTES E MOBILIDADE – Ferrovia:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Corredor Internacional Sul (2ª Fase)</li> <li>- Programa de Sinalização da <b>Linha do Leste</b> c/ implementação do ERTMS/ETCS + GSM-R,</li> <li>- Eletrificação da Linha do Leste, incluindo acesso ferroviário a Portalegre, mediante estudo de viabilidade e pertinência.</li> </ul> <p><b>Plano Ferroviário Nacional</b></p>

<b>EIXO 3 e 6</b>	<b>Vetores Estratégicos</b> 3.1 Consolidação das vantagens competitivas; 3.2 Captação de Investimento; 6.2 Qualidade Territorial como motor de atração ao repovoamento
-------------------	--

**Objetivos Específicos**

OE 3.1.3 promoção do dinamismo empresarial e criação de emprego

OE 3.2.2 Estimular a competitividade e os mecanismos de apoio às empresas;

OE 6.2.2 Criação de Postos de trabalho mediante o desenvolvimento económico da região e incentivos à fixação das populações

<b>Localização de novas empresas nas áreas de acolhimento empresarial do Alto Alentejo</b>	<b>Código</b> <b>AAE36P008</b>	<b>AA</b>
<b>Descrição:</b> A existência de áreas de acolhimento empresarial em todos os municípios, numa lógica de coerência, racionalidade e complementaridade, funcionando como Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial que disponibilizam espaços e infraestruturas, equipamentos e serviços de apoio ao desenvolvimento empresarial, servidas por acessibilidades rododiferroviárias que permitam e facilitem o transporte das matérias primas e do produto acabado, assume-se como uma aposta estratégia para o desenvolvimento do Alto Alentejo.	<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
	<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2027</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>A definir</b>
<p>O Distrito de Portalegre conta com várias infraestruturas de referência - desde a futura Plataforma Logística Elvas/Badajoz, como centro logístico âncora encostado à Linha Férrea Sines /Caia; a Zona Industrial de Portalegre, com uma forte presença de empresas associadas ao sector automóvel e à indústria dos lacticínios e com a área industrial da Quinta de S. Vicente (Ribeira de Nisa) onde se localizam indústrias químicas de grande importância (Selenis, Evertis) responsáveis por um volume de exportações dos mais elevados do interior do país; o Aeródromo Municipal e a Zona Industrial de Ponte de Sor, com um vasto conjunto de empresas aí localizadas, onde sobressaem as indústrias aeronáuticas em plena atividade e as que estão em fase de instalação, a Corticeira Amorim e outras, e se perspetiva a construção de um Centro Empresarial e Tecnológico nas antigas instalações da multinacional Delphi; a Zona Industrial de Campo Maior, com a Delta, a Hutchison, e outras empresas, incluindo o Centro de Inteligência Competitiva; o Ninho de Empresas de Portalegre, gerido pelo IEFP e a BioBip - Bioenergy and Business Incubator of Portalegre, vocacionada para a incubação de base tecnologia, cuja gestão é da responsabilidade do IPP, o qual integra o Sistema Regional de Inovação e Tecnologia (SRIT) e é sócio fundador do PCTA (Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo); as agroindústrias existentes em todo o território – são realidades e referências do Alto Alentejo a que se juntam as áreas industriais e incubadoras de empresas que existem em todos os municípios, algumas recentemente construídas, como são os casos de Nisa e Gavião, e que são da maior importância para as economias locais e para a economia regional.</p> <p>O projeto estruturante que se propõe pretende criar condições e favorecer o desenvolvimento das empresas existentes e sobretudo promover a <b>instalação de novas empresas, incluindo as indústrias transformadoras</b>, potenciadoras do desenvolvimento económico e criação de emprego, indo de encontro à tradição industrial existente no Alto Alentejo.</p> <p>Num país e numa Europa particularmente dependentes da importação de bens e produtos manufaturados produzidos no exterior, nomeadamente na Ásia/Pacífico, há a necessidade de reindustrializar e garantir uma maior autonomia nacional e europeia, como tem sido reconhecido a partir da pandemia Covid 19.</p>		

**As agroindústrias e a comercialização dos produtos acabados**, particularmente no que respeita à transformação de produtos endógenos - tendo presente que o Alto Alentejo é a região com o maior e mais diversificado conjunto de produtos classificados pela União Europeia - em que a divulgação e o marketing, o embalamento e distribuição, numa perspetiva de fixação da cadeia de valor, são atividades geradoras de riqueza e empregabilidade, que é preciso privilegiar.

**A Indústria corticeira** como setor de especialização industrial, considerando que o Alentejo é uma área geográfica de produção de cortiça de alta qualidade, é de todo o interesse para a região e para o país instalar no território a cadeia de valor do produto acabado, com a transformação, marketing e comercialização, com a correspondente fixação das mais valias e a criação de toda uma rede de serviços acessórios inerentes ao funcionamento da atividade.

**A Exploração dos recursos minerais e geológicos** (águas, granitos e minérios que tenham viabilidade económica); o termalismo na Fadagosa de Nisa e em Cabeço de Vide, Fronteira; os granitos de Alpalhão, Monforte e Santa Eulália; entre outros ativos, poderão (re)assumir papel importante na atividade económica dos concelhos onde se localizam e em todo o Alto Alentejo.

**O Turismo** - Tirando partido da excelência da paisagem e das amenidades do clima, da cultura e das tradições, da gastronomia e vinhos - assumem importância crescente e vetor fundamental na criação de riqueza e emprego, como é demonstrado pelo aumento contínuo do número de visitantes e dos dias de permanência, que ainda assim têm uma margem de crescimento muito grande que é preciso potenciar.

Para todas estas áreas de atividade económica e empresarial - para além da existência de outras no âmbito das **indústrias criativas e das áreas tecnológicas** onde a inovação é fator decisivo para a competitividade e valor, com as potencialidades existentes para a produção de **energias alternativas**, nomeadamente a fotovoltaica, e a transformação do paradigma tradicional de utilização dos recursos para a transição para uma **economia circular** - é necessário procurar investidores que aqui queiram e possam, criar e desenvolver atividade, mediante a existência de condições atrativas para o desenvolvimento da atividade.

O território tem disponibilidade de habitação para novos residentes, potenciando-se em simultâneo a construção civil para a reabilitação do edificado existente; há estabelecimentos de ensino superior e de formação profissional com capacidade de adaptação e resposta às necessidades de qualificação dos recursos humanos; há serviços de saúde com qualidade e capacidade de resposta, agora acrescidas com a construção do novo Hospital Central do Alentejo em Évora e a melhoria exetável dos Hospitais de Portalegre e Évora complementados pelos Centros de Saúde que têm tido melhorias assinaláveis com novas construções com excelentes condições de acolhimento e funcionalidade.

Há vida cultural e animação, ambiente de excelência, segurança e hospitalidade, equipamentos coletivos diversificados, condições e qualidade de vida.

O Projeto estruturante que se propõe, consiste na planificação de uma rede de áreas de acolhimento empresarial, que tenha condições para instalação de novas empresas e indústrias no Alto Alentejo. Pretende-se, a par da construção das infraestruturas de acolhimento, promover a captação de investimento com a organização de feiras, workshops e seminários, participação em mostras e outros eventos no país e no estrangeiro, contando com a colaboração dos ministérios das várias áreas económicas, do AICEP e das Associações Empresariais e dos investidores privados, para além dos municípios e CIMAA.



Será importante também, de forma concertada, reativar e promover a **classificação de produtos regionais endógenos**, nomeadamente na doçaria, enchidos, frutas, azeites e outros, sem esquecer outras vertentes das artes, cultura e do artesanato, como por exemplo as Tapeçarias de Portalegre, como forma de valorização e incremento do valor.

**Objetivos gerais:**

- Promover a instalação de empresas, serviços e investimentos;
- Criar postos de trabalho;
- Fixar população;
- Promover a Investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico;
- Valorizar e promover os produtos endógenos;
- Divulgar as potencialidades o Alto Alentejo como região para investir.

**Promotor:** CIMAA e Municípios

**Potenciais Parceiros:** AICEP, Associações Empresariais, Serviços Públicos, empresas privadas

**Maturidade:** Ideia de projeto

Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p><b>Estratégia Regional Alentejo 2030</b> - O Projeto está em consonância com os Desafios Estratégicos Regionais de Revitalização Demográfica pela competitividade territorial no acesso e qualidade no emprego; Valorização económica de recursos e ativos regionais, com alargamento da base territorial de competitividade. Objetivos Estratégicos 1, 3 e 4 e nos Objetivos Específicos 1.1; 3.2; 4.1 e 4.3. Tem enquadramento no Plano de Ação 4, Infraestruturas económicas e de suporte logístico e empreendedorismo; e Plano de Ação 6, Cooperação Territorial.</p> <p><b>EREI 2030</b> – Enquadra-se nos objetivos estratégicos: - <i>Incrementar a sustentabilidade territorial</i>; - <i>Reforçar o Valor das cadeias produtivas regionais</i>.</p>	<p>-----</p>	<p>O projeto tem enquadramento no <b>PNPOT e PROT Alentejo; PNI 2030</b> - Programa de Valorização das Áreas Empresariais (PVAE) – Fase II; Programa de Valorização do interior (PVI) – Eixo 2, Um território interior + competitivo; Programa Nacional de Reformas (PNR) e Programa Nacional para a Coesão territorial (PNCT)</p>

<b>EIXO 1</b>	<b>Vetor Estratégico</b> 1.1 Modernização Administrativa, Transição Digital e Smart Cities e 1.2 – Promover a eficiência da administração pública para a prossecução das novas competências
---------------	---

<b>Objetivo Estratégico</b>
OE 1.1.2 Promover a Modernização administrativa e acelerar a transição digital
OE 1.1.3 Dotar todo o território de comunicações, redes digitais e acesso à internet
OE 1.2.2 Promover a eficiência e desburocratização da administração pública numa ótica de prestação de serviços às populações, instituições e empresas

<b>Modernização administrativa e transição digital no Alto Alentejo</b>	<b>Código</b> <b>AAE1P009</b>	<b>AA</b>
<b>Descrição</b>	<b>Prioridade da Operação:</b> <span style="color: red;">★★★★★</span>	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
<p>A modernização e a eficiência da administração pública no Alto Alentejo passa pela digitalização territorial e uma atuação em rede e de partilha.</p> <p>Torna-se necessário promover o desenvolvimento de estratégias digitais e dar primazia à literacia digital e à ciberinclusão, numa lógica de acelerar a transição digital da economia de forma transversal.</p> <p>Pretende-se criar condições de acesso aos serviços TIC para toda a população, promovendo o desenvolvimento de soluções que dão suporte a pessoas com deficiências na interação com tecnologias, capacitar os cidadãos no combate à exclusão social através de educação de TIC, e incentivar a participação de pessoas desfavorecidas através de projetos de inclusão social.</p> <p>Ainda objetivo do Alto Alentejo, promover este território enquanto smart region, uma região conectada digitalmente e que promove as redes digitais, nomeadamente através da prestação de serviços públicos cada vez mais alicerçados em aplicações e soluções tecnológicas. Estas soluções deverão ser construídas considerando as especificidades do território, o seu propósito e os seus fins, garantindo em primeira instância o seu carácter inclusivo. Desta forma, será também uma região mais próxima dos seus cidadãos, com maior envolvimento da comunidade e cujo tempo de resposta aos desafios do dia-a-dia é minimizado por via de soluções rápidas e práticas.</p>	<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2025</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>5.000.000,00€</b>
<b>Objetivos gerais:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o acesso generalizado à fibra ótica;</li> <li>• Promover a digitalização da administração pública, reforçando a interoperabilidade e facilitando o acesso aos serviços públicos;</li> <li>• Reforçar a qualificação dos recursos humanos da administração pública;</li> <li>• Promover o desenvolvimento de sistemas avançados de informação, integrando inteligência artificial e a utilização de formas de computação avançada;</li> </ul>		

<b>Promotor:</b> Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA)
---

<b>Potenciais Parceiros:</b> Municípios		
<b>Maturidade:</b> continuidade dos projetos intermunicipais de modernização administrativa		
Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<b>Estratégia Regional Alentejo 2030</b> , nomeadamente no Desafio Promoção de sustentabilidade do sistema urbano regional, fator de competitividade e coesão territorial	Enquadramento na <b>Dimensão Transição Digital</b> , componente 19. Administração Pública – Capacitação, Digitalização e Interoperabilidade e Cibersegurança.	<b>Estratégia para a Inovação e Modernização</b> do Estado e da Administração Pública 2020-2023 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2020, de 31 de julho).

<b>EIXOS 3 e 6</b>	<b>Vetores Estratégicos</b> 3.1 Consolidação das vantagens competitivas; 3.2 Captação de Investimento; 6.2 Qualidade Territorial como motor de atração ao repovoamento		
<b>Objetivo Estratégico</b> OE 3.1.2 Intensificar os processos de valorização e divulgação do património natural, produtivo, cultural e artístico do AA; OE 3.1.3 - Promoção do dinamismo empresarial e criação de emprego; OE 3.2.2 – Estimular a competitividade e os mecanismos de apoio às empresas; OE 3.2.3 – Potenciar o desenvolvimento do setor turístico; OE 6.2.2 Criação de Postos de trabalho mediante o desenvolvimento económico da região e incentivos à fixação das Populações.			
<b>Marketing e Promoção do Território Alto Alentejo</b>		<b>Código</b> <b>AAE36P010</b>	<b>AA</b>
<b>Descrição</b> O potencial turístico do Alto Alentejo é bem conhecido permitindo combinar um amplo conjunto de recursos naturais, culturais e patrimoniais numa oferta turística multifacetada suscetível de despertar o interesse de públicos-alvo diversificados, mais-valia que deve ser devidamente ponderada no modo de comunicar e de atrair os visitantes e turistas ao Alto Alentejo, e ao Alentejo no seu conjunto, considerando que a marca “Alentejo” é um acréscimo de valor que se sobrepõe às potencialidades de cada sub-região. É a altura para a criação de produtos com visibilidade acrescida e capacidade de atração, capazes de converter o Alentejo e o Alto Alentejo num destino turístico específico genuíno e único, mediante a adoção de políticas de marketing e promoção de um território excelente para viver, numa perspetiva de captação de novos residentes seniores, oriundos de um leque alargado de países, e é um território excelente para visitar, que precisa de ser dado a conhecer interna e externamente para colocar a região nas rotas da visitação e da residência. O Turismo é uma das atividades económicas que mais rapidamente promove desenvolvimento, com a criação de alojamento e restauração, empresas de animação, visitação e culturais, que criam riqueza e emprego, fixam e atraem população. A atual situação de pandemia acabou por revelar os territórios do interior em geral, e do Alentejo em particular, criando oportunidades que urge aproveitar e potenciar dentro de uma margem de crescimento muito grande que é possível constatar. Uma campanha de marketing e divulgação do território, utilizando os meios mais atuais através da internet, publicidade e programas nos principais canais de televisão e imprensa, em articulação com o Turismo de Portugal, com a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo e com a Agência de Promoção Externa, em parceria com os municípios e com os atores económicos do setor, será capaz de alavancar, promover e projetar o Alentejo como destino turístico de excelência com capacidade de resposta às mais variadas preferências. Por outro lado, e em complemento das ações de divulgação, seria muito importante elaborar um programa anual de eventos englobando todas as atividades e eventos a realizar no território, desde as feiras (Ferpor, Festa da Castanha,		<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
		<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2027</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>2.000.000,00€</b>

Feiras de Atividades Económicas realizadas nos concelhos do AA...)festas religiosas S. Mateus de Elvas Páscoa de Castelo de Vide, Semana Santa do Crato...), provas desportivas (Baja, 24 horas de Fronteira, BTT, Orientação...), culturais e populares (Festas do Povo, Festival internacional de Música de Marvão, Jazz ... Carnaval, Santos Populares...), recriações históricas (Avis, Marvão... ) de forma a divulgar os eventos e atrair visitantes de forma a evitar sobreposições e simultaneidades de calendário que retiram projeção mediática e dividem os públicos.

Paralelamente à promoção turística, tendo presente que é necessário que o território consiga captar investimento em diferentes áreas económicas, a existência de um marketing que evidencie e promova o Alto Alentejo, também como um espaço de acolhimento de outras atividades, fará todo o sentido.

**Objetivos gerais:**

- Divulgar as potencialidades turísticas do Alto Alentejo;
- Criar um calendário regional de eventos e respetiva divulgação;
- Desenvolver o Turismo como atividade económica essencial ao território;
- Promover a instalação de empresas, serviços e investimentos;
- Criar postos de trabalho;
- Fixar população.

**Promotor:** CIMAA e Municípios

**Potenciais Parceiros:** Serviços e entidades públicas, incluindo o Turismo de Portugal, a ERTA, a Agência de Promoção Externa, o AICEP; Empresas e Associações Empresariais.

**Maturidade:** Ideia de Projeto

Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p><b>Estratégia Regional Alentejo 2030</b> - O Projeto está em consonância com os Desafios Estratégicos Regionais de Revitalização Demográfica pela competitividade territorial no acesso e qualidade no emprego; Valorização económica de recursos e ativos regionais, com alargamento da base territorial de competitividade. Objetivos Estratégicos 1, 3 e 4 e nos Objetivos Específicos 1.1; 3.2; 4.1 e 4.3. Tem enquadramento no Plano de Ação 4, Infraestruturas económicas e de suporte logístico e empreendedorismo; e Plano de Ação 6, Cooperação Territorial.</p> <p>EREI 2030 – Enquadra-se nos objetivos estratégicos: - Incrementar a sustentabilidade territorial; - Reforçar o Valor das cadeias produtivas regionais.</p>	<p>-----</p>	<p>O projeto tem enquadramento no <b>PNPOT</b> e <b>PROT Alentejo</b>; <b>PNI 2030</b> - Programa de Valorização das Áreas Empresariais (PVAE) – Fase II; Programa de Valorização do interior (PVI) – Eixo 2, Um território interior + competitivo; Programa Nacional de Reformas (PNR) e Programa Nacional para a Coesão territorial (PNCT)</p>

**EIXOS 5 e 6** | **Vetores Estratégicos** 5.1 Qualificação Urbana e posicionamento dos centros urbanos; 6.2 – Qualidade territorial como motor de atração ao repovoamento

**Objetivos Específicos**

OE 5.1.4 – Promover a requalificação de infraestruturas de rede e de equipamentos de proximidade;

OE 5.2.2 – Salvaguardar e valorizar o património cultural e natural;

OE 6.2.3 – Garantir a mobilidade das populações das zonas rurais mais remotas aos centros urbanos como forma de proporcionar condições de vida, fixar e atrair residentes.

<b>Requalificação das redes viárias Municipais</b>	<b>Código</b> <b>AAE56P011</b>	<b>AA</b>
<p><b>Descrição</b></p> <p>As redes viárias municipais são um elo de ligação entre as populações e fator decisivo para a fixação de residentes.</p> <p>Ao longo dos anos, com os financiamentos dos sucessivos quadros de apoio comunitário os municípios puderam dar resposta à necessidade de estradas municipais de ligação entre freguesias e lugares, essenciais para a deslocação das pessoas e para o transporte dos produtos agrícolas, pecuários e florestais, escoamento dos produtos agroindustriais transformados localmente, que são o suporte das atividades económicas que tem subsistido nos territórios mais isolados.</p> <p>As redes viárias municipais são imprescindíveis para estancar o despovoamento e para que se consigam fixar residentes sem o que o abandono do território, com todas as consequências inerentes, será inevitável.</p> <p>Perante a falta de recursos suficientes para a requalificação/conservação das redes viárias municipais, é importante considerar estas vias nas possibilidades de apoio financeiro, seja ele comunitário ou integrado em modalidades de apoio nacional.</p> <p><b>Objetivos gerais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mobilidade dos residentes nas zonas rurais mais isoladas;</li> <li>- Possibilidade de transporte das produções locais, suporte da atividade económica e permanência da população;</li> <li>- Fixação dos residentes;</li> <li>- Repovoamento dos territórios mais isolados;</li> <li>- Segurança, proteção e socorro das populações.</li> </ul>	<p><b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★</p>	<p><b>Área de Influência:</b> <b>Municipal/supramunicipal</b></p>
	<p><b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2027</b></p>	<p><b>Custo Estimado:</b> <b>A calcular</b></p>
<p><b>Promotor:</b> Municípios e CIMAA procedimentos/ações conjuntas de requalificação/conservação</p>		
<p><b>Potenciais Parceiros:</b> Juntas de freguesia/residentes</p>		
<p><b>Maturidade:</b> projetos municipais existentes ou a elaborar</p>		

Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p>O projeto pretende responder ao Desafio Estratégico (i) Demografia e excelência dos serviços de suporte; (ii) Sustentabilidade territorial e dos seus recursos. Objetivo estratégico 1 – Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada investimento-emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família. Objetivo Específico 1.1 – Incremento das condições de acesso aos serviços de interesse geral</p> <p><b>EREI Alentejo 2030</b> – objetivo Estratégico “Incrementar a sustentabilidade territorial”</p>	<p>-----</p>	<p><b>PNPOT</b> – “Aumentar a atratividade populacional e a coesão social e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral”. PROT; Programa de Valorização do Interior (PVI)</p>

<b>EIXO 3</b> Vetores Estratégicos 3.1 Consolidação das vantagens competitivas e 3.2 – Captação de Investimento		
<b>Objetivos Estratégicos</b>		
OE 3.1.2 Intensificar os processos de valorização e divulgação do património natural, produtivo, cultural e artístico do AA;		
OE 3.2.3 Potenciar o desenvolvimento do setor turístico.		
<b>Valorização do Parque Natural da Serra de S. Mamede</b>	<b>Código</b> <b>AAE3P012</b>	<b>AA</b>
<b>Descrição</b>  O Parque Natural da Serra de S. Mamede, que abrange os concelhos de Arronches, Castelo de Vide, Marvão e Portalegre, é um ativo natural, ambiental e paisagístico de excelência que impera qualificar, valorizar, promover, divulgar e animar, no contexto de uma estratégia regional concertada, onde o Turismo de Natureza, nas componentes de autocaravanismo, cycling e walking, deverá assumir um papel central, tendo em vista a criação de produtos turísticos diferenciadores e, conseqüentemente, alavancar os fluxos de visitantes na região.	<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Nacional</b>
	<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2027</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>Em avaliação</b>
<b>Objetivos gerais:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valorizar e potenciar o património natural, histórico e cultural classificado, em articulação com as regiões circundantes, incluindo a Extremadura Espanhola;</li> <li>- Promover o turismo;</li> <li>- Desenvolver as economias locais e regionais e criar emprego;</li> <li>- Repovoar o território.</li> </ul>		
<b>Promotor:</b> Municípios que integram o PNSSM: Arronches, Castelo de Vide, Marvão e Portalegre		
<b>Potenciais Parceiros:</b> ICNF/Região Turismo Alentejo Ribatejo; Parceiros Privados		
<b>Maturidade:</b> intenção (preparação/conceção)		
<b>Articulação Alentejo 2030</b>	<b>Articulação Plano Recuperação e Resiliência</b>	<b>Outros Documentos Estratégicos</b>
<b>Estratégia Regional</b> – Desafios Estratégicos Regionais – Alargamento da Base Territorial da Competitividade, combinando os recursos e ativos estratégicos em processos integrados de valorização económica; Obj. Estratégicos 1 e 5; Obj. Específico 4.3, 5.1 e 5.2. <b>EREI</b> – Ativo Regional do Património Cultural, insere-se no objetivo estratégico de “Incrementar a sustentabilidade territorial”, Domínio do Turismo.	-----	<b>PNPOT</b> e <b>PROT</b> ; Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT) designadamente na Eixo 3 – Um Território Interior +Sustentável, Medida 3.1 – Políticas ativas na fruição de áreas protegidas. Programa de Valorização do Interior (PVI).



<b>EIXO 3 e 5</b>	<b>Vetores Estratégicos</b> 3.1 Consolidação das vantagens competitivas; 3.2 Captação de investimento; 5.1 Qualificação urbana e posicionamento dos centros urbanos.	
<b>Objetivos Estratégicos</b> OE 3.1.3 Promoção do dinamismo empresarial e criação de emprego; OE 3.2.2 Estimular a competitividade; OE 5.1.2 Valorização dos principais Centros Urbanos do AA; OE 5.1.5 Qualificar os CU, numa perspetiva estratégica de polos de atratividade e desenvolvimento.		
<b>Aeródromo Municipal de Ponte de Sor</b>	<b>Código</b> <b>AAE35P013</b>	<b>AA</b>
<p><b>Descrição</b> O Aeródromo Municipal de Ponte de Sor é uma infraestrutura de utilização pública, certificada pela Autoridade Nacional de Aviação Civil (ANAC) em classe II, Código 3C e Categoria 3, no âmbito do Salvamento e Luta Contra Incêndios, certificado n.º 43. Atualmente encontram-se sediadas as seguintes Entidades/Atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) — Base para manutenção de aeronaves do estado.</li> <li>• FlyTech/AirSor — Manutenção de ultraleves.</li> <li>• Aero clube de Ponte de Sor - Promoção e divulgação de atividades aeronáuticas, incluindo a pilotagem de aeronaves.</li> <li>• Heliavionics Lab - Manutenção e Reparação de Componentes Aviónicos e Formação de Técnicos de Certificação da Manutenção Aeronáutica.</li> <li>• L3 Commercial Training Solutions — Escola de Treino e Formação de Pilotos de Linha Aérea para programas de cadetes de companhias aéreas, nas seguintes áreas: Piloto de Linha Aérea de Avião (ATPL A); Piloto Comercial Avião (CPL A); Instrutor de Voo de Avião.</li> <li>• Global Flight School (GFS) — Escola de Treino e Formação de Pilotos de Linha Aérea, nas seguintes áreas: Piloto de Linha Aérea de Avião (ATPL A); Piloto Comercial Avião (CPL A); Instrutor de Voo de Avião; Piloto Privado de Avião (PPL A); Pessoal Navegante de Cabine (PNC); Oficial de Operações de Voo (OOV); Manutenção de aeronaves; Qualificação Tipo em diversos tipos de aeronaves.</li> <li>• GFS-AIR Maintenance Services — manutenção de aeronaves e gestão da continuidade da aeronavegabilidade.</li> <li>• Grupo Tekever:             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de Aeronaves Não Tripuladas (Drones)</li> <li>• Produção de microssatélites</li> <li>• Integração de sistemas espaciais</li> </ul> </li> <li>• U Aerospace Lda. — Produção e integração de máscaras de oxigénio para voos de altitude, e fabricação de capacetes;</li> <li>• Campus Aeronáutico, Infraestrutura de Apoio ao desenvolvimento da Atividade Aeronáutica - o Campus, disponibiliza salas para formação, estudo, áreas polivalentes, zonas de refeição e alojamento. A infraestrutura</li> </ul>	<p><b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★</p>	<p><b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b></p>
	<p><b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2030</b></p>	<p><b>Custo Estimado:</b> <b>10M€ + investimentos privados</b></p>

dá apoio à vertente científica, para realização de cursos relacionados com aeronáutica/aeroespacial, no âmbito de parcerias estabelecidas entre o Município e as seguintes Instituições de Ensino Superior: Universidade da Beira Interior (UBI); Instituto Politécnico de Portalegre; Instituto Politécnico de Setúbal; Atlântica – Instituto Universitário; Universidade de Évora; Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC); Cursos Vocacionais, no âmbito da parceria estabelecida com a Direção Regional de Educação.

- Encontra-se em curso a construção de 3 novos hangares e uma torre de informação de voo (controle). Um novo investimento levado a cabo pelo município com o objetivo de instalação de mais três a quatro empresas nas áreas da manutenção de aeronaves, operação, formação e fabricação de componentes e melhoria das condições de operação do aeródromo.
- Outros manifestos de interesse têm surgido e haverá necessidade de novos investimentos para suportar a instalação de indústria, nomeadamente melhoria da infraestrutura, garantia de acessos, ampliação de áreas de estacionamento e estacionamento, entre outros.
- Realização anual do Portugal Air Summit, que é já a maior cimeira aeronáutica da Península Ibérica, evento que importa manter e reforçar como um dos catalisadores do desenvolvimento da região.

**Objetivos gerais:**

- Promover o desenvolvimento económico e a criação de emprego, atraindo empresas e captando investimento;
- Atrair residentes e repovoamento do território, com a criação de postos de trabalho mediante o desenvolvimento económico da região e incentivos à fixação das populações;
- Requalificar e valorizar os principais centros urbanos do Alto Alentejo e do Alentejo;
- Qualificar recursos humanos;
- Promover o Conhecimento, Investigação e Inovação;
- Diversificar a atividade económica e a especialização na área da indústria aeronáutica;
- Melhorar a capacidade de resposta dos serviços de proteção civil.

**Promotor:** Município de Ponte de Sor

**Potenciais Parceiros:** Empresas privadas, Universidades e Politécnicos, outras entidades e serviços públicos

**Maturidade:** O projeto está em curso, com diversas valências e infraestruturas construídas e em pleno funcionamento, mas tem potencialidades e grande margem de progressão que devem ser consideradas. Por isso se classifica como projeto em execução, sem prejuízo de fases posteriores que carecem de preparação e conceção.

Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p>O projeto está enquadrado com os <b>Desafios Regionais e a Visão Estratégica do Alentejo 2030</b>. Objetivos Estratégicos 3; 4 e 5; Objetivos Específicos 3.2; 4.1, 4.3 e 5.2.</p> <p>EREI Alentejo 2030 – Constituindo Ativo Regional como Infraestrutura tecnológica e de acolhimento empresarial e conectividade externa que consubstancia os Objetivos estratégicos de Incrementar a sustentabilidade territorial; Reforçar o Valor das cadeias</p>	<p>-----</p>	<p>O Empreendimento tem enquadramento com o <b>PNPOT</b>; <b>PROT</b> Alentejo; Agendas Temáticas de Investigação e Inovação (que contempla os domínios da Especialização Regional); PNI 2030; PVI e PNCT</p>

produtivas regionais; Incrementar a qualificação dos recursos humanos			
---	--	--	--

**EIXO 3** Vetores Estratégicos 3.1 Consolidação das vantagens competitivas e 3.2 – Captação de Investimento

**Objetivos Estratégicos**

OE 3.1.3 - Promoção do dinamismo empresarial e criação de emprego;

OE 3.2.1 - Estimular o desenvolvimento de empresas e produtores de produções endógenas numa lógica de fileira;

OE 3.2.2 - Estimular a competitividade e os mecanismos de apoio às empresas;

OE 3.2.3 - Potenciar o desenvolvimento do sector turístico.

<b>PROVERE - Alentejo Feel Nature</b>	<b>Código</b> <b>AAE3P014</b>	<b>AA</b>
<p><b>Descrição</b></p> <p>De uma forma sintética, as atividades de Coordenação e Gestão apresentadas pretendem assegurar os meios necessários à gestão, coordenação e avaliação do consórcio do Provere InMotion e viabilizar um conjunto de atividades e de tarefas que o chefe de consórcio, os órgãos de governança do consórcio e os membros do consórcio, em geral, consideram imprescindíveis para a prossecução das metas estabelecidas em matéria do desenvolvimento da área de intervenção e para a realização das aspirações que atravessam todas as partes interessadas.</p> <p>A sua concretização irá de certo continuar a privilegiar o foco-temático do Provere, centrado no Turismo de Natureza e no Turismo Ativo, em ligação estreita com o mix de recursos endógenos específico do Alto Alentejo muito característico da sua área de intervenção, funcionando como um todo identitário, singular e transversal, quer seja aos recursos naturais e à biodiversidade, ao património histórico e cultural e aos saberes tradicionais.</p> <p><b>Objetivos gerais:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Gerar as condições técnicas, financeiras e de gestão para robustecer o consórcio Provere Inmotion 2020 e assegurar a execução do Programa de Ação a submeter para o período 2021-2023, de modo:                     <ol style="list-style-type: none"> <li>A prosseguir com sucesso os objetivos definidos para a EEC Inmotion 2020, aprovados com o respetivo Plano de Ação;</li> <li>A acompanhar e a assegurar todo os esforços para a execução das operações a aprovar no respetivo Programa de Ação;</li> <li>A cumprir com os indicadores de realização e de resultados;</li> </ol> </li> <li>Mobilizar e comprometer os agentes empresariais do território de intervenção, a atrair capacidades empresariais externas e envolver o setor do ensino superior e do sistema científico e tecnológico regional do Alentejo, para alavancar as competências de inovação e o investimento privado;</li> <li>Concretizar um modelo eficaz de acompanhamento e avaliação da EEC PROVERE, assente num maior envolvimento das partes interessadas do Provere Inmotion 2020 e no estímulo do trabalho em rede;</li> <li>Promover a extensão dos resultados da execução do Provere Inmotion 2020, de forma aberta e transparente, estimulando um maior escrutínio público das instituições regionais, locais e da população em geral, no quadro do exercício responsável da cidadania.</li> </ol>	<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
	<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2025</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>400 000.00€</b>

5. Promover, criar e dinamizar a Rede Alentejo Feel Nature, criar novas rotas de walking e cycling, bem como a total certificação da Rede, captando atratividade no território através do turismo natureza;

**Promotor:** Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA)

**Potenciais Parceiros:** Municípios do Alto Alentejo

**Maturidade:** continuidade de projeto já existente

Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p>O projeto insere-se no <b>Desafio Estratégico Regional</b> de “alargamento da Base Territorial da Competitividade, combinando os recursos e ativos estratégicos em processos integrados de valorização económica. Objetivo Estratégico 4, Mobilizar de modo intenso, integrado e alargado recursos e ativos estratégicos de todo o território para afirmar a competitividade do Alentejo na economia mundial; Obj. Específico 4.3, Captação de investimento orientada para os setores regionais emergentes, no enquadramento das escolhas da EREI Alentejo 2030.Plano de Ação 4. “Infraestruturas económicas e de suporte logístico e empreendedorismo” numa perspetiva de intervenção da CIM e dos municípios no domínio da captação de investimentos empresariais, na ótica do alargamento da base territorial da competitividade e da valorização dos recursos endógenos.</p>	<p>-----</p>	<p><b>PNPOT</b> – Agenda territorial “Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação”                      PNR – AT4. Um país competitivo externamente e coeso internamente;</p>

<b>EIXO 4</b> Vetor Estratégico 4.1 Valorização e proteção ambiental aliado à transição energética		
<b>Objetivo Estratégico</b>		
OE 4.1.2 Promover a Eficiência Energética e Energias Renováveis		
<b>Promoção da Eficiência Energética e do Autoconsumo no Alto Alentejo</b>	<b>Código</b> <b>AAE4P015</b>	<b>AA</b>
<b>Descrição</b>  O presente projeto engloba três ações que visam tornar o território Alto Alentejo mais eficiente energeticamente através:  <b>1. Promoção de Autoconsumo Coletivo e Comunidades de Energia Renovável</b> (CER), no âmbito do DL 162/2019, através:  - Produzir, consumir e armazenar energia renovável, nas instalações municipais com vista a contribuir para a descarbonização do parque edificado municipal;  - Potenciar o aproveitamento das instalações municipais para produção de energia para autoconsumo numa vertente coletiva.  <b>2. Promoção da Descarbonização do parque edificado municipal no Alto Alentejo</b>  - Promoção de renovações profundas no parque edificado dos municípios com vista à melhoria das condições de conforto térmico, resolução de patologias, com objetivo de se obter uma gestão sustentável dos recursos e a redução do impacte afeto à utilização dos mesmos – descarbonização.  <b>3. Modernização dos sistemas de iluminação exterior no Alto Alentejo</b>  - Promoção de renovações profundas nos sistemas de iluminação exterior nas vertentes associadas à iluminação pública e iluminação cénica/monumental, incluindo sistemas de gestão e controlo dos mesmos.  - Esta promoção permitirá contribuir para uma redução da poluição luminosa (sistemas mais adequados aos locais a iluminar de forma efetiva), melhoria da qualidade de iluminação das vias, melhoria da segurança das vias e seus utilizadores, melhoria da iluminação cénica/monumental para realce do património histórico potenciando, desta forma o turismo.	<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
		<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2030</b>
<b>Promotor:</b> Municípios		
<b>Potenciais Parceiros:</b> CIMAA e AreanaTejo		
<b>Maturidade:</b> em conceção/planeamento		
<b>Articulação Alentejo 2030</b>	<b>Articulação Plano Recuperação e Resiliência</b>	<b>Outros Documentos Estratégicos</b>

<p>O projeto insere-se nas Prioridades de Investimento ao "Promover medidas de eficiência energética e as energias renováveis; Objetivo Estratégico 2 – Dinamizar a transição energética; Objetivo Específico 2.3 – Produção e uso de fontes sustentáveis de energia, incorporando conhecimento e inovação na transição energética.</p> <p>Na <b>EREI</b> insere-se no Objetivo Estrutural de "Incrementar a sustentabilidade e coesão territorial", no Domínio de Especialização da "Energia Sustentável".</p>	<p>No <b>PRR</b> - Dimensão da Transição Climática , componente C13 Eficiência Energética dos Edifícios</p>	<p><b>PNPOT</b> - no Domínio 4. Conetividade; 4.1 Otimizar as infraestruturas ambientais e de energia.</p> <p>Contribui para os Objetivos do Plano Nacional de Energia e Clima 2030.</p>
---	---	--

<b>EIXO 4</b>			<b>Vetor Estratégico 4.1 – Valorização e proteção ambiental aliado à transição energética</b>		
<b>Objetivo Estratégico</b>					
OE 4.2.4 Dinamizar o desenvolvimento e implementação de soluções de deteção Inteligente de fogos no território					
<b>Sistema de Videovigilância Florestal e Apoio à Decisão Operacional no Alto Alentejo</b>			<b>Código</b> <b>AAE4P016</b>	<b>AA</b>	
<p><b>Descrição</b> - A problemática dos fogos florestais constitui uma preocupação permanente de todos os responsáveis e munícipes dos concelhos que integram a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.</p> <p>A filosofia atual de combate aos fogos florestais passa pela intervenção rápida durante a fase inicial dos mesmos, com um correto dimensionamento de meios, baseado em informação fidedigna e atualizada, requerendo-se assim a utilização de menos recursos humanos e materiais e obtendo-se resultado mais eficazes.</p> <p>Reconhecendo-se a importância de que se reveste a problemática dos incêndios florestais, nomeadamente os prejuízos materiais, económicos, humanos e ambientais associados, e sendo fundamental numa estrutura integrada de prevenção e combate aos incêndios florestais, a existência de meios eficazes de vigilância, despiste e acompanhamento das ocorrências, a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo pretende instalar um Sistema de Videovigilância Florestal e Apoio à Decisão Operacional, à semelhança dos já existentes noutras regiões do país, na sua área de intervenção e zonas limítrofes.</p> <p><b>Objetivos gerais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dotar as entidades competentes, nomeadamente GNR e a ANEPC de um sistema robusto de apoio à decisão no âmbito da prevenção de incêndios florestais;</li> <li>• Aumentar a eficácia na deteção e prevenção de incêndios florestais;</li> <li>• Diminuir os custos associados ao despacho dos diferentes meios para os teatros de operações;</li> <li>• Reforçar a vigilância em áreas identificadas como zonas sombra;</li> <li>• Gerir de forma equilibrada as ocorrências, considerando a mais-valia do decisor ter a perceção da evolução das ocorrências através do sistema proposto;</li> <li>• Otimizar a gestão de incêndios florestais.</li> </ul>			<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Alto Alentejo</b>	
			<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2025</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>900.000,00€</b>	
<b>Promotor:</b> Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) e Municípios Associados					
<b>Potenciais Parceiros:</b> CIMAA; CDOS; ICNF; GNR;					
<b>Maturidade:</b> com projeto técnico					
Articulação Alentejo 2030		Articulação Plano Recuperação e Resiliência		Outros Documentos Estratégicos	



<p>O projeto tem enquadramento no PA 2. Sustentabilidade Territorial, Património Natural e Ação Climática</p>	<p>O presente projeto tem enquadramento no <b>PRR</b> na sua componente 8 relativa ao desenvolvimento uma resposta estrutural na prevenção e combate de incêndios rurais capaz de proteger Portugal de incêndios rurais graves num contexto de alterações climáticas, e com impacto duradouro ao nível da resiliência, sustentabilidade e coesão territorial.</p>	<p>Projeto complementar aos investimentos que tem sido realizados pela CIMAA e pelos municípios no âmbito do POSEUR.</p>
---	---	--

<b>EIXO 4</b>	<b>Vetores Estratégicos</b> 4.1 Valorização e proteção ambiental aliado à transição energética; 4.2 Transição digital aplicada à eficiência no uso dos recursos		
<b>Objetivos Estratégicos</b>			
OE 4.1.3 – Estimular a gestão sustentável da água e dos resíduos;			
OE 4.2.2 - Promover a gestão eficiente de consumos urbanos de água, pela gestão inteligente das infraestruturas de abastecimento			
<b>Reabilitação e modernização das redes de abastecimento e saneamento de águas residuais</b>		<b>Código</b> <b>AAE4P017</b>	<b>AA</b>
<p><b>Descrição</b></p> <p>No âmbito da modernização do sistema de abastecimento de água, pretende-se a instalação equipamentos para controlo de pressão e medição de caudais na rede de distribuição de água.</p> <p>O objetivo é verificar se o volume de entrada do caudal numa dada zona corresponde ao que está a ser consumido, com base nas leituras dos contadores, o que permite detetar eventuais roturas ou perdas ao longo da rede e, assim, intervir mais rapidamente na sua resolução.</p> <p>Pretende-se dar início a um processo de telegestão, monitorizado por um software operacional, criando desta forma, um modelo de gestão do sistema de abastecimento de água que se traduzirá em ganhos de eficiência em termos de serviço prestado às populações, na redução de custos energéticos relacionados com a elevação e transporte de água, e na preservação deste recurso essencial.</p> <p>Para além dos aspetos relativos à eficiência, modernização e redução de perdas e custos associados, é fundamental ter presente que a maioria das redes de distribuição existentes têm largas dezenas de anos de existência, são construídas em fibrocimento extremamente desgastado e sujeitas a roturas constantes. É por isso essencial ter em conta que são necessárias remodelações de rede traduzidas em substituição de condutas, nalguns casos com extensões muito significativas.</p> <p>Relativamente às redes de saneamento de águas residuais, não assumindo de forma visível a mesma gravidade, importa ter presente que existem infiltrações e escorrimentos para o subsolo implicando a contaminação dos terrenos, pelo que também se torna necessário proceder a obras de remodelação/substituição.</p> <p>De considerar ainda a necessidade de execução de redes separativas que reduzam as aflúencia de águas pluviais aos sistemas de tratamento, provocando aumento de caudais, a saturação das ETAR e acréscimos muito significativos de custos do tratamento.</p> <p><b>Objetivos gerais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução do desperdício de água;</li> <li>• proporcionar uma resposta mais rápida das equipas de manutenção;</li> </ul>		<b>Prioridade da Operação:</b> <b>★★★★☆</b>	<b>Área de Influência:</b> <b>Alto Alentejo</b>
		<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2025</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>5.500.000€</b>
<b>Promotor:</b> Empresa Intermunicipal Águas do Alto Alentejo, SA e Municípios			

<b>Potenciais Parceiros:</b> CIMAA; Águas do Alto Alentejo; Municípios		
<b>Maturidade:</b> Em intenção, na sequência das operações aprovadas no POSEUR em 2019		
<b>Articulação Alentejo 2030</b>	<b>Articulação Plano Recuperação e Resiliência</b>	<b>Outros Documentos Estratégicos</b>
O projeto tem enquadramento no OE 2. Promover modelos de afetação de recursos e de investimento para dinamizar a transição energética, a económica circular, as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e o uso eficiente da água.	Enquadramento na medida relativa à Transição energética - Promoção do nexo água-energia na gestão dos sistemas de abastecimento público de água.	Na <b>Estratégia Regional de Especialização Inteligente</b> , na linha de ação Incorporação de I&DT na economia que impacte sobre a transição energética (descarbonização) e sobre a transição dos modelos lineares para modelos circulares (utilização eficiente dos recursos solo e água, reforço do uso de materiais secundários e diminuição dos resíduos)

EIXO 1   Vetor Estratégico 1.3 – Cooperação e Desenvolvimento Transfronteiriço		
<b>Objetivo Estratégico</b>		
OE 1.3.1- Dinamizar e concretizar a Eurocidade Elvas-Badajoz- Campo Maior		
OE 1.3.2 – Promover a Cooperação entre Cidades e Territórios da Raia, em projetos e ações conjuntas de resposta às necessidades comuns e de desenvolvimento integrado e sustentável		
<b>Eurocidade Elvas – Badajoz – Campo Maior</b>		<b>Código</b> <b>AAE1P018</b>
		<b>AA</b>
<b>Descrição</b>	<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
	<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2027</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>Em definição</b>
<p>É necessário aprofundar e efetivar a cooperação transfronteiriça, através da Eurocidade Elvas-Badajoz- Campo Maior, impondo-se por isso um duplo salto qualitativo em matéria de políticas de cooperação transfronteiriça, assim como disseminar e aprofundar a figura da Eurocidade enquanto um conjunto de cidades que encontram na proximidade da fronteira, com uma reduzida distância entre si.</p> <p>Promover a cooperação entre entidades raiana através da reflexão conjunta sobre temas estruturantes comuns às regiões (ex. questão social, ambiental, mobilidade, economia, ....), por forma a potencial sinergias entre os diversos atores para identificação de áreas críticas e de oportunidades, e definição de ações a desenvolver.</p> <p>Este projeto constitui uma aposta estratégica numa lógica de desenvolvimento territorial e orientado para a eliminação dos custos de contexto na fronteira, melhoria das condições de vida dos cidadãos, nomeadamente através da otimização de recursos e da utilização partilhada de infraestruturas equipamentos e serviços de interesse geral.</p> <p><b>Objetivos gerais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidar o processo de criação da Eurocidade Elvas- Badajoz- Campo.Maior,</li> <li>• Focalizar a Eurocidade na demanda da cooperação do território e numa visão compartida,</li> <li>• Robustecer o sistema Urbano de fronteira, potenciando particularmente o Eixo Elvas- Badajoz – Campo-Maior,</li> <li>• Fomentar os processos de concertação urbana transfronteiriça.</li> </ul>		
<b>Promotor:</b> Município de Elvas		
<b>Potenciais Parceiros:</b> Campo- Maior, Badajoz		
<b>Maturidade:</b> Conceção/ Preparação		
<b>Articulação Alentejo 2030</b>	<b>Articulação Plano Recuperação e Resiliência</b>	<b>Outros Documentos Estratégicos</b>
Plano de Ação 6 – Cooperação Territorial	-----	<b>PNPOT-</b> O presente projeto tem perfeito encaixe no D5 – Promover a governança territorial, pois é fundamental fomentar a cooperação nacional e internacional (nomeadamente os relacionamentos transfronteiriços). Medida 5.10 – Aprofundar a Cooperação Transfronteiriça

		<p>Estratégia2030 -O projeto tem encaixe no AT1 – As pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão e menos desigualdade, nomeadamente no ponto 3.4.4 da Agenda Temática – Inserção Territorial no mercado ibérico, visando apostar na centralidade Ibérica dos Territórios transfronteiriços, capazes de alavancar um novo paradigma na relação transfronteiriça e favorecer a coesão territorial destes espaços</p> <p>EREI – Domínio de Especialização Governança – 2.3.2 – Cooperação Territorial, onde a prioridade regional é a cooperação territorial e Transfronteiriça</p> <p>PROT - Eixo estratégico IV — Afirmação do Policentrismo e do Desenvolvimento Rural</p> <p>OEBT IV.1 — Desenvolver um sistema policêntrico de âmbito regional, assente num conjunto de centros urbanos de nível superior, capazes de articular redes regionais, de promover a sua integração funcional e de gerar níveis acrescidos de cooperação estratégica.</p>	
--	--	--	--

<b>EIXO 1</b>	<b>Vetor Estratégico 1.3 – Cooperação de Desenvolvimento Transfronteiriço</b>								
<b>EIXO 5</b>	<b>Vetor Estratégico 5.1 – Qualificação Urbana e posicionamento dos centros urbanos</b>								
<b>Objetivo Estratégico</b>									
OE 1.3.1 – Dinamizar e concretizar a Eurocidade Elvas/Badajoz/Campo Maior									
OE 5.1.1 – Eliminar lacunas de conectividade intrarregional e na relação com o exterior									
<b>Plataforma Logística Elvas/Badajoz</b>	<table border="1"> <tr> <td><b>Código</b></td> <td><b>AA</b></td> </tr> <tr> <td><b>AAE15P019</b></td> <td></td> </tr> </table>	<b>Código</b>	<b>AA</b>	<b>AAE15P019</b>					
<b>Código</b>	<b>AA</b>								
<b>AAE15P019</b>									
<p><b>Descrição</b></p> <p>Este é, sem sombra de dúvida, um projeto há muito ambicionado, onde atualmente um conjunto de novas circunstâncias o reforçam e assim justificam a revisitação do mesmo em vários conceitos, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Num contexto territorial de inserção, onde existem claras potencialidades na proximidade a centros urbanos, com recursos humanos, com qualificações e ecossistema empresarial de perfil produtivo;</li> <li>- Num reforço da pertinência estratégica onde a infraestrutura transfronteiriça de Elvas/Badajoz, tem um potencial geoestratégico no panorama logístico, com infraestruturas estruturantes, no que respeita ao motor de cooperação ibérica e transfronteiriça, ao alargamento do hinterland dos portos nacionais entre outros;</li> <li>- Num contexto de desafios e oportunidades, pois a disrupção pandémica trouxe desafios para a logística e para as cadeias de abastecimento, realçando uma nova geração de infraestruturas, nomeadamente afirmação da otimização com a digitalização e a descarbonização do ecossistema logístico, onde o hidrogénio verde e o lítio prometem acelerar a transição energética e dado o potencial de Portugal Continental, poderão constituir apostas de futuro para esta infraestrutura.</li> </ul> <p>O interesse estratégico deste projeto poderá ir muito para além dos desígnios de um simples parque logístico, assumindo uma lógica polinucleada, complementar à plataforma espanhola e de reforço às redes de transporte, considerando-se fundamental incluir a construção de áreas de acolhimento empresarial junto à estação, em articulação com o Parque de Negócios de Elvas.</p> <p><b>Objetivos gerais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção da mobilidade e conectividade regional, bem como entre a Eurocidade Elvas/Badajoz;</li> <li>• Promoção do dinamismo empresarial e do emprego, permitindo a cooperação com Espanha;</li> <li>• Reforço das condições de atratividade e competitividade territorial e da economia sub-regional;</li> <li>• Promoção da sustentabilidade, através das digitalização, descarbonização e transição energética.</li> </ul>	<table border="1"> <tr> <td><b>Prioridade da Operação:</b></td> <td><b>Área de Influência:</b></td> </tr> <tr> <td>★★★★★</td> <td><b>Regional e Nacional</b></td> </tr> <tr> <td><b>Horizonte Temporal:</b></td> <td><b>Custo Estimado:</b></td> </tr> <tr> <td><b>2021-2027</b></td> <td><b>25.000.000€</b></td> </tr> </table>	<b>Prioridade da Operação:</b>	<b>Área de Influência:</b>	★★★★★	<b>Regional e Nacional</b>	<b>Horizonte Temporal:</b>	<b>Custo Estimado:</b>	<b>2021-2027</b>	<b>25.000.000€</b>
<b>Prioridade da Operação:</b>	<b>Área de Influência:</b>								
★★★★★	<b>Regional e Nacional</b>								
<b>Horizonte Temporal:</b>	<b>Custo Estimado:</b>								
<b>2021-2027</b>	<b>25.000.000€</b>								
<b>Promotor:</b> A considerar									
<b>Potenciais Parceiros:</b> Governo/Município/Empresas									

Maturidade: Em Preparação/conceção		
Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p>O presente projeto enquadra-se perfeitamente na <b>Estratégia Regional do Alentejo 2030</b>, uma vez que a plataforma Elvas/Badajoz está enquadrada nos desafios regionais, como sendo um projeto estruturante para a região Alentejo.</p> <p>3. Uma Europa mais conectada – mobilidade e conectividade regional em matéria de tecnologias de informação e comunicação Promover uma mobilidade urbana multimodal sustentável.</p>	<p>C7. Infraestruturas</p>	<p>Relatório “Contributo Regional do Alentejo para a Estratégia Nacional Portugal 2030”: Oe 4.7. Construção de ligações rodoviárias e de interfaces à Linha Ferroviária Sines-Elvas/Caia e de acesso à Plataforma Logística do Caia, geradores de sinergias indispensáveis para a valorização económica das produções da envolvente do território da ferrovia e da Plataforma.</p> <p><b>PROT</b> – Plataformas Logísticas no âmbito do Sistema Regional de Logística Empresarial no Alentejo, as seguintes infraestruturas: b) Plataforma logística de Elvas/Caia, estabelecida pelo programa Portugal Logístico.</p> <p><b>PNPOT</b> – Medida 4.7 – Alargar as infraestruturas físicas de conexão internacional 4. Melhorar o desempenho e a eficiência das cadeias logísticas e de mobilidade 9. Melhorar as conectividades e a cooperação com Espanha.</p> <p><b>PNI 2030</b> – Mobilidade e Transportes</p>

EIXO 4   Vetor Estratégico 4.1 – Valorização e proteção ambiental aliado à transição energética		
Objetivo Estratégico		
OE 4.1.2 – Promover a Eficiência energética e Energias Renováveis		
<b>Unidade produtora de Hidrogénio no Caia</b>	<b>Código</b> <b>AAE4P020</b>	<b>AA</b>
<p><b>Descrição</b></p> <p>Com o objetivo de produzir 20MW de hidrogénio para injetar na rede de gás natural, pretende-se instalar uma Unidade de Produção de Hidrogénio quer por eletrólise (utilizando sistema fotovoltaico – 15MW), quer por reforma de gás de síntese com vapor de água resultante da gasificação térmica em atmosfera rica em oxigénio de biomassa residual agrícola e agroindustrial (5MW). A conjugação dos dois processos permite obter efeitos sinérgicos já que o oxigénio produzido no processo de eletrólise pode ser utilizado diretamente no processo de gasificação térmica, aumentando o seu rendimento.</p> <p>O projeto será instalado na Herdade da Comenda, considerando não só a sua proximidade à Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN), a sua integração na extremidade do Perímetro de Rega do Caia (Servido pela Barragem do Caia) e a disponibilidade de elevadas quantidades de biomassa residual agrária e agrícola, desde material de podas do olival, vinha, amendoal, palhas de cereais, até aos bagaços dos processos de transformação, resíduos produzidos, essencialmente, no perímetro de rega do Caia, essencial ao processo de gaseificação térmica.</p> <p>Neste sentido, para além do hidrogénio presente no gás de síntese, a unidade irá produzir hidrogénio eletrolítico com base num parque fotovoltaico a instalar, sendo que o oxigénio aí produzido será utilizado no processo de gasificação, diminuindo desta forma a quantidade de ar necessário. Desta forma, pretende-se através da forma integrada potenciar a produção de hidrogénio, considerando o complemento do processo de eletrólise com o processo de gaseificação térmica, contribuindo de forma direta não só a redução da pegada carbónica, mas também para a valorização energética de resíduos.</p> <p><b>Objetivos gerais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a sustentabilidade e a transição energética, através do uso de fontes sustentáveis de energia, na tentativa de mitigar os efeitos das alterações climáticas;</li> <li>• Potenciar a produção de hidrogénio e o reaproveitamento do oxigénio para o processo de gasificação térmica;</li> <li>• Contribuir para a redução da pegada carbónica e valorização energética de resíduos.</li> </ul>	<p><b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★</p>	<p><b>Área de Influência:</b> <b>Regional e Nacional</b></p>
		<p><b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2027</b></p>
<p><b>Promotor:</b> A considerar</p>		
<p><b>Potenciais Parceiros:</b> Politécnico de Portalegre; VALORIZA – Centro de Investigação para a Valorização de Recursos Endógenos; Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA); Investidor Privado.</p>		



Maturidade: Em preparação/conceção		
Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p>O.E 2. Promover modelos de afetação de recursos e de investimento para dinamizar a transição energética, a economia circular, as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e o uso eficiente da água.</p> <p>O.E 2.3. Produção e uso de fontes sustentáveis de energia, incorporando conhecimento e inovação na transição energética.</p> <p>PA 2 – Sustentabilidade Territorial, Património Natural e Ação Climática</p>	<p>C14. Hidrogénio e Renováveis</p>	<p><b>EREI 2030</b> – Energias renováveis é uma ação que visa a exploração do potencial de energias renováveis com especial enfoque nas tecnologias solar e eólica onshore/offshore e no domínio do solar térmico de concentração e do armazenamento térmico a alta temperatura, com base nas suas valências para a produção de eletricidade, hidrogénio e combustíveis solares ou calor de processo industrial.</p> <p>Domínio – Energia Sustentável Linha Ação específica- Promoção das Energias renováveis (produção, armazenamento e consumo)</p> <p><b>PNI 2030</b> – Energia – Redes de Energia – RE2. Promoção das Infraestruturas para Gases. Reforço da Produção de Energia – PE3. Promoção da Produção e consumo de gases renováveis, combustíveis sintéticos renováveis e outros usos</p> <p><b>PNPOT</b> – Medida 4.1 – otimizar as infraestruturas ambientais e de energia</p> <p><b>PROT</b> – Eixo Estratégico III — Diversificação e Qualificação da Base Económica Regional OEBT III.1 — Reforçar e desenvolver de forma sustentada e mais competitiva os sectores tradicionais estratégicos ampliando e qualificando as respectivas cadeias de valor, e consolidar o desenvolvimento das actividades estratégicas emergentes diversificando e qualificando a base económica e afirmando novos sectores de especialização regional.</p> <p>Estratégia Nacional para o Hidrogénio 2030</p>

EIXO 3   Vetor Estratégico 3.1 Consolidação das vantagens competitivas						
<b>Objetivo Estratégico</b>						
OE 3.1.1 – Promoção do dinamismo empresarial e criação de emprego						
<b>Centro de Inteligência Competitiva do Alentejo</b>		<table border="1"> <tr> <td><b>Código</b> AAE3P021</td> <td><b>AA</b></td> </tr> </table>	<b>Código</b> AAE3P021	<b>AA</b>		
<b>Código</b> AAE3P021	<b>AA</b>					
<b>Descrição</b> O CIC - Centro de Inteligência Competitiva irá desenvolver e permitir o acesso a soluções tecnológicas para alcançar a vantagem competitiva no mercado das atividades económicas e empresariais, dos setores e fileiras dos recursos endógenos acreditadas pelas muitas certificações, denominações de origem controlada e protegida, lhe conferem elevada potencialidade de crescimento. Pretende-se desenvolver com este projeto, na sua segunda fase, a internacionalização do CIC e criação de uma incubadora de empresas tecnológicas e não tecnológicas em sua conexão.		<table border="1"> <tr> <td> <b>Prioridade da Operação:</b>                      ★★★★★                 </td> <td> <b>Área de Influência:</b>                      Regional                 </td> </tr> <tr> <td> <b>Horizonte Temporal:</b>                      2021-2025                 </td> <td> <b>Custo Estimado:</b>                      2.000.000€                 </td> </tr> </table>	<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> Regional	<b>Horizonte Temporal:</b> 2021-2025	<b>Custo Estimado:</b> 2.000.000€
<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> Regional					
<b>Horizonte Temporal:</b> 2021-2025	<b>Custo Estimado:</b> 2.000.000€					
<b>Objetivos gerais:</b> Trata-se de CVTT – Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia, um projeto de I&D à escala do Alentejo, centrado na valorização do conhecimento, pelos dados, e a sua transferência para a atividade económica e empresarial, dos setores e fileiras dos recursos endógenos referidos, com vista ao desenvolvimento tecnológico das empresas, à sua internacionalização e à promoção da competitividade nos mercados nacionais e internacionais. Através da análise e gestão de informação e da ciência dos dados, pretende-se de forma analítica, criar uma vantagem competitiva, em falta, no que concerne às previsões da procura e perfil dos mercados, consubstanciando-se em conhecimento. Este conhecimento é transferido para as empresas, processando-se no desenvolvimento tecnológico dos seus produtos e serviços, adaptando-os a novos padrões de procura e tendências de mercado, seja por exemplo uma nova embalagem, uma utilização diferenciadora do produto ou até uma nova solução de armazenagem.						
<b>Promotor:</b> Associação para a Inovação, Conhecimento e Ciência dos Dados						
<b>Potenciais Parceiros:</b> São parceiros o Município de Campo Maior, Nova IMS – Universidade Nova de Lisboa e Instituto Politécnico de Portalegre						
<b>Maturidade:</b> Elevada						
<b>Articulação Alentejo 2030</b>	<b>Articulação Plano Recuperação e Resiliência</b>	<b>Outros Documentos Estratégicos</b>				
Estratégia Regional Alentejo 2030. Alargamento da Base Territorial da Competitividade	PRR na Dimensão transição digital - Promover a Transição Digital das empresas	-----				

**EIXO 6** Vetor Estratégico 6.1 - Assegurar o bem-estar dos cidadãos e promoção da inclusão social

**Objetivo Específico**

OE 6.1.1 – Melhoria dos cuidados de saúde, através do desenvolvimento de infraestruturas, incluindo cuidados de saúde primários e políticas de atração e fixação de profissionais de saúde.

<b>Requalificação do Hospital Doutor José Maria Grande (Portalegre)</b>	<b>Código</b> AAE6P022	<b>AA</b>
<p><b>1. Reengenharia de Processos e Reorganização dos espaços</b> - Presentemente a situação que se vive no Hospital de Portalegre é de uma luta constante que predomina na ausência de espaços suficientes para a realização de tarefas específicas não apenas do foro clínico, como também de carácter técnico e administrativo, dado que a sua arquitetura não permite o alargamento das próprias instalações, o que causa constrangimentos impedindo atrasos significativos em termos de resposta em tempo útil. Não obstante as sucessivas melhorias introduzidas pelos sucessivos Conselhos de administração, tem necessidades de aumento da capacidade das urgências e de internamento.</p>	<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
	<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2027</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>41.200.000,00€</b>
Torna-se por isso necessário proceder à sua requalificação/ampliação e dotá-lo de melhores condições de funcionalidade que melhorem as condições para os doentes e mais apetecível para o corpo clínico.		
<b>Objetivos gerais:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concentrar os serviços de internamento e das unidades de exames especiais, com maior diferenciação, no edifício central do hospital;</li> <li>• Aumentar a oferta de camas nas áreas de especialidades médicas e especialidades cirúrgicas;</li> <li>• Aumentar as áreas afetas aos exames especiais (Exames endoscópicos, Urologia e Pneumologia);</li> <li>• Criar o serviço de cirurgia do ambulatório (para todas as especialidades cirúrgicas) com equipa própria.</li> </ul>		
<p><b>2. Eficiência Energética nos edifícios do Hospital Doutor José Maria Grande de Portalegre</b> – Pretende-se melhorar a gestão e racionalização energética nos edifícios do Hospital Doutor José Maria Grande de Portalegre, contemplando a implementação de medidas de eficiência energética ativas que promovem a utilização de energias renováveis para autoconsumo numa infraestrutura Pública.</p>		
Tratando-se de um objetivo a nível nacional e considerando as infraestruturas existentes nas diversas unidades que compõem a ULSNA; EPE, das quais a mais antiga é o HDJMG/Portalegre, impõe-se a atualização dos meios de apoio ao funcionamento dos diversos equipamentos rentabilizando a sua utilização racional.		
<b>Objetivos gerais:</b>		
Redução do consumo de eletricidade em 15% ao ano e aumento dos proveitos em 1% com a implementação do projeto de exploração do parque de estacionamento.		

<b>Promotor:</b> Ministério da Saúde - ULSNA		
<b>Potenciais Parceiros:</b> a definir		
<b>Maturidade:</b> Em preparação e fase de aquisição de espaço adequado		
Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p><b>Desafios estratégicos regionais</b> – “Revitalização demográfica pela competitividade territorial no acesso e qualidade no emprego, pela excelência dos serviços de suporte e oferta de amenidades e bem estar. Objetivo Estratégico 1 – Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada investimento-emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família; Objetivo Específico 1.3 – Melhoria da rede regional de equipamentos de saúde. Plano de ação 1 – Provisão e Acesso a Serviços de Interesse Geral. EREI – OE Incrementar a Sustentabilidade territorial; Eixo Estratégico 6 - Atratividade e Repovoamento do Território</p>	<p>Dimensão Resiliência – Componente 1. Serviço Nacional de Saúde</p>	<p><b>PNPOT</b> – Medida 2.3 Melhorar os cuidados de saúde e reduzir as desigualdades de acesso 2. Criar novos equipamentos e serviços de saúde e melhorar a qualidade dos existentes.  <b>PROT</b> – Saúde - Para a territorialização da política pública dos serviços de saúde competirá à administração central dimensionar e organizar geograficamente a oferta de cuidados de saúde primários e hospitalares atendendo à distribuição da população presente, aos níveis de envelhecimento dos residentes e à fraca mobilidade regional;</p>

EIXO 6 Vetor Estratégico 6.1 - Assegurar o bem-estar dos cidadãos e promoção da inclusão social		
<b>Objetivo Específico</b>		
OE 6.1.1 – Melhoria dos cuidados de saúde, através do desenvolvimento de infraestruturas, incluindo cuidados de saúde primários e políticas de atração e fixação de profissionais de saúde.		
<b>Hospital de Santa Luzia de Elvas - Construção nova ou requalificação/ampliação do existente</b>	<b>Código</b> AAE6P023	<b>AA</b>
<b>Descrição</b> O Hospital de Santa Luzia de Elvas faz parte da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE, aquando da sua implementação em 2007. A inauguração deste, data de 1994. Atualmente apresenta já uma significativa degradação nas infraestruturas, bem como no seu redimensionamento. Como se sabe a partir do século XX, as instituições hospitalares têm vindo a sofrer grande incorporação de tecnologia nos seus espaços, exigindo o seu planeamento uma acuidade cada vez maior, com instalações, infraestrutura predial sofisticada e a sempre crescente preocupação em sectorizar espaços, separar pacientes com diversas patologias e estabelecer um rígido controlo de fluxos e circulações para o desenvolvimento de atividades médicas, contribuindo sempre para o bem-estar do paciente, bem como a satisfação do profissional de saúde. Deste modo a ULSNA, EPE dentro da sua missão, pretende construir um novo Hospital, ou, sendo viável, proceder à requalificação e ampliação das atuais instalações, mas sempre garantindo as condições necessárias, tanto para os utentes como para os profissionais de saúde.	<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
		<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2027</b>
<b>Objetivos gerais:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dispor de uma estrutura arquitetónica adequada à prestação de cuidados urgentes/emergentes</li> <li>• Melhorar as condições hoteleiras e logísticas do internamento de forma a elevar os níveis de segurança e conforto dos utilizadores;</li> <li>• Aumentar a oferta de camas nas áreas de especialidades médicas e especialidades cirúrgicas;</li> <li>• Aumentar as áreas afetas aos exames especiais (Exames endoscópicos, Urologia e Pneumologia);</li> </ul>		
<b>Promotor:</b> Ministério da Saúde - ULSNA		
<b>Potenciais Parceiros:</b> Município de Elvas e outros		
<b>Maturidade:</b> Em preparação		
<b>Articulação Alentejo 2030</b>	<b>Articulação Plano Recuperação e Resiliência</b>	<b>Outros Documentos Estratégicos</b>
<b>Desafios estratégicos regionais</b> – “Revitalização demográfica pela competitividade territorial no acesso e qualidade no emprego, pela excelência dos serviços de suporte e oferta de amenidades e bem estar. <b>Objetivo Estratégico 1</b> – Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada investimento-emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família; <b>Objetivo Específico 1.3</b> – Melhoria da rede regional de equipamentos de saúde. <b>Plano de ação 1</b> –Provisão e Acesso a Serviços de	Dimensão Resiliência – Componente 1. Serviço Nacional de Saúde	<b>PNPOT</b> – Medida 2.3 Melhorar os cuidados de saúde e reduzir as desigualdades de acesso 2. Criar novos equipamentos e serviços de saúde e melhorar a qualidade dos existentes. <b>PROT</b> – Saúde - Para a territorialização da política pública dos serviços de saúde competirá à administração central dimensionar e organizar geograficamente a oferta de cuidados de saúde primários e hospitalares atendendo à distribuição da população presente, aos níveis de envelhecimento dos residentes e à fraca mobilidade regional;

Interesse Geral. <b>EREI</b> – OE Incrementar a Sustentabilidade territorial; Eixo Estratégico 6 - Atratividade e Repovoamento do Território		
--	--	--

**EIXO 6** Vetor Estratégico 6.1 - Assegurar o bem-estar dos cidadãos e promoção da inclusão social**Objetivo Específico**

OE 6.1.1 – Melhoria dos cuidados de saúde, através do desenvolvimento de infraestruturas, incluindo cuidados de saúde primários e políticas de atração e fixação de profissionais de saúde.

<b>Melhoria da qualidade de resposta da Saúde no Alto Alentejo – investimentos transversais na área da saúde</b>	<b>Código</b> <b>AAE6P024</b>	<b>AA</b>
<p><b>1. Unidade de Exames Especiais</b> - A Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE, pretende criar uma Unidade de Exames Especiais, a fim de melhorar os cuidados de saúde prestados à população da sua área de influência, permitindo deste modo a redução dos tempos de espera para o utente, nomeadamente nas áreas de: Medicina Intensiva, Especialidades Cirúrgicas, Cardiologia Médica, Pneumologia e Meios Complementares de Diagnóstico, como também reduzir os custos com subcontratos.</p>	<p><b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★</p>	<p><b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b></p>
<p><b>2. Diferenciação e Modernização de Equipamentos Médicos</b> - Pretende dar continuidade à reestruturação dos equipamentos médicos e de imagiologia, atendendo a que os atuais se encontram para além da sua vida útil, com grandes manutenções ou, alguns já inoperacionais por avaria não passível de recuperação.</p>	<p><b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2027</b></p>	<p><b>Custo Estimado:</b> <b>18.000.000,00€</b></p>
<p><b>3. Melhoria de Infraestruturas dos Cuidados de Saúde Primários</b> – Existem infraestruturas que se encontram a funcionar em instalações degradadas e nalguns casos, não pertencentes à ULSNA, EPE, e por isso não ajustáveis à prestação de cuidados nesta vertente clínica, é pois neste âmbito que se afigura fundamental uma intervenção de fundo que crie condições que possam melhorar de forma significativa a assistência prestada aos utentes do Distrito de Portalegre e introduza impactos de igualdade de tratamento.</p>	<p><b>4. Robotização na Preparação de Citotóxicos</b> – A evolução tecnológica tem vindo a percorrer um caminho muito ligado à saúde com o objetivo de promover melhores e mais adequados cuidados de saúde evitando o erro médico e integrando esta área num trabalho feito em equipa. Nesse sentido, tem havido a preocupação de deixar os profissionais de saúde para tarefas mais diferenciadas e de estratégia de intervenção do que de caráter operacional. Nestas áreas tem vindo a ganhar corpo e espaço, a tecnologia robótica e/ou de inteligência artificial. Assim, a ULSNA, EPE, dada a necessidade de racionalização de recursos da área de farmácia, pretende desenvolver uma experiência piloto na área da inteligência artificial com a preparação dos citostáticos.</p>	
<p><b>5. ULSNA Digital</b> – Este projeto consiste essencialmente, Reengenharia de Processos, Desmaterialização de Processos Clínicos e Apoio à Governação Clínica, bem como ao Alargamento do Sistema de Telemedicina a todas as Unidades dos CSP.</p>	<p><b>6. Unidade de Hospitalização Domiciliária</b> – A hospitalização domiciliária define-se como um modelo de assistência hospitalar direcionado para a prestação de cuidados no domicílio a doentes agudos, cujas condições biológicas, psicológicas e sociais o permitam. O seu público-alvo centra-se numa população maioritariamente idosa, com elevada prevalência de doenças crónicas e com diversas patologias. O modelo de Hospitalização ao Domicílio assenta na criação de um serviço de internamento que não tem uma localização física na estrutura hospitalar, utilizando para o efeito o domicílio do utente.</p>	
<p><b>7. Equipamentos Médicos de Tecnologia Avançada</b> – Pretende-se dotar os vários serviços, de equipamentos de Tecnologia Avançada, que se tornam imprescindíveis ao bom funcionamento da ULSNA, permitindo estes aumentar a satisfação dos utentes e profissionais de saúde que desempenham funções nesta Instituição, através de uma eficiente prestação de serviços nas diferentes</p>		

áreas, dando resposta adequada às necessidades da comunidade onde se inserem, objetivo este que entronca na política definida pelo Ministério da Saúde, relativamente ao desenvolvimento da capacidade de intervenção em áreas estratégicas consideradas prioritárias.

**Promotor:** Ministério da Saúde - ULSNA

**Potenciais Parceiros:** Municípios; Instituto Politécnico de Portalegre;

**Maturidade:** Em preparação

Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p><b>Desafios estratégicos regionais</b> – “Revitalização demográfica pela competitividade territorial no acesso e qualidade no emprego, pela excelência dos serviços de suporte e oferta de amenidades e bem estar. Objetivo Estratégico 1 – Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada investimento-emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família; Objetivo Específico 1.3 – Melhoria da rede regional de equipamentos de saúde. Plano de ação 1 – Provisão e Acesso a Serviços de Interesse Geral. EREI – OE Incrementar a Sustentabilidade territorial; Eixo Estratégico 6 - Atratividade e Repovoamento do Território</p>	<p>Dimensão Resiliência – Componente 1. Serviço Nacional de Saúde</p>	<p><b>PNPOT</b> – Medida 2.3 Melhorar os cuidados de saúde e reduzir as desigualdades de acesso 2. Criar novos equipamentos e serviços de saúde e melhorar a qualidade dos existentes. <b>PROT</b> – Saúde - Para a territorialização da política pública dos serviços de saúde competirá à administração central dimensionar e organizar geograficamente a oferta de cuidados de saúde primários e hospitalares atendendo à distribuição da população presente, aos níveis de envelhecimento dos residentes e à fraca mobilidade regional;</p>



EIXO 4   Vetor Estratégico 4.1 – Valorização e proteção ambiental aliado à transição energética		
Objetivo Estratégico		
OE 4.1.1 - Potenciar a Adaptação às Alterações Climáticas e Gestão de Riscos		
<b>Melhoria das condições de resposta das entidades de Proteção Civil</b>	<b>Código</b> AAE4P025	<b>AA</b>
	<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★	<b>Área de Influência:</b> Regional
<b>1. Coordenação estratégica e operacional das Atividades de Proteção Civil</b> - O projeto prevê a promoção da Coordenação e gestão dos recursos e atividades de proteção e socorro, ao nível Municipal e Intermunicipal:  1.1. Uniformizar e dotar todos os CB e SMPC, de plataforma de registo e gestão de ocorrências de proteção e socorro (incluindo planeamento e GTF), em rede (solução WEB), possibilitando agregação e partilha dos dados de planeamento, ocorrências, indicadores e estatísticas, cartografia, Planos Municipais, Planos Defesa da Floresta contra Incêndios, etc., tendo em vista delinear uma eficaz e esclarecida coordenação estratégica e operacional ao nível dos Municípios do Alto Alentejo.  1.2. Requalificação de CAP-Centrais de Atendimento Permanente / Ponto de Controlo e Gestão de Ocorrências, com visualização de recursos, quadro de meios e respetiva geolocalização, potenciando as CAP como fonte do gerado em 1.1 e ponte para os Centros de Coordenação Operacional.  1.3. Uniformizar sistema de geolocalização de veículos de socorro, em comunhão com 1.1 e 1.2, permite o acesso, a gestão e controlo a partir dos CB, SMPC, CDOS, posto de comando de operações, etc.  1.4. Uniformizar e de forma integrada, região/local a informação e comunicação (risco/ planeamento/ prevenção/ ocorrências/ lições) à população, das entidades de proteção e socorro, AHB e respetivos CB, centralização ao nível do Alto Alentejo em página WEB e redes sociais de gestão da Federação ao nível local em página WEB e redes sociais das AHBV/CB.	<b>Horizonte Temporal:</b> 2021-2025	<b>Custo Estimado:</b> 292 550.00 €
	<b>2. Formação e Qualificação de Dirigentes e Quadros de Comando, do Agente de Proteção Civil – Bombeiros -</b> Desenvolver ações de formação, para dirigentes e quadro de comando (e potenciais candidatos) de AHBV, com vista ao desenvolvimento das competências necessárias à gestão uniformizada das respetivas Associações e Corpos de Bombeiros, tendente à implementação e certificação de sistemas de gestão, das AHBV/CB pela NP EN 9001.	
<b>3. Eficiência Energética das Instalações de Proteção e Socorro – Quartéis de Bombeiros -</b> Promover a eficiência energética e uso de energias renováveis em todas as infraestruturas de operações de proteção e socorro (quartéis de bombeiros) através da geração de energia por painéis fotovoltaicos e águas de banhos por painéis termo solares; substituição de janelas por classe energética adequada; Isolamentos paredes e Substituição de telhados		
<b>4. Renovação/Atualização dos recursos tecnológicos de Proteção e Socorro -</b> Pretende-se a aquisição de veículos de socorro e gestão de operações por forma a uniformização e criar uma distribuição racional dos meios no território Alto Alentejo; a aquisição de equipamentos de prestação de socorro (incluindo EPI), por forma a uniformização e criar		

uma distribuição racional dos meios no território Alto Alentejo e a requalificação de instalações de meios de proteção civil e socorro (quartéis).

**Promotor:** Federação dos Bombeiros do Distrito de Portalegre

**Potenciais Parceiros:** AHBV, Municípios, ANEPC.

**Maturidade:** em intenção

Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p>Em concordância com os Objetivos Estratégicos da política de Coesão 1. Uma Europa mais inteligente - mediante a aposta na inovação, do tecido de organizações regionais no domínio da especialização inteligente.</p> <p>Objetivo Estratégico 6 – Reforçar as condições de Governação e de Ação Coletiva; Objetivo específico 6.2 – Capacitação técnica das instituições e das pessoas para a gestão de projetos e parcerias.</p> <p>Inserir-se nos Planos de Ação 1- Provisão e acesso a Serviços de Interesse Geral; PA3 – Conhecimento e Inovação, na perspetiva da digitalização dos serviços e desenvolvimento de competências dos domínios da especialização inteligente.</p>	<p>-----</p>	<p><b>PNPOT</b> (Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação) – <b>PROT</b> (Inovação e ajustamento dinâmico de competências para um novo paradigma) Agendas temáticas do PNR AT2 – Inovação, digitalização e Qualificação como motores do desenvolvimento.</p>

<b>EIXO 6</b>			<b>Vetor Estratégico 6.1. Assegurar o bem-estar dos cidadãos e promoção da inclusão social</b>		
<b>Objetivo Estratégico</b>					
OE 6.1.1. Melhoria dos cuidados de saúde, através do desenvolvimento de infraestruturas, incluindo cuidados de saúde primários e políticas de atração e fixação de profissionais de saúde					
<b>Centro de Recuperação e Reabilitação do Alto Alentejo</b>			<b>Código</b> <b>AAE6P026</b>	<b>AA</b>	
<p><b>Descrição</b> - A presente proposta de projeto surge no seguimento de um conjunto de necessidades apontadas pela ARS-Alentejo para o território do Alto Alentejo. As necessidades prendem-se com os doentes que após hospitalização necessitam de cuidados continuados de recuperação e reabilitação para as seguintes situações clínicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>doenças ou sequelas de doenças neurológicas</li> <li>sequelas de politraumatismos graves</li> <li>doenças ou perturbações do desenvolvimento</li> <li>Reabilitação de utentes em idade pediátrica</li> </ul> <p>Conforme exposto no Objetivo Estratégico 6.1.1. pretende-se promover o acesso equitativo e atempado a cuidados de saúde de qualidade e sustentáveis, como a cuidados de longa duração através de uma oferta integrada de infraestruturas, serviços e produtos dos setores da Economia Social, e pelo desenvolvimento de soluções capazes de responder a necessidades específicas da população.</p>			<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>	
			<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2025</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>Em definição</b>	
<b>Promotor:</b> Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Portalegre					
<b>Potenciais Parceiros:</b> ULSNA, ARS-A, CIMAA e Municípios, IPP, Bombeiros Voluntários de Portalegre, PSP, GNR, Segurança Social, IPSS.					
<b>Maturidade:</b> Intenção de projeto					
<b>Articulação Alentejo 2030</b>	<b>Articulação Plano Recuperação e Resiliência</b>		<b>Outros Documentos Estratégicos</b>		
<p><b>Desafio Regional da “Sustentabilidade Demográfica”;</b> Objetivo Estratégico 1. Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada investimento/emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família. Objetivo Específico 1.3 – Melhoria da rede regional de equipamentos de saúde (valências especializadas, unidades de cuidados continuados, ...) Prioridade de investimento “Promover o acesso equitativo e atempado a cuidados de saúde de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis, nomeadamente a cuidados</p>	-----		<p>Considera as orientações do <b>PROT</b> e as opções estratégicas do <b>PNPOT</b>.</p>		

de longa duração, bem como políticas para promover o envelhecimento ativo e saudável". Plano de Ação, PA 1 – Provisão e acesso a serviços de interesse geral (SIG).

**EIXO 6** | Vetor Estratégico 6.1. Assegurar o bem-estar dos cidadãos e promoção da inclusão social

**Objetivos Estratégicos**

OE 6.1.1. Melhoria dos cuidados de saúde, através do desenvolvimento de infraestruturas, incluindo cuidados de saúde primários e políticas de atração e fixação de profissionais de saúde;

OE 6.1.3 – adequar e reforçar as respostas sociais às necessidades existentes incluindo cuidados continuados e unidades de convalescença

<p><b>Centro de Integrado de Apoio à Pessoa com Demência da Cruz Vermelha</b></p>	<p><b>Código</b> <b>AAE6P027</b></p>	<p><b>AA</b></p>
<p><b>Descrição</b></p> <p>Pretende-se desenvolver uma estratégia que promova a colaboração e a coordenação intersectorial, o diagnóstico atempado e correto, bem como o acesso a tratamentos, farmacológicos e não farmacológicos, mediante o reforço do papel dos cuidados de saúde primários e da colaboração destes com os cuidados hospitalares, os cuidados continuados integrados e a continuidade dos cuidados na comunidade e o apoio às famílias.</p> <p>O <i>Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Demência da Cruz Vermelha Portuguesa</i> visa prestar cuidados especializados e interdisciplinares de intervenção a pessoas com demência e apoiar e capacitar cuidadores formais e informais. Pretende ainda desenvolver a especialização setorial da intervenção no sistema da autonomia e cuidado à demência e promover/impulsionar, de forma coordenada, pontos de encontro, troca de conhecimentos e cooperação entre os intervenientes diretamente relacionados com a demência.</p> <p><b>Objetivos gerais:</b></p> <p>O projeto que nos propomos desenvolver é um projeto de intervenção em saúde, neuro estimulação e intervenção comunitária, que denominámos “Centro de Integrado de Apoio à Pessoa com Demência” e que terá sede em Portalegre, abrangendo a população da Região Alentejo, com articulação com as Unidades de Cuidados na Comunidade e Centros de Saúde da Região Alentejo. Pretende ser uma ponte com os cuidados prestados pelos serviços de saúde, numa visão integrada, contínua e de proximidade ativa com oferta em neuro intervenção especializada que se realizará no centro, bem como o acompanhamento no domicílio, visando as necessidades dos doentes crónicos complexos com multimorbilidade. Desta forma pretende-se melhorar o acompanhamento dos utentes, assim como a estabilização clínica, a redução das idas ao serviço de urgência e os internamentos evitáveis.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promover o conhecimento de estratégias que possibilitem o desenvolvimento de um sentido de autoeficácia e autorrealização no acompanhamento ao seu familiar, assim como aliviar a carga resultante deste papel;</li> <li>✓ Aumentar a qualidade de prestação de cuidados a doentes com Demência e Outras doenças Neurodegenerativas;</li> <li>✓ Promover o desenvolvimento de uma nova rede de suporte, evitando o isolamento social;</li> <li>✓ Estimular as capacidades cognitivas, motoras e sensoriais remanescentes das pessoas com demência;</li> <li>✓ Diminuir o impacto da doença através da participação em atividades significativas;</li> </ul>	<p><b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★</p>	<p><b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b></p>
	<p><b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2025</b></p>	<p><b>Custo Estimado:</b> <b>Em definição</b></p>

<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promoção da permanência do Doente no Domicílio nas fases Leve e Moderada da Doença, sempre que possível</li> <li>✓ Aumentar o conhecimento geral sobre a doença;</li> <li>✓ Promover a qualidade de vida dos principais cuidadores.</li> <li>✓ Proporcionar momentos de alívio do cuidador</li> <li>✓ Fornecer informação sobre a doença ao cuidador;</li> <li>✓ Proporcionar apoio através de grupos de auto ajuda;</li> <li>✓ Aumentar a autonomia dos doentes o máximo de tempo possível;</li> <li>✓ Estimular as capacidades motoras e cognitivas;</li> </ul>		
<p><b>Promotor:</b> Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Portalegre</p>		
<p><b>Potenciais Parceiros:</b> ULSNA, CIMAA, IPP, Bombeiros Voluntários de Portalegre, PSP, GNR, Segurança Social, Cáritas</p>		
<p><b>Maturidade:</b> Em fase de projeto de arquitetura</p>		
Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p><b>Desafio Regional</b> da “Sustentabilidade Demográfica”; Objetivo Estratégico 1. Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada investimento/emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família. Objetivo Específico 1.3 – Melhoria da rede regional de equipamentos de saúde (valências especializadas, unidades de cuidados continuados, ...) Prioridade de investimento “Promover o acesso equitativo e atempado a cuidados de saúde de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis, nomeadamente a cuidados de longa duração, bem como políticas para promover o envelhecimento ativo e saudável”. Plano de Ação, PA 1 – Provisão e acesso a serviços de interesse geral (SIG).</p>	<p>-----</p>	<p>Considera as orientações do <b>PROT</b> e as opções estratégicas do <b>PNPOT</b>.</p>

EIXO 6 Vetor Estratégico 6.1 – Assegurar o bem-estar dos cidadãos e promoção da inclusão social		
<b>Objetivo Estratégico</b>		
OE 6.1.1 – Melhoria aos cuidados de saúde, através do desenvolvimento de Infraestruturas, incluindo cuidados de saúde primários e políticas de atração e fixação de Profissionais de saúde		
<b>Centro de Alojamento Temporário para os Sem Abrigo</b>	<b>Código</b> <b>AAE6P028</b>	<b>AA</b>
<b>Descrição</b>  Criação do Centro de Alojamento Temporário para os sem Abrigo (IPSS), o qual prevê a obra de reabilitação de um conjunto de imóveis denominado de “Quinta Formosa, para reconversão dos mesmos num novo Centro de Alojamento Temporário para os Sem Abrigo. Pretende-se acima de tudo não só melhorar as condições de infraestrutura desta resposta, como aumentar a capacidade de resposta ao nível do alojamento de pessoas em situação vulnerável (sem abrigo, sem teto).	<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
	<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2027</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>2.100.000€</b>
<b>Promotor:</b> Tégua – Associação de Desenvolvimento Regional d’Entre Tejo e Guadiana		
<b>Potenciais Parceiros:</b> Câmara Municipal de Portalegre e Instituto de Segurança Social I.P.		
<b>Maturidade:</b> O Projeto de arquitetura encontra-se elaborado e aprovado pela Câmara Municipal de Portalegre e pelo Instituto da Segurança Social I.P.		
Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
O.E 1..Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada investimento-emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família.  O.E.1.3 Melhoria da rede regional de equipamentos de saúde (valências especializadas, unidades de cuidados continuados, ...).  PA 1 – Provisão e Acesso a Serviços de Interesse Geral	C1. Serviço Nacional de Saúde	<b>PROT – Saúde:</b>  130 – Para a territorialização da política pública dos serviços de saúde competirá à Administração Central, em colaboração com a Administração Local:  Dimensionar e organizar geograficamente a oferta de cuidados de saúde primários e hospitalares atendendo à distribuição da população presente, aos níveis de envelhecimento dos residente e à fraca mobilidade regional;  Os Serviços Públicos de Saúde (SPS) devem ser reestruturados de forma a proporcionarem uma utilização adequada dos instrumentos epidemiológicos essenciais ao cumprimento das suas funções. Neste sentido, os Cuidados Primários de Saúde, como pilar central do sistema de saúde estão a organizar-se em Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES).  PNPOT – Medida 2.3. Melhorar os cuidados de saúde e reduzir as desigualdades de acesso.  2. Criar novos equipamentos e serviços de saúde e melhorar a qualidade dos existentes.

**EIXO 5** Vetor Estratégico 5.1 Qualificação urbana e posicionamento dos centros urbanos

**Objetivo Estratégico**

OE 5.1.6 – Capacitar e dotar os Centros Urbanos de condições para a prestação de serviços de interesse geral e de proximidade

<b>Promoção da Prática Desportiva no Alto Alentejo</b>	<b>Código</b>  <b>AAE5P029</b>	<b>AA</b>
<p><b>1. BTT do Alto Alentejo</b></p> <p>O BTT continua em clara ascensão no Distrito de Portalegre, principalmente na modalidade Olímpica de XCO. As 5 provas que constituem este Circuito são prova desse facto, comprovado pela grande adesão de participantes.</p> <p>O ano de 2022 prevê-se como a continuação de todo o trabalho desenvolvido neste âmbito, executando 27ª edição, e pela crescente participação, adivinha-se que os atletas continuem empenhados neste Circuito, comparecendo em maior número que no ano transato.</p> <p>É bastante considerável o papel fundamental das Autarquias locais na promoção, apoio e desenvolvimento da prática desportiva sabendo que este fenómeno desportivo nas suas diversas modalidades, com especial relevo para as modalidades que pertencem ao panorama olímpico, atraindo um grande número de praticantes sendo, na maior expressão, os jovens.</p> <p>Assim, considerando que surgem no panorama desportivo nacional novas modalidades desportivas, atingindo já as mesmas, uma expressão significativa e que as Autarquias não podem ficar alheias a este fenómeno, surge uma continuação deste projeto aqui apresentado, levando esta modalidade não só aos Participantes do Distrito de Portalegre, mas também a todos os amantes da modalidade em Portugal continental e além-fronteiras.</p> <p><b>Objetivos gerais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover, através da organização do evento, as capacidades turísticas dos concelhos envolvidos;</li> <li>• Dar a conhecer as potencialidades geográficas e ambientais dos respetivos Municípios, para a organização deste e de outros eventos desportivos;</li> <li>• Divulgar, junto da comunidade, novas modalidades desportivas;</li> </ul> <p><b>2. Jogos do Alto Alentejo</b></p> <p>Este projeto vai, cada vez mais ao encontro da população natural e envolvente no Alto Alentejo, captando para esta iniciativa, atletas de todas as idades. Depois das reduções orçamentais e de uma remodelação desta iniciativa, o aumento do número de participantes, principalmente nos pilares destinados à população sénior e às crianças do 1.º Ciclo do Ensino básico, são fatores bem elucidativos desse mesmo sucesso.</p> <p>Este projeto, com edições desde 2002, é também marcado pela continuidade das atividades adaptadas direcionadas para pessoas portadoras de deficiência, em colaboração com as entidades do distrito: APPACDM de Portalegre e Elvas,</p>	<b>Prioridade da Operação:</b> ★★☆☆☆	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2025</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>500.000,00€</b>	



CERCI Portalegre, CRM do Assumar, Centro de Bem estar Social de Arronches e CRIP'S Ponte de Sor. Além deste público-alvo, não descurámos também as atividades para pessoas Seniores. Neste sentido, aumentámos o número dessas atividades ampliando desta forma o número de participantes desta faixa etária e contribuindo para a prática de exercício regular e orientado que grande importância tem nesta idade.

Os alunos do 1.º ciclo de escolaridade, integrados no projeto “Criança Ativa”, têm o culminar das atividades decorridas durante o ano letivo, em dois encontros distritais. Convém realçar que apesar de termos uma grande aceitação e participação nesta iniciativa, pretende-se nas edições futuras, aumentar o número de participantes e envolver mais Associações de Modalidade durante o ano letivo.

A iniciativa “Jogos do Alto Alentejo”, com o decorrer dos anos, tornou-se num projeto bastante eclético dado o público-alvo a que se destina e pela forma como está construído.

O ano de 2022 coincidirá com a XX edição deste projeto já bastante reconhecido no Alto Alentejo, mais propriamente do distrito de Portalegre e é neste sentido que pretendemos continuar adaptando esta iniciativa às exigências reais da população envolvente com atividades de natureza sistemática.

Com os vários Pilares criados, competitivos e não competitivos, diferenciando assim os contextos, esta iniciativa prima pela formação constante que disponibiliza para todos os participantes e também para os técnicos de desporto das autarquias pertencentes ao Alto Alentejo bem como pela sistemática participação nas várias atividades que este programa disponibiliza.

Este é pois, um projeto criado para dar resposta às várias intervenções enquadradas nos municípios, adaptado às dimensões do ser humano na sua diversidade e destinado a todas as pessoas, sem exceção!

Além de todos os benefícios que a atividade física trás para os participantes, melhorando a condição física e psíquica, desenvolvendo relações sociais e sobretudo a promoção da saúde, consegue-se também neste projeto uma grande divulgação turística, considerando que se consegue envolver os 15 municípios, num único local para participar numa atividade, específica, acompanhada e dirigida aos diversos públicos-alvo dos vários pilares constituídos.

Não podemos esquecer que através da descentralização organizativa, este projeto consegue chegar às pessoas do meio rural, tentando desta forma cativá-las para estilos de vida mais saudáveis.

**Promotor:** Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA)

**Potenciais Parceiros:** Municípios do Alto Alentejo

**Maturidade:** Vinte e sete edições


Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
Na <b>Estratégia Regional</b> - Objetivo estratégico 1 – Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada investimento-emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família;	-----	<b>PNPOT</b> – Agenda territorial – Incremento das condições de acesso aos serviços de interesse geral. <b>PNR AT1</b> – As pessoas primeiro.

<p>Objetivo Específico 1.1 – Incremento das condições de acesso aos Serviços de Interesse Geral. Plano de Ação 1 – Provisão e acesso a serviços de interesse geral.</p>		
---	--	--

**EIXO 2** Vetor Estratégico 2.2 – Promover o Emprego e a Empregabilidade

**Objetivo Estratégico**

OE 2.2.2 – Promover o Conhecimento, Investigação e Inovação em articulação entre as IES e as Empresas, numa perspetiva de capacitação, competitividade e promoção do desenvolvimento da região

<b>Refuncionalização da Herdade de Vila Fernando</b>	<b>Código</b>  <b>AAE2P030</b>	<b>AA</b>
<p><b>Descrição</b></p> <p>Pretende-se viabilizar um Campus de Investigação, Ensino e Transferência para o setor empresarial de biotecnologia em contato rural, alinhado com a Estratégia para o Setor Agrícola Nacional e respetiva interdependência transfronteiriça.</p> <p>Alguns elementos que justificam este investimento em Elvas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A diversidade de recursos, o perfil territorial do espaço, aliada às características de especialização (setor primário) e demografia da região.</li> <li>• A localização estratégica num contexto transfronteiriço.</li> <li>• A visão e estratégia de Elvas que coloca como prioritário o desenvolvimento de valências na área de investigação, partilha de conhecimentos e sustentabilidade.</li> </ul> <p>O processo de valorização da Herdade deverá ter em consideração a identidade local, as características rústicas e urbanas da área de intervenção, as oportunidades de cooperação transfronteiriça e a infraestrutura tecnológica InnovPlantProctect, liderada pela Universidade Nova e que tem como principal objetivo promover a produção agrícola em várias vertentes (<i>smart and eco-friendly</i>).</p> <p>A conjugação de usos (urbano e rural) e o enquadramento geral da herdade sustentam abordagens preliminares de projetos de refuncionalização orientados para a investigação temática aplicada, com enfoque na valorização ambiental, na pesquisa e desenvolvimento de soluções de adaptação às alterações climáticas e/ou de intercâmbio de conhecimento, investigação e ensino na área da economia circular.</p> <p><b>Objetivos gerais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver a Investigação, Inovação e promover a formação de competências, ajustadas ao perfil produtivo da região e às dinâmicas económicas regionais;</li> <li>• Articular o Sistema Científico com o Ensino Superior e as empresas da região.</li> </ul>	<b>Prioridade da Operação:</b> 	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
	<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2027</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>Em definição</b>
<b>Promotor:</b> em definição		
<p><b>Potenciais Parceiros:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entidades ligadas à Investigação e do Sistema Científico e Tecnológico (regional, nacional e internacional);</li> <li>- Universidades e Instituições do Ensino Superior e Profissional;</li> <li>- Associações Empresariais;</li> <li>- Empresas Tecnológicas e do Setor Agrícola</li> </ul>		

<b>Maturidade:</b> Em preparação/conceção		
<b>Articulação Alentejo 2030</b>	<b>Articulação Plano Recuperação e Resiliência</b>	<b>Outros Documentos Estratégicos</b>
<p>OE3. Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a Região, combinando a consolidação do Sistema Regional de Inovação com a capacidade de formação de competências.</p> <p>O.E 3.1. Revitalização do SRTT e das suas âncoras (infraestruturas e redes de C&amp;T).</p> <p>PA 3 – Conhecimento e inovação</p>	<p>C5. Capitalização e Inovação. Empresarial</p> <p>C6. Qualificações e Competências</p>	<p><b>PROT</b> – OEBT III.5. – Promover a constituição de uma Rede Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação ajustada ao perfil produtivo regional e às dinâmicas económicas regionais, fomentadora da competitividade empresarial e respondendo aos desafios da modernização e qualificação da base económica regional.</p> <p><b>PNPOT</b> – Medida 3.1 – Reforçar a competitividade da agricultura</p> <p>11. Desenvolver a investigação e a inovação, reforçando capacidades e competências a partir do sistema científico e de ensino superior em articulações com as empresas.</p>

EIXO 5   Vetor Estratégico 5.2 – Atratividade e competitividade territorial		
<b>Objetivo Estratégico</b>		
OE 5.2.2 – Salvaguardar e valorizar o património cultural e natural		
<b>Requalificação, Conservação e Valorização do Património Histórico-Cultural da Cidade de Elvas, Património da Humanidade</b>	<b>Código</b> <b>AAE5P031</b>	<b>AA</b>
<b>Descrição</b>  Sendo o Património Cultural um dos ativos regionais, considera-se estruturante o projeto de “Requalificação, conservação e valorização do património histórico-cultural” numa perspetiva de afirmação da identidade e de aproveitamento cultural e turístico do património existente no concelho de Elvas, partindo de elementos diferenciadores e únicos como o património classificado, suscetível de valorizar e reforçar a economia da região.  Classificada como Património da Humanidade, Elvas ficou conhecida como Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas e as suas Fortificações.  Possuidora de um riquíssimo património histórico-cultural, a cidade tem-se tornado assim, num destino turístico para os vários operadores interessados no turismo cultural, encontrando-se numa situação privilegiada no contexto regional e mesmo nacional. Elvas é, pela sua localização geográfica, local de passagem “obrigatória” entre Lisboa e Madrid, sendo considerada uma cidade transfronteiriça.  O património cultural e natural faz parte dos bens inestimáveis e insubstituíveis, não só de cada país, mas de toda a humanidade. A perda, por degradação ou desaparecimento, de qualquer um desses bens eminentemente preciosos constitui um empobrecimento do património de todos os povos do mundo, pelo que, por essa mesma razão, merecem ser especialmente protegidos contra os perigos cada vez maiores que os ameaçam.  A preocupação pela salvaguarda e valorização do património histórico-cultural é uma constante da estratégia municipal, pelo que se pretende dar continuidade ao trabalho já desenvolvido nessa área assim como continuar a proporcionar iniciativas de investimento público e privado de recuperação e reabilitação que permitam robustecer o potencial de aproveitamento económico (alojamento, visitação e fruic�o).	<b>Prioridade da Operac�o:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
	<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2027</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>Em definicão</b>
<b>Objetivos gerais:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservac�o e valorizac�o do património histórico-cultural</li> <li>• Potenciar o desenvolvimento do setor turístico</li> <li>• Melhorias das condi�es de visita�o, acréscimo da visibilidade externa e da atratividade turística</li> <li>• Aumento n� visitantes e turistas</li> </ul>		
<b>Promotor:</b> Município de Elvas		

<b>Potenciais Parceiros:</b> em definição		
<b>Maturidade:</b> Em preparação/conceção		
Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p><b>A Estratégia Regional Alentejo 2030</b> identifica Desafios Regionais, enquadrando-se este projeto na: Valorização Económica de Recursos e Ativos Regionais, com alargamento da Base Territorial da Competitividade</p> <p>O.E 4- Mobilizar de modo intenso, integrado e alargado recursos e ativos estratégicos de todo o território para afirmar a competitividade do Alentejo na economia mundial</p> <p>O.E 4.3 – Capacitação de investimento orientada para os setores regionais emergentes, no enquadramento das escolhas da EREI Alentejo 2030</p>	C4. Cultura	<p><b>PROT-</b> Eixo Estratégico III — Diversificação e Qualificação da Base Económica. Regional</p> <p>OEBT III.4 — Consolidar o Alentejo como destino turístico associado a uma oferta qualificada e ajustada às características ambientais, naturais e patrimoniais, desenvolvendo uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade e identidade na região.</p> <p><b>PNPOT</b> – Medida 1.4 – Valorizar o território através da paisagem</p> <p>-Reabilitação do património cultural e arquitetónico em espaço urbano e rural.</p> <p>Medida 3.4 valorizar os ativos territoriais patrimoniais</p> <p><b>EREI</b> – Domínio – Serviços de Turismo e Hospitalidade</p> <p>Linha de Ação específica – Aprofundar o conhecimento sobre as procuras turísticas e promoção do destino Alentejo</p> <p>Domínio – Ecossistemas Culturais e Criativos</p> <p>Linha de ação específica – Valorizar e Proteger o Património Cultural</p>

<b>EIXO 5</b>	<b>Vetor Estratégico</b>
	VE 5.1 – Qualificação Urbana e posicionamento dos centros urbanos VE 5.2 – Atratividade e competitividade territorial

**Objetivo Estratégico**

- OE 5.1.2 - Requalificação e valorização dos principais centros urbanos do Alto Alentejo
- OE 5.1.5 – Qualificar os Centros Urbanos, numa perspetiva estratégica de polos de atratividade e desenvolvimento sustentável da região
- OE 5.2.2 – Salvaguardar e Valorizar o património cultural e natural

<b>Requalificação e Regeneração do Centro Urbano de Elvas</b>	<b>Código</b> <b>AAE5P032</b>	<b>AA</b>
<p><b>Descrição</b></p> <p>Elvas possui uma posição estratégica de referência com uma localização transfronteiriça de proximidade a centros urbanos.</p> <p>Dada a localização fronteiriça entre o Alentejo e a Extremadura Espanhola, dispõe de uma grande área de influência com potencial para atingir quase 200 mil habitantes (30 mil entre Elvas e Campo Maior e 150 mil habitantes em Badajoz).</p> <p>Elvas continua, apesar da estagnação demográfica registada na última década, a ocupar uma posição relevante no Sistema Urbano Nacional como evidenciam os instrumentos de política nacional e regional, como o PNPOT e o PROTA.</p> <p>Consciente que o Centro Urbano, desempenha um papel fulcral no progresso, económico, ambiental, social e cultural da cidade e da própria região Alentejo, a diferenciação no âmbito Patrimonial é o mote com o qual o centro urbano pretende reforçar a sua visibilidade no Mundo.</p> <p>Pretende-se com este projeto a requalificação e regeneração do centro urbano de Elvas, cujo centro histórico se encontra classificado Património Mundial, levando à necessidade de este se reafirmar como elemento central e unificador do sistema urbano policêntrico, constituindo a revitalização da cidade e dos espaços públicos, a trave mestra orientadora do presente projeto.</p> <p>Mais se pretende qualificar âncoras de desenvolvimento que constituem fortes referências patrimoniais, económicas, culturais ou artísticas com capacidade para aumentar o número de visitantes e turistas assim como um possível reforço do número de residentes.</p> <p>Pretende-se continuar a intervir com vista à criação de soluções que melhorem o ambiente urbano através da revitalização da cidade, aumentando a sua atratividade para os turistas e moradores.</p> <p>Através de um plano de ação pretende-se desenvolver um conjunto de ações que são indispensáveis como garante do povoamento do território e manutenção das atividades económicas.</p>	<p><b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★</p> <p><b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2027</b></p>	<p><b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b></p> <p><b>Custo Estimado:</b> <b>Em definição</b></p>

Trata-se de um projeto estruturante não só para o município de Elvas mas também para a Região, pelas razões já mencionadas, o qual se suporta na visão de tornar o Centro urbano de Elvas, num território de excelência urbana, aberto ao mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais-valia ambiental, paisagística, patrimonial, cultural e turística, atraindo residentes e visitantes e melhorando a qualidade de vida da população

**Objetivos gerais:**

- Reforçar a coesão e sustentabilidade do território
- Promover a reabilitação, regeneração e revitalização urbanas
- Aumentar fluxos de visitaçao e também de atração demográfica
- Reforçando a atratividade do Centro Urbano
- Renovação do espaço público e melhoria do ambiente urbano,
- A afirmação do centro urbano, como um território de excelência urbana,
- Melhorar o ambiente urbano através da revitalização da cidade, por via da reabilitação física do edificado destinado a comércio, serviços, habitação e do espaço público envolvente;
- Salvaguarda do património urbanístico, conferindo-lhe uma nova funcionalidade;

**Promotor:** Município de Elvas

**Potenciais Parceiros:** em definição

**Maturidade:** Em preparação/Conceção

Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p>Objetivo Estratégico – 5. Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da Região, fator de competitividade e coesão territorial</p> <p>Objetivo Específico – 5.1 – Promoção de intervenções de requalificação e regeneração das economias urbanas.</p>		<p><b>PNPOT</b>-Domínio D1- Domínio Natural Medida 1.9 – Promover a reabilitação urbana, qualificar o ambiente urbano e o espaço público Estratégia2030 -O projeto tem encaixe no AT3 –Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos, nomeadamente no ponto 3.4 da Agenda Temática –Um País Competitivo externamente e coeso internamente – 3.4.1 – Competitividade das Redes Urbanas, visando melhoria da atratividade e sustentabilidade das cidades reforçando o sistema urbano e a sua articulação urbano -rural (p.54,55)</p> <p><b>PROT</b> - Eixo estratégico IV - Afirmação do Policentrismo e do Desenvolvimento Rural OEBT IV.1 — Desenvolver um sistema policêntrico de âmbito regional, assente num conjunto de centros urbanos de nível superior, capazes de articular redes regionais, de promover a sua integração funcional e de gerar níveis acrescidos de cooperação estratégica.</p>



<b>EIXO 3</b>			<b>Vetor Estratégico – 3.1- Consolidação das vantagens competitivas</b>		
<b>Objetivo Específico</b>					
OE 3.1.2 - Intensificar os processos de valorização e divulgação do património natural, produtivo, cultural e artístico do AA;					
<b>Mostra de Agricultura e Ambiente de Portalegre</b>				<b>Código</b> <b>AAE3P033</b>	<b>AA</b>
<b>Descrição</b>				<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
Realização de evento, anual (2022-2025), demonstrativo do que se faz na agricultura e na área do agroalimentar no nosso distrito. Paralelamente, este evento pretende apresentar aos agricultores e transformadores da região as novas tecnologias utilizadas na agricultura moderna com o objetivo de mostrar novas praticas culturais e novas formas de preservar o ambiente, mantendo a explorações operacionais e rentáveis.				<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2025</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>280.000,00€</b>
<b>Promotor:</b> Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre					
<b>Potenciais Parceiros:</b> Natur-Al-Carnes; Municípios e CIMAA					
<b>Maturidade:</b> em preparação					
<b>Articulação Alentejo 2030</b>	<b>Articulação Plano Recuperação e Resiliência</b>		<b>Outros Documentos Estratégicos</b>		
<b>Estratégia Regional</b> – Desafio regional relativo à valorização económica dos recursos regionais e da coesão territorial, bem como no âmbito do Objetivo de Política “Uma europa Mais resiliente”. Objetivo Estratégico 2, na diversidade da Agenda Temática da Sustentabilidade e valorização de recursos endógenos. Prioridades de Investimento: “Reforçar o crescimento e a competitividade das pequenas e médias empresas” e “Promover a nível local , o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras. Insere-se nos Planos de Ação 2 – Sustentabilidade Territorial e 4 – Infraestruturas económicas e de suporte logístico e Empreendedorismo.	-----		Prioridades de investimento para Portugal recomendadas no Anexo D. <b>PNPOT, PROT e PNR.</b>		

EIXO 3   Vetor Estratégico 3.1 – Consolidação das vantagens competitivas			
Objetivos Específicos			
OE 3.1.3 – Promoção do dinamismo empresarial e criação de emprego			
Construção de Laboratório e Farmácia veterinária		Código AAE3P034	AA
<b>Descrição</b>  Com a construção de um laboratório devidamente equipado para levar a cabo diverso tipo de análises ligadas ao sector pecuário, pretende-se, essencialmente, agilizar processos, que economizem tempo e meios aos produtores, tornando-os mais competitivos no mercado. Paralelamente, a criação de uma farmácia veterinária levará, igualmente a essa poupança de tempo e de meios, assim como á aquisição de medicamentos a preços mais acessíveis, fomentado uma poupança que levará certamente ao aumento da competitividade.  Este investimento criará emprego, nomeadamente emprego especializado.	Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional	
	Horizonte Temporal: 2021-2023	Custo Estimado: 800.000,00€	
<b>Promotor:</b> Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre			
<b>Potenciais Parceiros:</b> CIMAA, Municípios e Instituto Politécnico de Portalegre			
<b>Maturidade:</b> intenção			
Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos	
<b>Estratégia Regional</b> – Desafio Estratégico Regional de valorização económica dos recursos e ativos regionais e da coesão territorial, bem como no âmbito dos Objetivos de Política “Uma Europa mais próxima dos cidadãos” e Uma Europa mais Inteligente. Objetivo Estratégico 4, e Objetivo específico 4.3, na diversidade da Agenda Temática da Sustentabilidade e valorização de recursos endógenos. Prioridades de Investimento: “Reforçar o crescimento e a competitividade das pequenas e médias empresas” e “Promover a nível local , o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras. Insere-se nos Planos de Ação 2 – Sustentabilidade Territorial e 4 – Infraestruturas económicas e de suporte logístico e Empreendedorismo.	-----	Prioridades de investimento para Portugal recomendadas no Anexo D da União Europeia. Está de acordo com as orientações do <b>PNPOT, PROT e PNR.</b>	

EIXO 4   Vetor Estratégico 4.1 – Valorização e proteção ambiental aliado à transição energética		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
OE 4.1.4 – Promover o crescimento da economia circular		
OE 4.1.5 – Promover a biodiversidade, infraestruturas verdes e redução da poluição		
<b>Estudo e Desenvolvimento de Centro de Recolha de Plásticos da Agricultura</b>	<b>Código</b> <b>AAE3P035</b>	<b>AA</b>
<b>Descrição</b>  O objetivo deste empreendimento é minimizar o impacto do plástico utilizado na agricultura no ambiente.  O projeto consistirá em estudo prévio das quantidades de plástico produzidas e que podem ser recicladas e os custos inerentes ao seu transporte e reciclagem.  O projeto visará, igualmente, a construção de um centro de recolha e pré-preparação desse plástico para posterior tratamento por parte de empresa especializada em reciclagem desse material.	<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
	<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2025</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>500.000,00€</b>
<b>Promotor:</b> Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre		
<b>Potenciais Parceiros:</b> Empresa de reciclagem/Escola Superior Agrária de Elvas (IPP)		
<b>Maturidade:</b> intenção		
<b>Articulação Alentejo 2030</b>	<b>Articulação Plano Recuperação e Resiliência</b>	<b>Outros Documentos Estratégicos</b>
<b>Estratégia Regional</b> - Objetivo Estratégico 2 – “Promover modelos de afetação de recursos e de investimento para dinamizar a transição energética, a economia circular, as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e uso eficiente da água”, e enquadra o domínio estratégico da Agenda Temática Sustentabilidade e Valorização Económica de Recursos Endógenos, com destaque para a adaptação às alterações climáticas e a proteção do ambiente ; Objetivo específico 2.1 – Dinamização da bio economia sustentável e circular nas cadeias de valor estratégico regional. Plano de Ação 2 – Sustentabilidade Territorial, Património Natural e ação climática Nos Objetivos Estratégicos da EREI – Incrementar a sustentabilidade territorial.	-----	Prioridades de investimento para Portugal recomendadas no Anexo D5 da União Europeia. Está de acordo com as orientações do <b>PNPOT, PROT e PNR.</b>

EIXO 3   Vetor Estratégico 6.1 Assegurar o bem-estar dos cidadãos e promoção da inclusão social		
<b>Objetivo Estratégico</b>		
OE 6.1.1 Melhoria aos cuidados de saúde, através do desenvolvimento de infraestruturas, incluindo cuidados de saúde primários e políticas de atração e fixação de profissionais de saúde		
<b>Criação de Unidade de Cuidados Continuados para as doenças mentais degenerativas</b>	<b>Código</b> <b>AAE3P036</b>	<b>AA</b>
<b>Descrição</b>  Pretende-se criar uma nova Unidade de Cuidados Continuados, especializada na área das demências. Dado se tratar de reutilização de edifício e existir projeto técnico de execução e pareceres setoriais, esta proposta apresenta elevado estado de maturidade.  <b>Objetivos gerais:</b>  Utilizando o edifício devoluto da antiga escola do 2º Ciclo do Ensino Básico, desativada aquando da construção do Centro Escolar de Campo Maior, pretende-se criar uma resposta na área das doenças mentais degenerativas, para as quais não existem suficientes respostas especializadas.  Este projeto apresenta um claro interesse regional, dada a especificidade da resposta e complementaridade ao sistema público de saúde.	<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
	<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2024</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>1.800.000€</b>
<b>Promotor:</b> Município de Campo Maior		
<b>Potenciais Parceiros:</b> em definição		
<b>Maturidade:</b> Elevada		
<b>Articulação Alentejo 2030</b>	<b>Articulação Plano Recuperação e Resiliência</b>	<b>Outros Documentos Estratégicos</b>
<b>Desafio Regional</b> da “Sustentabilidade Demográfica”; Objetivo Estratégico 1. Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada investimento/emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família. Objetivo Específico 1.3 – Melhoria da rede regional de equipamentos de saúde (valências especializadas, unidades de cuidados continuados, ...) Prioridade de investimento “Promover o acesso equitativo e atempado a cuidados de saúde de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis, nomeadamente a cuidados de longa duração, bem como	<b>PRR</b> na Dimensão Resiliência – Alargamento da rede de cuidados continuados	<b>PROT – Saúde:</b> 130 – Para a territorialização da política pública dos serviços de saúde competirá à Administração Central, em colaboração com a Administração Local: Dimensionar e organizar geograficamente a oferta de cuidados de saúde primários e hospitalares atendendo à distribuição da população presente, aos níveis de envelhecimento dos residente e à fraca mobilidade regional; Os Serviços Públicos de Saúde (SPS) devem ser reestruturados de forma a proporcionarem uma utilização adequada dos instrumentos epidemiológicos essenciais ao cumprimento das suas

<p>políticas para promover o envelhecimento ativo e saudável”. Plano de Ação, PA 1 – Provisão e acesso a serviços de interesse geral (SIG).</p>		<p>funções. Neste sentido, os Cuidados Primários de Saúde, como pilar central do sistema de saúde estão a organizar-se em Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES).</p> <p><b>PNPOT</b> – Medida 2.3. Melhorar os cuidados de saúde e reduzir as desigualdades de acesso.</p> <p>2. Criar novos equipamentos e serviços de saúde e melhorar a qualidade dos existentes.</p>
---	--	--

**EIXO 3, 5**

**Vetor Estratégico** 3.1 – Consolidação das vantagens competitivas; 3.2 – Captação de investimento; 5.1 – Qualificação urbana e posicionamento dos centros urbanos; e 5.2 Atratividade e competitividade territorial

**Objetivos Específicos**

- OE 3.1.2 Intensificar a valorização e divulgação do património;
- OE 3.1.3 promoção do dinamismo Empresarial e criação de emprego;
- OE 3.2.3 Potenciar o desenvolvimento do setor turístico;
- OE5.1.2-Requalificação e valorização dos principais centros urbanos do Alto Alentejo
- OE 5.2.2 -Salvaguardar e valorizar o património cultural e natural

<p><b>Reabilitação integrada do Espaço Robinson (património material e imaterial)</b></p>	<p><b>Código</b> <b>AAE35P037</b></p>	<p><b>AA</b></p>
<p><b>Descrição</b></p> <p>A “Fábrica das Rolhas”, dos ingleses Robinson, foi um elemento incontornável nos destinos da cidade de Portalegre a partir da segunda metade do século XIX. O rol de edifícios, máquinas, turbinas, tubagens, caldeiras, histórias, estórias e memórias... foram-se constituindo paulatinamente como um repositório até ao encerramento da Fábrica em 2009, após cerca de 170 anos de funcionamento. Desta forma, pretende-se dar continuidade à operação de recuperação, reabilitação e refuncionalização do conjunto arquitetónico que constitui o Espaço Robinson dotando-o das condições necessárias para se constituir como um polo museológico, tecnológico, turístico e cultural da Região Alentejo. A intervenção, na sua globalidade, contempla:</p>	<p><b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★</p>	<p><b>Área de Influência:</b> <b>Regional e Nacional</b></p> <p><b>Custo Estimado:</b> <b>A definir</b></p>
<p>A – Zona a ceder ao REVIVE para instalação de unidade hoteleira em conjunto com o convento de São Francisco</p> <p>B – Zona a ceder ao REVIVE para realização de unidade museológica de arqueologia industrial.</p> <p>C – Zona a ceder ao Fundiestamo para implementação de residências de estudantes do ensino superior, Escola de Artes do Norte Alentejano, associações e espaço museológico industrial.</p> <p>D – Parque urbano a ser executado pela Fundiestamo.</p> <p>E – Estacionamento, auditórios e espaço de lazer.</p> <p>F – Espaço tecnológico para empresas e investigação.</p> <p>G – Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre</p>		

O presente projeto promove a continuidade da operação de reabilitação deste amplo conjunto edificado com elevadíssimo valor patrimonial, respeitando a sua memória e identidade e possibilitando a sua fruição pública.

O Espaço Robinson encontra-se classificado, desde 2012, como CIP - Conjunto de Interesse Público, facto que atesta o seu valor único e singular, no contexto da arqueologia industrial.

**Objetivos gerais:**

- Preservar o espólio arqueológico-industrial material e imaterial, permitindo o acesso ao mesmo e incentivando o seu estudo e investigação científica;
- Recuperar, preservar e qualificar o património de arqueologia industrial da região;
- Promover o turismo e atrair novos fluxos de visitantes.

**Promotor:** Município de Portalegre; REVIVE; FUNDIESTAMO

**Potenciais Parceiros:** Turismo de Portugal; Ministério da Defesa; Direção Geral do Património Cultural; Direção Regional da Cultura do Alentejo; Secretaria de Estado da Ciência e Ensino Superior; Instituto Politécnico de Portalegre; Associações Culturais e Recreativas; Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre.

**Maturidade:** Estratégia de Intervenção Aprovada

Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
Articula com os Desafios Regionais e Visão Estratégica do Alentejo 2030: Objetivo Estratégico 4 / Obj. Específico 4.3 ; e Objetivo Estratégico 5 / Obj. Específicos 5.1 e 5.2. EREI Alentejo 2030, no Objetivo estratégico "Incrementar a sustentabilidade territorial", domínio de especialização de serviços de turismo e hospitalidade.	O projeto enquadra-se no PRR, Dimensão Resiliência, Componente 4 - Cultura	O projeto tem enquadramento no PNROT e no PROT. Está de acordo com os objetivos e ações do Plano de Valorização do Interior.

<b>EIXO 5</b>	<b>Vetor Estratégico – 5.1 Qualificação urbana e posicionamento dos centros urbanos</b>		
<b>Objetivos Específicos</b>			
OE 5.1.2-Requalificação e valorização dos principais centros urbanos do Alto Alentejo			
<b>Estratégia Local de Habitação</b>	<b>Código</b> <b>AAE3P038</b>	<b>AA</b>	
<p><b>Descrição</b></p> <p>A habitação e a reabilitação são, cada vez mais, reconhecidas como áreas estratégicas e fundamentais ao desenvolvimento humano e da vida em comunidade e da promoção da competitividade e coesão dos territórios. É neste sentido que o debate em torno destas questões se tem vindo a configurar e a consolidar no quadro das orientações e recomendações de organizações internacionais como as Nações Unidas, o Conselho da Europa, a União Europeia ou a Organização Mundial de Saúde.</p> <p>A habitação e a reabilitação configuram-se, assim, como domínios inseparáveis e instrumentos de valor acrescentado e sinérgicos para a intervenção pública orientada para o bem-estar das populações.</p> <p>Esta abordagem implica uma reorientação da centralização da política de habitação no objeto — a “casa” — para o objetivo — o “acesso à habitação” — através a criação de instrumentos mais flexíveis e adaptáveis a diferentes necessidades, públicos-alvo e territórios, uma implementação com base numa forte cooperação horizontal (entre políticas e organismos setoriais), vertical (entre níveis de governo) e entre os setores público e privado, incluindo o cooperativo, bem como uma grande proximidade aos cidadãos. É neste contexto, que o papel da Câmara Municipal de Portalegre se reveste de grande importância para programar e executar a política municipal de habitação, identificando as carências habitacionais, quantitativas e qualitativas, bem como as suas dinâmicas de evolução, com vista a assegurar respostas adequadas no âmbito das políticas municipais. O parque habitacional de Portalegre é constituído, na sua esmagadora maioria, por alojamentos familiares clássicos, existindo apenas 5 casos correspondentes a construções abarracadas ou improvisadas. A estratégia em termos de política local de habitação, definida pelo Município de Portalegre, insere-se exclusivamente na reabilitação do edificado existente, valorizando os núcleos urbanos da Cidade e das Freguesias, renovando e dinamizando a sua centralidade e vida económica, cultural e social. A existência de um grande número de habitações devolutas, degradadas e em ruína nos centros urbanos exige uma resposta concertada da autarquia e de todos os seus parceiros públicos, associativos e privados no sentido de recuperar o património existente. O número de habitações arrendadas a recuperar e as soluções necessárias a implementar para providenciar uma habitação digna a famílias com carências habitacionais contribuem, de forma muito relevante, para o objetivo de dotar todas as famílias de alojamento condigno.</p> <p>As soluções preconizadas incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reabilitação das habitações sociais da Câmara Municipal, e das Instituições de Solidariedade Social arrendadas;</li> </ul>	<b>Prioridade da Operação:</b> 	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>	
	<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2025</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>A definir</b>	



- Reabilitação de fogos de habitação social vagos para atribuição a famílias carenciadas;
- Reabilitação de fogos de vagos nos centros urbanos para atribuição a famílias carenciadas (atuais e futuras);
- Promoção da recuperação e reabilitação de fogos arrendados, devolutos, degradados e/ou em ruína para arrendamento apoiado;
- Aquisição e reabilitação de fogos abandonados e em estado de ruína, de degradação ou inacabados.

No sentido de garantir soluções adequadas e no prazo indicado (até final de 2025), para garantir uma habitação condigna a todas as famílias carenciadas, a Câmara Municipal de Portalegre estima vir a adquirir as habitações necessárias (em estado de degradação e em ruína, assim como outras devolutas) nos núcleos urbanos para reabilitação e atribuição em regime de renda apoiada.

**Objetivos gerais:**

- Melhoria das condições de habitabilidade das habitações afetas a habitação social;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias carenciadas, residentes no concelho;
- Promoção da reabilitação urbana dos centros urbanos e da melhoria do ambiente urbano;
- Repovoamento do centro histórico da cidade de Portalegre.

**Promotor:** Município de Portalegre; Instituições de Solidariedade Social

**Potenciais Parceiros:** IHRU e proprietários privados.

**Maturidade:** Estratégia Local de Habitação Aprovada

Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
Articula com os Desafios Regionais e Visão Estratégica do Alentejo 2030: Objetivo Estratégico 1 / Obj. Específicos 1.2 - Dinamização de soluções de habitação ajustada aos diversos segmentos da procura, combinada com a requalificação das amenidades dos territórios.	O projeto enquadra-se no PRR, Dimensão Resiliência, Componente 2 - Habitação	O projeto tem enquadramento no PNPO e no PROT. Está de acordo com os objetivos e ações do Plano de Valorização do Interior.

EIXO 5		Vetor Estratégico – 5.1 Qualificação urbana e posicionamento dos centros urbanos	
<b>Objetivos Específicos</b>			
OE 5.1.4 – Promover a qualificação de infraestruturas de rede e de equipamentos de proximidade			
<b>Requalificação Global da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos José Régio - Portalegre</b>		<b>Código</b> <b>AAE5P039</b>	<b>AA</b>
<b>Descrição</b>		<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
		<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2025</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>A definir</b>
<p>A presente operação tem como principal objetivo a requalificação global da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos José Régio. O edifício em causa encontrando-se bastante degradado não garantindo as necessárias condições de funcionalidade, acessibilidade, segurança e conforto, que se exigem a um estabelecimento escolar desta natureza. Esta escola situa-se junto ao Bairro dos Assentos, uma das maiores zonas residenciais da cidade de Portalegre, pelo que, apresenta uma grande procura, por parte dos Encarregados de Educação.</p> <p>A concretização da intervenção permitirá colmatar situações deficitárias, ao nível do edificado, que condicionam a qualidade da educação ministrada e, conseqüentemente, as condições de aprendizagem dos alunos, contribuindo, inquestionavelmente, para a melhoria do sistema educacional.</p> <p>Refira-se, ainda, que o Agrupamento de Escolas José Régio é um dos 137 Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), sendo imperioso adaptá-lo, quer do ponto de vista físico quer funcional, às exigências inerentes a alunos com limitações diversas, contribuindo, desta forma, para promover a inclusão educacional e o acesso generalizado à educação, o que se traduz numa boa prática altamente replicável.</p>			
<b>Objetivos gerais:</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria e qualificação do ensino público;</li> <li>• Promoção de uma escola mais acessível e inclusiva;</li> <li>• Promoção do sucesso escolar;</li> <li>• Redução do abandono escolar;</li> <li>• Promoção da igualdade de acesso as 2º e 3º ciclos do ensino básico;</li> <li>• A melhoria do ambiente escolar.</li> </ul>			
<b>Promotor:</b> Ministério da Educação em parceria com o Município de Portalegre			
<b>Potenciais Parceiros:</b> Agrupamento de Escolas José Régio			
<b>Maturidade:</b> Em estudo			
<b>Articulação Alentejo 2030</b>	<b>Articulação Plano Recuperação e Resiliência</b>	<b>Outros Documentos Estratégicos</b>	
Articula com os Desafios Regionais e Visão Estratégica do Alentejo 2030: Objetivo Estratégico 1 / Obj. Específico 1.1 - Incremento	O projeto enquadra-se no PRR, Dimensão Resiliência, Componente 6 – Qualificações e Competências	O projeto tem enquadramento no PNPOT e no PROT. Está de acordo com os objetivos e ações do Plano de Valorização do Interior.	

das condições de acesso aos Serviços de Interesse Geral

<b>EIXO 5</b>	<b>Vetor Estratégico</b> 5.1 – Qualificação urbana e posicionamento dos centros urbanos; e 5.2 Atratividade e competitividade territorial		
<b>Objetivos Específicos</b>			
OE 5.1.2-Requalificação e valorização dos principais centros urbanos do Alto Alentejo			
OE 5.2.2 -Salvaguardar e valorizar o património cultural e natural			
<b>Reabilitação e Valorização do Castelo de Portalegre e suas Fortificações</b>		<b>Código</b> <b>AAE5P040</b>	<b>AA</b>
<b>Descrição</b>		<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional e Nacional</b>
O Castelo de Portalegre, cuja construção ocorreu no reinado de D. Dinis, por volta de 1290, situa-se no ponto mais alto do centro histórico da cidade, desfrutando de vistas deslumbrantes sobre o casario e a paisagem envolvente.		<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2025</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>A definir</b>
<p>Nesta fortificação, relacionada com a defesa da fronteira alto-alentejana, destaca-se a Torre de Menagem, com pavimentos interiores cobertos por abóbadas e planta quadrangular regular, bem integrada na muralha característica da arquitetura gótica militar. Existem ainda três torres, das doze que possuía inicialmente, uma das quais a Torre Norte que atualmente, pela sua altura, constitui o verdadeiro símbolo cenográfico do passado medieval da cidade.</p> <p>O Castelo sofreu, há alguns anos a esta parte, obras de restauro, tendo ainda sido alvo de intervenção de modo a poder ser instalado no seu interior um museu. Contudo, actualmente, existe já a necessidade de se proceder a obras de recuperação e valorização, quer do Castelo quer das suas fortificações.</p>			
<b>Objetivos gerais:</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservar o património histórico-cultural de Portalegre, classificado como “Património Nacional”;</li> <li>• Valorizar os recursos endógenos do Alto Alentejo, associados ao património edificado, com elevado valor histórico;</li> <li>• Promover o turismo e atrair novos fluxos de visitantes;</li> <li>• Reforçar o posicionamento de Portalegre, enquanto Centro Urbano Regional.</li> </ul>			
<b>Promotor:</b> Município de Portalegre			
<b>Potenciais Parceiros:</b> Ministério da Cultura			
<b>Maturidade:</b> Estratégia de Intervenção Aprovada			
<b>Articulação Alentejo 2030</b>	<b>Articulação Plano Recuperação e Resiliência</b>	<b>Outros Documentos Estratégicos</b>	
Articula com os Desafios Regionais e Visão Estratégica do Alentejo 2030: Objetivo Estratégico 5 / Obj. Específicos 5.1 e 5.2.	O projeto enquadra-se no PRR, Dimensão Resiliência, Componente 4 - Cultura	O projeto tem enquadramento no PNPO e no PROT. Está de acordo com os objetivos e ações do Plano de Valorização do Interior.	

EREI Alentejo 2030, no Objetivo estratégico "Incrementar a sustentabilidade territorial", domínio de especialização de serviços de turismo e hospitalidade.

<b>EIXO 3, 5</b>	<b>Vetor Estratégico</b> – 3.1 – Consolidação das vantagens competitivas; 3.2 – Captação de investimento; 5.2 Atratividade e competitividade territorial
------------------	--

### Objetivos Específicos

- OE 3.1.2 Intensificar a valorização e divulgação do património;
- OE 3.2.3 Potenciar o desenvolvimento do setor turístico;
- OE 5.2.2 -Salvaguardar e valorizar o património cultural e natural

#### Candidatura das Fortalezas Abaluartadas da Raia a Património da Humanidade, reconhecido pela UNESCO – 2ª. Fase

**Código**

**AAE35P041**

**AA**

#### Descrição

Do alto do seu pedestal – a Serra do Sapoio, o conjunto arquitetónico constituído pelo Castelo e Vila de Marvão, outrora denominado “Fortaleza de Amaia e Fortaleza de Amaia-o-Monte”<sup>17</sup> reina sobre a paisagem circundante, ostentando com “orgulho” o seu passado de combates vitoriosos e a sua história de fortaleza militar e refúgio da população local.

Durante os séculos XVII a XIX, muitas foram as batalhas que ali se travaram, tendo Marvão sido sucessivamente disputada e reconquistada. Contudo, as suas muralhas e o casario branco que constitui o burgo medieval, com exemplos notáveis de arquitetura militar, erudita e popular, mantêm-se quase inalteráveis, como se tivessem parado no tempo.

É esta autenticidade e singularidade da Praça de Marvão, aliada à sua história e património móvel e imóvel, material e imaterial, que lhe conferem um lugar de destaque na região onde se insere e reforçam a sua posição estratégica, em termos de desenvolvimento turístico, do Alto Alentejo.

O reconhecimento desta autenticidade e singularidade únicas tem, há alguns anos a esta parte, conduzido a que o Município desenvolva esforços no sentido de criar as condições necessárias para que Marvão venha a ser reconhecido como Património da Humanidade, pela UNESCO. Neste sentido e em articulação com os Municípios de Almeida e Valença, foram já desenvolvidos os estudos necessários para a apresentação de uma candidatura conjunta do Bem “Fortalezas Abaluartadas da Raia”. É, agora, fundamental dar continuidade a este trabalho e garantir o reconhecimento da UNESCO.

#### Objetivos gerais:

- Contribuir para a criação de Redes/Rotas Turísticas Nacionais e Internacionais, associadas ao património da humanidade;
- Contribuir para aumentar a visibilidade da região do Alentejo - Alto Alentejo e projetá-la nos circuitos turísticos internacionais;
- Preservar os Bens e assegurar a sua efetiva proteção no presente e no futuro;

<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional e Nacional</b>
<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2025</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>500.000€</b>

<sup>17</sup> Denominação que lhe foi atribuída pelo historiador “Isa Ibn Áhmad ar-Rázi.

- Diversificar a oferta dos produtos culturais existentes na região, criando novas dinâmicas histórico/culturais e promovendo as economias de escalas;
- Estimular a criação e desenvolvimento de indústrias criativas baseadas na excelência do valor patrimonial dos Bens e das suas envolventes;
- Reforçar o papel das fortalezas abaluartadas da raia como marcadores arquitetónicos que permitem interpretar os múltiplos significados das históricas relações estabelecidas entre os dois lados da fronteira entre Portugal e Espanha.
- Proporcionar a fruição qualificada dos bens, contribuindo para a excelência da experiência turística em Marvão, Elvas, Almeida e Valença.
- Contribuir para reforçar o destino turístico Portugal/Alentejo/Alto Alentejo.

**Promotor:** Município de Marvão

**Potenciais Parceiros:** Municípios de Elvas, Almeida e Valença; Turismo de Portugal

**Maturidade:** Dossier individual concluído

Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p>Articula com os Desafios Regionais e Visão Estratégica do Alentejo 2030: Objetivo Estratégico 5 / Obj. Específicos 5.1 e 5.2. EREI Alentejo 2030, no Objetivo estratégico "Incrementar a sustentabilidade territorial", domínio de especialização de serviços de turismo e hospitalidade.</p>	<p>O projeto enquadra-se no PRR, Dimensão Resiliência, Componente 4 - Cultura</p>	<p>O projeto tem enquadramento no PNPT e no PROT. Está de acordo com os objetivos e ações do Plano de Valorização do Interior.</p>

**EIXO 3, 5****Vetor Estratégico** – 3.1 – Consolidação das vantagens competitivas; 3.2 – Captação de investimento; 5.2 Atratividade e competitividade territorial**Objetivos Específicos**

OE 3.1.2 Intensificar a valorização e divulgação do património;

OE 3.2.3 Potenciar o desenvolvimento do setor turístico;

OE 5.2.2 -Salvaguardar e valorizar o património cultural e natural

**Valorização, Conservação e Promoção do Património Histórico e Cultural do Alto Alentejo****Código****AAE35P042****AA****Prioridade da  
Operação:**

★★★★★

**Área de  
Influência:  
Regional e  
Nacional****Horizonte  
Temporal:****2021-2025****Custo  
Estimado:****20.000.000€**

O Alto Alentejo possui um vasto e valioso património histórico e arquitetónico que se encontra, em alguns casos, em mau estado de conservação e pouco valorizado do ponto de vista da divulgação, dinamização e aproveitamento dos espaços para atividades lúdicas e culturais, importantes para a visita e estadia no território. O Festival Internacional de Música de Marvão, assim como as Festas do Povo de

Campo Maior, entre outros, são exemplos de como o património pode ser um fator de desenvolvimento e ter influência direta para a vida das populações locais, e como elemento catalisador de atividade económica e promoção nacional e internacional da região.

Este projeto, entendido na sua globalidade visa, portanto, recuperar, valorizar, dinamizar e promover o património histórico e cultural do Alto Alentejo, com o objetivo de preservar a história e a memória coletivas, promover o interesse pelo património e pela história da região, reforçar a sua atratividade turística e, em consequência, o investimento privado e atividade económica, com a inerente criação de emprego, fixação de jovens e atração de novos residentes.

Pretende-se que as ações de valorização, conservação e promoção incidam sobre total ou parcialmente sobre monumentos, conjuntos e sítios arqueológicos classificados ou em vias de classificação nos termos legais em vigor.

Para além do edificado, é preciso valorizar e promover o património natural e o imaterial, aos mais diversos níveis e estádios de classificação. A gastronomia regional, os produtos agrícolas, pecuários e agroalimentares, pela excelência da sua qualidade e características únicas, a doçaria, as Festas do Povo de Campo Maior, as Tapeçarias de Portalegre, o Montado de Sobro, o Cavalinho Real, entre outros, carecem de trabalho de investigação que os possam impulsionar aos patamares de classificação de nível nacional ou de Património Imaterial da Humanidade.

Deve estar presente e ser concretizada a possibilidade de acesso ao património edificado e natural, vias públicas de proximidade e acesso a todos os cidadãos com mobilidade reduzida.

**Objetivos gerais:**

- Recuperar e reabilitar o património histórico/arquitetónico existente e que carece de intervenção;
- Criar infraestruturas de apoio que possibilitem o seu usufruto, a visita e o turismo com permanência no território;
- Promover a classificação dos produtos endógenos de excelência existentes na região;



- Criar condições para a classificação do património edificado e do imaterial de características únicas existente no Alto Alentejo;
- Potenciar os produtos locais de excelência e características únicas para produção, promoção e comércio à escala nacional e de exportação;
- Criação e recuperação de percursos pedonais e renovação de espaços verdes (jardins, parques, zonas ribeirinhas, etc.) destinados ao usufruto por parte das populações locais e dos visitantes;
- Melhoria da mobilidade nos monumentos, sítios, espaços verdes e naturais, através da criação de percursos e equipamentos específicos que permitam o acesso a todos independentemente da idade e limitações motoras.

Como objetivo geral fundamental subjacente a todas as intervenções estruturantes para o Alto Alentejo, deve permanecer a necessidade de potenciar e criar condições que permitam travar o despovoamento e atrair novos residentes.

**Promotor:** Municípios do Alto Alentejo

**Potenciais Parceiros:** Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo; Ministério da Cultura

**Maturidade:** em intenção

Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p>Articula com os Desafios Regionais e Visão Estratégica do Alentejo 2030: Objetivo Estratégico 5 / Obj. Específicos 5.1 e 5.2. EREI Alentejo 2030, no Objetivo estratégico "Incrementar a sustentabilidade territorial", domínio de especialização de serviços de turismo e hospitalidade.</p>	<p>O projeto enquadra-se no PRR, Dimensão Resiliência, Componente 4 - Cultura</p>	<p>O projeto tem enquadramento no PNPO e no PROT. Está de acordo com os objetivos e ações do Plano de Valorização do Interior.</p>

**EIXO 3, 5** | Vetor Estratégico – 5.1 Qualificação urbana e posicionamento dos centros urbanos

**Objetivos Específicos**

OE 5.1.2-Requalificação e valorização dos principais centros urbanos do Alto Alentejo

<b>Reabilitação da habitação nos centros urbanos do Alto Alentejo</b>	<b>Código</b> <b>AAE5P043</b>	<b>AA</b>
<p><b>Descrição</b></p> <p>Ao longo do tempo, em paralelo e como consequência do envelhecimento e despovoamento que tem atingido todo o território, desde logo nas zonas rurais mais afastadas mas também nos centros urbanos, que a generalidade das aldeias, vilas e cidades do Alto Alentejo apresentam um panorama desolador com quarteirões inteiros abandonados e em acelerada degradação.</p> <p>É uma situação que importa reverter através de estratégias orientadas que promovam o repovoamento dos centros, que passam pela reabilitação das habitações para residência de jovens e idosos, novos residentes, temporários ou permanentes, incluindo a oferta turística de alojamento.</p> <p>A alteração do conceito de lar de idosos para um conceito de zona residencial numa perspetiva de envelhecimento ativo que permita manter e prolongar a autonomia, a qualidade e alegria de viver, com o apoio dos serviços necessários à situação individual e familiar, pode ser mais um dos vetores a considerar e contributo importante para a revitalização e reabilitação dos centros urbanos, incluindo a atividade económica, social e cultural.</p> <p>Não esquecer, também, o papel fundamental que as autarquias e os serviços públicos têm de assumir com a localização e realocação dos serviços públicos nos centros, particularmente nos centros históricos abandonados, quer diretamente quer dotando-os de condições de acesso, estacionamento, visitaçao e estadia, que as pessoas hoje valorizam cada vez mais em detrimento do conceito de construção nova nas periferias.</p> <p>Para além destas vertentes que poderíamos considerar inovadoras, deve estar presente a necessidade de dotar “as casas” de condições de habitabilidade dignas e confortáveis, acessíveis a todos, fundamentais para o desenvolvimento humano, a vida em comunidade e a promoção da competitividade e coesão dos territórios.</p> <p>O debate em torno destas questões não é um caso regional, nem nacional, é um tema que se tem vindo a configurar e a consolidar no quadro das orientações e recomendações de organizações internacionais como as Nações Unidas, o Conselho da Europa, a União Europeia ou a Organização Mundial de Saúde.</p> <p>A reabilitação do parque habitacional apresenta-se como um dos domínios inseparáveis e instrumento de valor acrescentado e sinérgicos para a intervenção pública orientada para o bem-estar das populações. A existência de um grande número de habitações devolutas, degradadas e em ruína nos centros urbanos exige uma resposta concertada das autarquias e de todos os seus parceiros, públicos, associativos e privados no sentido de recuperar o património</p>	<p><b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★</p>	<p><b>Área de Influência:</b> <b>Regional e Nacional</b></p>
	<p><b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2025</b></p>	<p><b>Custo Estimado:</b> <b>A definir</b></p>

habitacional degradado existente em todos os territórios. O número de habitações arrendadas a recuperar e as soluções necessárias a implementar para providenciar uma habitação digna a famílias com carências habitacionais contribuem, de forma muito relevante, para o objetivo de dotar todas as famílias de alojamento condigno.

A abordagem que se pretende com este projeto estruturante para a vida diária das pessoas, implica uma reorientação da centralização da política de habitação com o objetivo do “acesso à habitação” — através a criação de instrumentos mais flexíveis e adaptáveis a diferentes necessidades, públicos-alvo e territórios, uma implementação com base numa forte cooperação horizontal (entre políticas e organismos setoriais), vertical (entre níveis de governo) e entre os setores público e privado, incluindo o cooperativo, bem como uma grande proximidade aos cidadãos.

É neste contexto, que o papel dos municípios é fundamental, identificando as carências habitacionais, quantitativas e qualitativas, bem como as suas dinâmicas de evolução, com vista a assegurar respostas adequadas no âmbito das políticas a seguir e das alternativas a considerar tendo em conta a refuncionalização e o uso dos centros abandonados, mediante a reabilitação do edificado existente, valorizando os núcleos urbanos, renovando e dinamizando a sua centralidade e vida económica, cultural e social.

As soluções preconizadas incluem:

- O levantamento imediato dos imóveis existentes nos centros urbanos com a identificação, estado de conservação, uso atual e possibilidades de utilização;
- Idem relativamente às habitações sociais municipais e das instituições sociais e do Estado;
- Elaboração de uma estratégia/guia de intervenção que permita atuar de imediato, tendo presentes as possibilidades de financiamento, particularmente no PRR considerando as condicionantes e os prazos para a concretização dos investimentos (2025/26);
- Reabilitação das habitações sociais dos Municípios e das Instituições de Solidariedade Social arrendadas;
- Reabilitação de fogos de habitação social vagos para atribuição a famílias carenciadas;
- Reabilitação de fogos de vagos nos centros urbanos para atribuição a famílias carenciadas (atuais e futuras), jovens e novos residentes;
- Promoção da recuperação e reabilitação de fogos arrendados, devolutos, degradados e/ou em ruína para arrendamento apoiado;
- Aquisição e reabilitação de fogos abandonados e em estado de ruína, de degradação ou inacabados.

No sentido de garantir soluções adequadas e tendo presente as condições excecionais e irrepetíveis que o PRR pode proporcionar (dentro do prazo indicado de 2025) para garantir uma habitação condigna a todas as famílias carenciadas, têm os Municípios de adquirir as habitações necessárias (em estado de degradação e em ruína, assim como outras devolutas) nos núcleos urbanos para reabilitação e atribuição em regime de renda apoiada.

Em paralelo e como complemento possível, devem ser avaliadas as possibilidades de aproveitamento para as funções de turismo local, residência permanente ou temporária de cidadãos seniores estrangeiros, alojamento de idosos (com apoio

institucional), e procurados os parceiros incluindo investidores que possam estar interessados em qualquer das oportunidades de negócio referidas, ou outras que possam ser manifestadas, particularmente no que respeita aos centros históricos.

**Objetivos gerais:**

- Melhoria das condições das habitações em geral das afetas à habitação social;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias carenciadas, residentes no concelho;
- Promoção da reabilitação urbana dos centros urbanos e da melhoria do ambiente urbano;
- Repovoamento dos centros históricos e urbanos, com jovens, idosos e novos residentes;
- Revitalização da atividade económica dos centros urbanos.

**Promotor:** Municípios; Instituições de Solidariedade Social; Empresas Privadas; Fundos de Investimento

**Potenciais Parceiros:** IHRU e proprietários privados

**Maturidade:** em intenção

Articulação Alentejo 2030	Articulação Plano Recuperação e Resiliência	Outros Documentos Estratégicos
<p>Articula com os Desafios Regionais e Visão Estratégica do Alentejo 2030: Objetivo Estratégico 1 / Obj. Específicos 1.2 - Dinamização de soluções de habitação ajustada aos diversos segmentos da procura, combinada com a requalificação das amenidades dos territórios.</p>	<p>O projeto enquadra-se no PRR, Dimensão Resiliência, Componente 2 - Habitação</p>	<p>O projeto tem enquadramento no PNPOT e no PROT. Está de acordo com os objetivos e ações do Plano de Valorização do Interior.</p>

EIXO 1   Vetor Estratégico – 6.1 Assegurar o bem-estar dos cidadãos e promoção da inclusão social		
<b>Objetivo Estratégico</b>		
OE 6.1.1 Melhoria dos cuidados de saúde, através do desenvolvimento de infraestruturas, incluindo cuidados de saúde primários e políticas de atração e fixação de profissionais de saúde		
OE 6.1.3 – adequar e reforçar as respostas sociais às necessidades existentes incluindo cuidados continuados e unidades de convalescença		
<b>Projeto Unidade de Apoio à Demência/ Deficiência no Alto Alentejo (Aproveitamento do imóvel “Albergaria Penha do Tejo)</b>	<b>Código</b> AAE6P044	<b>A</b>
<b>Descrição</b>  O Centro será construído num espaço já existente e que resulta no reaproveitamento do imóvel Albergaria Penha do Tejo, e será utilizado como uma Unidade de Apoio à demência/deficiência.	<b>Prioridade da Operação:</b> ★★★★★	<b>Área de Influência:</b> <b>Regional</b>
	<b>Horizonte Temporal:</b> <b>2021-2025</b>	<b>Custo Estimado:</b> <b>1 200 000,00€</b>
<b>Objetivos gerais:</b>		
O desenvolvimento deste projeto, tem por base a oferta em ambiente protetor dos doentes e apoio familiar, que possa prevenir e combater as necessidades de atenção básica, biopsicossocial, para manter e preservar a melhoria na qualidade de vida possível, em ambiente natural de excelência, oferecer o apoio social e emocional, formação e informação às famílias; promoção das atividades básicas e instrumentais da vida diária e ressocialização dos doentes.		
<b>Promotor:</b> MUNICIPIO DE NISA		
<b>Potenciais Parceiros:</b> ULSNA, Segurança Social, CIMAA, RNCCI		
<b>Maturidade:</b> Projeto de Arquitetura		
<b>Articulação Alentejo 2030</b>	<b>Articulação Plano Recuperação e Resiliência</b>	<b>Outros Documentos Estratégicos</b>
Desafio Regional da “Sustentabilidade Demográfica” Objetivo Estratégico 1. Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico, através de uma estratégia integrada investimento/emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família. Objetivo Específico: 1.3 – Melhoria da rede regional de equipamentos de saúde (valências especializadas, unidades de cuidados continuados ...) Prioridade de investimento “Promover o acesso equitativo e atempado a cuidados de saúde de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis, nomeadamente a cuidados de longa duração , bem como políticas para promover o envelhecimento ativo e saudável “Plano de Ação, PA1 – Provisão e acesso a serviços de interesse geral (SIG)	----	Considera as orientações do PROT e as opções estratégicas do PNPOT

**EIXO 1 | Vetor Estratégico – 6.1 Assegurar o bem-estar dos cidadãos e promoção da inclusão social**
**Objetivo Estratégico**

OE 6.1.1 Melhoria dos cuidados de saúde, através do desenvolvimento de infraestruturas, incluindo cuidados de saúde primários e políticas de atração e fixação de profissionais de saúde

OE 6.1.3 – adequar e reforçar as respostas sociais às necessidades existentes incluindo cuidados continuados e unidades de convalescença

**Projeto: Unidade de Cuidados Continuados de Média e Curta Duração e Reabilitação**

**Código**

**AAE6P045**

**A**

**Descrição**

As Termas da Fadagosa de Nisa possuem uma unidade de internamento que em termos práticos não tem sido utilizada, encontrando-se fechada, pretendendo o município e pelo referido facto, reconvertê-la para uma unidade de cuidados continuados de média duração e reabilitação, entendendo que dessa forma possa

acrescentar uma valia acrescentada às termas da fadagosa que se encontram em atividade (embora apenas utilizando parte da estrutura edificada) julgando igualmente que os dois equipamentos (termas e unidade de cuidados continuados) possam funcionar em sinergia e complementaridade. Propõe-se a alteração de uso e readequação funcional do atual bloco de internamento existente que se encontra fechado, para que esse mesmo espaço possa dar origem a uma unidade de cuidados continuados de média duração e reabilitação, propondo (para a referida mudança de uso) alterações pontuais e pouco significativas do espaço existente, que na presente data já possui qualidade em infraestruturas capaz de responder ao novo uso proposto. É igualmente proposto a aquisição de novo equipamento e mobiliário para o efeito.

Prioridade da Operação:  
★★★★★

Área de Influência:  
**Regional**

Horizonte Temporal:  
**2021-2022**

Custo Estimado:  
**300 000,00**

**Objetivos gerais:**

Dinamizar, rentabilizar de forma equitativa os equipamentos e serviços; - Fomentar a melhoria das infraestruturas; - Implementar respostas adaptadas às realidades e necessidades, locais e regionais; - Promoção da saúde e dos estilos de vida das populações; - Promover as potencialidades do concelho no âmbito da saúde; - Combater o isolamento das populações e meio rural; - Fixar jovens com formação superior no Concelho; - Valorização do Concelho em relação à região do Alentejo, promovendo a coesão económica e social da região;

**Promotor:** MUNICÍPIO DE NISA

**Potenciais Parceiros:** ULSNA, SEGURANÇA SOCIAL, RNCCI, CRUZ VERMELHA,

**Maturidade:** Em fase de lançamento de concurso

Articulação Alentejo 2030

Articulação Plano Recuperação e Resiliência

Outros Documentos Estratégicos

<p>Desafio Regional da “Sustentabilidade Demográfica” Objetivo Estratégico 1. Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico, através de uma estratégia integrada investimento/emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família. Objetivo Específico: 1.3 – Melhoria da rede regional de equipamentos de saúde (valências especializadas, unidades de cuidados continuados ...) Prioridade de investimento “Promover o acesso equitativo e atempado a cuidados de saúde de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis, nomeadamente a cuidados de longa duração , bem como políticas para promover o envelhecimento ativo e saudável “Plano de Ação, PA1 – Provisão e acesso a serviços de interesse geral (SIG)</p>	<p>---</p>	<p>Considera as orientações do PROT e as opções estratégicas do PNPOT</p>
--	------------	---



## **8 Auscultação dos agentes económicos e sociais**



## 8.1 Auscultação dos agentes territoriais

A **Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo** promoveu um inquérito online com o objetivo de recolher os contributos individuais das entidades da região, no âmbito de um processo participativo alargado, com o objetivo de reflexão e preparação dos documentos estratégicos da Região Alentejo para o próximo período de programação 2030.

Este inquérito foi dividido em 5 partes:

1. Domínios de especialização da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI)
2. Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação para o Alto Alentejo 2020
3. Agendas Temáticas Portugal 2030
4. Desafios para o Alto Alentejo 2030
5. Identificação de Projetos Estruturantes 2030

Nos pontos 1 a 4 foi questionado às entidades qual o grau de valorização que consideravam (de 1 a 9) para cada um dos domínios e eixos de intervenção. Nos dois últimos pontos foram perguntas mais abertas onde se questionou a opinião das entidades relativamente àquilo que consideravam ser os desafios para o território Alto Alentejo e aquilo que consideravam ser os projetos estruturantes que devam ser considerados nos documentos estratégicos produzidos.

O inquérito desenvolvido pela CIMAA foi enviado a cerca de **75 entidades** entre as quais aos membros do CEDI, Municípios Associados e Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo. Deste universo, foi possível recolher 40 respostas ao inquérito o que representa um universo de **53% de respostas** recolhidas entre julho e agosto de 2019 por formulário on-line.

**Para além deste inquérito online, refira-se que foi realizada em 18 de maio de 2021 uma videoconferência com os membros do CEDI que teve como objetivo a apresentação e discussão da versão draft da “Estratégia de Desenvolvimento Territorial Alto Alentejo 2030”, que foi bastante participada.**

**Na sequência desta reunião, a Estratégia foi enviada para todos os elementos do Conselho Estratégico, incluindo os que não puderam estar presentes, com o pedido de envio de contributos.**

**Todos os contributos recebidos, que incluíram propostas de fichas de projetos estruturantes, foram analisados, considerados e incluídos, com as devidas adaptações ao documento.**

**Entidades – Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal no Alto Alentejo**

AADP – Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre  
 ADERAL – Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo  
 AdNA – Águas do Norte Alentejano  
 ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo  
 Aeródromo de Ponte de Sor  
 ANA Aeroportos de Portugal  
 ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil  
 AREANATEjo – Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo  
 Arquidiocese de Évora  
 Centro Distrital da Segurança Social de Portalegre  
 CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo  
 Diocese de Portalegre-Castelo Branco  
 Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo  
 Direção Regional de Cultura do Alentejo  
 Direção Regional de Economia do Alentejo  
 Direção Regional de Educação do Alentejo  
 Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre  
 EP – Estradas de Portugal  
 Federação de Bombeiros do Distrito de Portalegre  
 GNR – Guarda Nacional Republicana  
 ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas  
 IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional  
 IPP – Instituto Politécnico de Portalegre  
 LEADERSOR – Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sor  
 NERPOR-AE – Associação Empresarial da Região de Portalegre  
 PSP – Polícia de Segurança Pública  
 Qualifica – Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtores Tradicionais Portugueses  
 STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional  
 Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo ERT  
 UGT Portalegre – União Geral de Trabalhadores de Portalegre  
 ULSNA – Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano  
 União das IPSS  
 União das Misericórdias  
 União de Sindicatos do Norte Alentejano  
 VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos

**Municípios Associados da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo**

Município de Alter do Chão  
 Município de Arronches  
 Município de Avis  
 Município de Campo Maior  
 Município de Castelo de Vide  
 Município de Crato  
 Município de Elvas  
 Município de Fronteira  
 Município de Gavião

Município de Marvão
Município de Monforte
Município de Nisa
Município de Ponte de Sor
Município de Portalegre
Município de Sousel

<b>Agrupamentos de Escolas no Alto Alentejo</b>	
Alter do Chão	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão
Alter do Chão	Escolas de Alter do Chão
Arronches	Escolas de Arronches
Avis	Escolas de Avis
Campo Maior	Escolas de Campo Maior
Castelo de Vide	Escolas de Castelo de Vide
Crato	Escolas do Crato
Elvas	Escolas n.º 1 de Elvas
Elvas	Escolas n.º 2 de Elvas
Elvas	Escolas n.º 3 de Elvas
Fronteira	Escolas de Fronteira
Gavião	Escolas de Gavião
Marvão	Escolas de Marvão
Monforte	Escolas de Monforte
Nisa	Escolas de Nisa
Ponte de Sor	Escolas de Ponte de Sor
Portalegre	Escola Secundária de S. Lourenço, Portalegre
Portalegre	Escolas do Bonfim, Portalegre
Portalegre	Escolas José Régio, Portalegre
Sousel	Escolas de Sousel

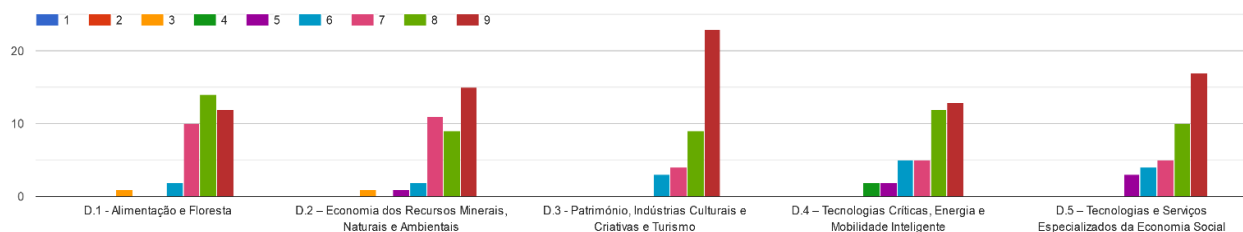
<b>Outras Entidades</b>
IMT – Instituto da Mobilidade e Transportes
AMT – Autoridade da Mobilidade e Transportes
ARH Tejo e Oeste – Administração Regional Hidrográfica do Tejo e Oeste
Rodoviária do Alentejo S.A.

## 8.2 Análise aos Inquéritos

Tal como referido no ponto anterior, o inquérito foi subdividido em diferentes áreas temáticas com o objetivo de aferir a opinião das entidades nas diferentes temáticas e dimensões de intervenção territorial. Desta forma, a pergunta incidia sobre a Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo e sobre os principais domínios de especialização.

## 1. Domínios de especialização da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI)

1.1 Domínios de especialização da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) Como valoriza, os diferentes domínios de especialização da EREI, numa escala de 1 a 9? (1 nada importante, 9 muito importante)



É possível priorizar os domínios de especialização da EREI da seguinte forma:

- 1º - D.3. Património, Indústrias Culturais e Criativas e Turismo
- 2º - D.5. Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social
- 3º - D.2. Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais
- 4º - D.4. Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente
- 5º - D.1. Alimentação e Floresta

Esta organização mostra que as entidades consideram o Domínio associado ao **Património, Indústrias Culturais e Criativas e Turismo** o mais relevante para o território Alto Alentejo. A Região Alentejo tem evidenciado um forte investimento privado no turismo, em resultado do reconhecimento do potencial de atratividade que o património natural e cultural do Alentejo tem sobre o mercado turístico, especialmente em nichos de maior valor acrescentado. O crescimento da oferta turística diferenciada e da procura criou oportunidades económicas e de inovação para a emergência de serviços de elevado valor acrescentado que se cruzam com as atividades das indústrias culturais e criativas na valorização e sustentabilidade do património e do ambiente. O reconhecimento desta situação está evidenciado com a seleção deste domínio como prioritário no Alto Alentejo.

## 2. Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação para o Alto Alentejo 2020

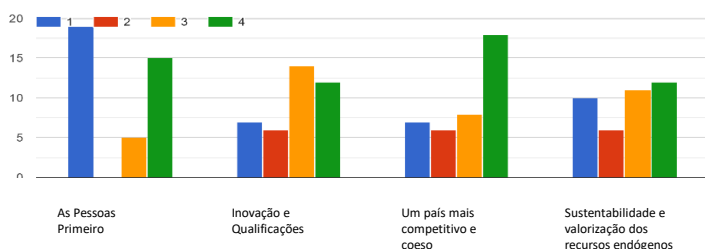
2.1 Como valoriza os diferentes eixos estratégicos de intervenção, numa escala de 1 a 9? (1 nada importante, 9 muito importante)



Daquilo que foi a Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação para o Alto Alentejo 2020 e os seus eixos estratégicos de intervenção, questionou-se também as entidades relativamente à valorização que atribuíam a cada um deles. Desta forma, as entidades manifestam a sua maior preocupação mediante a valorização do eixo **Atratividade de Investimento e Reestruturação das Atividades Económicas** a par da necessidade de **Qualificação do Território**.

### 3. Agendas Temáticas Portugal 2030

3.1 Priorize, para o caso do Alto Alentejo, as Agendas Temáticas identificadas para o Portugal 2030 (sendo 1 mais importante e o 4 menos)



De acordo com documento já produzidos, foi apresentado às entidades aquilo que são as agendas temáticas para Portugal 2020. Estes domínios prioritários de investimento, resultam das orientações em matéria de investimento no âmbito do financiamento da política de coesão para Portugal no período 2021-2027 (anexo D do documento COM (2019) 150 final - Semestre Europeu de 2019). O domínio com maior valorização atribuída pelas entidades demonstra a preocupação relativamente à necessidade de um País competitivo externamente e coeso internamente.

As restantes perguntas do inquérito foram perguntas abertas relativamente àquilo que as entidades consideram ser os grandes desafios para o território Alto Alentejo. Sendo respostas abertas, a análise das mesmas não é tão linear como as anteriores, no entanto existe um conjunto de desafios que são praticamente unânimes nas respostas aos desafios: **A revitalização demográfica**, a necessidade **promover o desenvolvimento económico e territorial** e a urgência em **promover a sustentabilidade ambiental** com principal incidência nos recursos hídricos.

A última pergunta do inquérito solicitava às entidades que identificassem três projetos que consideravam estruturantes para o Alto Alentejo. Uma vez mais a resposta ao principal projeto estruturante para o Alto Alentejo foi praticamente unânime: **Construção do empreendimento de aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato**. De seguida as respostas com maior frequência foram: **Reforço e melhoria das vias de comunicação, rodoviárias, ferroviárias e tecnológicas**; e a **Atratividade Empresarial**.

Ficou demonstrado nas respostas dos inquéritos que a prossecução destes objetivos é crucial para o progresso económico e social do Alto Alentejo, na medida em que determinam, em larga medida, a capacidade da região sustentar ou aumentar a população residente com a criação de emprego sustentado. Por outro lado, estes objetivos encontram-se alinhados com os objetivos da Política de Coesão Europeia e estão em coerência com os Eixos Estratégicos para o Alto Alentejo 2030 propostos no presente documento.

A necessidade da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo se afirmar como politicamente na região como concorrência, mas permanente esforço de concertação política face ao efeito polarizador das CIM's adjacentes.

Neste sentido, a participação e envolvimento dos agentes locais na fase de conceção estratégia através de inquérito alargado, foi assumida como condição para a concertação e a convergência alargada dos *stakeholders* regionais em torno da estratégia regional, para a partilha de decisões, iniciativas e investimentos desde do início da construção dos projetos e, em última instância, para a geração de sinergias e complementaridades essenciais ao sucesso da estratégia desenvolvida para o Alto Alentejo.

### 8.3 Seminários Regionais Alentejo 2030:

No âmbito da preparação do Alentejo 2030 e no sentido de auscultar a sociedade civil e as entidades regionais, a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo em parceria com a CCDR-Alentejo promoveram um evento sobre um dos desafios para o Alentejo 2030. O desafio abordado na sessão do dia 5 de novembro em Ponte de Sor foi o **Desafio Regional 3. Alargamento da Base Territorial da Competitividade, combinando os recursos e ativos estratégicos em processos integrados de valorização económica**.

O evento, que decorreu no Aeródromo de Ponte de Sor contou com mais de 60 pessoas das mais diferentes entidades regionais.

 **roteiro2019**  
DESAFIAR O FUTURO

**SESSÃO TEMÁTICA**  
5 NOVEMBRO - 14H30  
AERÓDROMO DE PONTE DE SOR

NO ÂMBITO DA PREPARAÇÃO DO ALENTEJO 2030 E NO SENTIDO DE AUSCULTAR A SOCIEDADE CIVIL E AS ENTIDADES REGIONAIS, A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO ALENTEJO EM PARCERIA COM A CCDR ALENTEJO, ESTÁ A PROMOVER UM EVENTO SOBRE OS DESAFIOS DO ALENTEJO 2030.

DR3. ALARGAMENTO DA BASE TERRITORIAL DA COMPETITIVIDADE, COMBINANDO OS RECURSOS E ATIVOS ESTRATÉGICOS EM PROCESSOS INTEGRADOS DE VALORIZAÇÃO ECONÓMICA.

**LUIS LOURES - INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE**  
**ANTÓNIO OLIVEIRA DAS NEVES - CONSULTOR**  
**RICARDO MENDES - TEKEVER \***  
\*SUJEITO A CONFIRMAÇÃO

PARCEIROS:      

APOJO: 





## **9 Anexos**



## Enquadramento dos Eixos Estratégicos nas Orientações Políticas

Orientações de Política (PNR)	Desafios Alentejo_2030	Alto Alentejo 2030 Eixos Estratégicos	Alto Alentejo 2030 Objetivos Específicos
<b>AT2. Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento</b>	<b>DR2. Reforço da Ação Coletiva Regional</b>	EE 1) Governação Estratégica e Eficiência do Território na ótica das <i>Smart Cities</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estruturar mecanismos de coordenação estratégica e operacional</li> <li>- Dinamizar a utilização da tecnologia na otimização e gestão de recursos nas cidades (iluminação pública, mobilidade urbana, gestão de resíduos sólidos)</li> <li>- Fomentar soluções inovadoras e inteligentes que promovam a integração modal</li> <li>- Promover a gestão eficiente de consumos urbanos de água, pela gestão inteligente das infraestruturas de abastecimento</li> <li>- Utilização da inteligência artificial na agricultura de precisão para gestão otimizada e em tempo real da água</li> <li>- Dinamizar o desenvolvimento e implementação de soluções de deteção inteligente de fogos no território</li> <li>- Promover o acesso e análise de <i>big data</i> e o desenvolvimento da inteligência artificial na monitorização mais efetiva de vários aspetos relacionados com o meio ambiente e os recursos naturais, com ganhos de eficiência na sua utilização</li> </ul>
	<b>DR6. Consolidação do Sistema Regional de Inovação</b> e ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo	EE 2) Educação, Formação e Qualificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inovação na rede de educação e formação</li> <li>- Qualificação do ensino profissional, tecnológico e superior</li> <li>- Reconversão Profissional</li> <li>- Conhecimento, Investigação E Inovação</li> <li>- <i>Match</i> entre as ofertas e procura</li> </ul>

	<b>DR3. Alargamento da Base Territorial da Competitividade</b> , combinando os recursos e ativos estratégicos em processos integrados de valorização económica	EE 3) Atratividade de Investimento e Desenvolvimento Competitivo de Atividades Económicas	<p>-Dinamizar a criação de um <i>cluster</i> agroalimentar que contemple a variedade de produtos com denominação de origem controlada.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estimular o desenvolvimento de empresas e produtores de produções endógenas numa lógica de fileira.</li> <li>- Intensificar os processos de valorização e divulgação do património natural, produtivo, cultural e artístico do Alto Alentejo.</li> <li>- Estimular a competitividade e os mecanismos de apoio às empresas.</li> <li>- Potenciar o desenvolvimento do sector turístico</li> <li>- Promoção do dinamismo empresarial e criação de emprego</li> <li>- Adequar e reforçar as respostas sociais às necessidades existentes incluindo cuidados continuados e unidades de convalescença</li> </ul>
<b>AT4. Um País sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos</b>	<b>DR4. Sustentabilidade Territorial</b> pela adaptação e pela mitigação dos impactos/riscos das alterações climáticas	EE 4) Sustentabilidade e Valorização dos Recursos Endógenos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adaptação às Alterações Climáticas e gestão de riscos</li> <li>- Eficiência energética e Energias renováveis</li> <li>- Gestão sustentável da água e dos resíduos</li> <li>- Economia circular</li> <li>- Biodiversidade, infraestruturas verdes e redução a poluição</li> </ul>
<b>AT3. Um país competitivo externamente e coeso internamente</b>	<b>DR5. Reforço do Sistema Urbano Regional</b> e da sua (inter)conectividade na estruturação sustentável e eficiente do território	EE 5) Qualificação do Território	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eliminar lacunas de conectividade intrarregional e na relação com o exterior</li> <li>- Requalificação E valorização dos principais centros urbanos do Alto Alentejo</li> <li>- Promover a requalificação de infraestruturas de rede e de equipamentos de proximidade.</li> </ul>

			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhorar a capacidade de resposta dos serviços de proteção civil</li> <li>- Salvaguardar e valorizar o património cultural e natural</li> </ul>
<p><b>AT1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade</b></p>	<p><b>DR1. Revitalização Demográfica</b> pela competitividade territorial no acesso e qualidade no emprego e pela excelência dos serviços de suporte</p>	<p>EE 6) Atratividade e Repovoamento do Território</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhoria aos cuidados de saúde, através do desenvolvimento de infraestruturas, incluindo cuidados de saúde primários e políticas de atração e fixação de profissionais de saúde</li> <li>- Melhoria dos serviços de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida</li> <li>- Criação de Postos de trabalho mediante o desenvolvimento económico da região e incentivos à fixação das populações</li> <li>- Aumento da integração de comunidades marginalizadas, migrantes e grupos desfavorecidos</li> </ul>